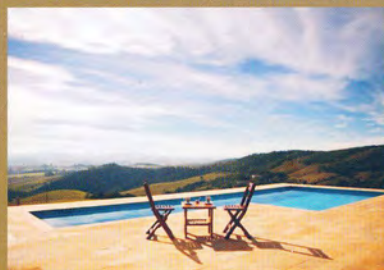


Desenvolvimento e Território:

Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer





Desenvolvimento e Território:

**Espaços Rurais Pós-Agrícolas e
Novos Lugares de Turismo e Lazer**

Homenagem à Professora Doutora CARMINDA CAVACO

COORDENAÇÃO

Maria Lucinda Fonseca

EDIÇÃO

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Lisboa, 2006

Ficha Técnica

TÍTULO

**Desenvolvimento e Território
Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares
de Turismo e Lazer**

COORDENAÇÃO

Maria Lucinda Fonseca

EDIÇÃO

Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa

CAPA

Neel Naik

IMPRESSÃO

M2 - Artes Gráficas, Lda.

ISBN

972-636-169-9

ISBN (13 dígitos)

978-972-636-169-5

DEPÓSITO LEGAL

250406/06

TIRAGEM

500 exemplares

Lisboa, Novembro 2006

Índice

Introdução	5
Uma obra em colaboração, um propósito <i>Maria Lucinda Fonseca</i> <i>Luís Moreno</i>	7
Carminda Cavaco – sentidos e contextos de uma singular vida académica e científica <i>Luís Moreno</i>	19
Conferência de Abertura	59
Développement Territorial Durable en Milieu Exurbain et Rurbain <i>Antoine S. Bailly</i>	61
Tema 1	
O Mundo Rural e o Desenvolvimento: Novos Desafios	73
As Economias Regionais e a Disseminação do Conhecimento <i>João Pinto Guerreiro</i>	75
O Rural depois da Agricultura <i>Fernando Oliveira Baptista</i>	85
A Ruralidade do nosso tempo: decálogo para uma 2ª Modernidade <i>António Covas</i>	107
Mulheres e Desenvolvimento in situ <i>José Portela</i>	127
A Agricultura Biológica no Algarve: um abraço entre gerações <i>Ana Firmino</i>	137
Água e Desenvolvimento. Os territórios de Alqueva <i>João Castro Caldas</i>	153
Empresariado Rural. Tópicos para Reflexão <i>Manuel Belo Moreira</i>	171
Tema 2	
Permanências e Mudanças nas Práticas e nos Espaços Turísticos	189
Synergies between Territorial Planning and Strategic Management: a prospective analysis <i>Carlos Costa</i> <i>Dimitrios Buhalis</i>	191

Em torno da formação de Recursos Humanos para o Turismo em Portugal <i>Jorge Umbelino</i> <i>Ana Paula Pais</i>	215
A Gestão dos Destinos Turísticos: criando valor no destino Arade <i>João Albino Silva</i> <i>Adão Flores</i>	229
Turismo e Território: a apreensão da dinâmica espacial <i>Adyr Balastrieri Rodrigues</i>	247
Turismo e Cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares <i>Fernanda Delgado Cravidão</i>	269
Um velho Porto para Novos Turistas: apontamentos de debate sobre turismo urbano <i>Luís Saldanha Martins</i>	279
Conferência Final	297
Práticas e Lugares de Turismo <i>Carminda Cavaco</i>	299



Introdução

**Uma Obra em Colaboração
Um Propósito**

Desenvolvimento e Território:

Espaços Rurais Pós-Agrícolas e
Novos Lugares de Turismo e Lazer

Uma obra em colaboração, um propósito

Maria Lucinda Fonseca

Luís Moreno

Não é comum apresentar o livro de actas de uma reunião científica no dia da sua realização; todavia, neste caso, assim aconteceu... Todos os eventos científicos têm um propósito particular. A Conferência *Desenvolvimento e Território – espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*, que se realizou no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, no dia 17 de Novembro de 2006, teve um objectivo duplo – por um lado, suscitar o debate científico em torno de dois temas de grande actualidade: i) os novos desafios do desenvolvimento do mundo rural e ii) permanências e mudanças nas práticas e nos lugares de turismo; por outro, homenagear a Professora Carminda Cavaco, no ano em que se aposentou como Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL).

A obra da Professora Carminda Cavaco, que se representa principalmente nos dois domínios desta conferência, constitui uma referência que se projecta muito para além da Geografia, influenciando decisivamente a investigação e o ensino em muitas escolas de Turismo, Agronomia e Economia. Por isso, quando os colaboradores da área de investigação que dirige no Centro de Estudos Geográficos (Geografia Humana), no reconhecimento do seu valioso contributo para o conhecimento científico em matérias de Geografia e de estudos para o planeamento, ordenamento e desenvolvimento do território, decidiram promover-lhe uma homenagem, não tiveram dificuldade em contar com o apoio imediato de um grupo de outros colegas e amigos mais próximos (de diferentes universidades do país, bem como de duas estrangeiras) que prontamente se disponibilizaram para colaborar na organização desta iniciativa. Muitos outros teriam imenso gosto em participar de forma mais activa neste empreendimento, mas compreenderam facilmente que a presente edição não poderia deixar de ter esta feição restrita, à dimensão do número de participantes activos que um evento de um dia pode comportar.

O desenho da conferência deve muito à colaboração da homenageada que, sem saber dos nossos propósitos, aceitou o convite para fazer a conferência final e ajudou a definir o programa, indicando o nome dos convidados, sempre na convicção de que se tratava de um evento enquadrado num projecto de investigação do Centro de Estudos Geográficos!... Pela nossa parte,

anima-nos a certeza de organizar a conferência que ela idealizara um ano atrás, projecto do qual desistira porque, entretanto, decidira pedir a aposentação.

Dado o objectivo de fazer convergir um propósito anterior com a presente homenagem à Prof. Carminda Cavaco, o conteúdo da obra que agora se publica não se limita à edição das comunicações apresentadas na Conferência, incluindo também um texto introdutório em que Luís Moreno, recorrendo a diversos contributos, ensaia um retrato científico da homenageada, com algum enquadramento biográfico.

Os capítulos seguintes estão organizados em quatro partes fundamentais. A primeira corresponde à conferência de abertura, efectuada por Antoine Bailly; a segunda às intervenções apresentadas no primeiro painel: *O Mundo Rural e o Desenvolvimento – novos desafios*; a terceira inclui os textos dedicados às dinâmicas de transformação das práticas e dos lugares turísticos (segundo painel); a última reproduz a conferência final, da autoria da Professora Carminda Cavaco.

No capítulo *Développement territorial durable en milieu exurbain et rurbain*, Antoine Bailly propõe a perspectiva de convergência entre os conceitos de desenvolvimento adjectivados de «regional» e de «durável» (ou sustentável), com apoio na teoria dos meios inovadores e no reconhecimento de uma nova valorização factual e potencial do “meio peri-urbano” (*exurbain*, prolongamento difuso e não contínuo do suburbano) e do “rurbano”. Estes são vistos como espaços antes “meramente rurais” e agora territórios de outras oportunidades, com novos utilizadores, actores e actividades, com novos poderes e ligações sociais. Por oposição às perspectivas difusionistas, refere-se aqui a uma mais madura concepção de desenvolvimento – territorial – objectivável segundo uma análise da valorização dos recursos humanos e materiais, processo de melhoria definido pelo jogo da inovação, do progresso técnico e da organização, num quadro de multifuncionalidade. O autor conclui pela necessidade de perspectivar uma «nova governância» destes espaços, em que a intervenção pública, incluindo o planeamento e o ordenamento, tem um papel fundamental na estruturação das redes económicas e de cooperação social e cultural, reforçando a qualificação sistémica e a valorização das identidades, com o envolvimento e a participação dos actores.

João Guerreiro traz-nos *As Economias Regionais e a Disseminação do Conhecimento*, título que contempla uma pequena resenha sobre os contributos mais importantes na análise do papel do meio institucional local (instituições, redes, solidariedades, etc.) nos processos de desenvolvimento regional,

na convergência dos conteúdos da economia “territorial” e da “do conhecimento”. Este aspecto enquadra uma breve reflexão sobre o papel das instituições de ensino superior, «instrumentos cada vez mais activos» no desenvolvimento das regiões, pela disseminação de conhecimento, animação de redes de qualificação e como parceiros de programas de inovação tecnológica. Observa, no entanto, óbices na «prática recente do padrão de investimento público» que contrariam o potencial da universidade para a realização da sua missão nas condições perspectivadas.

O texto de Fernando Oliveira Baptista – *O rural depois da agricultura* – centra-se nalgumas das principais transformações que se verificam no rural, no espaço e na agricultura, com apoio em exemplos / casos de estudo do Continente, e desdobra-se em cinco pontos. No primeiro, o autor apresenta a definição de «rural» que é utilizada e uma tipologia de zonas rurais. Depois são analisadas as relações entre o rural e o espaço que o envolve recorrendo a variáveis socioeconómicas. No terceiro ponto faz uma apreciação de alguns dos aspectos populacionais, sociológicos e económicos que têm contribuído para a transformação do rural e conclui referindo cinco temas a considerar na apreciação dos efeitos destas alterações: os povoados rurais como espaços sociais, a relevância da escala local, o despovoamento, a difícil visibilidade do afastamento entre o rural e a agricultura, as características da população rural e as iniciativas de desenvolvimento. De seguida analisa a autonomia de uma grande parte do espaço relativamente à produção agrícola e florestal e considera alguns dos aspectos que marcam a sua utilização e economia. A terminar, faz uma breve síntese do percurso efectuado ao longo do artigo.

António Covas, com o seu contributo *A ruralidade do nosso tempo: decálogo para uma 2ª modernidade*, revela-nos um texto de teoria social “cheio de esperança”, num contexto de entendimento dos problemas quase sempre “precário e recorrente”. O autor começa por referir-se à “transmutação paradigmática em curso” e à próxima mudança para o “ciclo eco-rural”, em acréscimo à “economia biotecnológica” – uma nova «ordem multifuncional da agricultura pós-moderna». Considera depois o “triângulo de ferro” da «concorrência, contingência e resiliência» em que nos movemos e a «racionalidade do tempo curto» que nos orienta, abordando de seguida o “problema rural” visto por um prisma diferente do “convencional urbano”, assim como «o percurso que nos leva do “indivíduo do sistema” ao “sujeito e actor da sociedade aberta” em que nos encontramos», implicando um regresso ao papel fundamental «da história e da geografia». Segue-se o retorno a uma «pluralidade das vias de acesso para a modernização agro-rural», uma das perspectivas que decorre

do raciocínio encetado, bem como a argumentação em torno da relevância em promover o «complexo dos quatro i's: informação, identidade, investigação e inovação» para aceder à "2ª modernidade". Noutro ponto, o autor discorre sobre a «matriz quadrangular da nova economia do desenvolvimento rural», que integra principalmente as economias: do ordenamento e da conservação de recursos; da inovação e do conhecimento; da produção e do consumo; da recreação e do lazer. Observando depois a complexidade do processo de inovação em meio rural, não deixa de fazer referência à «reinvenção da ética-prática do associativismo agro-rural» e termina com uma aproximação "construtivista" aos territórios de baixa densidade e com uma reflexão final ilustrada pelo caso do Algarve.

José Portela oferece-nos *Mulheres e desenvolvimento "in situ"*, uma revisitação culturalista e envolvida de *Entrelaços – Histórias de Mulheres*. Com uma contextualizada dedicatória à Prof. Carminda Cavaco, o artigo prossegue com uma certa "análise de conteúdo" de cerca de três dezenas de textos escritos por mulheres, testemunhos da participação feminina no quotidiano do Desenvolvimento Local, "e cujo lançamento se fez intencionalmente coincidir com a terceira *MANIFesta*" (III Feira e Assembleia do Desenvolvimento Local). Aproveitando o cariz biográfico dos conteúdos da obra, é significativo o peso de trechos / citações, que são súmulas plenas de significado. Trata-se da incidência num subsídio para repensar o Desenvolvimento – Pessoal e Local – em que os homens «estão presentes, mas na sombra, ou, por vezes, até mesmo na escuridão (...)». A abordagem revela-se um contributo propedêutico para a compreensão «das relações sociais numa perspectiva de género e numa óptica dos poderes subjacentes aos implicados nelas», bem como «o estilo de gestão no feminino».

O artigo de Ana Firmino – *A Agricultura Biológica no Algarve: um abraço entre gerações* – começa por explicar o seu título, estabelecendo um paralelo entre a herança de conhecimentos legada pelas gerações que nos precederam, tanto de agricultores como de professores, no caso. Nesta óptica, o artigo afirma a prestada homenagem à Prof. Carminda Cavaco, recordando a colaboração da autora em alguns dos trabalhos da homenageada, que a orientou e influenciou no rumo profissional. Numa segunda parte, partindo de um trabalho em que Carminda Cavaco preconiza uma agricultura do "local", apresenta a propósito o caso da Austrália, que detém 42% da área mundial do modo de produção biológico. Seguidamente a autora faz uma apreciação crítica da situação no Algarve, contrapondo bons desempenhos agrícolas em 1915 ao panorama contemporâneo de considerável abandono e especulação imobili-

liária. Apresenta, por fim, um estudo das potencialidades da agricultura biológica na região, concluindo que esta tem um papel decisivo na valorização da produção local e na manutenção da biodiversidade, podendo estabelecer a ponte entre o passado e o futuro e contribuir para a revitalização do meio rural assente nas premissas do desenvolvimento sustentável.

No seu artigo *Água e desenvolvimento. Os territórios de Alqueva*, João Castro Caldas enquadra-nos na perspectiva da actual controvérsia sobre a utilização e preservação dos recursos hídricos, abordando a questão da “multiplicidade de funções e usos da água no âmbito das políticas e programas para o desenvolvimento”. Assim, analisa as especificidades da água face a outros recursos (ex.: bem público e privado, com dimensões físicas e ambientais, culturais, económicas, políticas...) e aborda as formas de repartição dos recursos disponíveis (relativamente escassos e localizados) por diferentes utilizadores e diferentes sectores de utilização. A agricultura e o regadio são os aspectos de incidência mais relevante. Neste âmbito, examina particularmente as decisões de investir em infra-estruturas de armazenamento, exploração e distribuição no quadro de diferentes contextos, bem como o respectivo enquadramento institucional e a regulação dos interesses em presença. Toma-se, como exemplo revelador e ilustrativo, o percurso do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, que abriu novas e mais ou menos controversas perspectivas para o desenvolvimento do Alentejo.

No seu ensaio em sociologia económica, apoiado em algumas pensadores de referência da economia – *Empresariado Rural. Tópicos para reflexão* – Manuel Belo Moreira começa por efectuar uma breve revisão dos conceitos de empresário e empresariado, após o que discute o conceito de “função empresarial necessária”, que abrange não só a produção de bens públicos, mas também outros tipos de actividade cuja inclusão no conceito de bem ou serviço público será sempre controversa. Assim, observa que, quando o mercado não é atractivo ou nem sequer existe, como acontece frequentemente em meio rural desfavorecido, defende-se a intervenção do Estado para tornar efectiva a função empresarial necessária, mesmo para o desenvolvimento de actividades que não podem considerar-se incluídas no conceito de bem público. Afirma então que a intervenção se justifica, não só por contribuir para as condições mínimas socialmente exigíveis para a actual vida em sociedade, mas também como elemento dinamizador e criador de sinergias, sem as quais a marginalização das zonas desfavorecidas não pode ser contrariada. Ancora esta convicção no espírito e na letra de Schumpeter, fazendo desse modo a rejeição da ortodoxia neoliberal e a aposta nas políticas de

desenvolvimento rural baseadas na mera promoção do empresariado individual, em vez da concentração dos esforços na promoção da função empresarial necessária, seja quem for que lhe dê corpo.

Carlos Costa proporciona-nos, em colaboração com Dimitrios Buhalis, o artigo intitulado *Synergies between Territorial Planning and Strategic Management: a prospective analysis*, o primeiro que inserimos no grande tema sobre "Permanências e mudanças nas Práticas e nos Espaços Turísticos". Trata-se de um estudo que avança alguns resultados no âmbito de uma investigação em desenvolvimento no departamento de Estudos de Gestão da Universidade de Surrey (Inglaterra). Além de apresentar uma sinopse sobre os actuais paradigmas de planeamento e gestão estratégica, o trabalho explora as novas abordagens necessárias nesta matéria com incidência em áreas de destino turístico. Assim, verifica que o planeamento não deve ser apenas um exercício do sector público e que deve visar a obtenção de vantagens competitivas duráveis para cada região, assegurando a sustentabilidade dos recursos e o envolvimento das populações hospedeiras. Ou seja, os *clusters* de actividades e as redes de criação de experiências também devem participar na gestão do conhecimento e contribuir para desenvolver a inteligência colectiva das regiões. Portanto, de acordo com os modelos estudados de planeamento (necessariamente territorial) e governância dos destinos turísticos, estes instrumentos têm de implicar pessoas, políticas e processos no contexto de uma estrutura compreensiva de tomadas de decisão para otimizar proveitos para todos os actores envolvidos.

Jorge Umbelino e Ana Paula Pais remetem-nos – no seu texto *Em torno da formação de Recursos Humanos para o Turismo em Portugal* – para uma análise da diversidade das condições de formação inicial de profissionais nesse sector, que se podem inserir em três grandes eixos / (sub)sectores: o turismo, em sentido restrito (regulação, ordenamento, planeamento e gestão, informação, distribuição e animação), a hotelaria e a restauração. Os autores apresentam uma tipologia das profissões nestes domínios, bem como uma análise das disparidades em termos de níveis de formação e a rede de estabelecimentos e de cursos com capacidade de resposta às deficiências de qualificação, no Continente. Seguidamente, procedem a uma reflexão em torno da relação entre o emprego existente, a empregabilidade, a formação oferecida e as condições de absorção das estruturas. Por um lado, conclui-se que a distribuição geográfica das unidades revela «algumas distorções em relação ao que ditaria uma lógica de aproximação às maiores concentrações de população e ao dinamismo empresarial no sector». Por outro, identifica-se uma certa

fragilidade em toda a cadeia que integra o ensino específico de nível superior, a investigação pura e aplicada e o sistema estatístico sectorial, do mesmo modo que «o ensino/formação efectivamente realizado não será totalmente eficaz e de acordo com os melhores padrões internacionais, o que obriga a uma séria reflexão acerca das necessidades para melhorar a sua eficácia».

João Albino Silva, em parceria com Adão Flores, apresenta-nos *A Gestão dos Destinos Turísticos – criando valor no destino Arade*, título cuja substância converge com a abordagem de Carlos Costa e D. Buhalis. De facto, as dimensões da sustentabilidade e da competitividade são vistas «como paradigmas incontornáveis da gestão do turismo», sujeitas aos desafios de «consumidores mais experientes e exigentes», no «locum geográfico, que é o sistema localizado de produção e fruição turística, o destino turístico». Os autores consideram, assim, que uma gestão de recursos e produtos do sector é «variável estratégica da gestão dos destinos turísticos», ou seja, dos territórios de acolhimento cujas vantagens comparativas / competitivas serão instrumento de desenvolvimento sustentável, com a valorização de capacidades e competências que as alicerçam. O caso do “destino Arade” (municípios algarvios de Lagoa, Monchique, Portimão e Silves) é apresentado como resultado de um «exercício de aplicação desta conceptualização e tentativa de proposta de criação de valor para um turismo mais sustentável e competitivo», em que se mostra um modelo de avaliação e diagnóstico da qualidade e se perspectiva um «sistema de gestão ou de governação que forneça liderança» a este território.

Adyr Rodrigues contribuiu com um texto intitulado *Turismo e Território – para a apreensão da dinâmica espacial*. Parte do conceito de território como agente de transformação social e detém-se na análise das dinâmicas territorializadoras do sector do turismo. Nesta perspectiva, o território turístico resulta da prática turística, uma vez que a concretiza e é transformado por ela, através de um processo dialéctico de desterritorialização e reterritorialização, dando lugar à convivência pacífica ou conflituosa de múltiplas territorialidades, contíguas ou não. Com base neste referencial teórico e na análise do desenvolvimento do turismo no Brasil, ao longo das duas últimas décadas, na segunda parte do capítulo, a autora apresenta dois modelos distintos de apropriação dos territórios turísticos. O primeiro, que designa de economicista, obedece à lógica de expansão da procura turística mundial e do processo de globalização da economia. A criação ou transformação dos lugares turísticos é determinada por actores externos que operam à escala global e que, não raramente, desintegram as estruturas produtivas locais. O segundo modelo, a que

chama humanista, assenta em processos de desenvolvimento *bottom up*, com uma forte implicação dos actores locais. Termina fazendo notar que os territórios turísticos, embora subordinados a lógicas distintas, são imbricados e complementares, produzindo a valorização selectiva dos lugares e gerando novas formas de diferenciação social e espacial.

No capítulo seguinte, *Turismo e Cultura – dos itinerários ao lugar dos lugares*, Fernanda Cravidão sintetiza algumas das dinâmicas de transformação mais recentes, observadas nas práticas e nos destinos turísticos, para se deter mais profundamente nos factores de desenvolvimento do chamado turismo cultural, nomeadamente da valorização do património imaterial como recurso turístico. O reconhecimento, pela UNESCO, como património da Humanidade, de manifestações como o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, o Carnaval de Barranquilla, no Norte da Colômbia, a tradição da Recitação Védica, na Índia, entre outras, constituem um bom exemplo da emergência do que designa por “paradigma do património”. É neste contexto que os lugares procuram afirmar-se como produto turístico, procurando redefinir a sua identidade e tirar partido das condições ambientais, paisagens circundantes, arquitectura, história, tradições culturais, gastronomia, etc. Contudo, avisa a autora, “a actividade turística tem de saber encontrar o comprometimento entre quem visita e quem habita”, evitando segregações e conflitos, envolvendo fortemente os actores locais na permanente recriação dos seus lugares.

O contributo de Luís Paulo Martins – *Um velho Porto para Novos Turistas: apontamentos de debate sobre turismo urbano* – propõe-nos uma discussão sobre o lugar do turismo na cidade do Porto. Começa por lhe atribuir «uma discreta expressão (...) face aos investimentos realizados», às expectativas locais criadas ou ao interesse do país, pelo que «a cidade permanece com um estatuto de destino turístico apenas medianamente interessante», uma década depois da inscrição do centro histórico do Porto na “lista” do Património Mundial da Unesco. Como refere o autor, o texto – «focalizado na questão do turismo urbano e nas formas de consolidar a capacidade de atracção e de fixação de visitantes» – procura identificar “os marcos” que melhor «assinalaram este período recente, as iniciativas e as políticas que as justificaram». Não obstante, o artigo enquadra esta matéria no contexto da situação mundial / global, que tem favorecido a importância do turismo urbano e incentivado investimentos correlativos, assim como situa o Porto com referência a casos europeus de boas práticas e num estudo de 2003 que promove o *benchmarking* aplicado ao turismo urbano.

Por fim, o artigo correspondente à intervenção da Prof. Carminda

Cavaco – *Práticas e Lugares de Turismo* – leva-nos a um “passeio pelo mundo”, por caminhos de profusa exemplificação de situações em que se mostra que «a criação de lugares de turismo exprime todo o poder de criação e de inovação da sociedade», num percurso histórico de desenvolvimento (social, cultural, económico...) e em geografias voluntárias e estruturalmente determinadas de incidência de investimentos e de (re)criação de territórios. Combina-se o descobrimento e a invenção, modas que se sucedem e que coexistem, múltiplos espaços de ganhos e perdas, naturais e culturais / patrimoniais. Mas também “não-moda”, caso dos lugares de culto, de afluência persistente, marcos tradicionais da civilização.

Nesta dissecação do “mundo do turismo”, contempla-se também todo o tipo de turista, em função de numerosas motivações e práticas (velhas e novas), numa relação dialéctica e dialógica com os desafios de visionários, estetas, sonhadores e vendedores de sonhos, mais ou menos “empreendedores da tentação”. Como as artes (farto recurso, na exposição da autora) favorecem o turismo e o turismo propicia novas artes (técnicas incluídas, na acepção utilizada), havendo mobilidade, toda uma miríade de actividades – indutoras e induzidas – se desenvolve, a montante e a jusante. As próprias ameaças ao sucesso do sector – bem como os sinistros – se apresentam muitas vezes como reptos, para uma evolução qualitativa, nos mesmos lugares e/ou em concorrentes. Chega-se inclusivamente aos “turismos pós-modernos”, em fase do “pós-turismo” (ex.: turismo... justo, ético, sustentável, solidário, vários tipos de “rural” e “de natureza”), que acentuam a fragmentação das preferências e dos consumos.

Com a abordagem das origens, da implantação e da difusão social e espacial do turismo, articulam-se perspectivas históricas, geográficas, filosóficas, antropológicas, sociológicas, económicas, ecológicas, entre outras.

Para finalizar esta breve nota de apresentação do propósito e do conteúdo do livro, gostaríamos de expressar o nosso agradecimento às pessoas e instituições que possibilitaram a sua realização: os colegas que, gentilmente, sacrificaram o tempo das suas férias para cumprirem os prazos indicados para o envio dos seus textos; o Centro de Estudos Geográficos, a Faculdade de Letras, a Fundação da Universidade de Lisboa, a Fundação Luso-Americana, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e a Caixa Geral de Depósitos, pelo apoio financeiro para a edição da obra; o Neel Naik, que emprestou o seu talento para a elaboração da capa e do folheto de divulgação da conferência e a Sandra Silva, pela ajuda na formatação dos textos originais e na revisão das provas tipográficas.





Carminda Cavaco
Sentidos e Contextos de
uma Singular Vida
Académica e Científica

Desenvolvimento e Território:

Espaços Rurais Pós-Agrícolas e
Novos Lugares de Turismo e Lazer

Carmina Cavaco – sentidos e contextos de uma singular vida académica e científica

Luís Moreno

Universidade de Lisboa

Algumas notas prévias

Contribuir para um retrato, a um tempo humano e científico, da Prof. Carmina Cavaco, numa obra de homenagem, foi desde logo o desafio colocado pela Prof. Maria Lucinda Fonseca, principal condutora da iniciativa e organizadora da Conferência. Pensando em poucas páginas, rapidamente emergiu a consciência de que estávamos perante um ensaio de “missão impossível” (como costuma dizer-se, face ao desafio das biografias) e que só um trabalho multiparticipado poderia almejar aproximar-se do objectivo, com um mínimo de seriedade. Não basta ter sido aluno na licenciatura e orientado nas teses de mestrado e de doutoramento – bem como assistente e auxiliar, como docente na FLUL, esforçado herdeiro de uma disciplina mormente regida pela Prof. Carmina (Geografia Rural) – nem ter integrado equipas de investigação por ela coordenadas, nem ter partilhado preocupações próprias da vida universitária. Outros colegas tiveram idênticos percursos, mas certamente sensibilidades diferentes. Apenas algumas facetas estiveram presentes, à partida; talvez as mais importantes, mas sempre com dúvidas remanescentes de quem mais não pôde fazer que um relativo acompanhamento de pouco mais de um terço do seu percurso académico e científico.

A consulta de colegas do CEG (especialmente da Área de Investigação de Geografia Humana, AIGH) e da FLUL revelou-se essencial, pois o trabalho da Prof. Carmina revela múltiplas incidências. Em particular nos domínios do Turismo e Lazer e da Geografia da População, foram úteis algumas informações das colegas Maria Lucinda Fonseca e Teresa Alves, bem como a observação de trabalhos publicados em que estes e outros participaram, como autores ou co-autores, de alguma forma envolvidos em colaboração com a homenageada. Apenas nas áreas da Geografia Rural e das matérias do desenvolvimento territorial, as perspectivas foram essencialmente obtidas a partir do conhecimento inerente ao nosso trabalho pessoal já desenvolvido, com anterior acesso às publicações conhecidas da Prof. Carmina, a alguma revisão e actualização e ao conhecimento das suas interacções com outros

investigadores. A consulta da Dr^a Isabel Marques Medeiros, companheira de lides da Prof. Carminda nos anos 60 e 70 (sobretudo) e que leccionou na FLUL até recentemente, como docente convidada, foi também importante.

Foram recenseados 145 trabalhos publicados da Prof. Carminda Cavaco (ainda que em meia dúzia de casos se tratem de reedições / novas formas de títulos anteriores), mas nem todos pudemos consultar, não tendo sido possível o acesso a algumas das suas obras menos difundidas (em particular publicações estrangeiras especializadas que escaparam à biblioteca do CEG ou que sofreram extravio). Grande parte do seu espólio documental particular (que incluía trabalhos seus e de outros) ficou irremediavelmente destruído após a sua mudança em caixotes para o novo edifício complementar da FLUL (área de biblioteca, mapoteca e gabinetes / serviços de apoio), que alagou no Inverno subsequente à data da sua inauguração. Aqui tinham sido depositados – a título transitório – vários volumes deslocados das instalações da FLUL no Campo Grande, onde estiveram durante o período de obras na parte remodelada da FLUL, aquela que incluía o anterior Gabinete da Prof. Carminda.

Na resenha que se segue sobre o perfil curricular / profissional da Prof. Carminda, com apontamentos biográficos de contexto, faz-se a remissão para os trabalhos publicados através de notas de fim de texto. Ou seja, julgamos contar, na parte final desta apresentação, com a bibliografia essencial da homenageada, embora essa lista deixe na sombra uma série de conteúdos de que puderam beneficiar – através de comunicação oral e até resumos escritos, mais ou menos alargados – aqueles que puderam participar em algum / alguns dos numerosos congressos, conferências, seminários, acções de formação / sensibilização e eventos afins (incluiria aqui as excelentes aulas) em que a Prof. Carminda fez intervenções, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Por outro lado, dada a intensa continuidade produtiva da Prof. Carminda, tanto no âmbito do Centro de Estudos Geográficos da UL como no de outras entidades cujas solicitações sente não poder recusar, 2006 é apenas mais um ano, como qualquer outro, pelo que se aguarda a publicação de material já pronto, em particular sobre o Algarve e sobre o Turismo, assim como se espera a conclusão de outros trabalhos em curso. Nesse sentido, este livro de homenagem apenas marca o termo da docência na FLUL mas nunca o fim de uma longa série de contributos científicos e de aplicação no ensino e no planeamento e desenvolvimento territorial.

Os anos sessenta e setenta: do Algarve para o exterior e um “retorno”

Nascida pouco antes do início da Segunda Grande Guerra (12 de Novembro de 1938), em Boliqueime (Algarve central), Carmina Cavaco – para nós a Prof. Carmina – teve a infância e juventude conhecedora de uma certa dureza da vida rural, a que sempre confessou furtar-se, tanto quanto possível. Não obstante, tratou-se de um conhecimento de proximidade, mais empático e de observação privilegiada que de sujeição aos rigores dos trabalhos no campo. Um entendimento matizado pelo acesso a informação sobre situações bem mais desfavoráveis que as locais, do Barrocal algarvio ou mesmo da generalidade da região. Assim, desde cedo que as perspectivas lhe moldaram o apetite pelo conhecimento útil que substituísse o trabalho rude e o magro conforto dos meios rurais pelas actividades e vivências que beneficiam dos instrumentos da modernização e que procuram contribuir para uma humanidade mais apoiada e para territórios mais sustentáveis.

Após a sua vida escolar em Faro, que lhe permite concluir o Liceu com 17 valores, frequenta a licenciatura em Ciências Geográficas na Universidade de Lisboa, que conclui cinco anos depois, culminando com uma dissertação sobre a sua terra natal⁽⁴⁾. Trata-se de um trabalho académico ainda inserido no contexto da influência possibilista da Escola Francesa. A caracterização de Boliqueime e arredores – incluindo, com bastante relevância, a Quinta de Quarteira, pela ligação económica com aquela freguesia de Loulé – mostra bem a indissociabilidade entre um meio biofísico de substrato cársico e formações pós-jurássicas, com feição mediterrânea, e uma história de ocupação e uso do território marcados pela vida rural tradicional. Não deixou de estar presente, no estudo, uma visão antropológica e etnográfica, adequadas a uma realidade algo diferente daquela que uns anos depois traduziria a penetração do turismo e consequentes competição inter-sectorial e mudanças no espaço e nas perspectivas dos algarvios. Não obstante, este trabalho já permitia detectar a tendência para valorizar o moderno e a relativizar a “beleza da tradição”, mostrando os limites das artes e das técnicas existentes numa terra em que os ecos da expressão urbana já se faziam ouvir.

A sua primeira actividade profissional exerce-se no ensino, tendo leccionado em 1960-1961 na Escola Técnica de Torres Vedras, seguindo-se o Colégio Moderno, entre 1962 e 1964. Entretanto, obtém em 1961 o estatuto de bolseira de investigação, pelo Instituto de Alta Cultura, tornando-se investigadora do Centro de Estudos Geográficos (CEG), situação que se estende até 1969. Em todo este período colaborou em vários estudos, participou activa-

mente em colóquios e seminários, assim como deu apoio a excursões ou visitas de estudo de nacionais e estrangeiros. Inclusivamente, participa no arranque da *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia* (1966), vendo publicado nos dois primeiros números uma nota⁽²⁾ e um artigo⁽³⁾. No primeiro caso, trata-se de uma apreciação crítica do trabalho de Dan Stanislawski sobre o Algarve¹, uma interessante tese que se apoiou em estudos de Mariano Feio, Gaetano Ferro e outros. No segundo, um estudo, em colaboração com Isabel Marques, sobre a área de transição entre as serras de xisto e a Serra da Estrela, salientando a importância da vida rural e da indústria têxtil.

No período de 1966 a 1968 foi bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian em Estrasburgo, Paris e Caen, permitindo-lhe trabalhar como investigadora-estagiária com os Professores Etienne Juillard, Louis Brunet e Pierre Brunet, em matérias de Geografia Humana. O primeiro, em particular, sensibiliza-a e orienta-a para os estudos do Turismo, levando-a a ler várias teses de doutoramento e de mestrado sobre esses temas e a conhecer directamente realidades que desafiavam conhecimentos prévios. De Estrasburgo reconhece também o seu aprofundamento de formação em cartografia, com Sylvie Rimbart, bem como o profícuo contacto com vários colegas de outros países, em especial da Bélgica (Liège) e do Brasil. Foram contactos que vieram a alimentar participações científicas e intercâmbios, mais tarde. Tempo de intenso estudo, veio a traduzir-se na publicação de uma volumosa nota na *Finisterra*⁽⁴⁾ sobre o caso francês, em termos de relações de apropriação, controlo e exploração do campo pela cidade, mas também de configuração urbana em função das características do meio rural. Apresentam-se metodologias seguidas por autores franceses e não deixa de ser perceptível uma perspectiva de crítica social, contextualmente incidente na questão da resistência à modernização.

O regresso a Portugal fez-se acompanhar de uma motivação especial para a investigação em Turismo, de tal forma que participou desde logo em reuniões de estudo da matéria, dando sequência a um convite da Direcção-Geral do Planeamento para que integrasse a Comissão Coordenadora de um trabalho pioneiro. Este correspondia a uma primeira tentativa de inventário de recursos turísticos, com morosos levantamentos de terreno, em que trabalharam várias equipas. Os materiais produzidos foram sobretudo documentos internos de trabalho de planeamento, pois as primeiras publicações – “Cartas Turísticas” – apenas se ficaram pelo Norte do país, sem continuidade.

Em 1969 ingressa como assistente na Faculdade de Letras da

¹ *Portugal's Other Kingdom. The Algarve.* University of Texas Press, Austin, 1963.

Universidade de Lisboa (FLUL), apoiando o Prof. Ilídio do Amaral no ensino de Geografia Física I e o Prof. Orlando Ribeiro no de Geografia Humana I. Dirigi várias teses de licenciatura, até 1974, essencialmente centradas sobre temas rurais / agrários, piscatórios, industriais, urbanos, regionais e turísticos. A sua preferência sobre o turismo como objecto de estudo mostra-se cada vez mais marcada, um pouco a contragosto de Orlando Ribeiro, mas com a confiança deste e o arrojo próprio apoiado no *acquis* científico e nas várias perspectivas já obtidas. A intenção de estudar o Algarve oriental, onde já o turismo despertara desde 1961, apenas intensificou o entusiasmo por um caminho de pesquisa bastante inovador e de inegável pertinência.

Sem deixar de prestar atenção a outras matérias em que se analisavam e problematizavam as questões do crescimento e desenvolvimento económico, faz publicar em 1969 dois estudos, um em que analisa a posição do sector pesqueiro na economia portuguesa e da indústria a jusante⁽⁵⁾, e outro sobre "Geografia e turismo no Algarve"⁽⁶⁾. Já aqui, neste último, se nota uma clara preocupação com o (des)ordenamento territorial, mostrando bem o caso notável de Albufeira, como enclave de acentuado crescimento a partir de 1963 e que serviu, no estudo, para ilustrar os grandes problemas da altura. Neste trabalho, com linguagem impressionante, alguns requintes parecem ter escapado ao "lápis azul" (contexto da "Primavera Marcelista"), tal como outras manifestações emergentes do pensamento de crítica social formalizada:

«(...) Uma simples viagem por todo o Algarve litoral mostra claramente como o surto brusco dos veraneantes, desencadeado após as Comemorações Henriquinas, promoveu uma campanha geral de construção de equipamentos primários, desordenada e desequilibrada no nível, na estrutura e na dispersão. Sectores de áreas foram urbanizados, a costa mudou de feição, bem como a fisionomia da velha e densa rede urbana. Outras paisagens e novos meios sociais a definem, construídos em função dos interesses da economia nacional e das espontâneas iniciativas de particulares, sem subordinação a um plano orgânico de desenvolvimento regional onde coubessem os interesses gerais dos Algarvios» (p. 216).

«(...) realizações (...) em discordância viva com a realidade, ao acaso das especulações fundiárias, por vezes imprudentes, talvez mesmo forjadas em gabinetes e sem o conhecimento básico da unidade e da diversidade geográfica da província. E para muitos o turismo tornou-se um salva-vidas (...)» (pp. 216-217).

«(...) a paridade económica e social será objectivo fundamental que as classes camponesas desfavorecidas tentarão alcançar» (p. 218).

No ano seguinte, a autora insiste no mesmo tema, mas alarga a sua abrangência e empresta-lhe uma perspectiva teórica complementar. Nesta nota alargada⁽⁸⁾, escrita com fluência e vigor, mostra-se a extrema diversidade

e envolvimento do fenómeno turístico – que inclui a formação de uma nova geografia sazonal da população e de aglomerações urbanas de recreio – esboçando tipologias e apresentando numerosos exemplos, nacionais e estrangeiros.

A primeira metade dos anos setenta permitiu à Prof. Carminda realizar um conjunto de trabalhos que lhe deixaram boas recordações. No contexto da aprofundada investigação a que se devotou sobre o Algarve oriental, visando a tese de doutoramento, deu continuidade à publicação dos seus primeiros estudos sobre essa sub-região. Aquele sobre as migrações internacionais de trabalhadores (em 1971)⁽⁹⁾, que muito a entusiasmou, cruza os domínios da história contemporânea e da geografia económica, deixando-nos um quadro descritivo bem contextualizado acerca dos movimentos de mão-de-obra do Algarve levantino, com influência de espanhóis e italianos, entre outros. Sobressaem as questões relativas às condições difíceis dos pescadores, de diferentes tipos, as suas artes e a sua pobreza. De facto, o artigo salienta a importância do mar, da pesca e da indústria conserveira, de crise em crise, conforme os condicionalismos naturais, económicos e políticos (incluindo as guerras), mas também o sucessivo encontro de oportunidades daqueles algarvios noutras terras (ex.: Espanha, Marrocos, Açores, países do norte da Europa).

No ano seguinte deixa-nos também um estudo de análise económica da produção e escoamento horto-frutícola do Algarve, tendo em conta o contexto do tempo, do espaço, do ambiente biofísico e das condições técnico-económicas dos agricultores e comerciantes⁽¹¹⁾. As incidências no Algarve, com a atenção centrada no sotavento, prosseguem com o caso de Monte Gordo^(14/15), em 1974, a vinha e as árvores de fruto⁽¹⁶⁾ e o caso de uma indústria conserveira em Vila Real de Santo António⁽¹⁷⁾, ambos em 1975, culminando com a tese de doutoramento⁽¹⁸⁾ em 1976.

No que respeita ao estudo de Monte Gordo, também publicado mais tarde numa edição municipal (em 1997)⁽¹¹³⁾, apoia-se em conhecimentos sobre a história do turismo algarvio e no seu enquadramento a vários níveis, já bem desenvolvidos na abordagem deste tema em 1969, e faz uma descrição metódica sobre contextos e processos de valorização da povoação. Não é raro o recurso a importantes contributos de história regional e local, revelando um profundo conhecimento obtido sobre o espaço e o território, aplicável ao seu planeamento e desenvolvimento.

As referências seguintes^(16/17), respectivamente publicadas em francês e em italiano, traduzem o resultado do conhecimento e da amizade de

Gaetano Ferro com Carminda Cavaco, na sequência da vinda a Portugal daquele professor da Universidade de Génova em 1970, trazendo vários alunos e colegas em visita de estudo à região que consagrara nos seus estudos desde 1954. Lembra a Prof. Carminda, no discurso proferido na cerimónia de atribuição do grau de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Lisboa a Gaetano Ferro, em 9 de Julho de 1997⁽¹¹³⁾:

«Gaetano Ferro pedira a Orlando Ribeiro o apoio de alguém que conhecesse o Algarve, nomeadamente as transformações mais recentes da sua geografia, e o Mestre indicou a sua jovem assistente (...) e que iniciara há pouco uma tese de doutoramento também sobre a região. E lá fui eu, quase sem saber dizer uma palavra em italiano, acompanhar durante uma semana meia centena de notáveis professores de história e de geografia daquela nacionalidade. Foram uns dias muito agradáveis e cientificamente muito proveitosos. Desse convívio resultou a estima e amizade com que Gaetano Ferro me distingue desde essa altura, a sua co-orientação sábia e paciente da minha tese de doutoramento, a oportunidade de viagens de estudo a Itália e, nomeadamente, o estímulo ao meu então bem ousado interesse pela Geografia do ócio, do lazer e do turismo, através da concessão duma bolsa para investigação sobre uma parte da Riviera Ligure (...)» (pp. 100-101).

Esta investigação, com apoio da Universidade de Génova em 1972, durante um mês, dá origem a uma obra notável⁽¹⁴³⁾, de centena e meia de páginas de densa informação (com apoio de boa cartografia do CEG e algumas fotos da área) e fina análise sobre as condições do turismo ligure e do seu território, revelando-se um contributo importante para o conhecimento pertinente ao desenvolvimento regional daquela parte do Noroeste italiano.

Outras colaborações de Gaetano Ferro prosseguiram, em particular no acompanhamento da tese de doutoramento⁽¹⁴⁸⁾, até 1975. Editada em 1976, foi considerada por Orlando Ribeiro como «a mais extensa tese de doutoramento que se fez em Portugal, em que a pesquisa foi levada a grande minudência e a expressão cuidada e rigorosa (...)»². Não receamos afirmar que ainda hoje se mantém válida a afirmação, no que à Geografia Humana diz respeito. A obra desenvolve – sobre o Algarve oriental – os grandes domínios que os seus estudos publicados até 1974 sobre o Algarve já abordavam, de algum modo: a organização do espaço, estruturas, população, actividades e mudanças no campo; o litoral, a pesca, a indústria transformadora e o comércio. Mas não só: a especial consideração da demografia e desenvolvimento económico, bem

² Notícia Preliminar nas pp. 7-8 de FERRO, Gaetano (1979), *Sociedade Humana e Ambiente, no tempo. Temas e problemas de Geografia Histórica*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian [prefácio de Orlando Ribeiro; tradução de Carminda Cavaco], 1986, 334 p. Veja-se também a recensão desenvolvida de G.Ferro sobre a tese ("L'Algarve, dopo due decenni"), na *Finisterra* Vol. XIII, nº 25, 1978, pp. 35-42.

como as relações espaciais modernas, fazem completar o sentido de um objectivo visado, de constituir uma base adequada para a “elaboração de programas de desenvolvimento social e económico” (p. 9).

Nestas condições, pela incidência no estudo das complexas relações funcionais entre os vários fenómenos e pela análise das condições matriciais explicativas dos processos de desenvolvimento, a obra opõe-se ao sentido das monografias de geografia regional mais típicas da escola francesa. O seguinte trecho é bastante sugestivo sobre a motivação subjacente à escolha de uma sub-região cuja individualização lhe permitisse constituir-se como unidade de planeamento:

«A escolha duma metodologia reflecte sempre a personalidade e os interesses do investigador. A que seguimos não faz excepção, facilmente deixando perceber o gosto do concreto; o desejo de precisão, que nos levou a cultivar a austeridade da linguagem e a rejeitar hipóteses de interpretação não suficientemente verificadas pela análise sempre que esta é possível; e o interesse pelos problemas económicos, no prolongamento do qual se consideram certas inovações tecnológicas (...)» (p. 10).

Não se verificou por acaso a boa receptividade do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve (GaPA) em editar e publicar a obra, desde logo, facto coerente com as perspectivas da autora, em pleno período de grandes mudanças políticas e sociais de 1975-76, com impactes no tecido socioeconómico e territorial da região:

«A actualização das nossas análises e a sua dilatação a todo o Algarve são (...) tarefas a que pensamos dedicar-nos de futuro, em estreita colaboração com o (...) GaPA».

A influência do contexto político de emergente desenvolvimento democrático foi determinante em algumas opções de investigação em que educação / formação, (re)organização produtiva e modernização eram conceitos-chave para o envolvimento das elites intelectuais de maior proximidade / relacionamento com os activistas políticos, com maior ou menor influência governamental, no processo de recuperação da crise. Entre as “matérias quentes” para o “país profundo” – em que ressaltava a reforma agrária – a Prof. Carminda abraçou a “cooperação agrícola”, logo na prova complementar de doutoramento⁽⁴⁹⁾. Tratava-se de uma preferência temática que não deixava de traduzir um certo fascínio (nunca formalmente expresso) pela experiência cooperativa jugoslava, num país “não-alinhado” e de organização social e produtiva alternativa e desafiadora das pressões dos blocos dominantes. Conhecendo embora a pujança cooperativa dos países do Norte da Europa,

Carmina Cavaco via naquela componente da realidade balcânica um modelo mais cativante e potencialmente inspirador para dar resposta à profunda desvitalização rural e agrícola portuguesa.

Não obstante algum aliciamento de colegas e amigos para o envolvimento da Prof. Carmina na política activa (e partidária), a sua aversão à falta de rigor e o receio pela “contaminação ideológica” fizeram-lhe recusar oportunidades que provavelmente quebrariam todo um percurso orientado para o conhecimento multi-perspectivado dos territórios e das condições dos seus habitantes, tanto do ponto de vista da investigação como do ensino. Assim, se a primeira incidência na matéria da “cooperação agrícola” (acima referida) se definia como um projecto de investigação que contribuísse para a “Geografia Cooperativa” (conceito de I. Guelfat, de 1964), não prescindindo de segura componente metodológica e bibliográfica, para além dos conteúdos de abrangente contextualização e identificação do tema, logo se seguiu um estudo de “aditamento”⁽²⁰⁾, fazendo o complemento e o aprofundamento da matéria, sem qualquer desvio da caracterização do fenómeno da agricultura cooperativa, com base em material empírico até 1974 e de alguns posteriores contactos com cooperativas, tanto directos como através dos alunos de Geografia Agrária.

Nos finais dos anos setenta, num período em que o país pedira a adesão à CEE (1977) e que começara a receber vários apoios no âmbito da cooperação internacional³, vários deles relacionavam-se com a tentativa de implantar um serviço de extensão rural e com a promoção da educação de adultos. A cooperação agrícola partilhava com estas e outras matérias a transversalidade que consubstanciava os processos de desenvolvimento (rural e não só), tal como emergiu no «curso sobre educação de adultos» em que a Prof. Carmina participou⁽²³⁾, financiado no âmbito da Cooperação Luso-Sueca. Uma frase inscrita no seu contributo publicado sintetiza a pertinência do mesmo: «o cooperativismo é ao mesmo tempo um movimento de reforma económica que se baseia essencialmente na educação e um movimento de educação das massas que se serve das necessidades económicas dos indivíduos» (p. 367). O associativismo e cooperação viriam a ser também matérias de apoio / orientação pedagógica de João Guerreiro, na Universidade do Algarve, em cujos Cursos de Verão colaborou, em 1982-1983.

A reforma agrária não poderia deixar também de ser abordada – contemplando os aspectos mais salientes da sua história e as medidas de maior

³ Em diferentes momentos, com prolongamento pelos anos oitenta, de: PNUD, Israel, Suécia, RFA, França, etc.

importância – embora ela tenha sido enquadrada no estudo das estruturas agrárias do Continente (em que se marcam bem os grandes contrastes Norte-Sul), de um modo sintético, nas actas do *I Coloquio Ibérico de Geografia*⁽²⁷⁾ e, de forma desenvolvida, como estudo do CEG⁽²⁶⁾, com abundante cartografia e grafismo, para melhor apoio aos alunos de Geografia e outros.

Neste ano de 1979 efectua também, em parceria com Carlos Alberto Medeiros (e a mencionada colaboração de Maria Catarina M. Ramos, na análise estatística), um estudo de Geografia da População em Portugal⁽²⁹⁾, com análise demográfica, sendo um aprofundamento e desenvolvimento de um trabalho de Jorge Gaspar em 1971, bem como de outros, até 1979, nesta área do conhecimento. No mesmo ano e no âmbito da mesma Linha de Acção do CEG em que se publica este trabalho, outro se mostra⁽²⁸⁾, sobre a organização do espaço nas áreas de contacto entre os concelhos de Aljezur e Odemira, com metodologias de análise funcional apoiadas em trabalhos de Jorge Gaspar e de Teresa Barata Salgueiro, na sequência da solicitação da Direcção-Regional de Agricultura do Algarve.

Nesta data inicia-se também uma colaboração com departamentos do Ministério da Agricultura, não só no desenvolvimento de estudos mas também em cursos de formação profissional e extensão rural. Apenas um documento encontrado⁽⁸⁵⁾, já nos anos noventa, não chega para testemunhar esta incidência, sendo uma compilação de material de apoio em formação profissional agrária, com muitos mapas, quadros e gráficos.

Uma permanente preocupação com o ensino e a formação

Tem sido possível sentir, até aqui, a importância que teve o ensino / formação como dimensão motivadora e central na acção da Prof. Carminda. Um olhar mais sistematizado sobre essa faceta revela-nos densa e abundante matéria publicada que, todavia, apenas representa a condensação de uma intensa actividade de ligação formativa a alunos, de diferentes graus (por ser um caso à parte, não mencionaremos a orientação das muitas teses de mestrado e algumas de doutoramento, nem a actividade lectiva nos vários níveis do ensino universitário, em Portugal e em França), e da Universidade às escolas e a outros domínios da sociedade. Esta realidade teve maior expressão nos anos setenta e oitenta do século passado, de duas formas.

Por um lado, há obras da Prof. Carminda que traduzem o gosto e o saber pela organização e sistematização dos contributos dos seus alunos. Referimo-nos a estudos apoiados em aulas de forte componente prática e

motivadora, envolvendo trabalho de campo, inquéritos e entrevistas, bem como apuramento, estruturação de variáveis e tratamento estatístico e cartográfico da informação, por parte dos discentes. Trata-se de eficaz mobilização de estudantes universitários de Geografia (sobretudo) para a sua participação articulada em diferentes componentes do processo de produção de estudos geográficos, servindo o processo simultaneamente como autoformação e ensaio acompanhado de pesquisa científica. Naturalmente, cada produto final, destilado de numerosas componentes corrigidas, teve não só o seu valor didáctico-pedagógico directo mas também diferido, neste caso abrangendo novos estudantes e investigadores.

Nesta primeira situação inclui-se, por exemplo: a) um documento de grande interesse analítico sobre o comércio externo de Portugal, publicado em 1972, no qual colaboraram as alunas de Geografia Aplicada em 1971/1972⁽¹⁰⁾; b) um estudo sobre a pequena agricultura de complemento na periferia de Lisboa⁽⁴⁰⁾; c) a coordenação de seis volumes de estudos realizados pelos próprios alunos de Geografia Agrária / Rural, depois corrigidos e seleccionados⁽⁵²⁾; d) outros sobre as condições populacionais e territoriais da margem sul do estuário do Tejo^(57/66). Em alguns destes, ex-alunos, já professores em escolas do ensino secundário, revelam-se colaboradores inestimáveis ao servirem como mediadores para a realização de questionários. Foram também os casos do estudo da pluriactividade na pequena agricultura⁽⁴⁴⁾, em que os pais dos alunos de uma escola foram um dos recursos explorados, e o da Costa do Estoril como emissora de turismo⁽⁴⁶⁾, em que o conhecimento da socioeconomia e das práticas de turismo de uma certa franja da população suburbana se apoiou em professores de Geografia de Escolas da Costa do Estoril e nos dados dos seus alunos do 7º ao 11º anos.

Nestes trabalhos são também frequentes os agradecimentos a colaboradores, muitas vezes discípulos e colegas mais novos, mas também técnicos do CEG, o que é uma característica extensiva à generalidade da produção científica no âmbito da Universidade de Lisboa. Devem mencionar-se ainda as formas de reconhecimento a colegas, tanto de Geografia como de outras áreas. Deixando para diante os exemplos do primeiro caso, notaríamos apenas aqui o artigo⁽⁵⁷⁾ em que se revisita e prolonga o trabalho de Maria Alfredo Cruz sobre margem sul do estuário do Tejo (até aos anos 70), complementando-o com uma análise em período mais recente, com o benefício de dados de 1981, tanto do INE como de inquéritos de alunos de Geografia Rural nesse ano, recorrendo às escolas. Trata-se de um contributo dedicado a um colega do Departamento de Estudos Anglo-Americanos da FLUL – Prof. Fernando

Mello Moser († 1984) – com quem tinha partilhado o ensino de Geografia Turística no ISLA, em 1974. Por outro lado, numa segunda situação, a preocupação com o ensino / formação traduz-se sobretudo na colocação da Universidade como prestadora de uma função social especializada, na produção de documentos para o auxílio de estudantes das faculdades e de professores do ensino pré-universitário.

Tendo a cargo a tarefa de secretariar a *Finisterra* entre 1969 e 1976, para além da actividade lectiva e de investigação, desde cedo Carminda Cavaco se preocupa em incluir na revista conteúdos dirigidos explicitamente para os professores do ensino secundário. Será o caso do conjunto de fotografias, de interesse didáctico⁽⁷⁾, «escolhidas como ilustração da organização agrária típica da Ribeira do Minho», que procurava «iniciar um album de documentação de temas geográficos, gerais e regionais», a continuar «com a colaboração dos professores do ensino secundário». Acrescenta, no texto introdutório, que «o C.E.G. põe, desde já, à disposição dos interessados a sua colecção de fotografias, diapositivos, mapas e plantas de aglomerações (...) e continua a pedir uma apreciação crítica (...) de modo a ir ao encontro de algumas dificuldades do ensino da Geografia ao nível dos liceus e escolas técnicas».

Após o doutoramento – e no contexto, acima referido, de profundas reformas sociais, em que a educação se mostrava um vector crítico – convergem interesses governamentais e a preocupação da autora com as carências de uma população estudantil diversificada, abundante e carente, incluindo particularmente aquela que desponta por inerência à explosão de acesso ao ensino superior dos anos 70 e 80 do século XX. Foi assim natural, no âmbito do reconhecimento inter-pares de quem representava maior capacidade de resposta actualizada – na área da Geografia – para as necessidades do Ano Propedêutico, que surge o convite do Ministério da Educação para coordenar o ensino desta disciplina, com as vertentes de emissão televisiva e de documentação de apoio. Esta⁽²¹⁾, com diferentes edições⁴ e todos os textos (incluindo numerosos extractos de obras recentes de autores de renome, nacionais e estrangeiros) em português (denotando notável esforço em traduções), seguindo um programa elaborado a pensar em alunos candidatos a cursos universitários nas áreas de Geografia, História, Economia, diferentes Ciências Sociais, etc., contou com a particular colaboração de colegas com experiência didáctica e pedagógica no Ensino Secundário⁵. Na página de nota final (p.

⁴ Exemplo de edição posterior foi a publicada pelo Instituto Português de Ensino à Distância⁽³¹⁾, entidade que viria a integrar-se na Universidade Aberta, nascida em 1980.

805), com data de 1978, Carmina Cavaco refere, «pela Equipa»:

«(...) Foi nossa preocupação, desde o início, evitar aos alunos o recurso a bibliotecas e a aquisição de livros, muitas vezes escassos e sempre dispendiosos (...). Mas isto não foi tarefa fácil, sobretudo pelo ritmo de trabalho que nos impôs e pela sua preparação inevitavelmente fragmentada (...).

«Utilizámos uma bibliografia bastante vasta e através dela possibilitámos um primeiro contacto dos alunos com autores de várias escolas geográficas e de outros ramos da ciência. Mas, mesmo para os temas gerais, procurámos trabalhos recentes de Geógrafos nacionais (...).

«Por outro lado, procurámos sistematicamente chamar a atenção dos alunos para os grandes problemas actuais do país que se prendem com a Geografia, desde a emigração à reforma agrária, ao planeamento regional e urbano e à integração de Portugal no Mercado Comum. Numa outra escala, através de propostas de exercícios, de sugestões de inquéritos, de convites à observação, descrição e tentativa de interpretação de diferentes ambientes, dos exemplos de desenvolvimento de lições no terreno (...) e ainda através da organização de mesas redondas, pretendemos levar os estudantes de Geografia a conhecerem melhor o meio geográfico (natural e humano) onde vivem, nas suas múltiplas facetas: os relatórios que alguns nos enviaram, e que foram comentados na lição nº 49, provam que esses estímulos foram bem recebidos e que os vossos ensaios tiveram êxito. Por isso mesmo, supomos que nos valeu a pena termos entrado num programa de trabalho ultra-acelerado, sem tempo para uma paragem de reflexão e uma melhor ponderação dos textos que escolhemos e preparámos.»

Para além do ensino propedêutico (pré-universitário), também no ensino superior se faziam sentir as dificuldades de um ensino subitamente massificado. Neste caso, a resposta da Prof. Carmina incidiu numa das suas áreas de investigação prioritária e de leccionação, a Geografia Rural, com várias participações (notas desenvolvidas) na revista *Finisterra* (a de Geografia). Assim, surgem as partes I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX de «Temas importantes de Geografia Rural na bibliografia recente». Logo na primeira⁽²⁴⁾ escreve:

«A série de notas que hoje iniciamos destina-se aos nossos alunos da licenciatura em Geografia e aos colegas que ensinam Geografia nos cursos secundário e complementar e se debatem com dificuldades de bibliografia e de renovação profissional (...).» (p. 99).

Portanto, as notas (apenas uma das quais fica aquém da dimensão entre 13 e 43 páginas de letra pequena), com características de “recensões múltiplas”, almejavam maior alcance que o atrás referido: o de contributo para a actualização dos próprios professores dos níveis correspondentes aos actuais 7º - 12º anos, obviamente em matérias em torno da agricultura e do mundo rural.

⁵ M. Conceição Coelho, Isabel A. Costa e M. Natércia Neves

A primeira nota⁽²⁴⁾ incidiu em livros / autores que abrangem as matérias da difusão das plantas e da agricultura (incluindo «as sementes de civilização» - trigo, milho, arroz e outros cereais), a Revolução Verde, etc., bem como o clássico «Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola», de Henrique de Barros. A segunda⁽³²⁾ em: «Ecologia dos Recursos da Terra», de M. Gomes Guerreiro; «A agricultura portuguesa no limiar da Reforma Agrária», de E. Castro Caldas; «Rural Geography», de Hugh D. Clout. A terceira⁽³⁸⁾, em obras de autores ingleses e italianos, sobre Políticas Agrícolas, a CEE e a Política Agrícola Comum (PAC), bem como um apontamento do Colóquio "A Agricultura Portuguesa perante a adesão à CEE" (SPEA, 1977, em revista da SCAP).

Esta opção pela abordagem dos temas CEE, agricultura e PAC no final dos anos setenta não é casual, pois desde o pedido de adesão de Portugal à Europa Comunitária, em 1977, multiplicaram-se as discussões em torno dos seus impactes, na mesma medida da forte preocupação de políticos e outros actores com as consequências previstas do Mercado Comum, em pleno período de instabilidade económica, social e governativa. Daí que a nota seguinte⁽⁴⁵⁾ tenha pleno cabimento, na continuidade, focando sobretudo o número especial da *Revista Crítica de Ciências Sociais* sobre a Pequena Agricultura em Portugal, onde se inclui um artigo da própria autora⁽⁴⁴⁾. Acresce a atenção desta nos trabalhos de J. Silva Lourenço, designadamente sobre Política Agrícola Sócio-Estrutural da CEE e regiões minifundiárias portuguesas e acerca do Associativismo de Produção na Agricultura. Mais tarde, no ano da adesão portuguesa à CEE (1986), Carminda Cavaco publica também um importante documento para o ensino⁽⁶³⁾ (mas não só) sobre a agricultura neste território supranacional, evidenciando bem os aspectos históricos da CEE e da PAC, bem como as perspectivas mais importantes para a inserção portuguesa.

A quinta nota da série «Temas importantes de Geografia Rural (...)»⁽⁴⁹⁾, na *Finisterra*, regressa às temáticas de interesse mundial, com informação cuidadosamente destilada de obras fundamentais estrangeiras, juntando história e geografia da agricultura com economia política do desenvolvimento. Reformas agrárias, Revolução Verde, o problema da fome e o acompanhamento da FAO emergem como matérias que se salientam. Tendo-se consolidado uma alternância entre a atenção centrada em obras nacionais e em estrangeiras, registamos – sobre estas últimas – que a sétima⁽⁷¹⁾ e a nona⁽⁸¹⁾ notas se dirigem especificamente para, respectivamente, a geografia da agricultura (comparações entre autores / obras de escolas e orientações complementares) e para a problemática do mundo rural em França, tendo em conta

o abandono agrícola e rural e os movimentos e as pressões inerentes aos percursos de modernização (contributos de geógrafos, sociólogos e economistas, principalmente).

No que respeita aos autores portugueses, mas mantendo sempre o objectivo de análise e divulgação científica, a sexta nota⁽⁵⁹⁾ circunscreve-se ao trabalho de Agostinho de Carvalho sobre os pequenos e médios agricultores no período 1960-75, enquanto a oitava⁽⁷⁸⁾ compreende a recensão de três obras de colegas cujos estudos acompanhou: 1) o polémico trabalho de Mariano Feio sobre a «reconversão da agricultura e a problemática do eucalipto»; 2) o estudo de apreciação das implicações económicas e sociais do projecto de «desenvolvimento do Baixo Mondego» e dos problemas de desenvolvimento regional colocados pelo mesmo, de Pedro Hespanha e José Reis; 3) a tese de doutoramento de José Portela (em língua inglesa), centrada «na análise das estratégias de obtenção de rendimentos das famílias rurais» numa «área economicamente marginal de Trás-os-Montes», entre 1900 e 1987, privilegiando a perspectiva antropológica e a observação participante.

Neste mesmo volume da *Finisterra*, inclui-se ainda um segundo «documento para o ensino»⁽⁷⁹⁾ (assim classificado na revista), sendo uma análise muito estimulante – com dados de diferentes origens, grafismo e mapas – e que nos permite perceber os contornos do investimento estrangeiro na agricultura portuguesa até aos anos oitenta, sobretudo centrado no sul do país.

Em 1988, com apoio em todo este *acquis* e em estudos que referiremos, foi preparado e publicado, no âmbito da preparação das provas de agregação (que tiveram lugar em 1989, com a lição de síntese sobre “problemas de desenvolvimento agrícola e rural”⁽⁷³⁾ em todo o mundo), o “Programa de Geografia Rural”⁽⁷⁶⁾, um instrumento didáctico-pedagógico muito desenvolvido, com numerosos recursos, incluindo sumários, «tópicos para reflexão e comentário» e orientações metodológicas e bibliográficas. Juntam-se dois grandes volumes de «Antologia»⁽⁷⁷⁾, organizados segundo as diferentes partes do programa, de tal forma que muitos alunos puderam dispensar o acesso directo a obras nem sempre acessíveis, enquanto obtinham elementos de textos de numerosos autores e em diferentes línguas (principalmente francês, mas também inglês, português, castelhano e até italiano).

Em 1998 virá a participar, com prefácio e revisão científica, em livros do ensino básico e secundário da Texto Editora, da autoria de Arinda Rodrigues e João Coelho; nos anos seguintes (1999 e 2000) o mesmo sucede, mas Arinda Rodrigues partilha a co-autoria com Maria Hermínia Santos, João Coelho ou Isabel Barata e Joana Moreira.

A estas produções documentais, mais ou menos especializadas, orientadas para o apoio de alunos e professores, devem juntar-se também, com relevância, outras que traduzem a preocupação com a educação geográfica, com alcance bastante diverso. Foi o caso, em primeiro lugar – na sequência do trabalho em torno do Ano Propedêutico – dos «Diapositivos Comentados» sobre o «Portugal Tradicional e Moderno»⁽⁴²⁾, em cuja subcapa do volume descritivo se pode ler (com assinatura de MBRT / Núcleo de Estudos de Emigração da SEECP):

«Respondendo ao interesse demonstrado por muitas comunidades portuguesas no estrangeiro edita agora o Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas uma colecção comentada de 160 diapositivos.

«Na impossibilidade de transmitir imagens de todas as terras portuguesas houve que fazer uma selecção, orientada por regiões que apresentam uma certa unidade geográfica e cultural.

«Assim procurou transmitir-se a todos os que estão longe (...) um Portugal Tradicional, que diz respeito aos antigos valores das terras e das gentes e um Portugal Moderno que evoluiu no tempo, acompanhando o progresso e as inovações.

«Pretendendo fazer mais que uma simples colecção com interesse turístico, a entrega da responsabilidade deste trabalho ao [CEG] da [FLL] é garantia de qualidade das fotografias escolhidas e dos comentários que as acompanham (...)».

Bastante mais tarde, já em 1992, reemerge a «tradição» e o «moderno», mas desta vez com incidência no «Portugal Rural»⁽⁸⁶⁾, uma edição de luxo do Ministério da Agricultura, de grande sensibilidade e integração de perspectivas, sem deixar de mostrar os contornos do desenvolvimento rural mais recente, em contexto de integração na UE. Para além do corpo principal da obra, integra uma parte final “mais técnica”, com documentos (carto)gráficos. Em 1993 colabora no *Portugal Agrícola*, do INE⁽⁸⁹⁾, no âmbito da colaboração (referida na obra) do CEG da UL. Apesar de não ser indicado o autor de cada parte, é indesmentível o estilo da autora no capítulo “População Agrícola”⁶. Em 1994 colabora também no videograma da Universidade Aberta (coordenação de Carlos Alberto Medeiros) sobre «Geografia Humana de Portugal», com a responsabilidade pelos conteúdos dos programas 3 e 4 – “Agricultura portuguesa” e “Imagens do Portugal rural”⁽⁹⁶⁾. Deve ainda mencionar-se aqui um livro de grande beleza (em colaboração com J.M.Simões), em edição de luxo, sobre as diferentes dimensões do papel da água, na vida de todos os seres e na sociedade, economia e território⁽¹¹⁶⁾.

⁶ O mesmo acontece noutra estudo⁽⁶⁹⁾. Em casos destes, só o acesso ao *Curriculum Vitæ* dos autores ou declaração do responsável pela obra permite ter a garantia daquilo que depende, em primeira mão, da sensibilidade e do conhecimento sobre as características da escrita pessoal de quem está a ser alvo de atenção.

O território: entre a incidência no desenvolvimento e os contributos para o planeamento

Durante o período em que a investigação da Prof. Carmina Cavaco se orientava sobretudo para a tese, foi-lhe ainda possível efectuar outros trabalhos, como vimos. Um deles, ainda não mencionado, enquadra-se inequivocamente entre os contributos para o planeamento do território. Foi o caso do primeiro relatório do «projecto de estudos de geografia humana e regional», um volume de grande dimensão⁽⁴²⁾, que contou com a ajuda de colaboradores no tratamento da informação. O relatório surgiu na sequência da visita de estudo a Madrid com Maria Alfreda Cruz, em Novembro de 1971. Incide nas funções e actividades económicas peri-fronteiriças (sobressaindo o comércio e as relacionadas com o mar) em torno do Rio Minho e aproveita conhecimentos e trabalho de campo, com inquéritos, efectuados com Isabel Marques desde 1964, complementado com a aplicação de outros questionários em 1971/72, bem como o labor inerente à realização de plantas funcionais de povoações portuguesas e espanholas.

O contributo da Prof. Carmina em trabalhos com aplicação na referida dimensão do planeamento só voltará a verificar-se após a realização da tese. Em acréscimo a outros estudos já atrás referidos, interessa-nos indicar aqui o primeiro em que o CEG responde a uma solicitação de um organismo governamental⁷, designadamente da Secretaria de Estado do Ambiente, em 1978, numa altura em que Manuel Gomes Guerreiro encabeçava a respectiva equipa. «A bacia hidrográfica do rio Almonda»⁽²²⁾ é então o território abrangido, num estudo em parceria com Jorge Gaspar e Carlos Alberto Medeiros, e ainda com a colaboração de José Manuel Simões, em que uma dimensão sub-regional de planeamento é abrangida, com a análise do seu equipamento social e da dinâmica da sua população.

A pesquisa desenvolvida por inerência à dissertação de doutoramento deixou profundas marcas no percurso científico posterior. De facto, a grande profundidade e intensidade analítica dos temas abrangidos pela dissertação facilitaram a posterior produção científica em temas / matérias sobre a região do Algarve. Para além das incidências no Turismo, que abordamos noutra parte, bem como aquelas já atrás indicadas, será o caso do artigo sobre a importância da alfarrobeira⁽³⁵⁾ (evidente preocupação social com um recurso económico da região), as orientações horto-frutícolas do litoral⁽³⁶⁾, a análise da

⁷ Desde que o CEG iniciou a Linha de Acção "Estudos para o Planeamento Regional e Urbano", em 1976.

agricultura algarvia de acordo com os dados do recenseamento agrícola de 1979⁽⁵³⁾ ou mesmo o texto de enquadramento sobre o nascimento do ensino superior no Algarve⁽¹³⁸⁾.

Mas o percurso de investigação consubstanciado na tese induziu também condições matriciais de especial capacidade para uma apurada análise das realidades sociais, económicas e territoriais em diferentes escalas, aspecto de elementar pertinência na compreensão e na abordagem das problemáticas do desenvolvimento. Os estudos de Carminda Cavaco revelam um profundo entendimento do significado da abstracção numérica / estatística ou tipológica e das suas vantagens e limites, dada a imersão analítica na complexa realidade que lhe subjaz e ao forte enraizamento da investigadora nos processos práticos da produção dessas mesmas abstracções, procurando o pormenor possível na descrição e na sistematização dos objectos da sua pesquisa.

A dedicação à matéria da Agricultura a Tempo Parcial (ATP) é particularmente ilustradora deste aspecto. No mesmo ano em que obtém o grau de Professora Associada na FLUL (1980), vê publicado o seu primeiro estudo neste domínio⁽³⁴⁾, sendo uma versão mais desenvolvida (e rica em cartografia) que aquela que virá a ser incorporada no Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro⁽⁷⁴⁾. No ano seguinte, novos desenvolvimentos deste tema de grande oportunidade, em contexto internacional, fazem um dos artigos mais importantes da revista *Economia*⁽³⁹⁾. Como assunto correlativo (pela pertinência na ATP) materializa também, nessa altura, o estudo sobre a relevância da mulher na agricultura portuguesa⁽⁴¹⁾, bem como outros trabalhos já atrás apontados (notas 40 e 44) e que enquadram ou complementam investigações posteriores.

Esta fase de pesquisa teve o seu reforço iniciado neste ano de 1981, em que Carminda Cavaco se integra como investigadora principal no Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian (CEEA - Oeiras), efectuando vários trabalhos, até 1983, na companhia de colegas do ISA e de outras instituições, alguns deles com estudos analisados e divulgados em notas da *Finisterra* (ver acima). Fruto desses contactos, colabora em 1982 no Seminário de Sociologia Rural, no ISCTE.

Os mais visíveis resultados deste percurso são os inovadores estudos: a) sobre a pequena horticultura doméstica de não-agricultores em contexto urbano, uma realidade económica e social com referências internacionais, bem documentada para o caso de Lisboa⁽⁵⁵⁾; b) a ATP como «factor de estabilidade e de paz social»⁽⁵⁸⁾; c) a situação da ATP em toda a região de Lisboa⁽⁵⁶⁾ Este

último, produto de grande fôlego de trabalho interdisciplinar (com alunos finalistas envolvidos), serviu de referência / apoio a vários estudos de diversos autores, em diferentes áreas das ciências sociais. Ao mesmo tempo, a investigação no CEEA alimentou artigos paralelos: sobre os recursos e as limitações do *Recenseamento Agrícola do Continente* (RAC – 1979)⁽⁵⁰⁾; as dificuldades da interpretação dos dados sobre a População Agrícola⁽⁶⁰⁾ o impacte da urbanização no tecido rural do hinterland lisboeta⁽⁵¹⁾; a pluriactividade, tanto na óptica da sua relação com o minifúndio⁽⁶¹⁾ como nas combinações com as situações de plurirrendimento⁽⁶²⁾. Em muitos destes trabalhos é particularmente visível a cartografia muito complexa, tradução sintética de realidades complexas.

Ainda com a atenção centrada na agricultura portuguesa, na perspectiva do desenvolvimento económico, temos a análise das letargias e dinâmicas (em que sobressaem os condicionalismos das tecnologias, do crédito e da gestão das explorações)⁽⁶⁴⁾, matéria depois retomada em publicação francesa⁽⁷⁵⁾, e a relação entre as estruturas agrárias e a mecanização agrícola (na qual também se problematiza a modernização e se evoca o "modelo de desenvolvimento" subjacente às opções políticas)⁽⁶⁷⁾. No mesmo ano é também dado relevo à problemática do desenvolvimento regional e do ordenamento do espaço rural⁽⁶⁸⁾, focando as diferentes estratégias sociais de adaptação tendo em conta as limitações de enquadramento, incluindo-se aqui as formas de articulação inter-sectorial.

Das convivências de trabalho de Carmina Cavaco no CEEA, mas também noutras, surgiu o interesse em constituir a SPER (Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais), em 1986, tendo a Prof. Carmina assumido o cargo de vogal da direcção e a responsabilidade pela edição de seis números do "Boletim" da SPER entre 1986 e 1990, período incluído nos mandatos em que permaneceu nessa função. Este facto ajuda a explicar a sua participação em iniciativas, eventos e publicações enquadradas por esta organização. Veio a ser o caso do *13º Congresso Europeu de Sociologia Rural*, para o qual a autora preparou uma das bem conseguidas sínteses sobre o Portugal Rural⁽⁶⁵⁾, «em curtas páginas» (como referiram J. Ferreira de Almeida e M. V. Cabral na apresentação do volume de conjunto). No ano seguinte virá novo contributo⁽⁷⁰⁾, por ocasião do 1º Encontro Nacional da SPER, simultaneamente um «estágio de campo», em Arouca (área de montanha), com a presença do edil camarário (que propõe um Plano de Desenvolvimento Integrado do Concelho) e de outras entidades. Já nos anos noventa, a realização do colóquio da SPER "Eucalipto, economia e território" dá lugar à edição das actas, numa publicação com o mesmo nome⁽⁹²⁾, coordenada pelas mesmas pessoas que inte-

graram a Comissão Organizadora, caso de Carminda Cavaco.

Noutra óptica de contributo para o planeamento e desenvolvimento territorial, a Prof. Carminda coordenou, desde 1986, as áreas do Turismo e Agricultura, no estudo de preparação da Operação Integrada de Desenvolvimento (OID) da Península de Setúbal (CEDRU – cf. nota 69). Já desde 1989 coordena também as mesmas áreas da elaboração do Programa Operacional para a Raia Central (PDR / QCA) e do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa - PROTAML (1993). Efectuou também a Coordenação-Geral no estudo "Estratégias de desenvolvimento nas zonas fronteiriças de Portugal e Espanha - a abertura de novos postos fronteiriços: problemas e perspectivas", subsidiado pela FLAD e promovido pelo CEPCEP da Univ. Católica e pela Associação para o Estudo das Relações Internacionais. Coordenou igualmente o Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região do Algarve do QCA 1994-1999, para a CCR-Algarve (1996). Integrou-se ainda nas equipas responsáveis pelos: Estudo para as Regiões Fronteiriças de Trás-os-Montes / Zamora (CCE - Prog. INTERREG, 1991/93); Estudo de Análise e Prospectiva do Desenvolvimento Regional, para a Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional (1992/93); Estudo para a Definição de uma Base Económica para a Região do Alentejo, para a CCR-Alentejo (1996); Estudo de Avaliação do PROTAL (1989-93), para a CCR-Algarve (1997); PDM de Cascais, para a respectiva Câmara Municipal; diversos estudos de desenvolvimento nos Açores, na Beira Baixa e na Zona do Pinhal (1997-2004). Em 1994/95 foi também orientadora do Eixo Investigação para o Desenvolvimento, do Programa Interministerial de Artes e Ofícios Tradicionais. A partir de 2004-2005 participa em equipas de planeamento responsáveis pela elaboração de várias Agendas 21 Local.

Em termos de projectos de investigação científica, financiados pela JNICT e depois pela FCT, coordenou: "As regiões de fronteira - inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu" (1991-95), iniciado no mesmo ano em que ocupa o lugar de Prof. Catedrática na FLUL; "Desenvolvimento Rural: Desafio ou Utopia?" (1995-99) e "Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um país periférico". Este estendeu-se entre 1995 e 2003, com duas fases, com autorização para tal, devido a três importantes interrupções. A primeira deveu-se ao facto de a Prof. Carminda ter presidido ao Comité Organizador da Conferência Regional da União Geográfica Internacional em 1998 (*UGI / IGU 98 - The Atlantic: Past, Present and Future*), acarretando um volume de trabalho considerável. A segunda prendeu-se com

a tarefa de integrar o júri de atribuição do Prémio Vautrin Lud (*Prix Vautrin Lud*, o equivalente a um Prémio Nobel para a Geografia), entre 1998 e 2002, três anos dos quais como Presidente. A terceira porque ficou encarregue de coordenar a Comissão de Avaliação Externa das licenciaturas em Geografia e Planeamento Regional e Urbano (2003).

Ignorando ainda, por enquanto, os estudos específicos sobre o turismo, os anos noventa e a primeira metade do actual decénio caracterizam-se, por um lado, pelo domínio de produção científica relacionada com a participação nos projectos indicados, com as seguintes temáticas: o desenvolvimento rural na Raia Central⁽⁸⁰⁾; as actividades agrícolas em zonas fronteiriças⁽⁸⁴⁾; inovação e desenvolvimento em regiões de fronteira (notas 97-102, 107 e 112); as condições gerais do mundo rural⁽⁸⁸⁾; as artes e ofícios tradicionais e as micro-empresas^(93/94) (nestas matérias, também, de certo modo, a nota 129); entre o despovoamento rural e o desenvolvimento local⁽⁹⁵⁾; as condições e as contradições do desenvolvimento rural (notas 117-122); aspectos económicos, sociais e de desenvolvimento do país na perspectiva do aprofundamento da integração⁽¹³²⁾; as fronteiras da UE (que incide na geopolítica e no múltiplo policentrismo europeu, com geometria variável e fronteiras contestáveis; a argumentação é culturalista, mostrando utopias, contradições, opções e dilemas políticos)⁽¹³⁶⁾, trabalho que se complementa com um «quadro alargado e global», económico e (geo)político de uma Europa dinâmica, dentro da qual se perspectiva a situação portuguesa⁽¹³⁹⁾; os pólos extremos dos condicionamentos das paisagens rurais: «do “determinismo natural” ao “determinismo político”»⁽¹⁴⁰⁾, num número da *Finisterra* de homenagem a Carlos Alberto Medeiros, em que se salienta o carácter dinâmico das paisagens e as suas perspectivas de mutação face aos condicionamentos externos, incluindo da UE em alargamento.

Por outro lado, outros temas só acessoriamente poderão ter raízes nos referidos projectos; vários situam-se fora desse âmbito: terciarização das explorações agrícolas (numa publicação em grande parte dedicada às II Jornadas de Geografia Humana do IEG-FLUC - “Terciarização e Desenvolvimento”)⁽⁸²⁾; agricultura moderna, ambiente e desenvolvimento rural (que mostra a Geografia atenta aos problemas do momento, inerentes à integração na UE e às regras da PAC)⁽⁸³⁾; o papel da emigração e retorno no desenvolvimento rural⁽⁹¹⁾; reestruturação económica e mobilidade da população nos anos oitenta e noventa⁽¹¹¹⁾; o comércio de retalho em meio rural, em dois estudos^(123/124), o último dos quais em colaboração e no âmbito do Observatório do Comércio; a situação portuguesa em termos de desenvolvi-

mento local na viragem do milénio (em colaboração)⁽¹²⁴⁾; a preparação do desenvolvimento sustentável na Ilha Graciosa (em colaboração)⁽¹³⁰⁾; o ambiente e os usos do território⁽¹³⁴⁾, num artigo de reflexão culturalista que exalta a primazia do valor simbólico destes conceitos para diferentes pessoas, em diversas situações; os "Habitares dos espaços rurais"⁽¹³⁵⁾, o texto de uma das conferências de homenagem a Rosa Fernanda Moreira da Silva (FLUP), em que a grande atenção à comunicação social / ao contexto informativo do cidadão comum é a base para uma análise de precisão dos conceitos e da realidade subjacente; a agricultura e o espaço rural, a forma esmerada de colaboração no grande trabalho colectivo *Geografia de Portugal* (Círculo de Leitores), sob a direcção de Carlos Alberto Medeiros – três dos capítulos da Parte I (notas 141-143).

Deve mencionar-se ainda um projecto, relativamente excêntrico (no contexto do conjunto), do qual a Prof. Carminda foi coordenadora adjunta (com M^a Lucinda Fonseca) – *Guia das livrarias em Portugal*, 1990, um estudo com a coordenação geral de Jorge Gaspar. Referimo-nos a um trabalho enquadrado no projecto de Investigação sobre o "mercado do livro em Portugal", promovido pelo Instituto Português do Livro e da Leitura e realizado pela FUL, através de um grupo de trabalho do Departamento de Geografia da FLUL.

Um olhar particular sobre os estudos do turismo

Como se deu a entender atrás, os primeiros trabalhos da Prof. Carminda com incidência no turismo, até aos anos 70 do século passado, já mostravam uma considerável dissecação analítica do fenómeno turístico, circunscrevendo os estudos a diferentes territórios, mas também mostrando o enquadramento das realidades observadas e dos processos em desenvolvimento. Não obstante, na abordagem dos aspectos evolutivos e espaciais do turismo em Portugal, em 1979⁽²⁵⁾ e em 1980⁽³⁷⁾, possuindo embora o trabalho suficiente base estatística e boa (carto)grafia de representação na situação no Continente, a autora considera estarmos ainda perante «uma simples introdução a um estudo essencialmente geográfico», por considerar não ter as escalas adequadas e o trabalho de campo.

Já no trabalho sobre turismo e demografia no Algarve^(30/33) se faz uma abordagem de migrações inter e intra-regionais, periódicas, por tipos e definitivas, relacionando-as com o emprego. Em termos de recursos metodológicos, a base informativa assentou em fichas de inscrição dos trabalhadores nos

sindicatos. O mesmo se passou no estudo sobre a Costa do Estoril^(43/48) se bem que aqui o trabalho de campo, com os alunos do Seminário de Geografia do Turismo, na FLUL – entre outros recursos para a recolha de informação – teve um papel complementar. Dos vários agradecimentos expressos (com interesse metodológico, apontando os meios obtidos, problemas e limitações), relevamos o efectuado a Ana Firmino, a quem muito se deveu a «ultimização do trabalho de campo».

Com a fundamentação empírica e as perspectivas já alicerçadas nos estudos anteriores, algumas intervenções em seminários / colóquios correspondem a publicações de grande interesse. Numa delas⁽⁴⁷⁾, faz-se a ligação entre a matéria do turismo e a nascente Universidade do Algarve, abrindo perspectivas para as carências de I&D a suprir (implicando ensaios, avaliações e orientação de investimentos em conformidade), em articulação com o novo ensino superior, de modo a viabilizar toda uma qualificação regional, ordenamento do território e valorização económica. Algumas destas questões são também exploradas, no ano seguinte⁽⁵⁴⁾, em termos de reflexão teórica sobre o terciário para uma Geografia aplicada ao desenvolvimento.

As «realidades e mitos» do turismo – de ontem e de hoje – surgem como um tema-mensagem para públicos diversos, pelo que se adaptou, de uma das Orações de Sapiência na Universidade Internacional⁽⁷²⁾, para a colecção *Turismos e Lazeres*^(106/109), onde se encontra também outro estudo da autora sobre a história do caso de Vilamoura, no Algarve⁽¹¹⁰⁾. Naturalmente, para a revista *Economia e Prospectiva*, dedicada ao Turismo como «Actividade Estratégica», foi mais adequado... «de ontem e de amanhã»⁽¹¹⁵⁾, tal como surgiu como apropriado o «Turismo e Ambiente» num dos Congressos do Alentejo⁽¹⁰⁴⁾.

Nos anos noventa, que marcaram uma forte atenção dada ao turismo como instrumento económico de desenvolvimento regional e local, com reforço da promoção do seu papel em meio rural com o programa LEADER e com meios nacionais, os contributos da Prof. Carmina para o assunto foram vários. Vinte dos seus trabalhos publicados neste decénio envolvem a abordagem do turismo, ainda que só treze deles o indiquem em título. Não só a matéria está presente nos volumes publicados dos projectos relativos às «regiões de fronteira»⁽¹⁰¹⁾ e ao «Desenvolvimento Rural»^(121/122) (em mais que estes dois artigos), como também em publicações estrangeiras, do Reino Unido⁽¹⁰³⁾, dos Países Baixos⁽¹⁰⁵⁾ e Brasil⁽¹⁰⁸⁾, para além de trabalhos já indicados, a propósito de outras matérias.

Outro dos contributos, mas na vertente técnica, verifica-se logo em

1991/92, quando a Prof. Carminda integra a equipa responsável pelo Programa de Desenvolvimento Turístico do Baixo Mondego e Gândaras, para a respectiva Associação de Municípios.

Interessa também salientar que em 1996 foi “madrinha” e participante na criação do NETeL (Núcleo de Estudos de Turismo e Lazer), estrutura *ad hoc* no âmbito do CEG que incluía os habituais colaboradores da Prof. Carminda que com ela trabalharam sobre Turismo nesta instituição. Revelou-se um núcleo (como tal) tão efémero quanto a efeméride de vulto que logrou organizar, o *Colóquio Internacional “Territórios do Lazer / Territories of Leisure”*, Lisboa, 9-11 de Maio de 1996. Resta como testemunho directo e material apenas a edição, preparada para o evento, do livro de Resumos das Comunicações. Não obstante, o Colóquio – com mais de duas centenas de participantes – nunca deixou de ser um excelente mostruário do espectro de influência da Prof. Carminda. Em termos de académicos de maior renome, marcaram presença oradores convidados de França, Espanha, Reino Unido e Países Baixos, assim como de universidades portuguesas (Porto, Coimbra, Lisboa, Algarve). Mas foram também apresentadas comunicações de investigadores destas origens e de outras, tanto estrangeiras (universidades de Bolonha, Cantábria, São Paulo) como nacionais: Universidade de Évora, FAUL, ICN, ISCTE e instituições de ensino superior não universitário, incluindo a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, a cujo Conselho Científico a Prof. Carminda veio a presidir. Embora se pudesse observar uma maioria de geógrafos, fez-se sentir também um peso considerável de participantes com outra formação de base: História, Economia, Sociologia, Antropologia, Arquitectura, Engenharia do Ambiente, etc.

O ano 2000 marca o início de um reforço da “presença no Brasil”, pois nele decorre a missão científica, no âmbito de protocolo entre as universidades de Lisboa e de São Paulo. Intitulado “Turismo rural e ambiental na perspectiva do desenvolvimento regional e local em Portugal e no Brasil”, dá lugar a um relatório⁽¹²⁵⁾ (coordenado por Adyr Rodrigues) que se torna a base para um trabalho mais organizado e desenvolvido, publicado no ano seguinte⁽¹²⁷⁾. Em colaboração com M^a Lucinda Fonseca, e após deslocações para proferir conferências (efectuando também recolhas de elementos) nesse país, constitui um contributo sintético para «compreender o Brasil em termos de turismo, doméstico e internacional» e «conhecer os seus muitos recursos e múltiplos produtos» (p. 3). Entretanto, tem publicação neste país um artigo que articula com o turismo e o desenvolvimento rural a matéria do comércio em contexto rural, que já provinha de projectos dos anos noventa⁽¹²⁶⁾.

Já no século XXI, mantém-se o peso relativo das publicações em que se aborda o assunto focado (mais de metade). Para além de trabalhos já mencionados, refira-se a conferência sobre as «permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos», publicada na obra colectiva decorrente do I Encontro de Turismo em Espaços Rurais e Naturais (TERN)⁽¹³³⁾, organizado pela ESAC e pela SPER. A participação noutra conferência, já em 2006, no Brasil, traduz-se também em artigo (de um livro) publicado neste país⁽¹⁴⁵⁾ no qual se problematiza a difícil alternativa de regionalizar o turismo em áreas rurais a partir da oferta, com reflexões «sustentadas no conhecimento da realidade portuguesa», embora também com um enquadramento teórico de matriz mais lata.

O trabalho mais profundo e volumoso da Prof. Carmina neste período – em matéria de turismo – refere-se a toda a Parte IX da *Geografia de Portugal*⁽¹⁴⁴⁾ (dir. de C. A. Medeiros), acima mencionada. Revelando grande actualização, o conteúdo estende-se por 60 páginas, em sete capítulos, nos quais se mostra uma cuidadosa abrangência da matéria mais pertinente em Geografia do Turismo, com equilíbrio de texto e ilustração colorida, com fotografias, gráficos, quadros e mapas, na esteira do que nos habituou, nos produtos dirigidos a públicos diversos e exigentes (naturalmente, teve aqui a vantagem de seguir a opção bem definida num projecto editorial de grande envergadura).

Nos anos noventa e após a viragem do milénio, na sequência de numerosas participações em projectos e estudos de planeamento, bem como o acompanhamento e actualização científica em estudos do turismo, a Prof. Carmina reforça a sua propensão para uma atitude de “desenvolvimentismo crítico”. Ou seja, o seu esmiuçamento da matéria permite-lhe combater posições de extremismo ou fundamentalismo intelectual e político, tanto se apoiando em autores que estudam como em autores que testemunham, opinam e revelam particularidades, a par do proveito obtido com toda uma vida de cultivo da sensibilidade e do profundo entendimento das condições dos territórios, afinal a «matéria-prima do turismo», segundo expressão de Manuel Valenzuela Rubio.

Assim, a sua abordagem do fenómeno turístico tem assumido, cada vez mais, uma reforçada posição de “combate analítico”, sobretudo dirigido – numa função educadora que não consegue despir – ao “ser urbano”, tanto como pensador de feição normativa como na qualidade de consumidor “domesticado”, mais ou menos iludido, romântico, alienado ou mi(s)tificador, arrastado pelos contextos e pelas acções de manipulação do simbólico, leva-

do pelos interesses afirmados em ofertas sedutoras de múltiplos e difusos mercados, incluindo “os da ecologia”. Também por isso, embora analista da complexidade, não deixa todavia de privilegiar a posição ortodoxa de quem observa constantemente o senso comum – e inerentes práticas – e o destila, marcando a legitimidade da “economia adquirida” e alimentando uma sistemática desconfiança em relação ao ecologismo e ao ambientalismo mais radical, um “luxo de quem tem posses” para ousadias ideais e pouco consistentes da modernidade tardia ou da pós-modernidade.

Notas conclusivas em torno de um perfil

Com o acesso a diferentes pontos de apoio, para um conhecimento multi-perspectivado sobre o perfil da Prof. Carminda, julgamos ter de contar como imbricáveis e indissociáveis as qualidades científica, pedagógica e técnica, e as qualidades humanas. Assim, sem a preocupação de tentar saber se nos referimos mais a estas últimas ou às primeiras, apontaríamos: a tolerância e a flexibilidade, apenas relativizadas perante quem obsta ao seu cultivo do rigor e da responsabilidade pessoal; o gosto pelo diálogo construtivo; a grande capacidade de acarinamento de quem mostra entusiasmo pela investigação séria e empenhada; a inesgotável capacidade de recorrer a exemplos, a situações concretas de sucesso e de insucesso, com efeitos incentivadores da autonomia dos alunos; a disponibilidade para abraçar linhas de pesquisa diversas, mais com a preocupação pela pertinência social e pela inovação qualificante e menos com a moda ou o *mainstream*, embora sem recusar boas oportunidades (financiadas) de fazer valer a ciência que abraçou.

Esta característica de multifacetamento, não final nem menor, ficou bem patente no delineamento curricular atrás esboçado, assim como já tinha sido sugerida no estimulante ensaio de ABREU et al. (1984)⁸. Aqui, numa análise do posicionamento relativo dos colaboradores do CEG, definido a partir de revistas e de autores por eles citados, numa estrutura de relações modelizada com a metodologia da dinâmica de poliedros (complexos simpliciais e conjugados), verifica-se que as referências efectuadas, traduzindo os interesses, as vias e as perspectivas científicas seguidas, colocam a Prof. Carminda em posição algo excêntrica. Naturalmente, a eventual repetição desta análise em 2006 reposicionaria vários dos colegas, muito provavelmente, podendo

⁸ ABREU, D.; FERRÃO, J.; FONSECA, M. L.; GASPAR, J. (1984), “Um poliedro complexo: olhar sobre a estrutura científica do Centro de Estudos Geográficos”, *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, Lisboa, CEG, 1º Vol., pp. 37-58.

especular-se, quiçá provocatoriamente, que teríamos uma estrutura mais claramente polinucleada, colocando a Prof. Carmina num dos núcleos, mas ganhando maior centralidade, pela acção combinada da sua influência em colegas de diferentes níveis geracionais e da sua integração / acompanhamento de domínios de trabalho complementares, cada vez mais carentes de interacções funcionais, face aos desafios colocados à Geografia, aos geógrafos e aos cidadãos docentes e investigadores, de diferentes áreas, que se encontram a responder transdisciplinarmente às solicitações da sociedade.

Deveremos salientar, todavia, que a influência da Prof. Carmina no exterior do CEG foi muito maior, influenciando colegas de outras escolas e formações científicas (economia, agronomia, sociologia, etc., para além de diferentes ramos da Geografia Humana) tanto em Portugal como no estrangeiro – com particular expressão no Brasil – sobretudo na medida em que esteve na vanguarda de um domínio específico dos estudos do Turismo, por ela iniciados em Portugal em contexto de resistência académica (a este tipo de inovação). Nesta e noutras matérias, grande parte da sua projecção desenvolveu-se com a orientação de várias teses de mestrado e de doutoramento (e mesmo com a arguição de algumas) e com a participação em numerosos júris, encontros e equipas de trabalho. Não obstante, a incidência na valorização científica foi sempre bem acompanhada pelo investimento atento e sensível no ensino, aspecto notável porque raramente bem conseguido no meio académico.

Em termos de futuro, temos conhecimento indiciário para afirmar que a Prof. Carmina, podendo ser selectiva, gostará de restringir-se a temas de investigação nas áreas do turismo de saúde e bem-estar, um domínio restrito da sua preferência mais “pesada”, mas também à dimensão política das questões europeias, matéria estimulada pelos projectos dos últimos anos, pela experiência de leccionação em Estudos Europeus e pelo “vício inveterado” de observadora da problemática social em contexto territorial, na mesma medida em que a generalidade da sua obra testemunha o interesse pela qualificação das pessoas e dos territórios, nunca perdendo o sentido de pertença a uma Europa exigente e desafiadora.

Bibliografia de Carminda Cavaco

- (¹) 1960 – *Paisagem e vida rural numa aldeia algarvia: Boliqeime*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tese de licenciatura
- (²) 1966 – “Geografia Humana do Algarve”, *Finisterra* Vol. I, nº 1, pp. 129-131.
- (³) 1966 – “Os Vales de Loriga e de Alvoco na Serra da Estrela. Estudo de Geografia Humana”, *Finisterra* Vol. I, nº 2, pp. 188-239 (em colaboração com Isabel Marques).
- (⁴) 1968 – “Acerca das relações económicas cidade-campo na França”, *Finisterra* Vol. III, nº 5, pp. 107-114.
- (⁵) 1969 – “A pesca e a indústria de conservas de peixe em Portugal”, *Finisterra* Vol. IV, nº 7, pp. 145-153.
- (⁶) 1969 – “Geografia e turismo no Algarve. Aspectos contemporâneos”, *Finisterra* Vol. IV, nº 8, pp. 216-272.
- (⁷) 1969 – “A paisagem rural do Minho”, *Finisterra* Vol. IV, nº 8, p. 299.
- (⁸) 1970 – “Geografia e turismo: exemplos, problemas e reflexões”, *Finisterra* Vol. V, nº 10, pp. 247-282.
- (⁹) 1971 – “Migrações internacionais de trabalhadores do Sotavento do Algarve”, *Finisterra* Vol. VI, nº 11, pp. 41-83.
- (¹⁰) 1972 – “Comércio externo de Portugal”, *Finisterra* Vol. VII, nº 13, pp. 141-166.
- (¹¹) 1972 – “Abastecimento de Lisboa em hortaliças e frutas. O contributo algarvio”, *Finisterra* Vol. VII, nº 14, pp. 256-292.
- (¹²) 1973 – *A região de fronteira do rio Minho*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Projecto de estudos de geografia humana e regional (relatório nº 1), 329 p.
- (¹³) 1974 – *Aspetti geografici del turismo nella Riviera di Ponente, da Finale a Laigueglia*. Genova, Instituto de Scienze Géographiche, Università di Genova, 149 p.
- (¹⁴) 1974 – “Monte Gordo: aglomerado piscatório e de veraneio (Primeira Parte)”, *Finisterra* Vol. IX, nº 17, pp. 75-99.
- (¹⁵) 1974 – “Monte Gordo: aglomerado piscatório e de veraneio (Segunda Parte)”, *Finisterra* Vol. IX, nº 18, pp. 245-300.

- (16) 1975 – “La vigne et les arbres fruitiers de plein champ en Algarve oriental, Portugal”. *Estratto dagli Atti del Convegno internazionale "I Paesaggi Rurali Europei"*, Perugia, 7-12 Maggio 1973, pp. 87-94.
- (17) 1975 – “Una industria italiana di conserve ittiche alla foce della Guadiana”. Roma, *Bolletino della Società Geografica Italiana*, 7-12, 1975, pp. 311-341 [idem em separata]
- (18) 1976 – *O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar*. Faro, Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, Vol I (204 p. + diversos) e Vol II (492 p. + diversos).
- (19) 1977 – *A cooperação agrícola em Portugal: desenvolvimento e expressão geográfica*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Prova complementar de doutoramento em Geografia Humana apresentada à FLUL, 74 p.
- (20) 1977 – *Considerações gerais acerca de alguns tipos de cooperativas de empresários agrícolas no Continente*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 73 p.
- (21) 1977 – *Geografia. Ano propedêutico, 1977-78*. Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Superior, Secretaria de Estado do Ensino Superior, 464 p. (em colaboração com outros co-autores).
- (22) 1978 – *A bacia hidrográfica do rio Almonda: equipamento social e mobilidade demográfica*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano nº 6 (em co-autoria com Jorge Gaspar e Carlos Alberto Medeiros e a colaboração de José Manuel Simões), 347 p.
- (23) 1978 – “A cooperação agrícola num projecto de educação de adultos para Portugal”, In: GUSMÃO, Maria José; MARQUES, A J Gomes (coord.) - *Curso sobre educação de adultos*. Braga, Universidade do Minho, Projecto de Educação de Adultos, pp. 365-400.
- (24) 1979 – “Temas importantes de Geografia Rural na bibliografia recente (Parte I)”, *Finisterra* Vol. XIV, nº 27, pp. 99-141.
- (25) 1979 – *O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Estudos de Geografia Humana e Regional: Série B - Portugal - Estudos Gerais 1, 52 p.
- (26) 1979 – *Alguns aspectos das estruturas agrárias de Portugal continental*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Estudos de Geografia Humana e Regional: Série B - Portugal - Estudos Gerais 2, 60 p.
- (27) 1979 – “Alguns aspectos das estruturas agrárias de Portugal continental”.

In: BUSTOS, E (dir./ed.) - *I Coloquio Ibérico de Geografía*. Ed. Universidad de Salamanca, pp. 117-129.

- (28) 1979 - *Organização funcional do espaço numa pequena área limite do Algarve com o Alentejo*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Linha de acção nº 2: Geografia humana e regional - C-Estudos regionais e locais 2, 31 p.
- (29) 1979 - *Aspectos geográficos da evolução demográfica de Portugal continental depois do último censo: 1970*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Linha de acção nº 2: Geografia humana e regional, A - Portugal: Temas da actualidade, 101 p. (em co-autoria com Carlos Alberto Medeiros).
- (30) 1979 - *Turismo e demografia no Algarve*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Estudos de Geografia Humana e Regional, Série C-1, 76 p.
- (31) 1979 - *Geografia*. Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1979-1980 (Textos pré-universitários 5, 17, 26, 46), 813 p.
- (32) 1980 - "Temas importantes de Geografia Rural na bibliografia recente (Parte II)", *Finisterra* Vol. XV, nº 29, pp. 97-113.
- (33) 1980 - *Turismo e demografia no Algarve*. Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 94 p.
- (34) 1980 - *A agricultura a tempo parcial em Portugal: nota introdutória*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Linha de acção nº 2 - Geografia humana e regional, B - Portugal: Estudos gerais 3, 41 p.
- (35) 1980 - "The carob tree in the landscape and economy of Algarve". *Portugaliae acta biologica*, Serie A - Vol. XVI-1-4, pp. 233-244. In: CATARINO, F (ed.) - *International Symposium on Ceratonia siliqua L.* (Proceedings of the Fourth MPP meeting - Aldeia das Açoteias, Algarve, October 9-13, 1978), INIC-Centro de Engenharia Biológica das Universidades de Lisboa / Mediterranean Group for Applied Plant Physiology.
- (36) 1980 - "Orientações horto-frutícolas do Baixo Algarve". *Estudos italianos em Portugal*, nº 40-42, pp. 281-339. [idem em separata]
- (37) 1980 - "O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais". *Estudos italianos em Portugal*, nº 40-42, pp. 191-279. [idem em separata]
- (38) 1981 - "Temas importantes de Geografia Rural na bibliografia recente (Parte III)", *Finisterra* Vol. XVI, nº 31, pp. 150-181.

- ⁽³⁹⁾ 1981 – “A agricultura a tempo parcial: expansão, diversidade e significado económico, social e geográfico”, *Economia* Vol. V, nº 2, Maio 1981, pp. 271-313 [idem em Separata].
- ⁽⁴⁰⁾ 1981 – *A pequena agricultura de complemento na periferia de Lisboa*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Estudos de Geografia Humana e Regional C5, 29 p. (comunicação apresentada ao Seminário Internacional sobre as Agriculturas da Europa Mediterrânea: os homens e o trabalho).
- ⁽⁴¹⁾ 1981 – *A mulher na agricultura portuguesa*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Estudos de Geografia Humana e Regional B4, 34 p. (comunicação apresentada ao Seminário Internacional sobre as Agriculturas da Europa Mediterrânea: os homens e o trabalho).
- ⁽⁴²⁾ 1981 – *Portugal Tradicional e Moderno: Diapositivos Comentados*. Lisboa, Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas - Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas (Núcleo de Estudos de Emigração), 30 p. (com a colaboração de Isabel Macedo, Patrícia Pedro, Catarina Melo Ramos e José Eduardo Ventura).
- ⁽⁴³⁾ 1981 – *A costa do Estoril: esboço geográfico*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Linha de acção nº 2 - Geografia humana e regional, C - Estudos regionais e locais, 2 vol., 408 p.
- ⁽⁴⁴⁾ 1981 – “A pluriactividade na pequena agricultura portuguesa”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, Dez. 1981, pp. 171-196 [idem em separata]
- ⁽⁴⁵⁾ 1982 – “Temas importantes de Geografia Rural na bibliografia recente (Parte IV)”, *Finisterra* Vol. XVII, nº 34, pp. 395-407.
- ⁽⁴⁶⁾ 1982 – “A Costa do Estoril como emissora de turismo”, *Economia*, Vol. 6, nº 3, Outubro 1982, pp. 369-392 [idem em separata]
- ⁽⁴⁷⁾ 1983 – “Turismo e desenvolvimento do Algarve”. *Seminário “O papel da Universidade no processo de regionalização e de desenvolvimento regional”*, UAL, Faro, pp. 233-261. [idem em separata].
- ⁽⁴⁸⁾ 1983 – *A costa do Estoril. Esboço geográfico*. Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 263 p.
- ⁽⁴⁹⁾ 1983 – “Temas importantes de Geografia Rural na bibliografia recente (Parte V)”, *Finisterra* Vol. XVIII, nº 35, pp. 171-183.
- ⁽⁵⁰⁾ 1983 – “O recenseamento agrícola de 1979”, *Finisterra* Vol. XVIII, nº 35, pp. 185-201.

- ⁽⁵¹⁾ 1983 – “L’Impact de l’Urbanisation dans la Campagne de Lisbonne”, *Colloque International d’Aménagement Rural*. Liège, 1983, Vol. I, pp. 253-278.
- ⁽⁵²⁾ 1983-1990 – *Estudos de geografia rural de Portugal*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Estudos de Geografia Humana e Regional C8, Vols. I-VI. (Coordenação dos trabalhos).
- ⁽⁵³⁾ 1984 – *A agricultura do Algarve segundo o recenseamento agrícola de 1979*. Lisboa, CEG, INIC, Estudos de geografia humana e regional, 143 p.
- ⁽⁵⁴⁾ 1984 – “Comércio, Serviços e Turismo em Portugal continental: desenvolvimento, investigação geográfica e questões metodológicas”, *III Coloquio Ibérico de Geografía - Acta, Ponencias y Comunicaciones*, Barcelona, 1984, pp. 455-473.
- ⁽⁵⁵⁾ 1984 – “A pequena horticultura doméstica de não-agricultores das periferias urbanas: o caso de Lisboa”, *Economia* Vol. VIII, nº 2, Maio 1984, pp. 395-423 [idem em Separata]
- ⁽⁵⁶⁾ 1985 – *Agricultura a Tempo parcial - Contribuição para o seu estudo na região de Lisboa*. Oeiras, FCG-CEEA, 471 p.
- ⁽⁵⁷⁾ 1985 – “Forasteiros na dinâmica demográfica da margem sul do estuário do Tejo”. In: *Miscelânea de estudos dedicados a Fernando de Mello Moser*. Lisboa, FLUL, Comissão Científica do Departamento de Estudos Anglo-Americanos da Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 95-125.
- ⁽⁵⁸⁾ 1985 – “A agricultura a tempo parcial como «factor de estabilidade e de paz social» em Portugal”, *Finisterra* Vol. XX, nº 39, pp. 47-107.
- ⁽⁵⁹⁾ 1985 – “Temas importantes de Geografia Rural na bibliografia recente (Parte VI)”, *Finisterra* Vol. XX, nº 39, pp. 145-157.
- ⁽⁶⁰⁾ 1985 – “A população agrícola em Portugal. Contribuição para o seu estudo”, *Finisterra* Vol. XX, nº 40, pp. 314-362.
- ⁽⁶¹⁾ 1985 – “Minifúndio e pluriactividade na agricultura portuguesa”, *Revista da Faculdade de Letras* [Lisboa], nº 4, Dez. 1985, pp. 13-36.
- ⁽⁶²⁾ 1985 – “Pluriactividade e plurirrendimento entre as famílias agrícolas do Algarve”, *Biblos* - Vol. LXI (1985), pp. 19-47.
- ⁽⁶³⁾ 1986 – “A agricultura na Comunidade Económica Europeia(C.E.E.)”, *Finisterra* Vol. XXI, nº 41, pp. 185-201.

- (64) 1986 – *Estagnação e mudança na agricultura portuguesa*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Estudos de Geografia Humana e Regional B7, 94 p.
- (65) 1986 – “Portugal Agrícola e Rural: População” / “Le Portugal Rural et Agricole: la Population”. In: *Aspectos do Portugal Rural / Aspects du Portugal Rural*. Braga, 13º Congresso Europeu de Sociologia Rural, SPER [ed. bilingue], pp. 25-74 (ed. port.) e pp. 17-42 (ed. em francês).
- (66) 1986 – “Alguns aspectos dos campos da Outra Banda”. In: BRITO, Raquel S (Coord.) - *Estudos em Homenagem a Mariano Feio, XXXI*, Lisboa, pp. 155-175.
- (67) 1986 – *Estruturas agrárias e mecanização agrícola em Portugal*. Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP-UCP), Separata da Revista "Povos e Culturas" nº 1, 1986, pp. 49-97.
- (68) 1986 – “Campagnes qui se vident et campagnes qui s'urbanisent au Portugal”. *Espaces Populations Societés*, 1986 - III [S.l., s.n.], pp. 75-84 [idem em Separata]
- (69) 1987 – “Agricultura, Pecuária, Silvicultura”. In: *Península de Setúbal. Operação Integrada de Desenvolvimento. Estudo Preparatório - Relatórios da Primeira Fase e da Segunda Fase*. Lisboa, CEDRU / MPAT-SEPDR, pp. 81-109 (1ª Fase) e 33-70 (2ª Fase).
- (70) 1987 – “A região de Arouca: alguns aspectos geográficos”. In: *Arouca. Aspectos sócio-económicos da Serra da Freita*. Lisboa, SPER, pp. 1-20.
- (71) 1987 – “Temas importantes de Geografia rural na bibliografia recente (parte VII)”, *Finisterra* Vol. XXII, nº 44, pp. 398-413.
- (72) 1987 – “Turismos de ontem e de hoje: realidades e mitos”. In: *Universidade e Desenvolvimento II. Orações de sapiência proferidas por ocasião de abertura solene de ano lectivo da Universidade Internacional*. Lisboa, Meribérica / Liber, pp. 21-34
- (73) 1988 – *Problemas de desenvolvimento agrícola e rural: ensaio de síntese*. Univ. de Lisboa, 20 p. (FLUL, Provas de agregação 5º grupo - Geografia).
- (74) 1988 – “A agricultura a tempo parcial em Portugal: nota introdutória”, *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, 2º Vol*, Lisboa, CEG, pp. 195-209.

- (75) 1988 – “Léthargie et mutation de l'agriculture portugaise. Quelques aspects structuraux et spatiaux”, *Annales de Géographie* nº 541, Paris, pp. 275-290.
- (76) 1988 – *Relatório sobre o programa, os conteúdos e os métodos do ensino teórico e prático da disciplina de Geografia Rural*. Universidade de Lisboa, CEG - INIC, 450 p.
- (77) 1988 – *Geografia Rural, Antologia*, Vols. I e II. Univ. Lisboa, CEG - INIC, Estudos de Geografia Humana e Regional, 919 p.
- (78) 1989 – “Temas importantes de Geografia Rural na bibliografia recente (Parte VIII)”, *Finisterra* XXIV, nº 48, pp. 291-308.
- (79) 1989 – “O investimento estrangeiro na agricultura portuguesa”, *Finisterra* XXIV, nº 48, pp. 341-354.
- (80) 1990 – “Os campos da Raia Central na perspectiva do desenvolvimento rural”, *Finisterra* Vol. XXV, nº 49, pp. 87-142.
- (81) 1990 – “Temas importantes de Geografia rural na bibliografia recente (parte IX)”, *Finisterra* Vol. XXV, nº 49, pp. 184-191.
- (82) 1991 – “Diversidade dos processos de terciarização das explorações agrícolas”, *Cadernos de Geografia* nº 10, Coimbra, IEG-FLUC, pp. 179-198.
- (83) 1991 – “Agricultura moderna, ambiente e desenvolvimento rural, na perspectiva comunitária”. In: *Portugal: uma Geografia em Mudança? - 1º Congresso da Geografia Portuguesa*, 17-19 Abril 1991. Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 71-96.
- (84) 1991 – “Actividades agrícolas”. Cap. IV de: *Estratégias de desenvolvimento nas zonas fronteiriças de Portugal e Espanha*. Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Associação para o Estudo das Relações Internacionais, 3º Vol., 172 p.
- (85) 1992 – *Curso de Geografia da CEE*, DGPA-MAPA (Direcção de Serviços de Extensão e Formação), Lisboa, 171 p.
- (86) 1992 – *Portugal Rural: da tradição ao moderno*, Lisboa, DGPA, Ministério da Agricultura, 167 p. (com a colaboração especial de Antero Monteiro, Ludovina Palmeiro e Carmen Alexandrino - DGPA).
- (87) 1992 – “Ensino e Investigação da Geografia em Lisboa”, *Inforgeo* nº 4 – *Portugal e a Geografia Portuguesa*. Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 95-98

- (88) 1993 – “O mundo rural em Portugal”, in: *O Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural*, Lisboa, MPAT / MA, pp. 91-109.
- (89) 1993 – “População Agrícola”. In: *Portugal Agrícola*. Lisboa, INE, Capítulo 3, pp. 139-167.
- (90) 1993 – “Da Integração na PAC ao Turismo Cinegético”, *Inforgeo* nº 6 – *Geografia do Turismo*. Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 37-53.
- (91) 1993 – “A place in the sun: return migration and rural change in Portugal”. In: KING, Russell (ed.) - *Mass Migrations in Europe. The Legacy and the Future*. London, Belhaven Press, pp. 174-191.
- (92) 1994 – *Eucalipto, economia e território*. Lisboa, Ed. Cosmos / SPER - Soc. Port. Estudos Rurais, 134 p. (Coord., em conjunto com Laura Larcher Graça e Armando Trigo de Abreu).
- (93) 1994 – *As artes e ofícios tradicionais e as micro-empresas face ao desenvolvimento regional e local*, Lisboa, PAOT-MIE/ME/MESS, Actas do Seminário (Coordenação).
- (94) 1994 – *Renovação das artes tradicionais na Serra de Montemuro*, Lisboa, PAOT, 119 p. (em co-autoria com Maria José Caldeira).
- (95) 1994 – *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local*, Lisboa, PAOT-DGDR, 259 p. (em co-autoria com António Sampaio Ramos).
- (96) 1994 – “Agricultura portuguesa” e “Imagens do Portugal rural”. In: MEDEIROS, C. A. (Coord.) - *Geografia Humana de Portugal* [Videograma – pacote de 10 programas]. Lisboa, Universidade Aberta, Programas 3 e 4 do Videograma (co-responsabilidade pelos conteúdos).
- (97) 1995 – *As regiões de fronteira - inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu*. Lisboa, CEG, Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano nº 43, 408 p. (Coordenação).
- (98) 1995 – “A fronteira política: da divisão à integração territorial”, In: CAVACO, C. (coord.) - *As regiões de fronteira - inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu*, Lisboa, CEG, Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano nº 43, pp. 9-18.
- (99) 1995 – “Abandono ou revitalização dos campos raianos de Portugal?” In: CAVACO, C. (coord.) - *As regiões de fronteira - inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu*, Lisboa, CEG, Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano nº 43, pp. 319-350.

- ⁽¹⁰⁰⁾ 1995 – “Planificação transfronteiriça e desenvolvimento regional e local” In: CAVACO, C. (coord.) - *As regiões de fronteira - inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu*, Lisboa, CEG, Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano nº 43, pp. 263-278.
- ⁽¹⁰¹⁾ 1995 – “Turismo rural e desenvolvimento local” In: CAVACO, C. (coord.) - *As regiões de fronteira - inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu*, Lisboa, CEG, Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano nº 43, pp. 351-401.
- ⁽¹⁰²⁾ 1995 – “Um olhar sobre a fronteira Portugal-Espanha” In: CAVACO, C. (coord.) - *As regiões de fronteira - inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu*, Lisboa, CEG, Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano nº 43, pp. 19-34.
- ⁽¹⁰³⁾ 1995 – “Rural tourism: the creation of new touristic spaces”. In: MONTANARI, A; WILLIAMS, A (eds.) - *European Tourism Regions, Spaces and Restructuring. Restructuring in Europe*. Chichester, John Wiley and Sons, pp. 127-149.
- ⁽¹⁰⁴⁾ 1995 – “Turismo e Ambiente. Reflexões Gerais”, *VII Congresso do Alentejo*, Évora, 1995, pp. 195-197.
- ⁽¹⁰⁵⁾ 1995 – “Tourism in Portugal: diversity, diffusion and regional and local development”, *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*, Vol. 86 (1) 1995, pp. 64-71 [Utrecht: Royal Dutch Geographical Society; idem em Separata].
- ⁽¹⁰⁶⁾ 1996 – *Turismos e Lazeres*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano nº 45, 103 p. (Coordenação).
- ⁽¹⁰⁷⁾ 1996 – “Abandono ou Revitalização dos Campos Raianos de Portugal?”, *III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*. Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER).Vol. I, pp. 11-46.
- ⁽¹⁰⁸⁾ 1996 – “Turismo rural e desenvolvimento local”, in: *Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. Hucitec, São Paulo, pp. 94-121.
- ⁽¹⁰⁹⁾ 1996 – “Turismos de ontem e de hoje: realidades e mitos”. In: CAVACO, C (Coord.) - *Turismos e lazeres*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano nº 45, pp. 1-13. [idem em CAVACO, C (1987)].
- ⁽¹¹⁰⁾ 1996 – “Da Quinta de Quarteira à Vila Moura”. In: CAVACO, C (Coord.) - *Turismos e lazeres*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Estudos

para o Planeamento Regional e Urbano nº 45, pp. 99-103.

- ⁽¹¹¹⁾ 1997 – “Portugal in the 1980s and 1990s: economic restructuring and population mobility”, In: BLOTEVOGEL, Hans H; FIELDING, Anthony J (eds.) - *People, jobs and mobility in the New Europe*. Chichester, John Wiley & Sons, European Science Foundation, pp. 123-137. (em co-autoria com Maria Lucinda Fonseca).
- ⁽¹¹²⁾ 1997 – “Fronteira Portugal-Espanha e individualidade territorial”, *Finisterra* Vol. XXXII, nº 63, pp. 159-166.
- ⁽¹¹³⁾ 1997 – “Gaetano Ferro”, *Finisterra* Vol. XXXII, nº 64, pp. 99-102.
- ⁽¹¹⁴⁾ 1997 *Monte Gordo. Aglomerado piscatório e de veraneio*. Vila Real de Santo António, ed. da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Monte Gordo, 86 p. + fotos.
- ⁽¹¹⁵⁾ 1998 – “Turismo(s) de ontem e de amanhã”, in: TURISMO. UMA ACTIVIDADE ESTRATÉGICA. *Economia e Prospectiva*, Vol. 1 - nº 4, pp. 61-78.
- ⁽¹¹⁶⁾ 1998 – *Água, desenvolvimento e bem-estar*. Lisboa, MADRP, 237 p. (em co-autoria com José Manuel Simões).
- ⁽¹¹⁷⁾ 1999 – *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG - Univ. Lisboa, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano nº 50, 455 p. (Coordenação).
- ⁽¹¹⁸⁾ 1999 – “O mundo rural português: desafios e futuros”, in: CAVACO, C - *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, EPRU nº 50, pp. 135-148.
- ⁽¹¹⁹⁾ 1999 – “O comércio e os serviços rurais: travões do despovoamento”; in: CAVACO, C - *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, EPRU nº 50, pp.163-170.
- ⁽¹²⁰⁾ 1999 – “O tapete no desenvolvimento local de Arraiolos”, in: CAVACO, C - *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, EPRU nº 50, pp. 171-184. (em co-autoria com António Sampaio Ramos e Heitor Gomes).
- ⁽¹²¹⁾ 1999 – “O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal”, in: CAVACO, C - *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, EPRU nº 50, pp. 281-292.
- ⁽¹²²⁾ 1999 – “Turismo rural e turismo de habitação em Portugal”, in: CAVACO, C - *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, EPRU nº 50, pp. 293-312.

- ⁽¹²³⁾ 1999 – “Comércio retalhista em espaço rural. Principais tendências”, *Finisterra* Vol. XXXIV, nº 67-68, pp. 121-129.
- ⁽¹²⁴⁾ 2000 – *Comércio Retalhista em Contexto Rural*. Lisboa, Observatório do Comércio (em co-autoria com Carlos Laranjo Medeiros). (acedido em <http://www.obscom.min-economia.pt>).
- ⁽¹²⁵⁾ 2000 – *Relatório da missão científica ao Brasil no período de 30 de Novembro a 11 de Dezembro de 2000: Turismo rural e ambiental na perspectiva do desenvolvimento regional e local em Portugal e no Brasil*. Universidade de Lisboa, Universidade de S. Paulo, 57 p. (em co-autoria com Adyr B. Rodrigues (Coord.) e Maria Lucinda Fonseca).
- ⁽¹²⁶⁾ 2000 – “Turismo, comércio e desenvolvimento rural”, in: *Ecologia, lazer e desenvolvimento*, EDUSC, Santa Maria, pp. 69-94.
- ⁽¹²⁷⁾ 2001 – *Território e turismo no Brasil: uma introdução*. Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, EPRU nº 53, 225 p. (em co-autoria com Maria Lucinda Fonseca)
- ⁽¹²⁸⁾ 2001 – “Développement local en milieu rural: la réalité portugaise au tournant du millénaire”, *Bulletin de la Société Géographique de Liège*, 2001/2, vol.41, pp. 33-39. (em co-autoria com Luís Moreno).
- ⁽¹²⁹⁾ 2001 – “Estratégias de integração urbana, local e regional”, in: MEDEIROS, C L; PENA, R - *Microempresas: Artes e Ofícios Tradicionais e Microempresas Comerciais*. Lisboa, Livros e Leituras, 423 p., pp. 371-390.
- ⁽¹³⁰⁾ 2001 – *Desenvolver a Graciosa - Linhas Estratégicas de Desenvolvimento Sustentável da Ilha Graciosa*, Lisboa, IPI (em colaboração com VV.AA.)
- ⁽¹³¹⁾ 2001 – “O mundo rural português: desafios e futuros?” In: *Turismo rural. Práticas e perspectivas*. São Paulo, Contexto, pp. 15-33.
- ⁽¹³²⁾ 2002 – *Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um país periférico (Actas do Seminário Internacional)*. Univ. Lisboa, CEG, EPRU nº 55, 393 p. (Coordenação).
- ⁽¹³³⁾ 2003 – “Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos”. In: SIMÕES, O.; CRISTÓVÃO, A. (Org.); et al. – *TERN. Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra, Ed. IPC, pp. 25-38.
- ⁽¹³⁴⁾ 2003 – “Ambiente e usos do território: reflexões incómodas”, In: PORTELA, José; CALDAS, João Castro (org.) – *Portugal Chão*. Oeiras, Celta Editora, pp. 189-198.

- ⁽¹³⁵⁾ 2004 – “‘Habitares’ dos espaços rurais”, *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*. Universidade do Porto, Série I, Vol. XIX, (2003), pp. 47-64.
- ⁽¹³⁶⁾ 2004 – “Que fronteiras para a UE?”, Lisboa, CEG, *Finisterra* Vol. XXXIX, nº 78, pp. 5-46.
- ⁽¹³⁷⁾ 2004 – “Desafios de Desenvolvimento Rural: notas de leitura”, *Finisterra* Vol. XXXIX, nº 78, pp. 99-112.
- ⁽¹³⁸⁾ 2004 – “O nascimento do ensino superior no Algarve”, in: *Universidade do Algarve: 25 anos*. Faro, Ed. Universidade do Algarve, pp. 12-13.
- ⁽¹³⁹⁾ 2004 – *Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um País Periférico. Um Quadro Alargado e Global (Parte 1)*. CEG, EPRU nº 59, 135 p.
- ⁽¹⁴⁰⁾ 2005 – “As paisagens rurais: do ‘determinismo natural’ ao ‘determinismo político’?”, *Finisterra* Vol. XL, nº 79, pp. 73-101.
- ⁽¹⁴¹⁾ 2005 – “Estruturas socioeconómicas”, in: MEDEIROS, C. A. (dir.) - *Geografia de Portugal*, Vol. 3 (Actividades Económicas e Espaço Geográfico), Círculo de Leitores, Capítulo 4, Parte I, pp. 46-60.
- ⁽¹⁴²⁾ 2005 – “Enquadramento macroeconómico. Mudança e crise”, in: MEDEIROS, C. A. (dir.) - *Geografia de Portugal*, Vol. 3 (Actividades Económicas e Espaço Geográfico), Círculo de Leitores, Capítulo 3, Parte I, pp. 34-45.
- ⁽¹⁴³⁾ 2005 – “Novas formas de «habitar» os espaços rurais”, in: MEDEIROS, C. A. (dir.) - *Geografia de Portugal*, Vol. 3 (Actividades Económicas e Espaço Geográfico), Círculo de Leitores, Capítulo 6, Parte I, pp. 78-91.
- ⁽¹⁴⁴⁾ 2005 – “O turismo e as novas dinâmicas territoriais”, in: MEDEIROS, C. A. (dir.) - *Geografia de Portugal*, Vol. 3 (Actividades Económicas e Espaço Geográfico), Círculo de Leitores, Parte IX, pp. 368-427.
- ⁽¹⁴⁵⁾ 2006 – “Regionalização do turismo em áreas rurais a partir da oferta”, in: *Turismo Rural. Património, cultura e legislação*. Edições FACOS; UFSM, pp. 63-106.





Conferência de Abertura

Desenvolvimento e Território:

Espaços Rurais Pós-Agrícolas e
Novos Lugares de Turismo e Lazer

Développement Territorial Durable en Milieu Exurbain et Rurbain

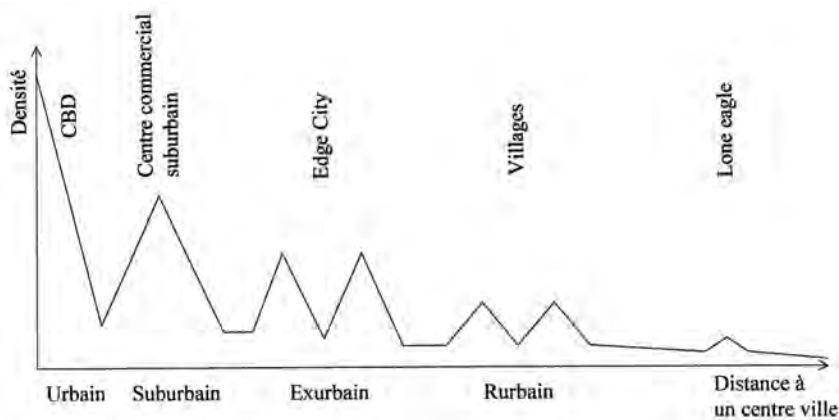
Antoine Bailly

Université de Genève

Pendant des années, le développement régional était axé sur l'urbain, la théorie des pôles de croissance (Perroux, 1964) reposant, en effet, sur l'idée de la diffusion de la croissance à partir de centres urbains. Or les formes contemporaines de l'urbanisation montrent de plus en plus de mouvements d'ex-urbanisation et de rurbanisation bien au-delà des métropoles et des villes moyennes utilisant l'ensemble des territoires accessibles et attractifs.

On oublie souvent que le "non urbain", comme on le qualifiait, couvre plus de la moitié des espaces nationaux (près de 60 % en France) et le péri-urbain pour plus de 30 % des espaces nationaux (33 % en France), et que ces régions possèdent des dynamiques propres. Le rurbain, l'exurbain¹, le "lone eagle", celui qui choisit une résidence en région périphérique pour vivre et travailler à distance, deviennent plus nombreux et occupent le milieu anciennement rural (figure 1). D'où la nécessaire réflexion sur le développement régional et le développement durable dans l'exurbain et le rurbain.

Figure 1 : De l'urbain au rurbain



¹ Dans cet article nous distinguons l'exurbain, prolongation diffuse et non continue du suburbain, du rurbain qui est intégré dans le milieu rural, souvent dans des villages.

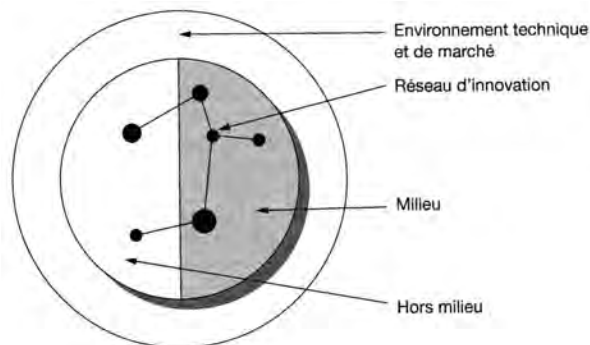
Lier le développement régional et le développement durable

Durant les années 1950 et 1960 priorité était donnée au développement des secteurs et des filières de production dans le cadre des pôles de croissance. L'industrie y était considérée comme l'activité majeure et l'agriculture celle des espaces ruraux. La crise des industries traditionnelles puis le glissement de ces activités vers des pays à main d'œuvre bon marché, la crise des productions agricoles intensives et le coût social croissant des subsides et des excédents de production, sans oublier les impacts négatifs sur l'environnement, ont mis à mal ces systèmes traditionnels.

Le renversement des soldes migratoires entre campagnes et villes, la quête d'une meilleure qualité de vie, les implantations d'activités nouvelles, services en particulier, hors des agglomérations, entraînent des mutations majeures dans l'exurbain et le rurbain, qui ne peuvent plus être qualifiés seulement de "non urbain", ni de rural, mais de territoires en développement.

La théorie des milieux, qui permet d'appréhender ces processus, lie le développement régional à la mobilisation d'acteurs (locaux et non locaux) (figure 2) pour valoriser le potentiel du territoire, entraînant une amélioration du bien-être de la population. Selon P. Derycke (1992) et D. Maillat (Maillat D. et Camagni R. (dirs), (2006)), cette mobilisation s'appuie sur la construction, dans un territoire, de représentations et de règles communes qui permettent l'émergence d'activités variées, agricoles ou non et de services, l'industrie n'étant pas exclue en particulier en petites et moyennes entreprises.

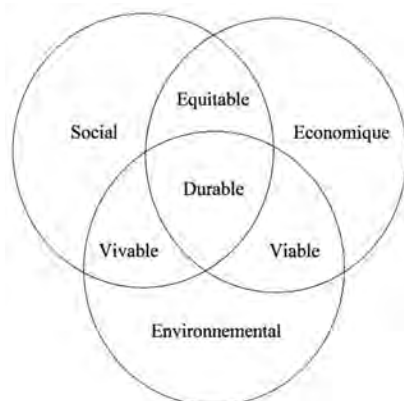
Figure 2 : Les acteurs dans la théorie des milieux



Source: IRER, extr. de : Maillat D. (et al.), *Réseaux d'innovation et dynamique territoriale, un essai de typologie*, In : Maillat D. et Camagni R (dirs), 2006, p. 191-218, p. 196.

Le concept de développement durable s'intègre de plus en plus à ce développement régional, en ajoutant au temps court le temps long, et le principe d'interdépendance des trois piliers du développement, économique, social et environnemental (figure 3). Il pose aussi la question de l'articulation du local avec le global pour que les territoires en développement ne se trouvent pas marginalisés à long terme.

Figure 3 : Les trois piliers du développement durable



Comment analyser le nouveau développement territorial ?

Pour la plupart des économistes, le territoire était un simple cadre spatial formel.

Tel n'est pas le cas pour la théorie des milieux qui considère cet espace comme un lieu d'interaction entre acteurs, mobilisant activités et ressources. Il est donc nécessaire de distinguer clairement, comme le fait le programme INRA "Pour et Sur le Développement Régional" (Mollard, 2006), ressources et activités.

Reprenons systématiquement ces éléments pour la valorisation des ressources données ou construites, potentielles ou latentes :

Valorisation des ressources:

- * Les ressources humaines sont liées aux structures de population, à ses dynamiques démographiques, de formation, de qualifications et de compétences, de savoir-faire et traditions. Les ressources

naturelles sont renouvelables ou non renouvelables, déjà valorisées ou valorisables. On inclut dans ces ressources la terre comme ressource productive, avec ses principaux éléments (eau et ressources hydrauliques, forêt, flore et faune, biodiversité, etc.). Plus largement, on y inclut le foncier avec sa fonction de support spatial d'activités, de bâtiments et d'infrastructures. Ces ressources sont aussi modifiées par le climat, qui influence à son tour la production agricole et le cadre récréatif.

- * Les ressources matérielles complètent les ressources naturelles. Elles naissent d'un "capital technique" constitué par le savoir-faire. Elles sont appréhendées en termes de flux ou de stocks. Selon les activités concernées, cela recouvre aussi bien les matières premières ou "consommations intermédiaires" qui sont incluses dans le produit transformé (flux), que le "capital fixe", utilisé pour cette transformation sur une durée donnée d'amortissement (stock). L'organisation de ces ressources constitue une combinaison territoriale propre.

La valorisation de ces ressources constitue l'enjeu final et principal du développement régional. Cette valorisation est liée à leur combinaison efficace définie par le jeu de l'innovation, du progrès technique et de l'organisation».

Valorisation des activités:

«Ces secteurs d'activités concernent l'ensemble des activités des espaces rurbains et exurbains. Sont concernées des activités comme l'industrie et l'agriculture, mais aussi la production d'énergie liée à l'agriculture ou le tourisme vert, toutes les activités complémentaires exercées sur les espaces ruraux (marchés locaux du travail, entreprises multi-localisées) et qui ne sont pas toujours liées à l'agriculture (la pêche ou la chasse), y compris le fait d'y résider et de s'y déplacer ("économie résidentielle"). Les activités de services jouent un rôle majeur dans ce domaine; services aux entreprises certes, mais de plus en plus de loisirs, de tourisme et liées aux activités privées des résidents : habitat, transport, patrimoine, santé».

L'époque des activités mono-fonctionnelles est dépassée, le multi-fonctionnel étant source de la nouvelle croissance des cohérences territoriales et des interactions locales. Développement territorial par les ressources et les activités et développement durable se construisent ensemble (Zuindeau, 2000). Ils permettent de créer trois types d'usages dans les milieux exurbains et rurbains (Perrier-Cornet, 2001):

- * L'usage productif correspond à la mobilisation de ressources qui peuvent faire l'objet d'une valorisation économique: l'agriculture, bien sûr, mais aussi la forêt, les productions énergétiques, l'extraction de minéraux, l'utilisation de l'espace pour l'installation de grandes infrastructures de connexion ou de stockage.
- * Les usages résidentiel et de loisirs ont une fonction de consommation de l'espace à des fins à la fois utilitaires et récréatives. Cela concerne une part croissante du capital foncier, en y incluant le bâti et toutes les aménités associées (paysages, calme...) et mobilise des ressources différenciées sur le plan géographique, espaces de proximité, espaces d'attractivité spécifique (ex: stations balnéaires et de montagne).
- * L'usage de nature inclut des ressources (eau, sol, biodiversité...), des fonctionnements (cycles...), et des fonctions de conservation de la biodiversité (régulation climatique et écosystémique), de préservation de la qualité des constituants des ressources vitales pour l'homme, de prévention des risques "naturels" locaux (avalanches, incendies, inondations) et globaux (changement climatique)».
- * Nous y ajoutons, vu son importance, un quatrième usage, celui industriel et de services qui correspond aux implantations d'activités de transformation et de services, souvent à proximité de nœuds de transport (routiers, autoroutiers, ferrés). Sans aller jusqu'à la dimension des "edge cities" américaines (figure 1), de véritables noyaux d'activités se créent dans ces espaces, concurrençant les centralités urbaines anciennes par une nouvelle structuration des territoires.

Une multiplication d'usagers, d'acteurs et d'activités

S'il y a 50 ans le monde rural était surtout celui des agriculteurs, ce même milieu est maintenant investi par de multiples usagers, acteurs et activités qui occupent et co-gèrent les territoires. S. Gelin (2005) propose une typologie de ces usagers que nous reprenons ici:

- «ancrage plus au moins ancien de le milieu rural (nouveaux ruraux, natifs...)

- modalités différentes d'usage de l'espace rural (producteurs, habitants permanents ou saisonniers, consommateurs),
- rapport à la ville et au travail (actifs périurbains, retraités...),
- implication dans le débat local (acteurs impliqués, décideurs simples résidents).

De plus, un même acteur peut être porteur de plusieurs usages et de plusieurs activités et va présenter des facettes diverses au sein de différents groupes sociaux ou professionnels. Les positionnements et attentes des uns et des autres introduisent une forte complexité dans ce nouveau paysage social».

Selon S. Gelin, les résidents périurbains correspondent à quatre types de profils:

- «les "nostalgiques" tournés vers la convivialité, la promenade, dont la préférence va au système de polyculture élevage;
- les "pragmatiques" dont la vision est plus économique et qui s'intéressent avant tout aux affectations "utilitaires" de l'espace rural;
- les "nouveaux enracinés" qui ont une perception forte du territoire et sont des militants qui cherchent à s'impliquer localement;
- les "sans-territoires" indifférents à l'agriculture et qui viennent avant tout chercher dans le rural une ambiance spécifique.

A ces positionnements individuels viennent s'ajouter ceux des acteurs collectifs: les collectivités locales, les pouvoirs publics, les associations et autres groupes formels et informels, qui ne partagent pas toujours la même vision ni le même projet territorial. La coexistence des nouveaux usages et les attentes des divers acteurs sont la source de tensions pouvant déboucher sur de réels conflits».

A. Torre (2005) dans une analyse des tensions et conflits autour des différents usages des espaces ruraux, montre comment ceux-ci peuvent être sources de remises en question et de changements dans la régulation des territoires. Les structures de gouvernance – hiérarchie des acteurs, règles de fonctionnement – sont modifiées et les dispositifs locaux évoluent, intégrant de nouveaux membres envisageant de nouvelles solutions dans le contexte changeant. Le conflit est un moteur, créateur de nouveaux pouvoirs et de liens sociaux.

Dans ces territoires la multifonctionnalité devient la règle, comme

nous l'avons vu le mélange de valeurs urbaines et rurales, d'usagers, d'acteurs, modifient profondément les politiques d'aménagement et le territoire devient le lieu de coordination majeur. Dans un contexte de réforme des fonds structurels européens à l'horizon 2007, qui s'accompagne d'un renforcement de la régionalisation (logique de subsidiarité), la nouvelle capacité territoriale peut constituer un réel atout pour générer une croissance respectueuse du développement durable. La multifonctionnalité, dans ce contexte, génère une plus-value économique, sociale et environnementale. L'ajout de la reconnaissance sociale à la valeur économique d'une activité est de nature à modifier et à dynamiser le développement régional, à condition de bien maîtriser l'étalement spatial des activités et la préservation de l'environnement.

Pour une nouvelle gouvernance des espaces périurbains et rurbains

L'efficacité de la gouvernance locale

Comment gérer des territoires découpés selon de multiples structures institutionnelles et spatiales héritées du passé, avec leurs compétences et leurs intérêts divergents? Les formes de la gouvernance locale sont au centre de débats multiples sur la nécessité de politiques territoriales cohérentes, respectueuses de la diversité des communautés. Y a-t-il des contradictions insolubles entre les conflits que nous avons évoqués?

L'émergence de mouvements sociaux et de groupes communautaires constitue le signe d'un renouveau dans la gestion actuelle de nombreux territoires. Ils posent la question de l'efficacité des gouvernements locaux et de leur capacité à résoudre des problèmes généraux ou locaux, tels ceux liés aux conflits de la multifonctionnalité.

La façon de gérer l'exurbain et le rurbain évolue donc rapidement du fait des contradictions dans le système. Une nouvelle gouvernance globale est devenue indispensable pour mieux prévoir le développement. Cette gouvernance suppose des approches transversales entre les différentes politiques, des réflexions à plusieurs échelles géographiques et temporelles et la formalisation de règles de mise en œuvre des politiques entre partenaires. Il est alors indispensable de réfléchir en termes d'acteurs, d'échelles, et de contextes pour promouvoir dans chaque cas l'équité, l'efficacité et la durabilité. C'est ainsi que peuvent être dégagées des priorités de planification articulantes et associant des cadres politiques, des acteurs sociaux et des organisations publiques et privées, dans des processus d'élaboration et de mise en œuvre

de choix collectifs capables de provoquer une adhésion-action des citoyens.

La coopération sociale et culturelle

Un volet particulièrement important dans les politiques de l'exurbain et du rurbain concerne leurs aspects sociaux et culturels, souvent mis en deuxième plan derrière des logiques économiques et budgétaires. Pourtant, le capital social existe avec ses modes de fonctionnement, ses règles, ses réseaux indispensables à la qualité de vie; il permet la valorisation des spécificités locales et du sens communautaire. Les institutions sociales servent ainsi à l'intégration de ceux qui pourraient être exclus des sociétés modernes et à la valorisation de chaque usager (ce qui n'est plus le cas dans les milieux urbains).

Dans des sociétés où le rôle de la famille s'estompe, les politiques sociales et culturelles jouent un rôle majeur pour la valorisation des identités locales. Valorisation du local pour faire vivre les territoires et pour créer une qualité de vie et une image positive dans un ensemble cohérent. Il s'agit dans chaque cas de prendre en compte la dimension territoriale des politiques, d'intégrer l'ensemble des acteurs à des échelles géographiques différentes et de prévoir les politiques sociales et culturelles en termes d'équité et de durabilité. Au lieu d'une gestion verticale descendante, ces politiques peuvent être assises sur la vitalité du local et associer la société civile à l'action publique.

Valoriser les services publics

Le bon fonctionnement des services publics constitue une autre composante majeure de la qualité de vie du rurbain. Non seulement il contribue à l'attrait des territoires, mais il génère des effets économiques : de bons services comme de bonnes infrastructures favorisent la vitalité économique et sociale.

Pour le secteur public le défi est difficile: fournir des services de qualité, selon des critères précis, avec des ressources en baisse. Or si ces services n'atteignent pas les niveaux de qualité, la légitimité même des collectivités publiques est mise en question. "Faire plus avec moins" ou "faire autrement", tels sont les éléments de ce défi pour l'exurbain et le rurbain. De ce point de vue, il faudrait que les services publics se comportent comme des entreprises privées; mais leur mission est très souvent non rentable. Il faut donc dissocier les services susceptibles d'être lucratifs, de ceux qui ne peuvent

l'être. Pour les entreprises publiques qui fonctionnent de manière compétitive, une réorganisation est nécessaire; pour celles qui ne le peuvent pas, il devient nécessaire de réfléchir à leur culture organisationnelle et à leur légitimité. Tel est le cas, par exemple, des services sociaux.

Pour définir des services publics de qualité il est nécessaire de préciser leurs domaines d'intervention, les résultats attendus, ainsi que les ressources financières à mobiliser. Des contrats peuvent être passés avec les services concernés pour évaluer les niveaux de réalisation des objectifs. Il s'agit de valoriser la notion de service public et de dynamiser son image : efficacité, flexibilité, cohésion de l'organisation, capacité de créativité constituent des éléments de cette valorisation, dans un contexte d'équité sociale et spatiale et de respect des intérêts de la société civile.

Un habitat dans un contexte durable

Dans la gestion de l'exurbanisation et de la rurbanisation, les politiques foncières et d'habitat constituent, de longue date, un autre élément de l'intervention publique. C'est également un domaine majeur, dans la durée, des interventions publiques.

A une période d'arrivée de populations nouvelles dans l'exurbain et le rurbain, ces politiques prennent une ampleur nouvelle pour éviter le développement anarchique et le mitage résidentiel. Elles s'inscrivent nécessairement dans un contexte de multifonctionnalité: le système habitat est très dépendant des autres systèmes en interaction, économiques, sociaux, culturels... Le rôle des acteurs publics est restreint à court terme, mais à plus longue échéance, il est possible d'envisager des effets durables de politiques intégrant la dimension du temps long. Planifier l'habitat signifie évaluer le système actuel, envisager son évolution en fonction des interactions avec d'autres systèmes, et penser aux futurs possibles dans un contexte durable, respectueux de l'environnement.

Transport et qualité de vie

A la vision fonctionnaliste des transports pour le travail, reposant essentiellement sur le concept d'effet structurant, se substitue progressivement une conception plus large des déplacements urbains. Dans quelle mesure les transports, en particulier collectifs, permettent-ils une meilleure accessibilité? Accessibilité depuis les aires éloignées, accessibilité aux emplois,

aux services et aux loisirs...

Toute création d'infrastructure s'inscrit à la fois dans des tendances structurelles longues et dans des stratégies d'acteurs qui s'adaptent ou qui modifient ces évolutions. La notion de congruence est fondamentale pour une vision du développement durable, car les effets structurants des infrastructures se produisent dans un système territorial qu'elles vont modifier. Déplacements de personnes, d'informations et relations de proximité vont être transformés, influençant le développement de certains secteurs et en retardant d'autres.

Les différents systèmes de transport sont gérés par des acteurs multiples privilégiant des logiques propres. Certains se donnent des objectifs de rentabilité, d'autres des logiques sociales pour améliorer l'accessibilité socio-spatiale. L'usage des infrastructures et les avantages-inconvénients retirés par la population, à court, moyen et long terme, et selon des échelles géographiques différentes sont au centre des problématiques dans l'exurbain et le rurbain.

Une gestion sociale durable des transports sera celle qui réfléchit à la bonne mobilité des personnes, à l'accessibilité de tous au territoire et aux répercussions de la création d'infrastructures sur la qualité de la vie.

Le rurbain, milieu économique et social pour l'avenir

Voir le rurbain comme un milieu économique et social, produit et producteur de richesses du fait des relations entre acteurs, entre éléments matériels et immatériels, telle est la vision développée dans l'approche territoriale durable. Au-delà des pures logiques fonctionnelles, cette vision part de la volonté des acteurs locaux et du potentiel de ressources à gérer.

Acteurs et territoires sont liés lors de la mise en place de projets de revitalisation et de développement pour les réaliser. Les chances de conserver et d'attirer de façon durable des activités sont liées à ce contexte dynamique et coopératif. L'ensemble des autres politiques, décrites précédemment, contribue également à ce dynamisme, car il n'y a pas de développement sans services publics ou infrastructures de qualité...

Les évolutions économiques récentes remettent en cause bien des implantations actuelles et l'évolution de l'emploi nécessite une capacité d'innovation permanente. En favorisant la création de véritables milieux dans lesquels entrepreneurs, acteurs politiques, sociaux, et formateurs, oeuvrent en commun, selon des règles acceptées, pour définir des projets, les territoires

peuvent se positionner face au système-monde et aux logiques de la globalisation. Chacun, en offrant des avantages comparatifs, trouve une niche dans le système mondial, adaptée aux ressources et aux conditions locales.

Clarifier les besoins futurs de l'exurbain et du rurbain

Les propositions de ce texte ne constituent pas des recettes, mais des pistes apparues suite aux débats scientifiques récents, en particulier à la DATAR et à l'INRA en France. Elles ont pour objectif de clarifier les besoins actuels et futurs des territoires exurbains et rurbains. Pour envisager la mise en place de politiques concrètes dans un contexte de développement durable, elles visent aussi à dépasser les pratiques non adaptées à ce contexte.

Les pouvoirs sont plus que jamais mis au défi d'agir efficacement dans une conjoncture incertaine. Pourtant, nul ne peut plus décider sans s'être assuré des conséquences futures des choix et sans y associer l'ensemble des acteurs qui concourent à ce destin collectif. La responsabilité et la légitimité des pouvoirs territoriaux dépendent de leur potentiel à maîtriser l'avenir du rurbain. Les géographes peuvent y contribuer en suivant la voie tracée par C. Cavaco qui a œuvré pour une meilleure connaissance de ces territoires au Portugal et en Europe.

Bibliographie

- ASCHER, F. (1995) - *Metapolis ou l'avenir des villes*, Ed. Odile Jacob, Paris.
- CAVACO, Carminda - voir la bibliographie sur son œuvre dans cet ouvrage.
- DATAR (2002) - *L'aménagement en 50 tendances*, Éditions de l'Aube, Paris.
- DERYCKE P.H. (1992) - *Espace et dynamiques territoriales*, Ed. *Economica*, Paris.
- DETANGE-DESSENDRE C.; PERRIER-CORNET P. (dir.) (2003) - «Espaces ruraux et aménagement du territoire», *INRA Sciences Sociales*, n°1-2/Décembre 2003.
- GELIN S. (2006) - «De la parcelle aux territoires...», in *Territoires, Acteurs et Agriculture en Rhône-Alpes*, INRA, Lyon.
- GREFFE, X. (2002) - *Le développement local*, DATAR, Éditions de l'Aube, Paris.
- MAILLAT, D.; CAMAGNI, R. (dirs.) (2006) - *Milieus innovateurs*, *Economica-Anthropos*, Paris.
- MOLLARD, A.; PECQUEUR B. (2006) - "Le développement régional: enjeux de recherche et d'acteurs", in *Territoires et enjeux du développement régional*, Ed. INRA, Paris.
- MOLLARD, A. (2006) - Note de cadrage pour les programmes PSDR 3, INRA, Grenoble.
- PERRIER-CORNET, P. (2001) - «La dynamique des espaces ruraux dans la société française: un cadre d'analyse», *Territoires 2001*, n°3, pp. 64-71.
- PERROUX, F. (1964) - *L'économie au XXe siècle*, P.U.F, Paris.
- TORRE, A. (2006) - «Tensions et conflits des différents usages des espaces ruraux», in *Territoires, Acteurs et Agriculture en Rhône-Alpes*, INRA, Lyon.
- VIARD, J. (2002) - *Le sacre du temps libre: la société des 35 heures*, Éditions de l'Aube, Paris.
- WACHTER, S. (dir.) (2003) - *L'aménagement durable: défis et politiques*, Éditions de l'Aube, Paris.
- ZUINDEAU, B. (2000) - *Développement durable et territoire*, Presses Universitaires du Septentrion, Lille.



Tema 1:

**O Mundo Rural e o Desenvolvimento:
Novos Desafios**

Desenvolvimento e Território:

Espaços Rurais Pós-Agrícolas e
Novos Lugares de Turismo e Lazer

As Economias Regionais e a Disseminação do Conhecimento

João Guerreiro

Universidade do Algarve

A reflexão que, nos últimos anos, tem incidido sobre os processos de desenvolvimento das regiões sugere uma atenção particular em relação ao papel neles desempenhado pelo meio institucional local (instituições, redes, solidariedades, etc.) e valoriza crescentemente os resultados que decorrem de uma maior adopção do que se designa por economia do conhecimento.

As hierarquias espaciais ou os ciclos padronizados de evolução das regiões foram, nos últimos vinte anos, insuficientes para explicar as dinâmicas de crescimento de muitas regiões. Assistiu-se nesse período ao declínio de regiões centrais, ao aparecimento de espaços territoriais com dinâmicas ganhadoras e à reconversão de outros que encontraram domínios de actividade de carácter inovador e que permitiram impulsionar novas estratégias regionais de desenvolvimento.

O sucesso do desenvolvimento das regiões depende de um conjunto alargado e diferenciado de factores, alguns deles de raiz e dinâmica exógena, outros relacionados com a cultura regional, razão pela qual se torna difícil estruturar um corpo normativo que permita, satisfatoriamente, explicar o desempenho recente das regiões.

Factores como a história, a capacidade empreendedora, o cosmopolitismo, a liderança, os saberes-fazer tradicionais, as proximidades ou até a religião têm condicionando o desenvolvimento das regiões, razão pela qual e no designado domínio da economia territorial, vários têm sido os modelos explicativos avançados. A diversidade de correntes e de escolas, resultantes de uma realidade em profunda mutação e integração, torna ainda difícil delimitar com coerência um quadro normativo ajustado a essa mesma evolução. Trata-se de manipular um *puzzle*, partindo do princípio, ainda que teoricamente possa ser considerado absurdo, que esse mesmo *puzzle* admite várias soluções satisfatórias.

As análises exploratórias e os trabalhos de base empírica que foram produzidos nos dois últimos decénios do séc. XX, com origens diferenciadas, configuraram uma definição de economia territorial baseada nas dinâmicas conjugadas do complexo recursos-actores-instituições.

A economia territorial impõe que aos factores macroeconómicos tradicionais dever-se-ão acrescentar as características endógenas que condicionam e potenciam o desempenho e a inserção global da região.

Num rápido e sintético voo sobre o "estado da arte", poder-se-á referir, nos Estados Unidos da América, os estudos de Markusen sobre as tipologias de distritos industriais, a reflexão sobre os *clusters* de Porter e de Rosenfeld, assim como os trabalhos de Allen Scott e de Michael Storper no domínio da geografia económica.

Na Europa, os exemplos dos distritos italianos, dos sistemas locais de produção franceses, dos meios inovadores do GREMI, dos distritos tecnológicos, dos tecnopolos ou da formalização associada ao fenómeno da aglomeração geraram reflexão paralela e obrigaram a abrir o baú da história, recuperando alguns textos de economia política, de Alfred Marshall (1842-1924), responsável por uma elaboração convergente em torno da economia territorial realizada no virar do séc. XIX para o séc. XX. LOPES (2001), perante esta diversidade, propõe que este conjunto de modelos se pudessem identificar sob o conceito genérico de **complexos territoriais de produção**.

SCOTT & STORPER (2006) referem-se às características culturais e institucionais que moldam cada um destes complexos territoriais de produção, admitindo que, para cada uma deles, **existirá um património económico regional**, ancorado no meio social, na cultura regional e na tradição empresarial, características que dificilmente serão transferíveis para outras regiões. Trata-se de elementos estruturantes das dinâmicas das comunidades, que nelas podem assumir o papel de bens quase públicos. Os fluxos de informação de âmbito local e regional, os processos de aprendizagem, a valorização de tradições artesanais ou de concepção, a formação de redes profissionais, etc. são elementos avançados por aqueles autores, conferindo coerência à estrutura económica regional e local e justificando percursos diferenciadores de afirmação regional com sucesso.

Esta reflexão em torno dos modelos de desenvolvimento local e regional, incorporando elementos activos decorrentes de algumas características próprias das regiões, ampliam as externalidades positivas para além daquelas que geram benefícios pecuniários, adoptando novas modalidades que facilitam as actividades mas que dificilmente são quantificáveis através de ganhos financeiros ou de exploração.

Estas dinâmicas suscitam, contudo, uma outra questão. Nos últimos trinta anos têm sido desenvolvidas uma geração de políticas públicas orientadas para o fomento do desenvolvimento regional, definidas e executadas

normalmente com um excessivo grau de homogeneidade, tentando proporcionar de forma generalizada as melhores condições de vida e de atracção de actividades. Trata-se, no limite, de proporcionar a todos os cidadãos e a todas as empresas as mesmas vantagens e benefícios que o desenvolvimento tem proporcionado, independentemente do local de residência ou trabalho ou do lugar de implantação.

Contudo, estas estratégias de infra-estruturação pública, normalmente conjugada com políticas de incentivo à fixação de actividades, não têm atingido os resultados esperados. As diferenciações inter-regionais têm-se agravado e, no quadro da própria União Europeia, a avaliação que se faz da política regional europeia suscita muitas reservas.

De forma contraditória com as políticas para a generalização de bens públicos afirma-se uma tendência de aglomeração e de concentração das actividades, que tem sido responsável pela dinamização de movimentos de criatividade, de aprendizagem e de inovação. A densidade de relações suscitada pela aglomeração e os resultados positivos que daí resultam em termos de produtividade e de rendimentos crescentes levam a que se analise com maior atenção esta tendência.

Aquela contradição impõe, no limite, uma opção entre a equidade e o crescimento, pelo que haverá que encontrar mecanismos compensatórios baseados na maior fluidez, na organização em rede e na diferenciação capazes de proporcionarem um melhor aproveitamento dos recursos territoriais e de justificarem uma eventual dispersão, ainda que selectiva, do investimento público.

O actual do fenómeno da concentração urbana está muito para além de ser entendido como uma questão meramente demográfica e leva a que, nos últimos anos, se avalie a riqueza produzida por aglomeração urbanas e por metrópoles, comparando os seus desempenhos entre si, com regiões e com países.

Este entendimento obriga a que, por outro lado, as políticas de desenvolvimento dirigidas para áreas de baixa densidade tenham de estar associadas a intervenções com horizontes territoriais mais amplos, integrando estratégias e sinergias inter-regionais, gerando dimensão, procurando garantir transferências compensatórias¹ entre os diversos espaços e fomentando complementaridades activas.

¹ Veja-se a crescente importância de estudos na área da economia residencial, normalmente em espaços territoriais tributários de aglomerações metropolitanas.

Os novos modelos e a disseminação do conhecimento

Recentemente, e no quadro da reflexão em torno dos vinte anos de actividade do GREMI², Camagni³, presidente do GREMI, após avaliar a inserção científica da equipa, designadamente ao longo das diversas etapas do Grupo de Investigação, coloca alguns desafios futuros decorrentes de exigências impostas pela alteração do nosso padrão de organização económica e social e, também, de eventuais convergências com correntes quantitativas da economia.

O primeiro desafio, sendo o que interessará nesta breve reflexão sobre o papel das instituições de ensino superior no desenvolvimento das regiões, leva Camagni a evocar as exigências da economia do conhecimento as quais poderão permitir a fertilização da reflexão do GREMI e acrescentar elementos de análise e de acção ao seu acervo. As preocupações dos países, das regiões e das cidades, decorrentes da Estratégia de Lisboa, deverão fomentar a articulação entre os sistemas social, produtivo, institucional, associando-os ao sistema de investigação científica e de transferência de tecnologia. Nesta perspectiva, o GREMI (através de Camagni) evoca o seu património e acha-se com legitimidade para desenvolver a sua estratégia, definindo uma abordagem a um modelo tripartido, estruturado em torno da economia e empreendedorismo, da sociedade, qualificação e cultura e da investigação científica e tecnológica.

A análise da dinâmica de complexos territoriais de produção permitiu, noutra ocasião, confirmar que os sistemas produtivos estão, na actualidade, muito condicionados em torno de dois eixos (GUERREIRO, 2005):

- a) crescente interdependência entre os elementos que compõem os sistemas produtivos, a qual se estende muito para lá dos compromissos de âmbito mercantil e contratual que decorrem dos fluxos económicos estabelecidos entre os respectivos agentes e instituições,
- b) clara insuficiência dos indicadores económicos tradicionais para explicar os fluxos e os stocks dos sistemas produtivos, designadamente em domínios relacionados com a criação e difusão do conhecimento, com a cultura do trabalho em rede ou com o aproveitamento do conhecimento tácito acumulado.

² Groupe de Recherche Européen sur les Milieux innovateurs.

³ CAMAGNI (2006).

O balanceamento das tendências atrás enunciadas, abrangendo a aglomeração de pessoas e de actividades, por um lado, e defendendo a disseminação de conhecimento, por outro, coloca questões cruciais que permitem avaliar o papel e a melhor inserção das instituições de ensino superior, instrumentos cada vez mais activos nos processos de desenvolvimento.

O papel das universidades como instrumentos de disseminação de conhecimento, como animadores de redes de qualificação e como parceiros de programas de inovação tecnológica é colocado com maior insistência no desafio da sociedade do conhecimento. Reconhece-se que os processos de disseminação do conhecimento se podem fazer por três vias: hierarquia, mercado e redes (LAMBOOY, 2004). O primeiro processo corresponde a estruturas integradas, nas quais a dependência hierárquica, orgânica e funcional é total, correspondendo a elementos inseridos numa mesma organização. A disseminação de inovação faz-se por via administrativa, em função de um plano calendarizado que abrange a totalidade da organização.

O segundo processo encontra no mercado a sua razão de ser, baseando-se em transacções que resultam do interesse conjugado de quem oferece e de quem procura. Trata-se aqui de aproveitar as melhores oportunidades em função do momento, do preço e da sustentabilidade da operação.

Finalmente o último procedimento decorre de relações mais intensas, simétricas e fundadas na conjugação de interesses estratégicos, com resultados expectáveis no médio e longo prazo, sendo que alguns desses benefícios passarão por resultados com uma expressão dificilmente quantificável. Neste caso, a sua importância resulta da conjugação de relações mercantis e de relações não mercantis.

A dimensão da região, a estrutura produtiva, a especialização e as relações com o exterior são características que condicionam o meio que é cerzido em torno da instituição.

Sendo a universidade parceira do desenvolvimento, entende-se que nesta fase se insira nos meandros dos complexos territoriais de produção como um parceiro mais, no âmbito dos quais multiplica funções em torno da formação qualificada, da produção de conhecimento e da transferência de tecnologia, aspectos que integram a sua missão.

O facto de existirem parceiros e acordos formais entre os mesmos não assegura que um tecido social relacional tenha as virtualidades que derivam de uma cumplicidade estratégica ou de uma integração funcional sólida. LAMBOOY (2004) refere um exemplo revelador relativo a esta problemática, reconhecendo que as estruturas, independentemente da sua formalidade, têm

de responder, de forma comprometida e articulada, a uma estratégia, mais ou menos explícita, relativa ao melhor aproveitamento dos recursos que podem integrar. Aquele autor recorda o exemplo do Centro Tecnológico para as Ciências da Vida, criado há cerca de dez anos em Amesterdão. Administrações locais e regionais, duas universidades, dois centros hospitalares e associações empresariais acordaram formalmente em iniciar o processo. O figurino que reunia as condições objectivas para ser um sucesso, falhou devido a desconfianças mútuas e a esquemas de concorrência não explícitas, levando a que o Centro fosse posteriormente dissolvido por ausência de compromisso e por abandono dos objectivos estratégicos que estiveram na origem da sua criação.

As principais características que devem estar presentes numa rede de parceiros locais e regionais com objectivos de desenvolvimento e com a participação de instituições de ensino superior, podem ser descritas de acordo com a seguinte estrutura:

1. Natureza (adequação da oferta e procura, articulação entre conhecimento tácito e conhecimento formal), o que leva a que muitos dos complexos territoriais de produção sejam especializados, desenvolvendo as suas actividades em redor de um mesmo produto, serviço, território ou conglomerado, integrando elementos com forte afinidade;
2. Forma (forma organizativa e institucional, formal e informal), através da qual se encontram modelos organizativos inovadores, fomentadores de aproximações e de racionalidade na gestão de recursos, na promoção conjunta, na adopção de objectivos comuns e na convergência de actividades;
3. Intensidade (densidade de fluxos, multiplicidade de parceiros), referindo-se esta característica ao equilíbrio entre o número de parceiros e a densidade de relações, às rotinas geradas pelo crescimento das relações entre os diversos parceiros e à capacidade de gerar dinâmicas mobilizadoras capazes de arrastar as respectivas capacidades e competências;
4. Liderança (estratégia, linha de rumo, etc.) característica que é muitas vezes desprezada, reconhecendo-se que a sua ausência impede a adopção de uma linha estratégica mobilizadora e gera mecanismos corrosivos nos laços de proximidade funcional existentes entre os parceiros;
5. Eficiência (confiança, compromisso), característica que se baseia sobretudo nas capacidades pessoais e institucionais dos parceiros,

facilitando a adopção de posturas de compromisso, estimulando a convergência de percursos e fomentando a articulação entre agentes e instituições.

Pistas para uma pesquisa incidindo no caso português

A realidade portuguesa, no que se refere às instituições de ensino superior, sofreu nos últimos trinta anos uma explosão quantitativa. Todas as capitais de distrito acolheram universidades ou politécnicos, tendo o sistema beneficiado da promoção generalizada do acesso ao ensino superior. Em contraste com o padrão em vigor no período anterior ao 25 de Abril, com acesso condicionado por variados factores sociais e institucionais, a implantação da democracia impulsionou desde logo o acesso generalizado da população jovem à sua formação, inscrevendo-a até como um direito constitucional.

Os resultados do modelo demográfico, com especial relevo para a quebra da natalidade nos anos 70 e 80 do séc. XX, levaram a que a procura do ensino superior começasse, no virar do século, a inverter a sua tendência. No presente momento as vagas colocadas a concurso são excedentárias relativamente à procura.

Mas importa também relevar quais as formas de inserção no meio regional e local que estas instituições construíram, sabendo-se que estas relações têm contornos biunívocos. O efeito regional e local que resulta da instalação de cada instituição de ensino superior é interessante, não só na medida em que dinamiza o mercado local devido a uma concentração de pessoas e serviços, mas sobretudo pelas relações que poderá gerar com as instituições e empresas, melhorando o grau de qualificação dos seus activos, fomentando projectos em consórcio, incorporando conhecimento nas problemáticas regionais ou transferindo tecnologia para o respectivo meio empresarial.

O efeito regional e local tem igualmente outra componente, em sentido inverso, que avalia a influencia que o meio desempenha sobre a solidez da instituição. Neste caso regiões com tecidos económicos frágeis dificilmente conseguem, por si só, influenciar as instituições de ensino superior com exigências de formação de profissionais, de produção de conhecimento ou de transferência de tecnologia susceptíveis de assegurarem sólidos desafios a estas mesmas instituições.

Este panorama poderá ainda ser melhor clarificado em Portugal se tivermos em linha de conta dois eixos. O primeiro refere-se às características

binárias do sistema de ensino superior português, integrando o sub-sistema universitário e o sub-sistema politécnico. Nalguns casos o êxito da melhor inserção regional de uma instituição está associado à solidez do tecido económico; noutros poderá ela própria ser responsável por um maior dinamismo do complexo territorial de produção, razão pela qual será fundamental fixar as competências e vocações próprias de cada um dos sub-sistemas de ensino superior. Questões que embora atempadamente enunciadas e repetidas (SIMÃO et al, 2005), ainda não conseguiram vingar no panorama do ensino superior em Portugal.

Uma segunda questão aponta para o patamar em que se devem inserir as instituições de ensino superior, com especial referência para as universidades. No quadro da globalização que caracteriza o papel da universidade e que crescentemente condiciona o nosso enquadramento, haverá que reconhecer que, em muitos casos, o papel dessas instituições é plenamente realizado através das suas relações extra-regionais, com outros centros de ensino e de investigação localizados noutras latitudes, com outras realidades empresariais ou com outras equipas mistas de âmbito internacional.

Esta avaliação, essencial ao melhor desempenho do sistema e à racionalização dos recursos mobilizáveis, deverá ser moldada pelas considerações avançadas na reflexão inicial, não só sobre os efeitos positivos da aglomeração, mas também sobre as modalidades susceptíveis de moderarem a dispersão. O equilíbrio procurado entre crescimento, aqui identificado como qualidade e conhecimento, e equidade, resultante da oferta generalizada dos benefícios do desenvolvimento, poderá ser difícil já que a garantia das características mínimas que evitem desvirtuar a missão das instituições de ensino superior, embora diferenciadas, correspondem a exigências que obrigam a opções inovadoras, heterogéneas e em forte contraste com a prática recente do padrão de investimento público.

Referências bibliográficas

- CAMAGNI, Roberto (2006) - "Conclusions et regard sur l'avenir", in Camagni, Roberto & Maillat, Denis (ed.), *Milieux innovateurs. Théorie et Politiques*, Economica & Anthropos, Paris, pp. 447-455.
- GUERREIRO, João (2005) - "As funções da universidade no âmbito dos sistemas de inovação", in Covas, António et al (ed.), *Estudos II*, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, Faro, pp. 131-148.
- LAMBOUY, Jan G. (2004) - "The transmission of Knowledge, Emerging Networks and the Role of Universities: An Evolutionary Approach", *European Planning Studies*, 12(5), pp. 643-657.
- LOPES, Raul (2001) - *Competitividade, Inovação e Territórios*, Celta Editora, Oeiras.
- SCOTT, Allen; STORPER, Michael (2006) - "Régions, Mondialisation et Développement", *Géographie, Économie, Société*, 8(2), pp. 169-192.
- SIMÃO, José Veiga et al (2005) - *Ambição para a excelência. A oportunidade de Bolonha*, Gradiva, Lisboa.

O Rural depois da Agricultura

Fernando Oliveira Baptista

Instituto Superior de Agronomia

O afastamento entre o rural e a agricultura é hoje uma constatação que merece um amplo consenso e que, simultaneamente, impõe a necessidade de averiguar os caminhos desta nova fase. É esta a perspectiva deste texto em que, de seguida, se indica a definição de rural utilizada e se evidencia a diversidade deste. Retoma-se, depois, a dissociação rural/agricultura e apresentam-se alguns dos factos e dos debates associados às transformações que se verificam no rural e no espaço. Por último, numa breve nota final, retoma-se a ambiguidade do título do artigo¹.

Rural: definição e diversidade

Os contornos do rural já não coincidem com a agricultura e a sua diversidade deixou de ser marcada pela geografia dos sistemas agrários ou, em formulações mais elaboradas, pela conjugação destes com os modos de vida e de trabalho, e também com os condicionalismos climáticos, orográficos e geológicos. A repartição do país pelos mundos do milho, do centeio e do trigo, apresentada por Sertório do Monte Pereira em 1900 e que esteve presente em muitas leituras do Continente ao longo do século XX, aparece agora irremediavelmente datada.

¹ Este texto decorre directamente do projecto AGRO 62, "As dinâmicas socioeconómicas do espaço rural do Continente português". Os resultados, de que aqui só se apresentam algumas conclusões, estão disponíveis no livro Portugal rural, que se encontra no prelo e nos documentos que foram sendo publicados no âmbito do projecto. Neste, efectuou-se o tratamento da informação secundária, aplicando, nomeadamente, metodologias que permitiram obter estimativas do valor acrescentado, do impacto da agricultura na economia e nos rendimentos dos residentes. Efectuou-se também um reconhecimento, apurando algumas características socioeconómicas, de todos os residentes e entidades em cada uma das oito freguesias estudadas no projecto. A uma amostra das pessoas singulares e das entidades reconhecidas, aplicou-se depois um inquérito por questionário. As oito freguesias estudadas foram: Eiriz (Paços de Ferreira); Montalvo (Constância); Tôr (Loulé); Sever (Santa Marta de Penaguião); Ventosa (Vouzela); Pedrógão de São Pedro (Penamacor); Mofreita (Vinhais) e Vila Nova de São Bento (Serpa). As três últimas situam-se no rural de baixa densidade, que é a zona em que se centram neste texto os comentários sobre o rural. A elaboração deste texto beneficiou dos comentários e sugestões, que agora se agradecem, de toda a equipa do projecto AGRO 62 bem como do Eládio Arnalte e do Dionísio Ortiz.

Do percurso do rural, associado ao declínio da agricultura, à relevância ganha por outros sectores e fontes de rendimento e à alteração das funções do espaço na vida social e económica, decorre a necessidade de o redefinir. Sobre este tema não faltam propostas e reflexões que quando passam da formulação à aplicação prática, separando concretamente o urbano do rural e captando a diversidade deste, tomam geralmente como critério central – em múltiplas e diferentes versões – o modo como a população se distribui no espaço a que, com frequência, se acrescentam indicadores sobre a sua actividade e dinâmicas. Consideram-se, assim, conforme as perspectivas de análise de cada autor e as características da realidade que trabalha, critérios para diferenciar o urbano do rural e para estabelecer tipologias que depois se catalogam com as mais diversas designações: rural profundo, periurbano, agrícola, sonolento, tranquilo, de alta pressão, residencial, etc.

Neste texto, tomou-se o concelho como unidade de análise e definiu-se o rural como o conjunto da população isolada e da que vive em aglomerados com menos de dois mil habitantes (cf. F. BAPTISTA, 2001). Destas opções decorrem algumas consequências.

Em cada concelho, pode haver, e é o que sucede em muitos casos, população urbana e população rural dispersa pelo espaço. A diferenciação rural/urbano, centra-se na dimensão dos aglomerados populacionais e não nas características que a população, no seu conjunto, confere a uma determinada unidade administrativa.

Este critério permite esclarecer as diferenças existentes entre o conjunto de população isolada e da que vive em pequenos aglomerados, e a população urbana. Acresce, ainda, que o espaço não se confunde com a população rural. O espaço é apenas a superfície onde esta se dispersa. A relação entre eles é um aspecto central a analisar.

Definido o rural, aceitaram-se depois dois critérios (cf. NOVAIS *et al.*, 2000, ROLO, 2003a e POÇAS, 2006) para delimitar a sua diversidade: a densidade rural (população rural a dividir pela área total subtraída da área ocupada pelos aglomerados com dois mil ou mais habitantes) e a percentagem da população activa que trabalha na agricultura. Da aplicação destes critérios resultaram quatro zonas, duas das quais polarizam as situações mais extremadas: *o rural de baixa densidade* (densidade rural média de 13 habitantes/km², onde reside 7% da população do Continente em seis décimos da sua área) e *o rural urbano* (densidade rural média de 165 habitantes/km², 25% da população e um sexto da área). Entre estes dois extremos situam-se *o rural agrícola* e *o rural da indústria e serviços*, ambos com uma densidade

rural média de cerca de 60 habitantes/km², integrando, em conjunto, um quarto da superfície total (15% o da *indústria e serviços* e 9% o *agrícola*), e 13% da população residente (8% o primeiro antes referido e 5% o segundo).

Não se vai avançar mais na caracterização destas zonas dado que a breve apresentação feita tem como único objectivo situar as considerações que se seguem. Estas vão centrar-se no rural de *baixa densidade* que ocupa mais de metade do Continente e onde o pós agricultura surge com maior acuidade. Esta zona será daqui em diante referida como sinónimo de rural, excepto quando haja qualquer outra especificação. A mancha que ocupa estende-se por 96 concelhos do Continente. Nos campos do Sul abrange os três concelhos do Algarve que se estendem pela serra e que não atravessam todo o distrito (Aljezur, Monchique e Alcoutim) e todo o Alentejo. Depois, no Ribatejo, integra os concelhos que ficam a este do limite que se estende de Benavente a Abrantes, com as excepções de Salvaterra de Magos e Constância. Nas Beiras avança pela zona do pinhal (Góis, Pampilhosa, Oleiros, Sertã, Vila de Rei, Proença-a-Nova, Mação) e ainda pela charneca que continua o Alentejo, em Vila Velha de Ródão, Idanha-a-Nova e Castelo Branco. Ocupa depois uma raia alargada, que corresponde à faixa entre a fronteira e os limites de Penamacor, Sabugal, Guarda, Trancoso, Sernancelhe, Penedono, Vila Nova de Foz Côa, Carrazeda, Murça, Vila Pouca de Aguiar, Boticas e Montalegre.

Há ainda pequenas zonas que têm todas as características do *rural de baixa densidade* mas que pelas características predominantes no concelho onde se situam tiveram outro destino nesta tipologia. É, por exemplo, o caso da Serra da Lousã.

O rural e o espaço

O rural continua a perder gente, como vem acontecendo desde há meio século. A parte da população envelhecida, que vive de pensões e reformas, sem actividade económica, é bem superior à média do país. O trabalho da terra já não tem uma posição preponderante: a agricultura e a floresta ocupam menos de um quinto dos que têm actividade. No conjunto dos concelhos (partes rural e urbana) por onde se estende o *rural de baixa densidade*, aqueles dois sectores são responsáveis por menos de um sexto de riqueza gerada (ROLO, 2003b) e o impacto² que têm na economia é inferior a vinte por cento

² Percentagem relativamente ao total do valor acrescentado bruto da soma das compras e dos fornecimentos da agricultura aos outros ramos da economia.

(ROLO, 2006b). As estimativas feitas para o rendimento dos residentes de três freguesias mostram que a parte proveniente da agricultura e da floresta varia de 2,2% em Pedrógão de São Pedro (Penamacor) a 17,3% em Mofreira (Vinhais). Em Vila Nova de São Bento (Serpa) é de 10,2% (ROLO, 2006a).

Este panorama evidencia um afastamento no plano da economia entre o rural e a agricultura e a floresta³ que, de qualquer modo, é um percurso que vem sendo trilhado, para o conjunto do Continente⁴, desde há meio século. De facto, a análise da correlação, ao nível de concelho, entre a variação percentual da população rural e a percentagem de população activa agrícola no final de cada um dos intervalos considerados⁵, mostra que uma maior presença da actividade agrícola está associada a uma maior erosão do rural. Ou seja, no último meio século, no Continente, quanto mais agricultura, menos rural (F. BAPTISTA *et al.*, 2004).

A dissociação que se referiu no parágrafo anterior é sobretudo económica (trabalho, riqueza criada, impacto da economia e rendimentos) e foi analisada através das actividades e dos meios de vida das populações. Vão agora referir-se dois episódios, de outra natureza, que evidenciam como este afastamento se impôs na percepção das populações.

R. Williams, tendo como referência um rural marcado pela agricultura, evidencia que “raramente uma terra que se trabalha é uma paisagem”. Mostra também que ver uma paisagem pressupõe um observador cuja situação lhe permite distância e capacidade para contemplar o espaço, consciente do que está a fazer e com uma perspectiva crítica sobre o que vê (WILLIAMS, 1989). Observar, com este sentido, o que rodeia lugares e aldeias foi, nalgumas zonas do Continente, uma experiência forçada pela alteração radical do entorno dos aglomerados rurais. Foi o caso da plantação de eucaliptos nos anos oitenta e noventa. Um inquérito (F. BAPTISTA e SANTOS, 2006) que abrangeu 60 concelhos, muitos deles onde se encontra *o rural de baixa densidade*, mostrou que, excepto nos casos em que a plantação dos eucaliptos era uma fonte de trabalho relevante para os residentes locais, as populações manifestaram, com frequência, grande oposição às plantações. Esta resistência correspondeu ao confronto com uma mudança profunda, à constatação inevitável e visual de

³ O trabalho em que se apoia esta afirmação evidencia que este afastamento se verifica também nas outras zonas rurais antes mencionadas, mesmo no rural agrícola.

⁴ Não se consideraram os seguintes concelhos: Amadora, Entroncamento, Lisboa, Maia, Odivelas, Porto, São João da Madeira, Trofa, Vendas Novas e Viseu.

⁵ 2001, 1991, 1981, 1970 e 1960. Neste último ano considerou-se a variação das duas últimas décadas, para 1981 um intervalo de onze anos (de 1970 a 1981) e nos restantes (2001, 1991 e 1970) utilizou-se a variação decenal.

que o espaço deixara de ser os campos que se trabalhavam e que se percorriam. Agora eram os eucaliptos que consagravam a ruptura das populações com o mundo que as rodeava e que estas agora viam com distância e exterioridade. A recusa dos eucaliptos era assim, simultaneamente, o difícil reconhecimento da dissociação com o espaço e a descoberta da paisagem.

Os incêndios que nos últimos anos têm assumido grande amplitude, são outra evidência desta separação (cf. MATHER e PEREIRA, 2006). As paisagens de fogo que percorrem matas e incultos são também os campos que deixaram de ser aproveitados com a forte retracção das terras cultivadas e do pastoreio, com o declínio da resinagem, da apanha de lenhas, pinhas e carumas e da recolha de matos que, no processo defabrico de estrumes, iam atapetar currais e caminhos.

Neste rural emagrecido de agricultura e separado do espaço que o rodeia, há, de qualquer modo, sinais de novos percursos.

A incipiente transição rural

A incipiente transição rural⁶

A par do emagrecimento da agricultura, o rural está mais envelhecido do que as cidades e as outras regiões do país, a taxa de actividade da população é mais baixa, são maiores os níveis de analfabetismo e das pessoas com instrução reduzida e uma menor parte da população tem no trabalho o principal meio de vida. O peso das pensões de reforma no rendimento dos residentes é de 21% em Vila Nova de São Bento (Serpa), de 23% em Pedrógão de São Pedro (Penamacor) e de 30% em Mofreita (Vinhais) (ROLO, 2006a). A perda de residentes foi muito acentuada desde 1960 e teve ainda uma expressão significativa de 1991 para 2001. Houve mesmo numerosos lugares de pequena dimensão que deixaram de ter residentes e a erosão populacional atingiu a generalidade das vilas e aldeias.

O percurso para este retrato conviveu, no entanto, desde o 25 de Abril de 1974, com uma notável melhoria das condições de vida que se traduz na difusão do abastecimento de água, na expansão do saneamento básico, no acesso a melhores cuidados de saúde e de apoio aos mais idosos, numa maior presença do sistema escolar, na construção de equipamentos sociais (centros

⁶ Este ponto, para além das referências bibliográficas inseridas no texto, apoia-se directamente em: M. BAPTISTA (2004 e 2006); M. BAPTISTA *et al.* (2006); BARROS (2004); CANADAS (2004 e 2006); CARDOSO *et al.* (2006); COELHO (2004 e 2006); LOURENÇO (2004 e 2005); RODRIGUES (2004); RODRIGO (2004 e 2005); J. VEIGA (2004a, 2005 a e 2005b) e J. VEIGA *et al.* (2006). Cf. também a análise de CAMARERO e OLIVA (2004) relativa ao caso espanhol.

de dia, creches,...) e desportivos (pavilhões, piscinas) e de uma rede de estradas e caminhos que, para a maior parte da população rural, torna mais fácil a mobilidade. A electrificação rural, que já vinha dos anos do Estado Novo, foi praticamente concluída e permitiu agora a entrada maciça de electrodomésticos nas casas rurais e um convívio diário com a televisão.

Esta transformação das condições de vida foi acompanhada por permanências e mudanças nas características sociológicas. O rural é ainda familiar (a maior parte dos residentes tem familiares no local), de inter-conhecimento e de nascimento (a maior parte da população reside na freguesia onde nasceu) mas a inter-ajuda já começa a ceder e as aldeias e vilas são agora aglomerados que, em muitos casos, mesmo os mais novos consideram atractivos e dizem preferir como local de residência. A maior parte da população faz também numerosas e constantes deslocações para fora dos limites da freguesia.

Estas características de permanência (rural familiar, de inter-conhecimento e de nascimento) e de mudança (declínio da inter-ajuda, opção de residência, atractividade e mobilidade da população), coexistem ainda com outros movimentos e dinâmicas que percorrem muitos aglomerados rurais e que se vão apenas enumerar de seguida.

Os imigrantes sazonais ou moradores, são hoje uma presença em muitas freguesias. Há também novos residentes, não imigrantes, que se instalam quer apenas para residir quer também para desenvolver algum negócio ou iniciativa. Nalguns concelhos, cresce a renovação de velhas casas para residências secundárias, que muitas vezes são também construídas de raiz. Os emigrantes e os que trabalham nas cidades regressam no Verão, no Natal, em muitos casos também nos fins-de-semana. Esta realidade não tem sido devidamente avaliada apesar da sua grande dimensão e de contribuir decisivamente para animar o pequeno comércio, os fornecedores de serviços e os artífices que se dedicam à construção.

Os movimentos de população têm sido favorecidos pela melhoria das estradas, que também facilitou a saída da população dos aglomerados rurais, nomeadamente para trabalhar. Assim, por exemplo, no *rural de baixa densidade* mais de um quarto da população rural activa trabalha fora do concelho onde reside.

Assiste-se também ao desenvolvimento de actividades relacionadas com as novas procuras urbanas, como o contacto com a natureza, lazer, pesca, caça, canoagem, desportos radicais, etc. Muitas vezes são, como adiante se refere, organizadas e geridas por agentes exteriores ao rural ou seja,

à população rural. Há, no entanto, também casos em que são promovidas por empresas locais e em que contribuem para favorecer, a nível local, a hotelaria, restauração, bombas de gasolina, oficinas e outros negócios.

Referem-se, ainda, iniciativas muito frequentes, ligadas à valorização dos patrimónios locais: festas, romarias, feiras, gastronomia, artesanato, produtos de qualidade, edifícios notáveis e outras.

Estes dois últimos grupos de actividades associam-se directamente à percepção que uma parte da população urbana tem hoje do rural e do espaço como locais de consumo e não de produção (cf. FIGUEIREDO, 2003). Esta é também a imagem transmitida, muitas vezes, pela comunicação social (BANDEIRA, 2000).

Menciona-se, finalmente, o desenvolvimento, nalgumas freguesias, de unidades comerciais ou industriais, de pequena ou média dimensão, muitas vezes propriedade de residentes, viradas para os mercados regionais, nacional ou fronteiriço. É, por exemplo, o caso em Vila Nova de São Bento (Serpa) de uma indústria de salsicharia centrada no porco alentejano, de empresas dedicadas à comercialização de produtos do ramo da construção ou à distribuição alimentar numa ampla região do sul do país. A criação de unidades deste tipo é, de resto, o grande objectivo das autarquias que, para o favorecer, foram distribuindo pelas vilas tentativas de parques industriais.

Por último, menciona-se a capacidade institucional e intelectual que tem vindo a desenvolver-se nos aglomerados rurais com a renovação das entidades existentes (autarquias, cooperativas, instituições de solidariedade social, ...) e com a instalação de novas (associações de desenvolvimento local, centros de reconhecimento de habilitações,...). Este movimento tem conduzido à instalação local de técnicos que contribuem para renovar o conhecimento da realidade rural (cf. MORENO, 2002).

A listagem feita – características dos residentes, condições de vida, aspectos sociológicos, movimentos de populações, actividades de recreio, patrimoniais, de comércio e indústria, quadro institucional – permite agora concluir em torno de cinco pontos.

O primeiro sublinha que as aldeias e vilas onde decorre a vida da população rural já não coincidem com os espaços sociais dos seus residentes, nem são espaços auto-explicados, mas surgem como campos de interacção de agentes que também interagem com o exterior (cf. CHAMPAGNE, 2002 e MORMONT e MOUGENOT, 2002). Isto num contexto em que, como se notou, os aglomerados rurais tendem a dissociar-se do espaço que os rodeia.

O segundo ponto refere-se ao despovoamento que é um tema central

associado à acentuada e contínua perda de população. Esta conduz, de facto, a situações que debilitam a capacidade do tecido social, condicionam as sociabilidades e, simultaneamente, vão justificando o desmantelamento de equipamentos sociais (escolas, postos de saúde,...). Apesar desta constatação, quando se questiona o despovoamento não se tem como referencial as centenas de milhar de pessoas com percursos ligados à agricultura, geralmente com uma débil qualificação que, assim que puderam, fugiram dos campos em busca de uma vida melhor.

Contrariar o despovoamento não passaria, para nenhum dos que o exorcizam, pelo regresso de toda esta população mas pela fixação de residentes que contribuam para dinamizar as economias rurais. Sucede que para alcançar este objectivo não é necessário refazer as antigas densidades populacionais, que poderiam ser mesmo um obstáculo. A experiência de outros países tem evidenciado que nas zonas onde o rural se tem dinamizado como um local de consumo, de novos residentes ou através da instalação de pequenas unidades industriais ou de prestação de serviços, o declínio populacional tende a estancar e, por vezes, há mesmo algum revigoramento. De qualquer modo, sempre ocorre a níveis relativamente baixos, por referência ao passado agrícola, associado à história e características de cada local: capacidade de iniciativa local, localização, patrimónios, quadro natural, tradição de algumas actividades, etc..

Para além dos comentários anteriores – é o terceiro ponto – a análise do rural é indissociável da escala local, onde convivem e se relacionam a população residente, as actividades que vêm do passado e as que se instalam, a história, as características, a localização e as instituições de cada povoado. Analisar e intervir no rural implica considerar o nível local, onde se verifica uma grande diversidade de situações. Não se vai apresentar uma lista destas diferenças mas apenas referir algumas tendências em que estas se traduzem.

Em Vila Nova de São Bento (Serpa) e no concelho do Alvito tem havido a par da dissociação do espaço, um fortalecimento da vida das povoações centrado em pequenas unidades de serviços, comerciais e industriais. À antiga relação com os campos sobrepõem-se agora dinâmicas micro-urbanas. Em Pedrógão de São Pedro (Penamacor) a melhoria local das condições de vida agrada aos moradores e associa-se a uma grande dependência relativamente à sede de concelho, nomeadamente como local de trabalho. Em Mofreita (Vinhais), a persistência de um quadro tradicional assente na agricultura de pequena dimensão e nas pensões de reforma conjuga-se com uma grande erosão da população. Aparentemente o declínio da aldeia pode ser irreversí-

vel. Esta última afirmação tem, no entanto, de ser tomada com precaução. Evidencia-o, por exemplo, o que se passou na serra da Lousã. Em 1949, O. RIBEIRO (1982) constatava a vitalidade dos povoados: «As casas, muito próximas umas das outras, estão geralmente colocadas na mudança de declive que marca o afundamento do vale antigo. Para baixo, estão os terrenos abrigados e húmidos, cobertos de centeio na Primavera e de milho no Verão; para cima, as pastagens, de cabras e de carneiros, cujo estrume, junto com irrigação permite uma cultura intensiva». Quatro décadas mais tarde, C. CALDAS (1989) assinalava o fim deste rural: «O que ficou na Serra foi a Urze, ou melhor, a Torga (...). Era com a Torga que se preparava o Carvão. E o Carvão foi a derradeira esperança oferecida pela Serra exausta. Os Montanheses queimaram a Torga e com ela, dramaticamente, as raízes que os prendiam à Montanha onde nasceram. Abandonaram-na, e até agora nenhum voltou, emigrante afortunado a construir na Serra o triunfo da Casa Nova». Mas, na mesma data, uma outra autora (CRAVIDÃO, 1989) detectava já um movimento de residências secundárias e, em 2003, DINIS e MALTA (2003) constatavam a existência de um novo rural, com menos de sete por cento do número de residentes relativamente a 1960, povoado por "neo-rurais", maioritariamente estrangeiros, e por utentes de residências secundárias (cf., também, CARVALHO, 2006). Nada indica que este novo rural esteja agora em crise.

Os exemplos anteriores evidenciam – é o quarto ponto – aspectos da grande variedade de situações existentes nos aglomerados e também que algumas transformações ultrapassam a mera constatação de que o rural está emagrecido da agricultura. A presença e a relevância destas situações tem uma grande variação de um local a outro e, em muitos casos, são pouco perceptíveis. Há, de qualquer modo, alguns aspectos que dificultam a percepção destas novas dinâmicas. O principal é o peso social da agricultura expresso pelas famílias ligadas a explorações agrícolas dado que a maioria dos elementos destas famílias já não trabalha nem vive da unidade agrícola, mas a proximidade familiar com as explorações é um vínculo que favorece uma perspectiva agrícola do rural. Assim, a relação, em percentagem, entre a população familiar ligada a explorações agrícolas e a população rural é de 25% no Continente, e de 49% *no rural de baixa densidade*⁷. Também os interesses agrícolas organizados recusam a ideia do distanciamento económico entre o espaço e o rural, dada a sua pretensão de que os subsídios que recebem contribuem para fortalecer este último. A debilidade de outros interesses organi-

⁷ Estas percentagens são certamente superiores à realidade dado que também há famílias ligadas a explorações agrícolas a viver nas cidades. De qualquer modo, traduzem uma ordem de grandeza aceitável.

zados no rural, ou seja, de grupos rurais não agrícolas organizados e visíveis, tem também facilitado a persistência do equívoco agrícola. Mencione-se ainda que a informação estatística secundária, utilizada correntemente para estudar as realidades sociais e económicas, dados os seus objectivos, nível de agregação, e o modo de classificação das unidades e dos activos, não permite, com frequência, identificar, em cada contexto, muitos dos aspectos que permitiriam caracterizar as novas dinâmicas que percorrem o rural.

Finalmente o quinto ponto. Nos comentários anteriores procurou-se argumentar em torno das transformações que vêm percorrendo o rural ainda que, como se reconheceu, a expressão destas seja muito escassa em numerosas freguesias. A estas constatações tem de acrescentar-se a muito débil capacidade dos residentes para aproveitarem oportunidades e dinamizar iniciativas. De facto, a maior parte não tem, dada a sua história e características, possibilidades de o fazer. Esta população tem, de qualquer modo, grande peso no mercado dos votos e obriga os autarcas, a um equilíbrio continuado entre este mercado e o estímulo a iniciativas que acentuem a transição rural.

O espaço

Como antes se mencionou, a população rural está largamente dissociada, no plano económico, do espaço onde se dispersa. É uma situação comum a todas as zonas rurais e que não se refere apenas ao *rural de baixa densidade*. De qualquer modo, o reconhecimento do que se passa no espaço que envolve a população rural – o rural – é indispensável para apreender o contexto em que esta vive e trabalha. Resta acrescentar que as análises e comentários feitos neste ponto abrangem todo o espaço do Continente e não apenas o de uma das zonas rurais. Esta opção justifica-se tanto pela difícil compatibilização da informação disponível com os limites de cada zona, como pelo facto de algumas apreciações parcelares, que foi possível fazer, confirmarem que as grandes conclusões e tendências são válidas para o conjunto das zonas.

A estimativa da área do Continente correspondente a cada uso, foi feita tendo como referencial as funções do espaço na sociedade e conjugando as informações fornecidas pelo inventário florestal (2001) e pelo recenseamento agrícola (2001). Explicitam-se, de seguida, as opções seguidas para obter a estimativa.

Admitiu-se que a área cuja função é a produção agrícola corresponde à parte (55%) da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) que é gerida visando a obtenção de um resultado económico através da produção de bens e serviços.

Na outra parte (45%) desta superfície, o objectivo perseguido é a maximização de subsídios cujo montante é independente da produção obtida ou seja, a maximização de uma renda fundiária (F. BAPTISTA, 2003). Com a aplicação destes critérios obtém-se os seguintes resultados (em milhões de hectares): área gerida para produção agrícola, 2,0; área gerida como propriedade fundiária, 1,7.

Uma avaliação da composição de *área florestal* apresentada no inventário e feita em função das condicionantes legais a que estão sujeitas algumas espécies e da densidade dos povoamentos, permite admitir que a área dedicada à produção florestal ou seja, à obtenção de produtos florestais (madeira para serrar e folhear, madeira para celulose, cortiça, resina e frutos florestais) não excede, seguramente, 2,6 milhões de hectares.

Estabelecidas estas estimativas pode agora apresentar-se um quadro geral da ocupação do espaço do Continente: águas interiores, 1%; áreas sociais, 3%; produção agrícola, 23%; produção florestal, 29%; *outras áreas*, 44%. Esta última designação engloba: a parte da SAU onde a actividade agrícola é sobretudo um pretexto para maximizar subsídios; a parte da *área florestal* em que não é relevante a obtenção de produtos florestais; áreas improdutivas e incultos.

As funções que a sociedade pode esperar destas *outras áreas* estão associadas à questão genérica da gestão e ordenamento do espaço e ainda à conservação da natureza e ao desenvolvimento de actividades territoriais, como o lazer, caça, pesca, desporto, contacto com a natureza. Como é evidente, estas funções podem envolver toda a área do Continente e não apenas a parcela que se designa por *outras áreas*. Sucede, contudo, que nas áreas dedicadas à produção estão associadas, ou mesmo subordinadas, aos objectivos produtivos.

Esta tipologia da utilização do espaço do Continente, tomando como critérios as suas funções na sociedade, tem o mérito de não confundir o desempenho destas com os interesses e critérios dos proprietários florestais e, sobretudo, dos titulares de explorações agrícolas. Mais adiante vai retomarse este último ponto.

A propósito das estimativas da utilização da superfície do Continente referiram-se as funções produção agrícola e florestal. Vão agora dedicar-se alguns comentários à conservação da natureza e às actividades territoriais.

A conservação da natureza, como já se notou, é uma questão que abrange todas as áreas, que depende sobretudo das políticas públicas e cuja abordagem implica duas notas adicionais. A primeira, para referir que traba-

lhos recentes (cf. SANTOS, 2006, MOREIRA *et al.*, 2005, EUROPEAN..., 2004) puseram em evidência a grande importância de algumas áreas onde há práticas agrícolas para a conservação da natureza nomeadamente em manchas, como os sistemas de sequeiro do Sul, em que se privilegia a obtenção de subsídios. Nestes casos, tendo em vista o interesse público, a preocupação do Estado deve centrar-se apenas na conservação e desenhar e administrar as políticas com este objectivo.

Nos debates sobre a conservação da natureza confrontam-se com frequência duas perspectivas antagónicas. Uma defende a subordinação de qualquer utilização do espaço aos imperativos ambientais. A outra advoga a necessidade de não omitir a importância da produção e das iniciativas socioeconómicas. A tensão entre estas posições tem percorrido o desenho das políticas públicas e das instituições encarregues de as aplicar, como se verifica actualmente entre os organismos do Estado mais vocacionados para o ambiente e os dedicados à agricultura. A clarificação desta oposição passa, na perspectiva socioeconómica, pela distinção, seguindo CAMPOS e SERNA, (2005), dos níveis da preservação e da conservação. O primeiro, a economia da preservação, está associado ao perigo de extinção de um ou mais tipos de capital natural. Neste caso, o pagamento do serviço ambiental justifica-se, sem mais condições, quando o custo de oportunidade exigido é aceitável. O segundo, a economia da conservação, impõe-se quando "a dotação física de um recurso natural renovável se encontra acima do limiar em que desaparece a ameaça da sua probabilidade de extinção". Neste caso, a conservação pode e deve conviver com uma gestão do espaço em que coexistam as preocupações de rentabilidade, de eficiência produtiva e de equidade. Esta distinção entre preservação e conservação não tem, em Portugal, feito caminho nas análises e nos debates.

As actividades territoriais que já foram mencionadas relativamente ao modo como o rural lhes pode servir de ponto de apoio, são agora abordadas como uma das utilizações do espaço. Sucede, de resto, que com frequência decorrem à margem dos aglomerados rurais e beneficiam sobretudo os proprietários do espaço e dos patrimónios dispersos neste. É, por exemplo, o caso da caça nalgumas manchas do Alentejo, como já notava CAVACO (1995) há mais de uma década e de algumas iniciativas de turismo e de renovação agrícola que se verificam no Douro. São situações que confirmam a dificuldade da participação das populações rurais em novas iniciativas e evidenciam outra faceta da separação económica entre o rural e o espaço.

O consumo do espaço associado à conservação da natureza e às

actividades territoriais tem suscitado duas questões relevantes para a compreensão da economia do espaço: o autoconsumo ambiental e territorial, e a equidade.

A importância do primeiro não vem sendo considerada na contabilização dos rendimentos dos proprietários fundiários, em especial dos de maior dimensão. Esta falha causa uma distorção evidente no cálculo dos rendimentos fundiários e dos apoios públicos à conservação da natureza, além de falsear a avaliação das rendibilidades e da economia do espaço. Uma medida desta distorção é, de algum modo, sugerida por uma estimativa elaborada, para Espanha, do valor acrescentado verde da floresta em que se avaliou em 48% a parte correspondente aos serviços ambientais privados autoconsumidos pelos proprietários (cf. CAMPOS, 2005, CAMPOS *et al.*, 2005, CAMPOS e CAPARRÓS, 2005).

As novas procuras relativas ao espaço abrangem actualmente uma ampla, e crescente, parte da população urbana. O consumo do espaço é hoje um tema que renova os parâmetros da relação da sociedade com o seu espaço, suscitando nomeadamente a questão da equidade no domínio do consumo ambiental e territorial. Acautelar esta equidade é seguramente uma via que pode contribuir para legitimar a aceitação social do gasto de dinheiros públicos com a conservação da natureza. Normas e procedimentos que vão neste sentido, podem, evidentemente, ser conseguidos no modo como se contratualiza a aplicação das políticas.

O estatuto da propriedade da terra também não passou imune pelas transformações na utilização do espaço (cf., por exemplo, FERNANDEZ, 2001 e FERREIRO, 2005). Assim, os efeitos das políticas agrícolas, do consumo do espaço e da conservação da natureza têm-se repercutido, nalgumas zonas, no modo como são exercidos os direitos de propriedade. Sobre este tema vão apenas fazer-se dois comentários. Um sobre algumas consequências na relação do rural com o espaço, quando se processa a transição da terra agrícola para a propriedade ambiental. O outro por onde se começa, para referir a diferença entre duas situações em manchas onde houve uma retracção da produção agrícola.

A primeira, de que são bom exemplo os campos cerealíferos do Alentejo, corresponde às terras onde este recuo foi acompanhado pela persistência dos subsídios vindos da Política Agrícola Comum e concedidos independentemente das quantidades produzidas. Neste caso, como antes se notou, a terra agrícola converteu-se numa consolidada propriedade fundiária.

Na outra situação, houve retracção e não houve subsídios.

RODRIGUES (2000) mostrou, para a Terra Fria transmontana, que neste caso tende a haver uma flexibilização das modalidades de acesso ao uso da terra, para além da definição legal do estatuto de propriedade. Ou seja, *a coisa ajusta-se para além da forma*.

A transformação da terra agrícola em propriedade ambiental acompanha a conversão do ambiente de um bem livre para um bem económico e conduz a uma redefinição do exercício dos direitos de propriedade. Na terra agrícola, a propriedade delimitava a apropriação do que nela se produzia. Na propriedade ambiental, o que está em causa é o consumo ambiental do próprio espaço e portanto é este que se apropria. Por isto, muitas terras – em especial no Alentejo – onde antes a fronteira coincidia com os contornos das searas, são agora fechadas e cercadas a qualquer trânsito. Os recertos da propriedade associados à economia do espaço e ao direito do ambiente ainda estão a dar os seus primeiros passos e, como se mostrou, por vezes ainda de modo informal, mas nem por isso menos evidente.

Noutros países e regiões, pelo contrário, estão no cerne de teorias que visam explicar as transformações do espaço e do rural. É o caso, para a Inglaterra, da teoria da “reestruturação rural”, que enfatiza as dinâmicas do espaço, em particular em torno das questões da propriedade, e subalterniza as características e as actividades da população rural (cf. MARSDEN *et al.*, 1990 e 1993, MURDOCH e MARSDEN, 1994, MURDOCH *et al.*, 2003 e a excelente análise crítica de ORTIZ, 2005). Esta abordagem, ajustada à realidade para que foi elaborada, implica, para ser heurística, que não haja, de novo, um desfasamento entre aquela população e o espaço ou seja, que a economia do rural se associe estreitamente à economia do espaço. Esta situação corresponde à reunificação do rural com o espaço, o que encerra a transição rural iniciada com o declínio do velho rural agrícola. Em Portugal, como se notou, não é este o panorama e a questão central é ainda o desfasamento entre a população e o espaço. A transição rural é ainda muito incipiente. Convém também notar que as teorias do desenvolvimento rural que têm vindo a impor-se nos últimos anos na União Europeia, decorrem de realidades onde já se operou a transição rural e enfatizam a importância das novas actividades territoriais e ambientais postulando, nomeadamente, que estas são em parte assumidas pelas unidades agrícolas através da diversificação dos seus objectivos (cf. PLOEG *et al.*, 2002 e HUYLENBROECK e DURAND, 2003).

Estas teorias contribuíram de modo decisivo para revelar a importância e mesmo o conhecimento de muitas dinâmicas não agrícolas do rural. Apesar deste contributo, válido também para realidades como a portuguesa,

não constituem, no entanto, um quadro ajustado para uma reflexão global sobre o desenvolvimento rural em situações em que uma larga parte da população está à margem destas dinâmicas ou em que, como nalgumas regiões de Espanha, a modernização e fortalecimento dos sistemas de produção agrícolas se sobrepõem a outras actividades (ARNALTE e ORTIZ, 2006). Antes de finalizar estes apontamentos sobre o espaço impõe-se ainda um esclarecimento. Ao longo deste ponto, a propósito das funções do espaço, não se utilizou a palavra agricultura dado que se procurou evitar deliberadamente a equivalência entre agricultura e explorações agrícolas.

Esta opção deve-se às várias conotações que a palavra agricultura foi assumindo quando se faz equivaler ao conjunto das unidades agrícolas: produção agrícola, para passar depois a *o que fazem os agricultores* e ser agora *o que querem os agricultores*. E para se perceber *o que querem* é necessário compreender que uma parte dos agricultores, tomados como os titulares de uma exploração agrícola, se limita a aproveitar a posse de um espaço reconhecido legalmente como unidade agrícola, para captar subsídios públicos, tendo como justificação o direito de propriedade. Ou seja, a palavra agricultura não coincide com a função produção agrícola, mas designa, em parte, os interesses específicos de um grupo de proprietários fundiários.

Convém ainda acrescentar que, embora com extensão e proveitos bem diferentes, esta perversão da agricultura atinge, no Continente, os diferentes tipos de explorações agrícolas. Sejam, as capitalistas (6% do número de explorações e 44% da SAU), as familiares que vivem principalmente da produção agrícola (25% e 31%), as marcadas pelos salários ganhos na indústria e nos serviços (26% e 8%), as que dependem de pensões e reformas (31% e 10%) ou mesmo os outros tipos. Esta diversidade também não tem constituído um factor de erosão ao corporativismo dos subsídios, de que beneficiam a maior parte (cerca de 69%) das unidades agrícolas ainda que, como é conhecido, em partes muito desiguais: 1% recebe 42% do montante total.

O rural depois da agricultura

Este título remete para a dissociação do rural em relação ao espaço e para a transição que, ainda incipiente, começa a desenhar-se. Poderia também ser o objectivo de um projecto de modernização que conduziria, à semelhança do que aconteceu noutras paragens, a uma revolução profunda que provocaria uma metamorfose nos espaços e nos povoados. Aqui, por enquanto, a trans-

formação foi avançando nos campos; mas nos lugares, aldeias e vilas apenas corroeu as margens. Nos aglomerados, reforçando estas débeis mudanças, projectam-se também os efeitos do cenário exterior. Neste destacam-se as cidades regionais que abrem à população rural uma convivência esporádica mas intensa, com consumos, comportamentos e atitudes, que são vividos com adesão e curiosidade, ou, quando é algo menos conveniente, como sinais dos tempos. E com estes a única alternativa é uma tolerância conformada. As auto-estradas e as vias melhoradas que agora retalham o espaço são outro elemento do cenário. Facilitam o acesso a bens, vícios e equipamentos. Contribuem, afinal, para uma modernização de ida-e-volta.

Os herdeiros do velho rural agrícola estão agora agradados com os seus lugares e aldeias, e opinam que são os melhores locais para morar. De qualquer modo, também não se lhes abre outra possibilidade e, mesmo que esta existisse, dificilmente teriam condições para a aproveitar. Estão assim acomodados, para o que também contribui a melhoria das condições de vida e o amparo que lhes vai vindo de algumas políticas públicas desde que, em 1969, o Estado Novo iniciou a previdência rural. A alma deste rural mantém uma forte coloração agrícola, embora o bolso dependa, cada dia mais acentuadamente, de outros proventos. Os grupos agrícolas organizados fazem desta alma a sua bandeira e impõem-se, sem dificuldade, aos outros interesses locais, sempre muito pouco estruturados.

Falta um remate. O rural já está depois da agricultura mas ainda não é outra *coisa*, ou melhor, outras *coisas*. Estas começam a aparecer mas não se encontra localmente quem as faça avançar. Os agentes exteriores vão lentamente tomando iniciativas. O governo local está entregue às autarquias que são as instituições em quem as populações mais confiam e de quem mais esperam. Os autarcas correspondem a esta fidelidade dedicando uma prioridade legítima ao mercado dos votos.

Referências Bibliográficas

- ARNALTE, E.; ORTIZ, D. (2006) - "Tendenze dell'agricoltura spagnola. Difficoltà di attuazione di un modelo di sviluppo rural basato sulla multifunzionalità in agricultura", in Cavazzani, A.; Gaudio, G.; Sivini, S. (orgs.), *Polítiche, governance e innovazione per le aree rurali*, Edizioni Scientifiche Italiane, Roma.
- BANDEIRA, A. (2000) - *Imagens e representações da ruralidade na imprensa portuguesa*, Universidade do Algarve, Faro.
- BAPTISTA, F. (2001) - *Agriculturas e territórios*, Celta Editora, Oeiras.
- BAPTISTA, F. (2003) - "Um rural sem território", in Portela, J.; Caldas, J. (orgs.), *Portugal Chão*. Celta editora, Oeiras.
- BAPTISTA, F.; ROLO, J.; SANTOS, R. POÇAS, E.; PRETO, C. (2004) - "Rural e agricultura", Comunicação apresentada ao *II Congresso de Estudos Rurais*, Angra do Heroísmo.
- BAPTISTA, F.; SANTOS, R. (2006) - *Eucaliptos e populações. Resultados de um inquérito*, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa (em publicação).
- BAPTISTA, M. (2004) - Montalvo (Constância). *Caracterização socioeconómica da população e do espaço*, Quadros de apuramento do inquérito realizado em 2003, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- BAPTISTA, M. (2005) - Caracterização socioeconómica da população e do espaço. Montalvo, ANIMAR, Lisboa.
- BAPTISTA, M.; BARROS, V.; CANADAS, M.; COELHO, I.; GEADAS, M.; LOURENÇO, F.; NEVES, A.; RODRIGUES, O.; RODRIGO, I.; VEIGA, J. F. (2006) - *Inquérito aos agentes locais*, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- BARROS, V. (2004) - *Ventosa (Vouzela). Caracterização socioeconómica da população e do espaço*, Quadros de apuramento do inquérito realizado em 2003. Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- CALDAS, E. (1989) - "A Serra da Lousã". *Do povoamento à desertificação*, Arunce nº 2, Lousã, Dez. 1989.
- CAMARERO, L.; OLIVA, J. (2004) - "Les paisajes sociales de la ruralidad tardomoderna", in Molinero, F.; Majora, R.; García Bartolomé, J.; García Fernández, G., *Atlas de la España Rural*, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid.
- CAMPOS, P. (2005) - *El valor económico total de los ecosistemas mediterráneos*, INC, Lisboa.
- CAMPOS, P.; CAPARRÓS, A. (2005) - "Social and private total Hicksian incomes

- of multiple use forests in Spain”, *Ecological Economics* (em publicação).
- CAMPOS, P.; CAPARRÓS, A.; SANJURJO, E. (2005) – “Spain”, in Merlo, M.; Croitoru, L. (eds.), *Valuing Mediterranean forests: towards total economic value*, CABI Publishing, Wallingford.
- CAMPOS, P.; SERNA, J. (2005) - *Contribución de la conservación del medio natural al desarrollo rural*, Ministerio de Medio Ambiente, Madrid.
- CANADAS, M. (2004) - *Sever (Santa Marta de Penaguião). Caracterização socioeconómica da população e do espaço*, Quadros de apuramento do inquérito realizado em 2003, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- CANADAS, M. (2006) - *Caracterização socioeconómica da população e do espaço*, Sever, ANIMAR, Lisboa.
- CARDOSO, B; RODRIGUES, C.; DUARTE, M.; BRAGANÇA, N.; ESTEVES, C. (2006) - *Alojamentos familiares de uso sazonal ou secundário. Carvoeiro (Mação), Montes da Senhora (Proença-a-Nova), Santo André das Tojeiras (Castelo Branco), Sarzedas (Castelo Branco), Vila de Rei (Vila de Rei)*, Instituto Superior de Agronomia, Doc. Projecto AGRIS “Pinhal Interior Sul – Dinamização do Desenvolvimento Local”, Lisboa.
- CARVALHO, P. (2006) - “Residência secundária, patrimonialização e construção de novas ruralidades”, Comunicação apresentada ao VI *Colóquio Luso-espanhol de Estudos Rurais*, Huelva.
- CAVACO, C. (1995) - “Turismo rural e desenvolvimento local”, in Cavaco, C. (cord.). *As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- CHAMPAGNE, P. (2002) - *L´héritage refusé*, Seuil, Paris.
- COELHO, I. (2004) - Tôr (Loulé). *Caracterização socioeconómica da população e do espaço*, Quadros de apuramento do inquérito realizado em 2003, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- COELHO, I. (2006) - *Caracterização socioeconómica da população e do espaço*. Tôr, ANIMAR, Lisboa.
- CRAVIDÃO, F. (1989) - *Residência secundária e espaço rural. Duas aldeias da serra da Lousã*. Casal Novo e Talasnal, Faculdade de Letras, Coimbra.
- DINIS, I.; MALTA, M. (2003) - “Da desvitalização da Serra da Lousã à nova ruralidade: identidades sociais e destinos do território”, in Portela, J.; Caldas, J. (org.), *Portugal Chão*, Celta editora, Oeiras.
- EEA (2004) - *High nature value farmland*, Copenhagen EUROPEAN ENVI-

- RONMENT AGENCY.
- FERNANDEZ, M. (2001) - *Direito ao ambiente e propriedade privada*, Coimbra Editora, Coimbra.
- FERREIRO, M. (2005) - *Economia, direito de propriedade e agricultura*, ISCTE, Lisboa.
- FIGUEIREDO, E. (2003) - *Um rural para viver, outro para visitar - o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- HUYLENBROECK, G.; DURAND, G. (eds.) (2003) - *Multifuncional agriculture*, Ashgate, Burlington.
- DIRECÇÃO GERAL DAS FLORESTAS (2001) - *Inventário Florestal Nacional 1995-1998*, DGF, Lisboa.
- LOURENÇO, F. (2004) - *Pedrógão de São Pedro (Penamacor). Caracterização socioeconómica da população e do espaço*, Quadros de apuramento do inquérito realizado em 2003, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- LOURENÇO, F. (2006) - *Caracterização socioeconómica da população e do espaço. Pedrógão de São Pedro*, ANIMAR, Lisboa.
- MARSDEN, T.; LOWE, P.; WHATMORE, S. (eds.) (1990) - *Rural restructuring global processes and their responses*, David Fulton Publishers, Londres.
- MARSDEN, T.; MURDOCH, J.; LOWE, P.; MUNTON, R.; FLYNN, A. (1993) - *Constructing the countryside*, UCL Press, Londres.
- MATHER, A.; PEREIRA, J. (2006) - "Transição florestal e fogo em Portugal", in Pereira, J. S.; Pereira, J.; Rego, F.; Silva, J.; Silva, T. (eds.), *Incêndios florestais em Portugal*, Isapress, Lisboa.
- MOREIRA, F.; PINTO M.; HENRIQUES, I.; MARQUES, T. (2005) - "The importance of low-intensity farming systems for fauna, flora and habitats protected under the european "Birds" and "Habitats" directives: is agriculture essential for preserving biodiversity in the mediterranean region?", in Burk, A. (ed.), *Trends in biodiversity research*, Nova Science Publishers.
- MORENO, L. (2002) - *Desenvolvimento local em meio rural. Caminhos e caminhanças*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- MORMONT, M.; MOUGENOT, C. (2002) - "Sociabilité rurale et action environnementale", in Sylvestre, J. (dir.), *Agriculteurs, ruraux et citoyens*, Educagri, Dijon.
- MURDOCH, J.; LOWE, P.; WARD, N.; MARSDEN, T. (2003) - *The differentiated countryside*, Routledge, Londres.

- MURDOCH, J; MARSDEN, T. (1994) - *Recostituting rurality*, UCL Press, Londres.
- NOVAIS, A.; LOURENÇO, F.; BAPTISTA, F. (2001) - *Portugal (Continente). Uma Leitura do rural*, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- ORTIZ, D. (2005) - *El enfoque de la "reestructuración rural" y su utilidad para el análisis de los procesos de cambio en el rural español*, Departamento de Economía e Ciências Sociais da Universidade Politécnica de Valência, Valência.
- PEREIRA, S. (1900) - "Les céréales", in Costa, B.; Castro, L., *Le Portugal au point de vue agricole*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- PLOEG, J.; LONG, A.; BANKS, J. (2002) - *Living countrysides. Rural development processes in Europe: the state of the art*, Elsevier, Doetinchem.
- POÇAS, E. (2006) - *O rural do Continente*, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- INE (2001) - *Recenseamento Geral da Agricultura 1999*, INE, Lisboa.
- RIBEIRO, O. (1982) - *Le Portugal Central*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- RODRIGO, I. (2004) - *Eiriz (Paços de Ferreira). Caracterização socioeconómica da população e do espaço*, Quadros de apuramento do inquérito realizado em 2003, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- RODRIGO, I. (2005) - *Caracterização socioeconómica da população e do espaço, Eiriz*, ANIMAR, Lisboa.
- RODRIGUES, O. (2000) - *Utilização do território e propriedade fundiária*, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- RODRIGUES, O. (2004) - *Mofreita (Vinhais). Caracterização socioeconómica da população e do espaço*, Quadros de apuramento do inquérito realizado em 2003, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- ROLO, J. (2003a) - *Seleção das Zonas/freguesias e fontes de informação secundária para o estudo dos espaços do rural*, Estação Agronómica Nacional, Lisboa.
- ROLO, J. (2003b) - *Para uma monografia dos espaços do rural: informação sobre a socioeconomia do rural (e concelhos) do Continente português no final do século XX*, Estação Agronómica Nacional, Lisboa.
- ROLO, J. (2006a) - *Rendimentos: terra e valores acrescentados das actividades agro-rurais – quantificação e dinâmicas espaciais*, Estação Agronómica Nacional, Oeiras.
- ROLO, J. (2006b) - *Uma aproximação à avaliação do impacte da agricultura (CAE AA) na actividade (CAEs) dos concelhos do Continente*, Estação

Agronómica Nacional, Lisboa.

SANTOS, J. (2006) - *Uma estratégia de gestão agrícola e florestal para a Rede Natura 2000*, ICN, Lisboa.

VEIGA, J. (2004) - *Vila Nova de São Bento (Serpa). Caracterização socioeconómica da população e do espaço*, Quadros de apuramento do inquérito realizado em 2003, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

VEIGA, J. (2005a) - *Território e desenvolvimento local*, Celta editora, Oeiras.

VEIGA, J. (2005b) - *Caracterização socioeconómica da população e do espaço. Vila Nova de São Bento*, ANIMAR, Lisboa.

VEIGA, J. LOURENÇO, F.; BARROS, V. (2006) - *Caracterização socioeconómica da população e do espaço. Ventosa*, ANIMAR, Lisboa.

WILLIAMS, R. (1989) - *O campo e a cidade*, Companhia das Letras, São Paulo.

A Ruralidade do nosso tempo¹: Decálogo para uma 2ª Modernidade

António Covas

Universidade do Algarve

Introdução: em busca da 2ª modernidade

Este é um texto cheio de esperança, não obstante as dificuldades. É certo que nos tempos que correm até o optimismo acerca de um futuro promissor pode parecer atrevimento desnecessário. Mas os sinais de mudança já se anunciam e enunciam, apesar de sabermos que a mudança paradigmática é uma curva longa e pronunciada e que a macro-política tem dificuldade em vislumbrar porque as suas referências e arbitragens espacio-temporais, geralmente de curto prazo, lidam mal com os territórios de baixa densidade, onde geralmente ocorrem os “problemas rurais” de médio e longo prazo.

De facto, o nosso entendimento dos problemas é, quase sempre, precário e recorrente. A realidade é sempre mais complexa do que as intuições ou os conceitos da razão. Entretanto, o nosso tempo parece ter sido abolido pelo instante. Domina a racionalidade do tempo curto, enquanto a urgência é um modo de destruição do tempo. E, todavia, nunca a palavra estratégia foi tão abundantemente utilizada. Infelizmente, o domínio do “management” impõe-nos a reacção, o ajustamento, a flexibilidade, porque são os conceitos do tempo presente, do “just in time”. A agricultura é, por sua vez, cada vez mais bio-indústria, ou seja, uma agricultura sem sazonalidade e sem ritmo natural de vida. Doravante, gerir a agricultura e os seus recursos naturais será administrar o compromisso entre sistemas naturais e sistemas bio-industriais.

No plano discursivo e no espaço público, os sinais de mudança fazem-se acompanhar até de inovações sócio-linguísticas. Os “prefixos da moda” marcam o ritmo e são conceptualmente significativos. Eis os mais referenciados: trans, inter, multi, pluri, poli. Eles traduzem e comunicam acção, processo, movimento e quebram barreiras e fronteiras de todo o tipo. A teoria do desenvolvimento rural acompanha-os e renova-se com estas “aquisições”: a multifuncionalidade, a pluriactividade, a transversalidade, a interconectividade, etc.

¹ O autor é reciclador dos seus próprios materiais. Algumas ideias contidas neste texto são retiradas do livro *Política agrícola e Desenvolvimento Rural*, publicado em 2004 pela Editora Colibri.

Por outro lado, a nossa apregoada pré-modernidade agro-rural ou, segundo outros, a nossa modernidade tardia, deixou-nos, paradoxalmente, à beira da 2ª modernidade. É uma "grande oportunidade" se for entendida como um caldo de cultura, bem temperado, de racionalidade modernizadora e sabedoria conservadora. Nada, no entanto, está garantido. O nosso eterno conservadorismo agro-rural, de natureza essencialmente patrimonialista e familista, recusa-se a ter razão e a ser julgado antes do tempo.

O segredo da 2ª modernidade é simples e enuncia-se facilmente: é necessário, simultaneamente, conservar recursos escassos, acrescentar valor a actividades tradicionais, criar produtos novos e recrear as amenidades. Isto é, encontrar o ponto de equilíbrio entre produção, conservação e recreação, os três pólos da nova economia do desenvolvimento rural. Equilíbrio que deve ser prosseguido em níveis e patamares de complexidade crescente. Para ilustrar este limiar da 2ª modernidade, vale, por exemplo, a distinção entre desenvolvimento agrário e desenvolvimento rural:

- * o desenvolvimento agrário faz-se com "agri-cultura", isto é, os produtos vendem o território que utilizam mas não se preocupam tanto com a reprodução do "recurso e do contexto" que consomem; é, essencialmente, um acto comercial, que origina, quase sempre, várias externalidades negativas;
- * o desenvolvimento rural faz-se com "agro-cultura", isto é, os produtos vendem os recursos e os territórios, tanto quanto os territórios comunicam por via dos seus produtos e recursos; todos se reproduzem, afinal, no acto de venda mas, para além de ser um acto comercial é, também, um acto cultural, cujo fundamento radica nos princípios da agricultura multifuncional e na produção de externalidades positivas, isto é, na "produção de bens contextuais favoráveis".

No plano conceptual, e numa perspectiva de futuro, a questão nuclear da 2ª modernidade parece ser a seguinte: como fazer a transição, gradual e harmoniosa, de uma ruralidade de base agrária e produtivista para uma ruralidade de base sócio-territorial, multifuncional e cada vez mais terciarizada, sem, para tanto, perder o essencial da sua base produtiva?

Neste contexto, o decálogo para uma 2ª modernidade, que a seguir se apresenta, procura ser o esboço de um roteiro para entender a ruralidade do nosso tempo. Em primeiro lugar, fazemos uma referência à transmutação paradigmática em curso para referir a mudança de ciclo que se adivinha e avizi-

nha. Em segundo lugar, abordamos o triângulo de ferro em que nos movemos e a racionalidade limitada que nos orienta. Em terceiro lugar, reconsideramos o “problema rural” visto por um prisma diferente do “convencional urbano”. Em quarto lugar, observamos o percurso que nos leva do “indivíduo do sistema” ao “sujeito e actor da sociedade aberta” em que nos encontramos. Em quinto lugar, abordamos o retorno e a modernidade ou a pluralidade das vias de acesso para a modernização agro-rural. Em sexto lugar, elaboramos um pouco sobre a racionalidade e sabedoria que nos devem conduzir à 2ª modernidade. Em sétimo lugar, discorremos sobre a matriz quadrangular da nova economia do desenvolvimento rural. Em oitavo lugar, observamos a complexidade do processo de inovação em meio rural. Em nono lugar, fazemos uma referência à reinvenção da ética-prática do associativismo agro-rural. Finalmente, rematamos com uma aproximação “construtivista” aos territórios de baixa densidade, objecto-alvo da maior parte das nossas considerações.

O paradigma da 2ª modernidade: em trânsito para o ciclo eco-rural.

Tudo começou com a economia camponesa e a “produção de campo”. O homem, escravo da terra e servo de outros homens, utilizava e consumia, essencialmente, as energias naturais. A produção agrícola era uma produção primária final para ser auto-consumida e vendida nos mercados locais de proximidade. A divisão do trabalho respeitava, supõe-se, os equilíbrios naturais. A actividade agrícola ocupava o território quase em exclusivo, enquanto se aguardava que os agentes de mudança fizessem o “trabalho de casa”. Variável consoante os contextos e os pretextos, a actividade agro-rural evolui, rapidamente, do ciclo estacionário de subsistência e do “caos agrícola pré-moderno” para o ciclo da economia agro-industrial e, mais recentemente, para o ciclo agro-alimentar. As “revoluções verdes” ocorrem, um pouco por todo o lado, em contextos e momentos diferentes e com resultados muito contrastados. A fábrica substitui o campo, o operário toma o lugar do camponês, a importação compete com a produção doméstica. A natureza e o ambiente constituem o elo mais fraco dos “novos desequilíbrios”. Neste percurso, como é óbvio, cada indústria nacional cumpre o seu próprio trajecto, umas mais precocemente, outras mais tardiamente, arrastando, provocando ou facilitando nesse trajecto reformas fundiárias e agrárias de maior ou menor amplitude. Estas histórias particulares fazem, aliás, parte da construção dos modernos estados, sociedades e economias do século vinte, tal como podem ser observados no chamado mundo ocidental desenvolvido.

Eis que chegamos, pois, ao limiar de uma nova ordem, a ordem dominante, de uma racionalidade imparável composta por: escala, intensificação, especialização, profissionalização, acumulação, exportação, êxodo. É o tempo das fileiras e das cadeias alimentares que geram processos e produtos que pouco ou nada têm a ver com as matérias-primas de origem. A formação das grandes cidades levanta problemas novos de abastecimento, donde a importância das actividades de logística agro-alimentar, de transporte, distribuição e consumo de alimentos de massa.

Enquanto o século XX foi marcado pelos avanços espectaculares da física e da química, o século XXI pertencerá às ciências da vida. Cientistas de todo o mundo estão a decifrar o código genético da vida. Os genes são a matéria-prima da nova era económica e estão a ser utilizados em múltiplos negócios: a agricultura, o melhoramento animal, a energia, a criação de novas fibras, a invenção de novos remédios e terapias. Uma grande quantidade de alimentos e fibras pode ser criada em cultura de tecidos, eliminando parcialmente o cultivo do solo. A clonagem animal e humana vai tornar-se habitual e em vez de reprodução teremos replicação. Duas grandes aproximações ao século da biotecnologia começam a emergir. Uma, a mais brutal, utiliza a ciência genética para preparar mudanças radicais no património genético das espécies. Outra, mais suave, cria formas mais bem integradas e mais sustentáveis de relação entre as espécies existentes e o seu ambiente.

Tomemos a agricultura. Biólogos moleculares estão a inserir genes de organismos exóticos e não alimentares no código genético de culturas alimentares para as tornar mais resistentes aos herbicidas, às doenças, aos fungos e às bactérias. Por outro lado, muitos ecologistas estão a utilizar as novas descobertas genéticas para compreender melhor a forma como os factores ambientais afectam as mutações genéticas nas plantas. Recusam a manipulação genética das culturas tradicionais preferindo a criação de uma forma sofisticada de agricultura baseada no controlo das doenças, na rotação das colheitas, na fertilização natural e noutros métodos sustentáveis.

Entretanto, gigantes da indústria informática e da investigação genómica preparam-se para controlar o emergente comércio genético. Passa-se da era da petroquímica para a era do comércio genético e das patentes genéticas. Estamos a criar, assim, um segundo Génesis, desta vez um Génesis sintético. Uma espécie de Santa Aliança entre o produtivismo agro-químico e o produtivismo biotecnológico.

Mas não tem que ser assim necessariamente, pelo que, nela também,

já se adivinha ou antevê os elementos do que consideramos poder ser a ordem multifuncional da agricultura pós-moderna, o advento da 2ª modernidade, isto é, o que designamos aqui como a ordem ou o ciclo eco-rural. De facto, outras saídas mais virtuosas são perfeitamente possíveis se um imperativo político de cultura e civilização, se uma ética prática se interiorizar nas procuras sociais emergentes e conseguir impor-se ao produtivismo mercantilista dominante. Com efeito, se a economia biotecnológica tem o domínio dos instrumentos e dos processos, a nova economia agro-rural ou eco-rural já tem, também, uma matriz de objectivos bem consolidada e que considera: a reposição da biodiversidade, a pluralidade das fontes energéticas, a multifuncionalidade das actividades, a sustentabilidade dos processos e dos recursos naturais, a qualidade e a segurança dos alimentos, a reticulação dos empreendimentos agro-rurais, a solidariedade entre grupos de regiões e países. É a este conjunto de objectivos e à ética prática dos códigos respectivos que atribuímos a designação de "ordem multifuncional da agricultura pós-moderna, a 2ª modernidade da agricultura ou ciclo eco-rural".

Concorrência, contingência e resiliência: o triângulo de ferro da mudança paradigmática.

Vagas sucessivas de liberalização das trocas internacionais, associadas a uma contingência mais imprevisível e mais perigosa, estão a deixar os nossos territórios mais sensíveis "à beira de um ataque de nervos". Por via da concorrência e da contingência, as dinâmicas territoriais tornam-se mais curtas, mais frequentes e mais agudas, produzindo-se uma desqualificação, por vezes abrupta, de pessoas, equipamentos e infra-estruturas que ficam devolutos por tempo indeterminado. Com efeito, está em causa não apenas a desestruturação da socioeconomia desses territórios como, também, o próprio exercício democrático das autoridades locais que assistem impotentes à deslocalização de empresas até então aí sedeadas e ao encerramento de outros serviços públicos de interesse económico geral. Poderemos estar, "apenas", numa fase mais ou menos longa de desestruturação, que sacrificará uma ou duas gerações, dirão os mais optimistas, enquanto se aguarda que os efeitos benévolos e regeneradores do capitalismo biotecnológico sobrelevem os efeitos malévolos e predadores que ele também comporta e desencadeia. Mas nada voltará a ser como dantes. Em regime de auto-gestão, sem a acção de reguladores internacionais e regionais acreditados, a dinâmica centrípeta do capitalismo prevalecerá sobre a dinâmica centrífuga dos territórios mais desfa-

vorecidos, mesmo os mais longínquos e remotos. Entretanto, os sub-sistemas artificiais, peri-urbanos e industriais, do capitalismo periférico são desactivados e os territórios atingidos obrigados a procurar refúgio nos sistemas semi-naturais, biofísicos e agro-rurais, que praticamente já tinham esquecido ou ignorado. Assistimos, assim, à reversibilidade do processo de desenvolvimento contra a tese evolucionista das etapas do crescimento económico. É, justamente, na ressaca deste "processo de involução", que surgem as "economias minoritárias e resilientes" ligadas ao ordenamento, à conservação e gestão de recursos naturais e baseadas nos princípios e na ideologia do desenvolvimento sustentável. Nesta acepção, a resiliência é, porventura e antes de mais, um produto das circunstâncias, mas, logo a seguir, a consciência crítica dos limites do modelo económico dominante e, sobretudo, a auto-consciência do actor-sujeito que se liberta dos constrangimentos do modelo dominante para seguir a sua própria via pessoal e criativa.

A resiliência é a ilustração concreta do princípio da racionalidade limitada em que nos movemos e é, especialmente, crítica e apropriada para os territórios de baixa densidade. Em rigor, trata-se de pôr em funcionamento os princípios de uma economia estacionária em que a gestão dos custos de contexto, da escassez de recursos e envelhecimento da população contam mais do que a economia de produção e consumo. Para um determinado território, a resiliência indica-nos quais as utilizações sustentáveis dos recursos escassos e, portanto, o mapa dos vários pontos de equilíbrio entre produção, conservação e recreação. Se a investigação e a inovação ajudarem, podemos recuperar, a prazo, a produtividade natural dos ecossistemas e operar, finalmente, a revolução verde do século XXI.

À beira do ciclo eco-rural: a reconsideração do "problema rural".

A "ideologia dominante", essencialmente urbana, identifica necessidades sociais com consumos públicos ou colectivos, isto é, infra-estruturas, equipamentos e, obviamente, despesa pública. A "administração urbana" tem, por isso, uma "tabela" de todas as necessidades mensuráveis, elegíveis e financiáveis que fazem falta e que podem ser "exportadas para o mundo rural". As soluções inovadoras para os problemas da sociedade rural terão, porventura, que ser objecto de uma "decisão especial" porque economizam recursos ou não se enquadram nos critérios de elegibilidade da administração pública central, urbana, obviamente. Portanto, necessidade igual a equipamento. Onde, só a administração tem "legitimidade" e o poder para vir em

socorro desse grupo, sector, território, ecossistema ou espécie ameaçada. Da mesma forma, caberá sempre à administração central avaliar as circunstâncias, as características e a oportunidade da criação do equipamento colectivo. No fundo, "o problema rural" só existe se gerar despesa pública, mesmo que não haja recursos para o efeito. Eis a enorme contradição da política pública. Padroniza e normaliza necessidades-equipamentos por todo o território e depois declara-se impotente para acorrer a todas "as ofertas" porque "a baixa densidade não justifica o investimento". Mais grave ainda. Deste juízo deduz, rapidamente, que os territórios de baixa densidade não têm nenhuma "vocação agrícola", pelo que, por "esta evidência" se encontram disponíveis para todas as "implantações urbanas", sejam urbanísticas, industriais, turísticas ou florestais. Equívoco recorrente que o ciclo político alimenta: a variedade e a diversidade são incomportáveis para o erário público; como seria possível distribuir os "seus equipamentos" por todo o território?

Verdade seja dita, isto só acontece porque a chamada "sociedade civil" e a dita "sociedade científica" não têm a "legitimidade" do poder político e não cooperam suficientemente entre si, em matéria de equipamentos e projectos de desenvolvimento, para "impor" à administração pública os projectos inovadores que poupam recursos e energia e acrescentam valor aos equipamentos e actividades tradicionais. Os novos promotores também não aparecem porque a poupar recursos ninguém consegue "rentabilizar a margem do negócio".

A caminho da 2ª modernidade: do "indivíduo-cidadão" ao "sujeito-actor".

Em matéria de ruralidade, também não se confirmam as teses de Francis Fukuyama sobre "o fim da história e o último homem". Nem mesmo com a ajuda das comunidades virtuais da sociedade da informação. A brutalidade dos factos da sócio-economia territorial e a iminência dos grandes riscos anunciam-nos, ao contrário, o regresso da história e da geografia. Passámos, decididamente, das necessidades e das funções dos velhos sistemas sociais para a violência e a felicidade da libertação pessoal. Esta é, mal ou bem, a transição que fazemos da 1ª para a 2ª modernidade. Com efeito, estamos próximos do fim do pensamento social, isto é, das formas de pensamento que corresponderam à representação "social" da vida colectiva. Por esta via que se alarga, passará, também, a renovação do pensamento social sobre o "problema rural", ele, também, revelador da falência dos sistemas químico-mecânicos, tão racionais e modelares da 1ª modernidade.

O mundo rural, pela pureza e pelo pudor que ainda encerra, é uma opção de vida inquestionável para uma trajectória individual, para se fazer a experiência concreta da libertação pessoal. Esta é a razão pela qual não haverá, no mundo rural, o "último homem", antes o "homem resiliente" da 2ª modernidade. É certo que estamos perante um combate desigual, em especial nos territórios desfavorecidos de baixa densidade. Que reclama, por isso mesmo, uma consciência crítica muito mais apurada das dificuldades. Que não poderá ser construída sobre os escombros da representação social ou sobre os ombros de uma qualquer utopia naturalista.

Na 2ª modernidade pode-se ser racional de muitos modos diferentes. O que é crítico é perder a capacidade de conceber novos objectivos e de enfrentar novos conflitos. Este é o "traço distintivo" da 2ª modernidade. Ao alargar o meu campo de objectivos tenho de aceitar que os outros procedam da mesma forma, isto é, que se instale o conflito de interesses e que uma parte importante do meu tempo seja dedicado à "governança" desses interesses. Dito de outro modo, tenho que rever e colaborar em velhos e novos processos participativos e inovativos de tal modo que façam o sonho pessoal parecer realidade.

Retorno e modernidade: a pluralidade das vias da "modernização agro-rural".

A concorrência e a contingência empurram-nos para situações-limite e ajudam-nos a ver mais claro. Quer dizer, a adversidade tanto cria deserdados como empreendedores. Como sempre, de resto. Desta vez, porém, com uma diferença de monta. A abertura e proximidade dos mercados globais oferecem-nos tantas oportunidades como dificuldades, mesmo para os territórios rurais mais remotos e desfavorecidos. Repentinamente, a microgeoeconomia passou a fazer sentido e os territórios de baixa densidade a serem objecto de curiosidade e procura crescentes. A baixa densidade torna-se uma vantagem comparativa face à saturação e ao congestionamento dos "territórios modernos". O tempo e a distância deram lugar à informação, à inovação e à rede. Volta a ouvir-se falar de estratégia a propósito destes territórios; algo está a mudar, portanto.

Entre o retorno e a modernidade alonga-se uma série de estratégias familiares e empresariais, desde a mais melancólica (a nostalgia do retorno ou do regresso à agricultura tradicional) até à mais inovadora (a empresa cosmopolita da 2ª modernidade). O que importa realçar, neste contexto austero e severo de concorrência e contingência, é a pluralidade dos modos e vias de

“modernização agro-rural”, dos mais caóticos (pré e pós-modernos) aos mais ordenados (modernos) e a importância decisiva que as procuras sociais emergentes, muito diferenciadas, desempenham nestes percursos tão variados e diversificados. De facto, como antes referimos, o surgimento do sujeito-actor, individualista e caprichoso mas, também, mais informado e comprometido, tem como consequência a diversificação das próprias estratégias de procura que as novas tecnologias de comunicação favorecem e promovem. A “modernização moderna”, à imagem e semelhança do consumidor urbano apressado (*fast food* para *fast people*), está, ela própria, afanosamente, à procura de produtos com identidade porque se apercebeu da lenta, mas inelutável, deslocação da procura para estes produtos. Esta diferenciação em curso das ofertas e das procuras agro-rurais é uma grande oportunidade para a reinvenção da “ruralidade portuguesa”, mais uma vez no cruzamento imaginativo e inventivo da produção, conservação e recreação em meio rural. As combinações positivas que é possível extrair deste triângulo virtuoso são outras tantas oportunidades para projectos empresariais, dos mais modestos aos mais sofisticados.

Racionalidade e sabedoria na 2ª modernidade: o complexo dos quatro i's.

Eis mais um traço distintivo da 2ª modernidade, a saber, ela terá tanto de racionalidade como de sabedoria. Tanta inteligência racional como emocional. Porque a criatividade é essencial para a inovação e a diferenciação. Para que os meios não se confundam com os fins. Entretanto, para que a diferenciação e a oportunidade aconteçam efectivamente, há um factor instrumental, absolutamente indispensável, que é necessário promover a todo o custo. Trata-se do complexo dos quatro i's: informação, identidade, investigação e inovação. A 2ª modernidade, já o sabemos, é um tempo vertiginoso, em que as novas procuras tanto chegam como partem. A volatilidade dos mercados é a regra. Uma procura volátil não se compadece com uma oferta rigidificada, antes requer informação actualizada sobre as tendências, transferência dos resultados da investigação, inovação de processos e produtos e mercados flexíveis dos factores de produção. Não basta, porém, a racionalidade da tecnologia, necessária à organização dos meios. Não se podem ou devem queimar etapas. Sem a sabedoria de “uma cultura dos territórios”, que projecta a sua identidade para fora das suas fronteiras, os territórios não comunicam uns com os outros. Esta comunicação simbólica é fundamental para transmitir “sinais comerciais”. Todavia, se esta comunicação

não for autêntica, o *marketing* territorial e a marca colectiva não acrescentam valor aos produtos locais e regionais. Na aparência, tudo muito moderno. De facto, não convencemos o consumidor advertido. Que atribui tanta ou mais importância aos sinais simbólicos como aos sinais comerciais. Porém, o factor central e coesivo é a investigação aplicada. Só ela permite ligar os sinais simbólicos da identidade aos factores tangíveis da produção, da conservação e da recreação, para, finalmente, desembocar em inovação de processos e produtos. Seja como for, há um complexo organizacional que gira em redor dos processos investigativos e inovativos que importará rever rapidamente.

A economia da 2ª modernidade: o desenvolvimento rural a quatro dimensões.

Uma nova economia do desenvolvimento rural dá sentido à 2ª modernidade. O quadro geral da nova economia integra quatro componentes principais: a economia do ordenamento e da conservação de recursos, a economia da inovação e do conhecimento, a economia da produção e do consumo, a economia da recreação e do lazer. No plano organizacional, as duas primeiras são políticas públicas transversais dirigidas à produtividade natural e tecnológica dos recursos. A investigação tem aqui um papel insubstituível na determinação do equilíbrio entre as duas produtividades. As duas últimas são políticas públicas sectoriais cujas capacidades de carga ficam sujeitas às regras de condicionalidade das primeiras.

A nova economia do desenvolvimento rural tem um potencial multifuncional muito elevado, se pensarmos em todas as suas componentes e nas várias hipóteses de desmultiplicação e combinação virtuosas. Vejamos este desdobramento de forma esquemática:

- a) **a economia do ordenamento e da conservação** considera a reposição dos níveis de biodiversidade, a regeneração e conservação dos recursos naturais e o ordenamento e gestão de reservas (RAN e REN), áreas nacionais de paisagem protegida e sítios da rede natura 2000;
- b) **a economia da inovação e do conhecimento** considera a informação e redes de conhecimento, a formação e investigação orientada e a inovação e empreendedorismo;
- c) **a economia da produção e do consumo** considera a produção alimentar (de massa, de gama, denominada e biológica), a produção florestal (industrial, de protecção e de recreação) e a produção energéti-

- ca (energias naturais, biomassa e culturas energéticas);
- d) a economia da recreação e lazer considera o turismo em espaço rural (das modalidades de TER aos projectos de interesse nacional (PIN), a economia residencial em espaço rural e os novos serviços associados à economia da recreação e lazer e outros serviços de proximidade.

A combinação e integração do maior número destas valências é o segredo da concepção e engenharia do projecto multifuncional. É neste particular que a investigação e a inovação devem concentrar os seus esforços. Esta lógica de abordagem é, especialmente, importante para os territórios de baixa densidade que, por esta via, readquirem não apenas o interesse dos investigadores e dos conservacionistas mas, também, de novos promotores imobiliários e grupos empresariais que, diga-se, já há muito iniciaram os seus jogos de sedução junto dos proprietários locais. Se forem, todavia, respeitados os princípios do desenvolvimento sustentável, esta abordagem trará muitos benefícios para as populações locais.

O factor instigador da 2ª modernidade: o processo de inovação territorial em meio rural.

Na aceção compreensiva e transdisciplinar que aqui lhe damos, o processo de inovação territorial deve estar permanentemente orientado para a identificação e promoção dos projectos multifuncionais mais prometedores. Vejamos, agora, algumas condições ou requisitos que o processo de inovação deve respeitar para ser bem sucedido:

- * é fundamental introduzir a investigação na identificação, no desenho e na monitorização do projecto multifuncional, de modo a poder alimentar, de forma continuada, o processo de inovação;
- * é fundamental mobilizar e convidar novos "stakeholders" para os projectos mais inovadores, mesmo que sejam exteriores aos territórios em questão;
- * é fundamental que a metodologia GAL/PAL (Grupo de Acção Local, Plano de Acção Local) seja extensiva aos três eixos do novo plano de desenvolvimento rural, uma vez que, assim, aumentam as possibilidades de sucesso do processo de inovação, isto é, o número de inovações produzidas;
- * é fundamental o reforço das redes temáticas de cooperação transna-

cional, tendo em vista dispor de boas práticas de outras experiências (o "benchmarking" agro-rural);

- * é fundamental encontrar e desenhar ligações virtuosas às universidades e escolas superiores agrárias, tendo em vista promover não apenas um banco de ensaios do processo de inovação como, também, uma nova governança do processo de inovação territorial;
- * é fundamental a criação de um nível federativo regional das associações de desenvolvimento, tendo em vista não apenas o lançamento de uma plataforma de assistência técnica e tecnológica aos associados como, também, um grau elevado de auto-regulação e reflexividade, indispensáveis à sustentação do processo de inovação territorial.

Para além dos factores antes referidos, o desenvolvimento do processo de inovação supõe que sejam atendidos certos requisitos internos ou intrínsecos ao ciclo de inovação. Usemos, para o efeito, mais uma vez, o exemplo da "metodologia LEADER":

- * a constituição do grupo de acção local (GAL) tem que ser muito mais criteriosa e a sua composição técnico-política deve reflectir e antecipar as necessidades do próprio processo inovatório; quer dizer, o ciclo de inovação implica e questiona a convencional estrutura e organização das associações de desenvolvimento, em especial, a sua crescente "funcionarização" burocrático-administrativa;
- * a elaboração de um diagnóstico para levantar as necessidades de inovação e o respectivo plano de acção tem que ser, simultaneamente, micro-cirúrgica, transdisciplinar e criativa, tendo em vista uma primeira identificação das potenciais ligações virtuosas;
- * o dispositivo comunicacional do GAL tem que ser, igualmente, muito inventivo; internamente visa motivar e mobilizar os agentes para os processos participativos, externamente visa criar uma imagem positiva e favorável do empreendimento junto dos seus "stakeholders" e da opinião pública em geral;
- * a montagem ou engenharia do processo inovatório é a tarefa mais difícil de realizar porque exige a convergência de muitos contributos e a análise fina das interdependências técnicas e sistémicas entre os quatro cantos do quadrado virtuoso já antes referido, uma vez que estas ligações são a matéria-prima necessária para uma boa carteira de projectos multifuncionais;

- * uma vez realizado este inventário é necessário convencer os agentes sócio-económicos da bondade destas ligações virtuosas/projectos candidáveis, de modo a que o plano de acção seja não apenas verosímil mas, também, mobilizador e verdadeiramente interactivo no seu ciclo de desenvolvimento;
- * uma vez delimitada a carteira dos projectos multifuncionais com potencial inovatório efectivo e concretizadas as candidaturas, é necessário implementar todo o processo de acompanhamento-monitorização-investigação, isto é, conceber um factor de instigação permanente da inovação, por exemplo, um núcleo técnico criativo que seja capaz de transformar as ligações virtuosas em novos projectos e produtos inovatórios; este é o mecanismo endógeno por excelência do processo de inovação e o seu momento mais crítico;
- * se este processo de instigação for bem sucedido, o que não está garantido, o ciclo da inovação pode continuar, desta vez em redor da codificação de boas práticas, do registo de patentes, da demonstração e da transferência de resultados e, finalmente, de uma imagem de reputação do território, misturada com novos elementos simbólicos, que atraem novas iniciativas e novos empreendedores.

Dito isto, aos territórios rurais falta, geralmente, autoridade, competência e permanência. Por isso, é preciso dizer às múltiplas associações que observam, habitam e compartimentam o mundo rural que não basta elaborar sobre uma "teoria da legitimação" que só diz respeito ao seu interesse particular, é preciso, também, perguntar-lhes de que modo desejam contribuir para uma abordagem compreensiva e integrada dos espaços desfavorecidos em benefício do interesse geral e comum.

O paradigma associativo da 2ª modernidade: a reinvenção da ética-prática do associativismo agro-rural

Mudam-se os tempos, mudam-se as temáticas, os campos de aplicação e as práticas respectivas. De facto, estamos perante uma nova "série de futuro" de temáticas adjacentes, a saber: a agrobiologia, a engenharia biotecnológica, a conservação agro-ambiental e a biodiversidade, a segurança agro-alimentar, o bem-estar animal, a engenharia biofísica, a arquitectura paisagística, a recuperação do património arquitectónico rural, a inclusão sócio-rural, entre outras. Neste contexto, julgamos fazer todo o sentido um

apelo vigoroso à recuperação e reinvenção da ética-prática do associativismo, seja do lado da produção ou do lado da procura. Estamos, curiosamente, ou talvez não, a assistir a uma mudança de ciclo, em que o associativismo se desloca para o lado da procura, protagonizado por movimentos de defesa e promoção do ambiente, património e consumidores, ao mesmo tempo que o associativismo do lado da oferta parece claudicar, como se, definitivamente, tivesse ficado “fora de moda”. Esta mudança do paradigma associativo, do lado da oferta para o lado da procura, é um sinal dos tempos e pode causar sérios danos aos produtores mais pequenos e isolados, que não sabem como responder aos novos “bens públicos” gerados por aquele conjunto de valores ético-práticos. Com efeito, a produção legislativa crescente, comunitária e nacional, associada àquelas temáticas acarreta novos custos de formalidade e não é acompanhada por igual acréscimo de capacidade técnica do lado da produção. É imperioso, por isso, recuperar e reinventar a ética-prática do associativismo do lado da oferta, porque não há um mercado perfeito da assistência técnica para a aplicação horizontal destas normas, podendo, mesmo, converter-se em factor de exclusão a adicionar ao factor de exclusão do mercado. Do mesmo modo, é fundamental que os profissionais das novas disciplinas não apareçam como uma espécie de “justiçeiros da opinião pública” (a procura difusa), que compreendam a situação diferenciada em que se encontram os produtores agro-alimentares e os agentes agro-rurais, que os auxiliem na reconstrução dos processos participativos e do respectivo movimento associativo. No que diz respeito às corporações profissionais da administração, mais tradicionais e envelhecidas, não parece que tenham energia vital bastante para recomeçar “tudo de novo”. No caso do desenvolvimento rural, a gestão transdisciplinar das áreas adjacentes é abordada e “resolvida” pela via orgânico-funcional, departamentalizando o “problem-solving” e não como pretexto e oportunidade para inovar o conceito, a estratégia e as práticas da assistência técnica. O mesmo se diga das universidades, elas próprias estruturadas segundo critérios orgânico-funcionais e não segundo projectos de intervenção e monitorização da realidade. Os ensinamentos continuam a ser compactados, mal contextualizados e pouco interactivos, e pouco contribuem para a consolidação dos processos participativos e inovativos. A investigação é aleatória, faz-se por concurso público e não por inerência programática da própria instituição, como se a realidade pudesse esperar pela chegada dos dinheiros públicos. Com este conservadorismo do “*status quo*”, não surpreenderá que os problemas se afastem das instituições e dos seus saberes analíticos. Deste estado da arte padece, sobremaneira, a agricultura e o mundo rural.

O “construtivismo” agro-rural da 2ª modernidade: os territórios de baixa densidade.

Já o dissemos anteriormente, os territórios mais sensíveis estão à beira de um ataque de nervos. A concorrência internacional torna-os mais vulneráveis. O mercado omnipresente diz-lhes que estão “fora de prazo”. Sob o número de regiões carenciadas e também o custo de oportunidade da despesa pública. Face à penúria de meios sobem os critérios de elegibilidade e economicidade da despesa pública. E, no entanto, há sinais promissores de que a procura de espaço rural é um forte mercado emergente, com preferências muito diversificadas. Estamos, assim, perante uma nova economia rural, que poderíamos designar de “economia reticular de baixa densidade” sob a forma de oferta integrada de produtos complementares, a custo moderado. Esta economia de baixa densidade e intensidade é constituída por micro-empresas e produtos de pequena escala que fazem o trânsito multilocal, em primeira aproximação na rota das pequenas feiras e mercados, mas sempre à espreita de uma oportunidade que lhes aumente o valor específico e comercial. Tudo indica que se trata de uma actividade com uma elevada taxa de “mortalidade aparente”, pois morrem e renascem com o mesmo vigor. Falamos, a este propósito, de “construtivismo agro-rural” porque conhecemos bem os factores que bloqueiam e os factores que favorecem o desenvolvimento rural e, assim, podemos agir sobre eles.

Os factores que bloqueiam o desenvolvimento rural, podem ser reagrupados no conjunto que se segue:

- * em primeiro lugar, o desenvolvimento rural não é uma ideia dominante ou uma prioridade política elevada, isto é, a baixa densidade não rende politicamente;
- * em segundo lugar, não temos, de longa data, um mercado fundiário a funcionar que remova as barreiras à entrada de novos agricultores e empresários rurais;
- * em terceiro lugar, não temos uma lei e uma política eficazes em matéria de arrendamento rural que visem, igualmente, o rejuvenescimento da actividade;
- * em quarto lugar, não temos um banco de solos, nem a administração manifesta qualquer interesse em exercer um direito de preferência em matéria fundiária;
- * em quinto lugar, não temos uma fiscalidade agro-rural que reduza as

barreiras à entrada e condicione os usos improdutivos, os não usos ou os usos especulativos da terra;

- * em sexto lugar, não temos capital-semente apropriado para o empreendedorismo agro-rural;
- * em sétimo lugar, não temos um regime integrado de incentivos ao investimento agro-rural (RIII-DR);
- * em oitavo lugar, não temos formação especializada e acreditada para o empreendedorismo agro-rural;
- * em nono lugar, não temos um associativismo representativo, tecnicamente apetrechado, para ser interlocutor fiável da administração;
- * em décimo lugar, não temos, ainda, doutrina suficiente sobre empreendimentos, produtos e boas práticas identificados com desenvolvimento rural.

Além disso, o desenvolvimento rural move-se num ambiente regulatório adverso, caracterizado por alguns "excessos", impossíveis de debelar a curto prazo, como por exemplo:

- * um excesso de rentismo imobiliário de grandes proprietários/grupos económicos;
- * um excesso de conservacionismo ambientalista, de natureza corporativa;
- * um excesso de zelo regulamentar e burocrático que faz minguar a iniciativa;
- * um excesso de municipalização infra-estrutural e do intervencionismo local.

Este ambiente hostil ao desenvolvimento rural faz parte, infelizmente, do nosso muito peculiar modelo de acumulação, infra-estrutural e clientelista, na lógica das autoridades públicas, por um lado, especulativo e rentista, na lógica dos agentes privados, por outro.

Não obstante as dificuldades, há muitos factores favoráveis ao desenvolvimento rural. Os factores que favorecem o desenvolvimento rural podem, igualmente, ser reagrupados do seguinte modo:

- * em primeiro lugar, a melhoria das acessibilidades e comunicações aumenta a mobilidade das pessoas e, portanto, as suas opções de vida;

- * em segundo lugar, a elevação do nível de vida e do padrão sócio-cultural da população aumenta o número e a qualidade dos empreendedores e o leque de iniciativas inovadoras;
- * em terceiro lugar, a descentralização e a desconcentração aumentam o número e a qualidade dos equipamentos nas pequenas e médias cidades do interior;
- * em quarto lugar, a procura de liberdade e segurança tem, cada vez mais, uma expressão territorial concreta e um quadro de vida mais discreto e pacato;
- * em quinto lugar, a disponibilidade de tempos livres conjuga-se bem com recursos territoriais devolutos em busca de ocupação mais imaginativa;
- * em sexto lugar, os espaços rurais mais remotos e desfavorecidos são objecto de uma atenção e curiosidade científicas crescentes;
- * em sétimo lugar, a longevidade da terceira idade pode dar azo a estratégias consociativas familiares e novos percursos profissionais;
- * em oitavo lugar, a variabilidade e flexibilidade das relações de trabalho e salariais abre espaço para muitas estratégias pluriactivas;
- * em nono lugar, a qualidade dos produtos e dos lugares é um conceito com um valor e aceitação sócio-políticas crescentes e novos bens públicos aparecerão em consequência;
- * em décimo lugar, a base produtiva do desenvolvimento rural crescerá significativamente em resposta à procura de espaço e território, conduzindo, assim, à auto-alimentação de todo o sub-sistema agro-rural.

Entretanto, o desenvolvimento rural ocorre em várias versões, segundo as circunstâncias e os actores que as protagonizam:

- * uma versão determinística, de abandono progressivo, que conduz ao envelhecimento e à desertificação: **o rural remoto ou profundo**;
- * uma versão municipalista neo-tradicional, ligada à promoção das actividades do concelho e ao seu ritual de feiras, festas e mercados, de que o artesanato e os programas oficiais de apoio são os sinais mais eloquentes: **o rural municipal ou municipalizado**;
- * uma versão revivalista, ligada ao trânsito intergeracional e à gestão do ciclo de vida familiar, após a idade de reforma, com o regresso à actividade agrícola junto do local de residência - **o micro-rural difuso**;
- * uma versão neo-ruralista, ligada à sociedade da informação e do co-

- nhecimento, em sub-setores especializados, com nicho de mercado próprio e alto valor acrescentado: **o rural competitivo ou comercial**;
- * uma versão eco-capitalista, ligada a grandes empreendimentos, mais ou menos exótica, com origem em capital estrangeiro, sem base produtiva própria ou muito reduzida, mas com base territorial convertida em amenidade rural: **o rural exótico ou cosmopolita**;
 - * uma versão conservacionista, ligada à política e ao direito do ordenamento e do ambiente em sentido largo, com uma vigilância cada vez mais apertada das associações deste sector: **o rural conservacionista**.

Estas várias versões ilustram a diversidade e autonomia dos actores no terreno, faltando, porventura, uma ideia hegemónica, de integração e reticulação de todas as variedades, que acrescente valor e coerência a todo o conjunto. É isto o “construtivismo agro-rural”.

Conclusão: um exemplo a condizer.

No Algarve, por exemplo, muita actividade depende da estratégia seguida e prosseguida pela indústria do turismo/lazer, em sentido amplo. Quer dizer, as condições de funcionamento em baixa densidade só são possíveis se o turismo/lazer, ele próprio, polinuclear e reticular o seu crescimento interno ou orgânico. Dito de outro modo, o turismo/lazer é o sector-motor, a indústria-industrializante que tem capital próprio bastante para fazer uma incursão estratégica no interior do Algarve, criando investimento multifuncional e empreendimentos complexos que reconfiguram o território e geram pequenas economias de aglomeração em seu redor, com ou sem base produtiva própria. Deve fazer isto por razões de racionalidade económica e não por meras razões de circunstância ou oportunidade, dado que estamos convencidos de que o futuro da indústria do turismo/lazer depende estreitamente da diversidade/diversificação que for capaz de imprimir ao contínuo campina-barrocal-serra. Um contínuo contrastado em regime de oferta integrada de produtos complementares. Uma espécie de arquitectura de interiores que considere as infra-estruturas, os equipamentos, os corredores ecológicos, a engenharia biofísica, as amenidades potenciais, as economias de aglomeração e reticulação, assim como as cargas e a gestão ordenada dos fluxos turísticos para o interior. Se esta pilotagem não funcionar, a indústria do turismo/lazer continuará, muito provavelmente, desequilibrante, enquanto os programas de índole regional e local, supostamente desenvolvimentistas, serão tão só redis-

tributivos e um pouco regenerativos.

Os valores culturais, patrimoniais, naturais e paisagísticos do mundo rural são um bem público inestimável cuja fragilidade importa contrariar a todo o custo. A desertificação, as secas prolongadas, os incêndios florestais, a degradação das reservas naturais de futuro, são uma ferida a céu aberto nos ecossistemas rurais da região do Algarve. Debater o desenvolvimento rural do interior e serra algarvios é reflectir sobre o futuro de dois terços do território algarvio, é prevenir a região quanto a um possível choque assimétrico que, de um momento para o outro, pode irromper e arrasar a economia costeira, é dar profundidade ao litoral e à campina, é aproveitar territórios em estado preventivo, é, afinal, actualizar e robustecer a identidade profunda dos algarvios, num momento em que “as modas identitárias estão na moda”.

Comecei por dizer que este era um texto cheio de esperança, não obstante as dificuldades. Invoco mais uma vez o triângulo virtuoso composto de produção, conservação e recreação. Chegámos ao ambiente não por via do ordenamento mas por via da poluição, não por via do cumprimento do direito mas por via da contra-ordenação.

Estamos, neste momento, em período de transição, em que se fala em mitigação e compensação. Terminaremos, seguramente, com uma terceira fase em que se falará, essencialmente de certificação, eco-responsabilidade e de utilizações produtivas sustentáveis de reservas e parques naturais (reservas e parques amigos da produção). A curva será longa e pronunciada mas há razões para estarmos optimistas.

Mulheres e Desenvolvimento *in situ*

José Portela

*Departamento de Economia, Sociologia e Gestão
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real*

Preâmbulo

Toda a obra, por mais modesta que seja, tem uma história. Este fragmento não é excepção. Para bem nos situarmos — acto inicial, indubitavelmente geográfico — importa revelar o quadro, temporal e espacial, deste texto.

Quando, por meados de Abril, a Professora Maria Lucinda Fonseca me desafiou a participar nesta obra — um grato privilégio —, respondi de pronto que sim, que teria o maior gosto em associar-me a tão oportuna e justa realização. Com efeito, a iniciativa cria(ria) uma ocasião propícia para reiterar à Professora Carminda Cavaco quão beneficiário e devedor me sinto pelo seu labor e exemplo de investigadora, pelo seu professorado *in loco* e à distância (variável que como geógrafa bem domina...), e ainda pela elevada atenção e estima que, desde sempre, me tem dispensado. Ao longo dum tempo que, afinal, se fez mui presto, tenho fruído da sua boa companhia e instrução, isto por entre sendas de pesquisa, eventos e interesses científicos, provas e textos académicos. É mister sublinhar tanto a sua predisposição para a crítica interpeladora como o seu trabalho incansável e produtivo em múltiplos “terrenos”. Recordo, entre outras, questões que têm sido sujeitas a escrutínio comum: a economia de territórios montanhosos e seus recursos preciosos (a água e as paisagens, por exemplo); o despovoamento do “interior” e as gentes que, com saberes e talentos, ainda sustentam certa actividade agrária, artesanal e turística; em suma, o desenvolvimento da “dupla periferia”. Como não recordar também, por exemplo, horas de acção, algaraviada e convívio amistoso entre os membros da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais?

Entretanto, à janela das preocupações corrediças assomava, insistente, a pergunta: como cumprirás a promessa feita? Que barro em descanso poderás amassar, fabricar e virar peça apropriada de oferecimento? O cariz apropriado da olaria em causa tomava um duplo sentido. Por uma banda, o de suscitar a adesão intelectual e o esperado apreço por parte da homenageada, uma “geógrafa multidimensional”: atenta aos planos humano, social, rural,

regional e local. Por outra banda, o sentido de dizer respeito ao meu próprio labor universitário em torno do “desenvolvimento local rural”, mesmo em espaço extra-muros. Entre várias opções e hesitações, emergiu e fixou-se na mente a ideia seguinte: poderia arriscar moldar, quiçá afeiçoar, algo em torno da categoria social “mulheres”. Ao recordar que a Professora Carmina Cavaco abordara, há 25 anos, a questão da mulher na agricultura portuguesa¹, mais se consolidou a noção de que acertara nas coordenadas de partida e no caminho a seguir.

Num quadro temporal muito limitado, que se encurtava com a fadiga escolar habitual, ainda experimentei uma falsa partida. Mas, recuperada a lucidez, procedi a uma revisão ampla e aprofundada das notas que coligira para uma palestra, que teve lugar em Amarante, pelo final de Novembro de 1998. Debruzei-me, então, sobre um livrinho de cariz biográfico, o *Entrelaços*, a maior parte dele escrito pela mão de mulheres. Não se trata duma publicação científica, mas está transbordante de vida e de saber de experiência feito. A natureza algo invulgar desse material e um número considerável de trechos acabaram por me fascinar, como, por certo, se verá abaixo.

Oxalá o esboço ora apresentado suscite a disposição à leitura e à divulgação da voz “feminina” contida em *Entrelaços*. Assim acontecendo com este documento, a Geografia e a História (a do Desenvolvimento Local também, claro) serão escritas mais objectivamente. Como mui pertinentemente assinala Maria Regina Tavares da Silva² “No seminário ‘Estudos sobre as Mulheres’ realizado em 1993, o Professor José Mattoso, lembrando Virgínia Woolf dizia que ‘é necessário reescrever a História por completo’, até porque no passado, e ainda segundo a sua análise, ‘Não só não se escreveu só a metade, como esta metade não tem sentido algum sem o resto’ ”.

O que vi ao olhar para *Entrelaços* – Histórias de Mulheres

Pediram-me um “olhar masculino” sobre *Entrelaços – Histórias de Mulheres*, uma publicação da UMAR resultante do projecto Mais³. Trata-se

¹ CAVACO, C. (1981), *A Mulher na Agricultura Portuguesa*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Estudos de Geografia Humana e Regional, 34 p. Comunicação apresentada ao Seminário Internacional sobre as Agriculturas da Europa Mediterrânea: os Homens e o Trabalho.

² SILVA, M. R. T. (1999) “Estudos sobre as mulheres em Portugal”, *ex aequo (Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres)*, nº1, p. 25.

³ A UMAR é o Movimento para a Emancipação Social das Mulheres Portuguesas, e a publicação referida é assim referenciada: Novembro de 1998, 1ª edição (tiragem: 1000 ex.), Depósito legal: 129871/98. O Projecto Mais foi uma iniciativa da UMAR financiada pelo FSE, Programa NOW-Emprego, e Ministério Para a Qualificação e o Emprego. Paula Ortiz e Christine Guerreiro foram as coordenadoras do projecto Mais.

duma colectânea de 38 textos, escritos por mulheres, tanto em voz directa como indirecta⁴, e todos eles têm a virtude maior da simplicidade e o quilate das coisas que brotam de dentro. São relatos breves e distintos, alguns dos quais falam ainda da acção de associações e grupos, tais como as “Camponesas de Castro Verde”, as “Moçoilas” e as “Mulheres do Batuque”. Ou expõem a vida inicial de micro-empresas de mulheres residindo em meio rural como, por exemplo, a “Dobadeira”, a “Aliança Artesanal”, as “Capuchinhas do Montemuro”, a “Decorlãs”⁵. Na voz concisa da Christine, uma das obreiras do projecto Mais, é um *livro de histórias que pretende deixar uma marca da participação das mulheres no quotidiano do Desenvolvimento Local*, e cujo lançamento se fez intencionalmente coincidir com a terceira *MANIFesta*⁶.

Não sei — e não sei se é possível saber — quão masculino e/ou quão feminino é o meu olhar. O que sei, sim, é que é um olhar de fora e que vai tentar converter-se num outro, mais próximo. Tanto me pediram, tanto peço agora licença para o fazer, pois assim nos ensina o Livro dos Conselhos: *Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara*⁷. E esta primeira condição — a de poder olhar — é algo que o ser masculino tem de reaprender. Estas histórias puseram-me a pensar quantas vezes olhamos quando tal não deveríamos ter feito, ocorrendo, então, uma devassa rude, um gesto embaraçoso, uma indelicadeza, ou, pelo menos, um traço de insensibilidade; quantas vezes olhamos, sendo possível fazê-lo, mas sem que tivéssemos pedido permissão, assim perdendo a ocasião de alcançar uma outra visão mais partilhada, mais fraterna, e não só olhares a dois, em paralelo, com um deles, quiçá, até condescendente para com a cegueira de quem se acha cheio de si próprio.

Do livro — ele próprio no seu todo — direi já que o associo a um azulão forte, tão bem pintado pela mão da Ana Maria — *sempre me espanta o poder mágico da palavra, ou do pensamento e sentimentos que a palavra contém*⁸. Acrescentarei ainda que alcança a meta a que se propôs. De certeza, não haverá leitor algum que fique indiferente aos relatos nele presentes. Como diz

⁴ Para além de duas dúzias de textos próprios, há mais 14, que tiveram por redactores outras mulheres, um homem e dois autores-colectivos, respectivamente António Coelho, Moçoilas e Balcão de Informação SEIES, Setúbal. Ana Isabel Sousa transcreveu cinco “casos” e entre as restantes redactoras contam-se Ana Maria Braga da Cruz, Berta Assunção, Christine Guerreiro, Colaço Guerreiro, Conceição Pereira, Marta Baessa, Nazaré Toureiro, Vilma Sousa.

⁵ Ver em *Entrelaços — Histórias de Mulheres*, respectivamente, pp. 44-45; pp. 52-53, pp. 66-67, pp. 72-73.

⁶ Christine Guerreiro, p. 2. A III MANIFesta — Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local - teve lugar em Amarante, de 27 a 30 de Novembro de 1998.

⁷ Citação extraída da contra-capa do livro de José Saramago “Ensaio sobre a Cegueira”, Caminho, Lisboa, 1995.

⁸ Ana Maria Braga da Cruz, p. 25.

a Christine, as mulheres que ouvimos no livro foram *movidas pela solidariedade, pela vontade de partilhar e contribuir para animar outras, tiveram a coragem de vencer o pudor de falar de si e a falta de hábito de escrever*⁹. Sem dúvida, como diz Paula Ortiz, as histórias são parte de um sonho feito de alentos e acalentos e merecem pois ser lidas, e relidas¹⁰. E as ilustrações repletas de afecto — uma outra leitura simples e viva — merecem ser miradas e remiradas. Elas e o design devem-se a Cygny e João, *Formas do Possível*, em Carnaxide.

Acerca das autoras da obra adiante que tenho o privilégio tamanho de conhecer um bom grupo delas, e sei um pouquinho que estão sempre a escrever romances, contos e poemas, embora de muitos outros distintos modos. Em qualquer caso, são obras que vale a pena conhecer. Acerca das restantes “redactoras”, eis a primeira reacção que provocaram em mim: a vontade de as conhecer. Na verdade, os seus fragmentos biográficos suscitam admiração e respeito.

De quem não fala — mas afinal fala, e muito — este livro? Nestas histórias de mulheres os homens estão ausentes. Ou melhor, estão presentes, mas na sombra, ou, por vezes, até mesmo na escuridão: o marido que faz da mulher vítima de maus tratos, ou desconfiança e ciúme; o pai que não quer ouvir a mãe enquanto esta lhe pede que deixe a filha ir estudar e que se põe a discutir e a rematar que as letras são tretas e só servem para escrever cartas aos namorados; o companheiro que não faz companhia e não alivia a sobrecarga da companheira sobrecarregada; enfim, todo o homem que mais ou menos inconscientemente se julga a medida de todas as coisas e não é, afinal, medida nenhuma de referência padrão.

No meio de muitos, salva-se talvez um padre aqui, um conterrâneo mais bairrista acolá¹¹, dois entusiastas de música popular mais além — como os que apoiaram as Moçoilas — e, claro, há sempre um pai com qualidades para se tornar em pessoa amável pela filha. Diz-nos uma delas, nada e criada na Cidade da Praia, a mais velha de 12 irmãos, ora residente em Setúbal, no Bairro da Bela Vista:

«O meu pai que só sabia ler e escrever com uma letra muito bonita,

⁹ Christine Guerreiro, p. 2.

¹⁰ Paula Ortiz, p. 3.

¹¹ Por exemplo, Conceição Teixeira, na p. 41, menciona a Associação Progredir, a qual integra pessoas de quatro freguesias de Amarante, isto “graças ao pároco que é o mesmo e o grande animador destas terras”. Por sua vez, Alzira Conceição Antunes, na p. 32, refere-se a um “grande bairrista e amigo do progresso da terra”, que a ajudou a constituir a Associação de Produtores de Linho e Seda Orvalhense.

dizia que mais valia eu saber escrever, porque assim só eu saberia dos meus segredos, escusava de estar a pedir a alguém [...] Meu pai ensinou-me as letras, a escrever com o dedo no chão, nunca mais me esqueci, foi pouco tempo mas nunca mais estive com uma tão grande proximidade com o meu pai. Se a minha mãe soubesse ler ajudava mais, mas a minha mãe só veio a tirar a 4ª classe com perto de 60 anos».¹²

Sublinho que a ausência dos homens nas histórias das mulheres é tanto mais de destacar quanto mais nos apercebemos, nas linhas e entrelinhas, que elas tecem continuamente cumplicidades entre si: mãe e filhas, avó e neta, amiga e amiga, vizinha e vizinha. *O que me dá força é ter também uma vizinha que está a estudar, começou comigo desde o ciclo*, diz-nos uma delas¹³. Uma outra recorda: *as Ildas foram muitas e as Judites também*¹⁴.

As histórias que lemos também não nos falam dos muitos doutores e quantas doutoras que por muitos lados se acham. E que amiúde se põem em bicos de pés. Por favor, vejam se terei razão, ou não. Pelo menos, assim me parece quando ouço umas tantas animadoras do desenvolvimento local dizem do seu grupo o seguinte:

*Doutora só há a Paula
É fixe, às vezes calada
Para a brincadeira cá está
De doutora não tem nada*¹⁵

Na mesma direcção — a oposta aos alardes, à notoriedade vazia, à imagem sem conteúdo — achamos na referida publicação da UMAR a bela auto-definição do labor duma jovem que faz da genética humana a sua causa e da formação de jovens cientistas a sua animação próxima futura. Reza ela assim a sua investigação: uma produção silenciosa, sem barulho de fundo, mas que sempre produz os seus frutos¹⁶.

Vem a propósito dizer que encontro nesta obra o que algumas mulheres designaram por “cultura do silêncio”, uma discrição, um recato-apagamento que as torna imperceptíveis, invisíveis. Parecem, então, menos do que actoras secundárias, aparentemente tímidas e solitárias, num pano de fundo distante. Leio no livro frases tais como aprendi a viver comigo momentos em que a solidão e a companhia de mim foram decisivos. Mas essa cultura reser-

¹² Marta Baessa, p. 46.

¹³ Marta Baessa, p. 47.

¹⁴ Manuela Tavares, p. 34.

¹⁵ Celeste Silva, Sónia Zambujo, Margarida Carvalho e Ana Paula Cunha, p. 13.

¹⁶ Luísa Mota Vieira, p. 26.

vada — será supracultura? será subcultura? — pode ser mudada, como nos revela uma tecedeira da Lançadeira:

*Eu era uma tartaruga
Que tinha a crosta fechada
Agora que ela se abriu
Já não vou ficar parada*¹⁷

E, então, não param mais. São impelidas por uma força telúrica que move montanhas e brota das profundezas delas mesmas. Em Almada, por exemplo, forma-se uma Comissão de Mulheres que acaba por fundar a Creche Popular do Pragal. Fazem-se *reuniões inolvidáveis, à volta de uma grande mesa na Sociedade Recreativa, com os filhos a dormir nos colos* [e vê-se, então,] *o brilho nos olhos de quem tem o direito à palavra e à participação*¹⁸. Mais tarde, constituem-se grupos que desenham depois contornos de micro-empresas. Lembro o caso da Dobadeira, formada por 17 mulheres dos 17 aos 71 anos (com tanto 7 terão a sorte pelo seu lado; assim o desejo, pelo menos). E mais isto e aquilo, e por aí adiante. E tão adiante que há mesmo quem ainda hoje — pasmemos todos — quem ainda hoje acredite nas *sereias, bruxas e outras fadas*. É o caso da “alentejana” Christine, e tal se deverá — quem sabe? —, ao seu sangue (meio) Gascon.

E são então pessoas para quem parar não passa de tentação fugaz, a que não cedem um milímetro. Diz-nos isso mesmo uma grande mulher de Cabo Verde, mãe de três filhos e quatro filhas e avó de três netos, que após ter pensado sobre si em conjunto com um grupo de mulheres, aprendeu a viver mais naturalmente, sem medo, sem vergonha, aprendeu a sentir-se igual aos outros. Diz ela:

*«Às vezes já tenho pensado em desistir... só que não sou capaz. Não sei porquê, mas não sou capaz... tenho uma grande necessidade de aprender, de ser outra pessoa, isso é que me obriga a lutar. Eu sei que se tivesse estudos quando era criança, agora era outra pessoa [...] Se eu fosse governo mandava pôr no centro destes bairros um centro de formação para mulheres, para mulheres de culturas diferentes se poderem entre-ajudar [...] É [preciso] educar a pessoa para a vida, sobretudo nós com esta cor que nós temos, junto das pessoas de cá, sentimos-nos inferiores, eu já ultrapassei isso com as formações, com a educação, eu já sinto que cada pessoa tem o seu lugar importante, cada pessoa com os seus saberes, sinto que somos iguais. Mas responder quando nos chamam preta ou ofendem com ofensas e muita zanga é porque está a sentir aquela inferioridade — e o que é preciso é saber deixar de a sentir»*¹⁹.

¹⁷ Otilia Cardeira, p.36.

¹⁸ Manuela Tavares, p. 35.

E de que nos fala mais *Entrelaços — Histórias de Mulheres*? E de quem? Fala-nos da vida, do trabalho e da luta de colectividades, movimentos, sindicatos e partidos. Nestes “terrenos”, nestes espaços socio-geográficos se acabam por cruzar, unir e confundir as biografias pessoais das mulheres (em foco na obra) com a História de Portugal contemporâneo. Para quem crê que não é bom que a mulher esteja só, é gratificante olhar, ver e reparar em tudo isso. Os homens surgem agora algo mais em evidência, num plano colectivo. Confesso que eu próprio me senti envolvido nesta obra colectiva quando nela reencontro pessoas e associações de desenvolvimento local que me têm animado nos dias cinzentos da vida universitária — e não são tão poucos quanto isso, infelizmente — e a quem tenho procurado retribuir quando estão elas sob as nuvens carregadas da burocracia.

A publicação, de ar simples, modesto e aqui e ali até mesmo infantil, fala-nos ainda do poder, da falta dele e da sua conquista. Conta-nos uma conquistadora das Terras do Sado:

«A feira de Setúbal fui eu que conquistei com muito esforço na Câmara. Diziam-me que não havia lugar mas eu insisti, "se eu [até] sou aqui de Setúbal!»²⁰

Ou seja, o local — mesmo tão só uns metros quadrados de espaço de feira, ou uns centímetros quadrados de espaço em jornais ou outros meios de comunicação (a propósito, as coordenadoras da obra não acharam nenhuma jornalista disposta a colaborar?) — também tem de ser ganho a força de pulso. Ele, por si mesmo, não é garantia de desenvolvimento, sobretudo se o local é centro de poder enviesado.

Entrelaços — Histórias de Mulheres alerta-nos também para o fluir do tempo, esta carência maior. Uma activista da *Terra Mar* bem faz notar que *nestes assuntos de animação e desenvolvimento local tudo se mede em anos e não em meses*²¹. Ela mesma, a seu modo, diz o que já sabemos — há ritmos e compassos de marcha a respeitar — e o que muitos, com poder político, fazem de conta que não sabem:

«Os anos foram passando e foi-se conseguindo envolver cada vez mais pessoas e colectividades ao nosso propósito e hoje quando me recordo que comecei com um artesão, rio-me de satisfação por já serem duzentos».

Os textos dão-nos traços de mulheres muito diferentes, mas todas

¹⁹ Marta Baessa, p. 46, p. 49.

²⁰ Ana Rosa Fradinho, p. 17.

elas com vidas vividas, não raro sofridas, e onde se detectam atitudes comuns. Por exemplo, a atenção aos outros e ao mundo — *sempre estive atenta ao que se passa por cá*; ou a predisposição para a ruptura, para o combate — *não me tenho acomodado*, como é o caso duma velha professora de labores de Peniche, que defende rendilheiras e rendas²², mais o caso duma madeirense, sindicalista e militante partidária, que canta:

*a vida é p'ra ser vivida
sem deixar tempo ao desalento nem à cobardia
hei-de viver a vida ao lado dos humanos
mas sempre em luta acérrima a todos os tiranos*²³

Atravessam muitas histórias os gestos de acolhimento e abertura aos outros, como os das duas moças do Seixal que, no Aldeamento da Verdizela, vivem a educação de infância como uma viagem de busca e descoberta gradual²⁴; as atitudes de interrogação: *como continuar, apesar das diferenças e das dificuldades, a perpetuar o sonho de mudar o mundo?*²⁵; e as disposições de doação — até do relato da vida — *quando morrer não quero levar nada comigo. Que fique tudo aí acessível a quem quiser ler*²⁶.

Enfim, *Entrelaços — Histórias de Mulheres* aproxima-nos de grandes pessoas. De cidadãs de garra, de nervo, de fibra. De equilíbrio entre o antigo e o novo; entre o de dentro e o de fora; enfim, entre o maternal e o fraternal. De mulheres idosas e na flor da idade, todas com autoconfiança e esperança quotidiana. Destaquemos aqui, entre outras, uma personalidade exemplar, aliás já politicamente reconhecida: a distinta, acolhedora e mui serena senhora Maria Adelaide Soares²⁷. A Vilma contou-nos algumas histórias desta *jovem de 72 anos, que nasceu na montanha e tem a força das rochas*²⁸, mas permitam-me que acrescente um episódio, o qual se liga à eclosão da *animar*. Pelo Verão de 1993 passei por Covide e anunciei a Maria Adelaide que em Setembro a *animar* nasceria, pois a escritura notarial estava já marcada. Respondeu-me: “a *animar* já nasceu, nasceu logo que recebi o boletim *Veze Voz*, o de Junho deste ano”.

O livro diz-nos frequentemente do saber e saber-fazer das mulheres,

²¹ Ana Paula, p. 39

²² Ilda Guilherme, p. 11.

²³ Maria Conceição Pereira, p. 28.

²⁴ Dulce e Isabel, Colégio Arte Mágica, pp. 22-23.

²⁵ Augusta Vieira, p. 59.

²⁶ Maria Conceição Pereira, p. 28.

²⁷ Em Março de 1998, no Dia Internacional da Mulher, o Senhor Presidente da República visitou Covide, Terras de Bouro, e condecorou Maria Adelaide Soares.

²⁸ Vilma Silva, p. 60.

causas de encantamentos — sobretudo entre elas mesmas, não é? Ouçamos uma açoriana com 70 primaveras, que floriram na costa norte de S. Miguel, mais precisamente em Lomba da Maia:

*Uma madrinha da nossa amiga ensinou, a ela e à mãe, a fazer flores de laranjeira, rosas, malmequeres e papoilas, em papel e cambraia, para enfeitar a coroa do Espírito Santo.*²⁹

Entrelaços — Histórias de Mulheres grita-nos ainda as dores dos partos não consumados, mas fala-nos também, com grande ternura, da maternidade prolongada, a da mãe que motiva para o risco, o sonho, o primeiro passo, e o outro, e o outro, e que em convivência, com humor e ternura, dá o beijo, cola os pensos, dá a mão a incentivar nova aventura³⁰.

Mas será que o nosso foco de atenção não passa duma compilação de casos pessoais, ou duma colecção de questões miúdas de terriolas de província? Não, seguramente não. É Portugal inteiro — rural, urbano e suburbano, e continental e insular — que cabe neste livro e que dele extravasa também. O Portugal que já passou, o dos dias de hoje e o de amanhã. Do país de ontem achamos referências, por exemplo, às mulheres com 10 e mais irmãos, à JOC, às Obras das Mães, ao fascismo na ilha da Madeira, ou seja, ao fascismo em Portugal. Evidentemente, também se lêem ali notas sobre a censura, a clandestinidade, a emigração sem papéis, a imigração africana na capital e arredores, a educação de adultos, a formação profissional, o sindicalismo. Etc, etc. A história de cada mulher reflecte a História do país e aponta caminhos de futuro, que amiúde teimamos em não compreender. Assim leio, por exemplo, esta passagem:

«[de] Mértola vi-me de partida para S. Tomé [essa] ilha no meio do mundo
[aí] aprendi que com pouco se pode fazer muito, a repartir, a aceitar a diferença de cores e raças».³¹

Entrelaços — Histórias de Mulheres retrata-nos também o país actual, já muito esquecido de África, já muito europeu, em que há tantas oportunidades antes desconhecidas, como — sei lá — candidaturas ao PRODEP, mas em que há também novos maus exemplos. Eis alguns, relatados a partir da serra do Marão, freguesia de Bustelo, Amarante:

²⁹ Estrela Sá, p. 15.

³⁰ Ana Maria Braga da Cruz, p. 25.

³¹ Maria Amélia, p. 8.

«Desde há cerca de 20 anos que a Igreja aqui está bem organizada e tem lutado muito pelo desenvolvimento pessoal desta gente e também destas aldeias, a quem pouco a pouco, nos querem tirar algumas regalias que o povo daqui conquistou no passado. Primeiro exemplo: havia aqui uma extensão da Segurança Social, numa freguesia vizinha, o edifício foi construído com peditórios nas seis freguesas servidas por esta extensão, e há uns anos sem mais nem menos fecharam-na, e o povo nada fez. Segundo exemplo: é o IP4 que veio atravessar o Marão e deixou no isolamento as aldeias à volta da Nacional 15 (menos camionetas, cafés e restaurantes fechados, etc.). Terceiro exemplo: agora é o posto médico que nos querem tirar, este posto médico serve seis freguesias da zona do Marão, e os responsáveis da Saúde vão usando todos os truques e manhas para enganar o povo, e pouco a pouco lá vão conseguindo os seus objectivos. E então os políticos falam a favor da descentralização mas, na verdade, a realidade da vida, faz-nos sentir no corpo o contrário, pois cada vez estamos mais isolados».³²

Muito, muito mais, está contido na publicação da UMAR aqui sob apreço, mas é tempo de concluir. E com o poeta cantar a canção que me andou a bailar o tempo todo por entre os neurónios mais fundos

*Pergunto ao vento que passa
Notícias do meu país
E o vento cala a desgraça
O vento nada me diz*

*Mas há sempre uma candeia
Dentro da própria desgraça
Há sempre alguém que semeia
Canções no vento que passa*

À guisa de epílogo

Lemos e releemos *Entrelaços — Histórias de Mulheres* e, pelo acima exposto, fácil é concluir que reiteramos que esta publicação da UMAR é de leitura recomendável para muitos. Geógrafos também, claro. Entre outros, todos quantos buscam entender Portugal *in loco*, nas suas variadas escalas político-territoriais, acharão ali um manancial de “realidade” concreta, nua e crua. Quem procura aprofundar a compreensão das relações sociais numa perspectiva de género e numa óptica dos poderes subjacentes aos implicados nelas, igualmente descobrirá um espólio valioso. O mesmo sucederá àqueles que examinam o *estilo de gestão no feminino*³³. Em todo o caso, qualquer um concluirá que, bem vistas as coisas, as mulheres sujeito-objecto da referida narração têm procurado, com denodo, o desenvolvimento *in situ*.

³² Conceição Teixeira, p. 41.

³³ Ana Maria Braga da Cruz, p. 67.

A Agricultura Biológica no Algarve: um abraço entre gerações

Ana Firmino

Universidade Nova de Lisboa, FCSH/DGPR

*O mundo só pode ser
Melhor do que até aqui,
Quando consigas fazer
Mais p'los outros que por ti!*

António Aleixo (1899-1949)

Poeta Popular

Um abraço entre gerações

A agricultura biológica, que dá o mote a este trabalho, é o repositório dum conhecimento milenar que chegou aos nossos dias pelo saber-fazer dos nossos antepassados, tendo sido aperfeiçoado e adaptado às exigências do mercado e às contingências ambientais e sociais que dominam no presente, beneficiando dos avanços da tecnologia para corresponder aos desideratos da sociedade moderna. A Agricultura Biológica representa, pois, mesmo que simbolicamente, o abraço entre as gerações que nos precederam e as mais jovens. O mesmo abraço que une igualmente aqueles professores que partilharam connosco o seu saber e contribuíram, com a serenidade e o discernimento que só o tempo nos confere, para o nosso conhecimento técnico, deixando em nós a marca indelével da amizade e do respeito.

Pretendo prestar aqui a minha homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco, a Mestre que soube alimentar o meu desejo de conhecimento sobre o espaço rural e assim apaziguar um espírito desde sempre cativado pela Terra e os valores que Ela representa. Sinto-me particularmente grata pela amizade que me tem demonstrado e pelos salutares confrontos de ideias, quando a “desafio” com propostas de desenvolvimento rural, quicá demasiado idealistas ou apenas precoces, num país que só há poucos anos tomou consciência do elevado “preço a pagar” por um tipo de desenvolvimento que, sobretudo desde a Cimeira da Terra, nos anos 90, vem sendo paulati-

namente criticado em favor dum desenvolvimento sustentável consentâneo com o Ambiente, o Homem e a Economia, objectivos que norteiam a Agricultura Biológica.

Apesar de nem sempre partilharmos os mesmos ideais, une-nos um profundo respeito e cumplicidade de interesses de investigação, que sem dúvida pesaram na minha decisão de abraçar a carreira universitária, ideal que jamais pairou no meu imaginário de jovem sonhadora e apaixonada pela vida no campo, em estreito contacto com a Natureza.

Foi pela mão da Professora Carminda Cavaco que me iniciei na investigação, tendo colaborado como bolsista da antiga JNICT no Centro de Estudos Geográficos (CEG) da Universidade de Lisboa, em trabalhos como "A Costa do Estoril", que têm a sua assinatura (CAVACO, 1981). Devo-lhe igualmente muito do conhecimento que adquiri, calcorreando a região metropolitana de Lisboa para recolha do material destinado ao projecto sobre a "Agricultura a Tempo Parcial", que desenvolveu para a Fundação Calouste Gulbenkian (CAVACO, 1985). E foi ainda devido à sua orientação sagaz e pragmática que, entre devaneios existenciais e prosa filosófica, consegui encontrar um caminho mais realista e ajustado às exigências académicas que me permitiu concluir as provas de doutoramento (FIRMINO, 1992), sendo aqui devido um agradecimento igualmente merecido à Professora Doutora Raquel Soeiro de Brito que, na qualidade de co-orientadora, me acompanhou com empenho e espírito crítico ao longo desse percurso, contribuindo para os bons resultados obtidos.

Por último, resta-me justificar o espaço geográfico escolhido para este trabalho. O Algarve perfila-se como a área de estudo inquestionável por ser o berço da nossa homenageada, que a ele dedicou vários trabalhos de que destaco a sua tese de doutoramento sobre o Algarve Oriental (CAVACO, 1976) e um estudo da agricultura do Algarve com base nos dados do Recenseamento Agrícola de 1979 (CAVACO, 1984).

A Agricultura em Portugal e no Mundo

Criou-se em Portugal uma imagem de progresso que arreda do horizonte económico a actividade agrícola, como se de um parente pobre e vergonhoso se tratasse. Políticos com responsabilidade têm defendido a importação de laranjas francesas, maiores e mais baratas.

Neste discurso perfilam-se dois argumentos para a preferência: o calibre e o preço. Será que não temos laranjas de qualidade em Portugal? O calibre será assim tão importante para pesar na nossa escolha? E desde quando

é que a França é nosso fornecedor de laranjas? Não as terá adquirido a outro país, onde a falta de respeito pelas condições de trabalho dos assalariados permite pôr no mercado um produto a um preço mais baixo? Este é um tema que ganha cada vez mais força entre os "altermundialistas", isto é, os adeptos duma globalização/mundialização alternativa. Será lícito que condenemos os nossos agricultores à indignação para darmos preferência a um produto estrangeiro que é vendido a um preço baixo devido à exploração e falta de direitos de quem os produz? Creio que este assunto merece uma reflexão e não só no que toca a produção agrícola face, por exemplo, à invasão de produtos chineses!

Falta, por certo, muito conhecimento a alguns dos nossos políticos e ao público em geral, consequência sem dúvida de se dar mais destaque ao futebol e à guerra do que ao que de bom se encontra em Portugal. Mas basta folhear o "Guia dos Produtos de Qualidade", que é uma publicação do Ministério da Agricultura de distribuição gratuita, e portanto acessível a todos, para se verificar que, no Algarve, se produzem laranjas de óptima qualidade, incluídas na designação de "Citricos do Algarve", que têm Indicação Geográfica Protegida (IGP) e sobre as quais se diz o seguinte: "A grande reputação atingida pelos Citricos do Algarve baseou-se na variedade autóctone D. João muito procurada pelas suas características serôdias. Fruto de forma ovóide, achatada, com diâmetro de 8 a 9 cm, casca alaranjada ... Esta variedade, embora em decréscimo (por substituição por variedades mais produtivas) ainda hoje é maioritária no laranjal algarvio (35%). No entanto, a influência do clima e dos solos é de tal natureza que os frutos das variedades mais recentemente introduzidas patenteiam características organolépticas diferenciadas em relação aos produzidos noutras regiões do país" (IDRHa, 2005).

Felizmente, há quem compreenda a importância de manter a actividade agrícola portuguesa viva e de boa saúde para evitar o despovoamento dos campos e a dependência política e económica criada com a importação de alimentos. Salienta-se o discurso proferido pelo Presidente da República, Professor Cavaco Silva que, em recente visita ao Algarve (Agosto, 2006) afirmava ser a agricultura, assim como a indústria, o turismo e o comércio, vital para o desenvolvimento equilibrado do país.

A produção nacional pode ainda contribuir para a manutenção duma biodiversidade adaptada às nossas condições edafo-climáticas e ser o garante da identidade cultural gastronómica. A Resolução do Conselho de Ministros nº 96/2000, de 26 de Julho, reconhece este potencial ao considerar a

Gastronomia “como um bem imaterial do Património Cultural Português e define a Gastronomia Nacional tendo em atenção o receituário tradicional, matérias-primas, produtos agro-alimentares autóctones e que evidenciem valores de memória, antiguidade e autenticidade” (CRISTOVÃO *et al.*, 2003, p.109).

O que em Portugal parece jogar contra um maior apoio à produção nacional é o facto de se empolgarem as virtudes da produção estrangeira, e dos interesses das grandes centrais de distribuição se sobreporem aos interesses estratégicos nacionais, disponibilizando muito mais produtos importados que portugueses. Nos últimos anos registou-se uma ligeira melhoria, sobretudo no sector das frutas, com a oferta de produtos da protecção integrada. No entanto, ainda não é regra, apesar de o público, em diferentes inquéritos de rua realizados por canais de televisão, reconhecer a superioridade da produção nacional em termos de características organolépticas. Neste capítulo cabe por certo um papel muito importante ao consumidor, que deverá tomar consciência do seu poder e tornar-se um “consumactor”. Segundo Rimsky-Korsakoff (2003, p. 27) “nous sommes tous des consommateurs. Nous sommes des millions. À travers nos achats, nous modelons le monde dans lequel nous vivons. En essayant d’acheter en conscience, nous développons notre esprit critique...Acheter consciemment est une façon très concrète pour chacun d’investir dans un future viable”.

A Professora C. Cavaco preconiza uma agricultura do “local”, baseada “numa diversificação prudente, planificada em função do mercado e da concorrência ou de iniciativa pessoal, ousada, imaginativa, adaptada a previsões da procura, tanto mais que persistem défices no abastecimento” como uma aposta numa nova agricultura, num mundo rural vivo e com identidade (Cavaco, 1994, p. 136).

Em países como a Austrália, onde se investe massivamente na produção agrícola, com base na diversificação da produção, na qualidade e na originalidade, o incentivo à agricultura do “local” é feito por redes de associações que trabalham por regiões. A *Network for Sustainable & Diversified Agriculture* (NSDA) por exemplo, coordena projectos da rede de produção alimentar na província de Queensland (*Far North Queensland*) fomentando os benefícios económicos, sociais e ambientais da agricultura local sustentável e diversificada. Num folheto intitulado “*Why is local produce important?* (Por que razão a produção local é importante?) são apresentados 10 argumentos em favor da produção local, que se resumem no seguinte:

- 1) A produção local é mais saudável porque é mais fresca e mais nutritiva. Estudos demonstram que o valor nutritivo do produto diminui a partir do momento em que é colhido. Em certos supermercados vendem-se frutos tratados com gás para retardar o amadurecimento, o que lhes permite uma conservação até 8 meses;
- 2) A produção local percorre menos quilómetros;
- 3) Como consequência do ponto anterior, utiliza menos combustível no seu transporte, é menos poluente e, em geral, usa menos materiais de embalagem, o que também beneficia o ambiente;
- 4) Os agricultores estimam que 20% da sua produção não é aceite pelas centrais de compras dos supermercados por razões de calibre ou apresentação. O sabor não importa, apenas a uniformização conta. Contudo, essa produção usou factores de produção como combustível, trabalho, água, sementes, fertilizantes, etc. Se não for vendida é destruída;
- 5) A produção local apoia a viabilidade de produtores independentes, que fazem da agricultura um *hobby*, hortelãos amadores e outros integrados em comunidades. Os agricultores recebem entre 15 a 25% do preço de retalho, por vezes menos. Comprar a produção local permite elevar o seu rendimento;
- 6) A produção local ajuda a manter as explorações agrícolas na área;
- 7) A compra da produção local, ao melhorar a viabilidade da exploração, encoraja práticas sustentáveis de agricultura, porque disponibiliza meios para a aquisição de máquinas que causem menor erosão do solo, para a revegetação e melhoria da qualidade da água ou conservação da biodiversidade;
- 8) A produção local contribui para a economia local da comunidade. O Conselho de Organizações de Pequenas Empresas da Austrália calcula que por cada 10 empregos criados por uma grande cadeia de retalho, desaparecem 17 empregos no comércio local;
- 9) A produção local contribui para o capital social da comunidade, contrapondo à homogeneização imposta pelo *fast-food* a diversidade de alimentos e a cultura gastronómica;
- 10) A produção local encoraja o diálogo em torno de temas relacionados com a agricultura. A Federação Nacional de Agricultores lançou em 2006 a campanha "Cada família precisa de um agricultor". Comprar

directamente ao agricultor e conversar com ele sobre os problemas que ele enfrenta no dia-a-dia e como encara o futuro da exploração agrícola pode ser uma experiência enriquecedora (traduzido e adaptado de NSDA, 2006).

Como tentarei demonstrar nos capítulos seguintes, a agricultura biológica, que na Austrália atinge a maior expressão espacial, ocupando 42,9% de toda a área em modo de produção biológico no mundo (WILLER *et al.*, 2005) poderá corresponder a este modelo, com vantagem sobre os restantes modos de produção, por o segmento de mercado a que se destina não estar ainda saturado e por oferecer mais-valias que não se esgotam na produção agrícola (indústria alimentar artesanal, turismo rural, artesanato, espaço de recreio e lazer, educação ambiental, organização de eventos, etc.). Corresponde ainda a uma nova tendência de hábitos alimentares saudáveis, que se verifica em diferentes países mais desenvolvidos. Na Austrália o consumo de azeite ganha cada vez mais adeptos, sendo usual em hotéis de qualidade, como o Mercure em Cairns, que se sirva como aperitivo pequenos quadrados de pão que se deverão molhar em pratinhos com azeites aromatizados à base de ervas aromáticas ou frutos (limão, tangerina, laranja). No mercado bimensal, que se realiza em Brisbane, por exemplo, vários agricultores australianos exibem azeites com certificação biológica.

Portugal, embora a outra escala, tem vindo a apresentar obra feita no sentido da fixação das populações, pela criação de melhores condições de vida e o renovar da esperança e da auto-estima, levando a que se volte a acreditar que vale a pena lutar. Cito o exemplo do Município de Terras de Bouro (no parque nacional do Gerês) que, em três anos, logrou converter 17 explorações agrícolas ao modo de produção biológico. Póvoa de Lanhoso, um município vizinho do anterior, segue a mesma via, tendo-se oposto, a exemplo de outros no país, à instalação de campos de OGM's (Organismos Geneticamente Modificados, proibidos em agricultura biológica) no seu território.

No âmbito do Projecto-Piloto para a Conversão da Agricultura Tradicional em Modo de Produção Biológico, no Município de Terras de Bouro, denominado "Território versus Sustentabilidade", elaborou-se um estudo e prospecção de mercado sobre agricultura biológica, que concluiu o seguinte:

- * "Verifica-se que está instalado um certo grau de insatisfação/descontentamento com os produtos alimentares com origem na agricultura tradicional;

- * Por outro lado, quer o conceito, quer o modo de produção biológico já começa a ter uma grande receptividade nos consumidores;
- * Os inquiridos reconhecem na AB potencialidades positivas, quer ao nível da qualidade dos produtos, quer ao nível do meio ambiental;
- * Começa a desenhar-se um vasto mercado de consumo (Braga, Aveiro, Porto e Viana do Castelo) e com possibilidades de crescimento;
- * Os consumidores estão receptivos a consumir, com regularidade, os produtos da Agricultura Biológica, mesmo sabendo que são mais caros;
- * Para este mercado já existe um (possível) circuito de distribuição/comercialização (Continente, Mercados/Feiras, Carrefour, Comércio local e Feira Nova);
- * O projecto "Território Vs. Sustentabilidade: Projecto-Piloto para a Conversão da Agricultura Tradicional em Modo de Produção Biológico" do Município de Terras de Bouro, tem possibilidades reais de sustentabilidade e expansão" (Correia, Coord., 2005, p.41).

Nem todos os municípios, porém, têm beneficiado da vontade política da edilidade em promover a agricultura, nomeadamente em modo de produção biológico, como no caso anterior, possivelmente porque outras alternativas, como o turismo, se mostram mais aliciantes devido aos elevados lucros que proporcionam e à rápida valorização do capital investido. É o caso do Algarve, que passarei a analisar no capítulo seguinte.

O Algarve em destaque

A situação da agricultura algarvia, no princípio do século XX, é descrita por José de Campos Pereira da seguinte forma:

"A região litoral tem um misto de culturas, feição característica do Algarve; e, quer na média quer na pequena propriedade, nelas se encontram todas as essências culturais que neste distrito habitam, tais como a vinha, a figueira, a amendoeira, a alfarrobeira, etc., sempre associadas à cultura cerealífera que é, por assim dizer, cultura subsidiária" (PEREIRA, 1915, p.29). Segundo este autor, os algarvios são "por instinto" propensos à cultura hortícola e acrescenta que em relação a esta actividade, "o Algarve e o Minho são os mais completos modelos do país, não só em tratamento, como, também e sobretudo, em resultados económicos" (idem, p. 121-122). O facto de as propriedades serem pequenas e a terra escassear explica por que o "proprietário

ou o reideiro tiram da terra tudo quanto podem, fazendo-a produzir intensivamente, com a ajuda de abundantes águas que as noras mouriscas levantam sem cessar" (idem, p. 122). Por último, é relevante a importância que o gado bovino, suíno e asinino tinha na exploração rural, com destaque para a "desenvolvida exploração da vaca leiteira" que, segundo o autor que tenho vindo a citar, dava magníficos resultados (idem, p. 122). O texto relata-nos a situação em 1915! Há noventa anos, sem os subsídios da União Europeia, nem os meios técnicos hoje disponíveis, a agricultura na faixa litoral do Algarve apresentava bons resultados "e todos os anos o lavrador, que é activo e sóbrio, vai introduzindo melhoramentos no prédio, levanta-lhe muros que o resguardem dos cobiçosos do alheio, alarga estábulos, etc., tudo com o fim de mais o valorizar e obter rendas mais elevadas" (idem, p. 122).

Na sequência da exaltação da "urbanização como modelo de civilidade, denegrindo os estilos de vida rural como formas pré-modernas e inferiores de existência" (LEFF, 2001, p. 288) tem-se vindo a assistir ao abandono da agricultura, abrindo caminho à progressão das manchas urbanas por vezes em solos de excelente aptidão agrícola. O turismo fomenta a especulação imobiliária e oferece alternativa ao trabalho no campo.

Terras de cultivo abandonadas, muros derrubados, casas, estábulos e arrecadações em ruínas, são testemunhos moribundos do bulício vivido no passado, a que José de Campos Pereira alude no seu trabalho. De onde a onde encontram-se algumas excepções, ponteadas muitas vezes por investidores estrangeiros, pessoas que trocaram os seus países pelas maravilhas do Algarve e parecem apreciar mais a arquitectura e a paisagem portuguesa do que os nacionais. Os portugueses preferem apostar na especulação imobiliária, mesmo que esta ameace transformar um paraíso num inferno igual a tantas outras áreas turísticas, decalcadas de um modelo que a globalização impôs e tem contribuído para a descaracterização das regiões e tudo o que isso implica em termos de perda de identidade cultural e, neste caso específico, do contributo que as antigas explorações agrícolas davam para o abastecimento do país em víveres.

No trabalho do GPPAA (2004, p. V-19) "Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal", os autores descrevem a faixa litoral algarvia, que reúne 9 dos 16 concelhos, ou seja Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel e Vila Real de Santo António, como uma mancha de território quase contínua, que classificam como "rural misto". No estudo que efectuaram, a nível nacional, verificaram que nas áreas de "rural misto" "apenas 31% do volume de trabalho agrícola corresponde a agregados familiares

maioritariamente dependentes dos rendimentos da exploração.

O carácter de complementaridade que a agricultura tem para muitas famílias destes concelhos é um importante factor a preservar, pelo papel que pode desempenhar no acomodar de transições de processos de desenvolvimento” (idem, p. IV-10). No caso específico do Algarve as “potencialidades demonstradas arrastam, contudo, um crescimento populacional com riscos de destruição do espaço rural aqui incluído e, portanto, de desordenamento do território. O seu poder de atracção pode continuar a contribuir para o despovoamento do espaço rural envolvente” (idem, p. V-19).

A importância diminuta do rendimento agrícola para os agricultores poderá constituir um factor de desmotivação que, em meu entender, poderia ser colmatado com o modo de produção biológico, por este proporcionar uma mais-valia e abrir as portas de novos mercados em que o grau de exigência da qualidade justifica um preço mais atraente. Permite ainda a aposta na ousadia e imaginação, mencionadas pela Professora C. Cavaco, que aliadas a embalagens cuidadas, podem transformar alguns produtos numa sugestão simpática de oferta de aniversário ou Natal, atenuando assim um pouco a tendência consumista de muitas compras em épocas festivas. Em vez de se oferecer uma gravata de gosto duvidoso ou mais um CD que ninguém ouve, opta-se por uma cesta artesanal com frutos secos ou uma garrafa de licor de medronho. Outra sugestão é o sal artesanal, que no Algarve tem merecido a distinção em certames de grande exigência de qualidade, como a *Biofach* na Alemanha. Este poderá ser usado na confecção de caramelos à base de sal, como os que se fabricam em França com o sal da Guérlande, criando-se assim sinergias com outros sectores da economia.

Como vimos anteriormente, no princípio do século XX a agricultura no Algarve era compensadora, os solos produziam bem e a água era abundante. Precisamente o contrário do que hoje é argumentado pelos agricultores para justificarem o seu desinteresse pela actividade que desenvolvem. Dizem que não vale a pena produzir, que a terra é madrastra, difícil de trabalhar, falta a água e não se arranja mão-de-obra, a que existe é cara e não compensa. Mas não falta quem queira trabalhar nos “greens” dos campos de golfe, uma actividade sem dúvida melhor aceite do ponto de vista social. É precisamente aqui que reside o cerne da questão! O desprestígio da profissão desempenhada pelos agricultores, acusados de nos envenenarem e de viverem folgadoamente à custa dos subsídios que saem do erário público nacional e comunitário.

Se analisarmos bem a situação concluiremos que não foram os agricultores que inventaram os químicos, e se o consumidor exige um preço

baixo para os produtos agrícolas não pode esperar que a qualidade seja superior. Para além de que as maiores margens de lucro beneficiam em geral mais os intermediários e retalhistas. Quanto aos subsídios, se eles existem é porque se entendeu que são necessários e, muitas vezes mais não são do que medidas de recurso para remendarem o que está mal. Por exemplo, o *set-aside* (pousio obrigatório) pretende travar a produção excedentária de cereais na UE, que é consequência da aposta que continuamente se tem feito no aumento da produção. Não seria mais lógico apostar na qualidade e, numa forma natural, controlar os excedentes?

A agricultura biológica pode fazer de novo a diferença, pelo prestígio de que se reveste em termos de qualidade do produto, de contributo para o bem-estar das pessoas e dos animais, para a preservação dos *habitats* e das paisagens, para a valorização das produções locais e manutenção das espécies vegetais e animais autóctones, enfim para a dignificação da classe de agricultores e protecção da sua saúde e dos que os rodeiam, pois não recorrem a produtos químicos de síntese na sua actividade. Por outro lado, embora essa não seja uma premissa universal e dependendo das culturas, em geral as produções por hectare, em modo biológico, são um pouco mais baixas do que na agricultura convencional. Não se veja porém aqui a oportunidade para denegrir a agricultura biológica com argumentos falaciosos de que vamos morrer de fome por falta de alimentos pois, no caso da banana da Madeira, por exemplo, esta produz mais por hectare em modo biológico que na produção convencional. A fome é sobretudo uma questão política de distribuição de riqueza e não tanto uma questão de produção. Se houvesse falta de alimentos não faria sentido criar incentivos à redução da produção como o mencionado *set-aside* ou, ainda mais grave, a destruição da produção por se ultrapassarem as quotas, como é o caso na União Europeia, quando há cerca de 800 milhões de pessoas a sofrer de fome crónica no mundo, apesar da produção agrícola mundial ter aumentado 300% entre 1950 e 2000 (LRD, 2003, p. 12). Os bancos alimentares contra a fome instalados no nosso país, que se queixam de não ter alimentos suficientes para satisfazer tantos necessitados, são uma triste mas eloquente ilustração da realidade que se pretende mostrar.

Ao criarem-se condições para que um maior número de pessoas mantenha as suas explorações agrícolas, em vez de se apostar na sua redução drástica, como se tem assistido nas últimas duas décadas em Portugal, garante-se pelo menos o sustento dessas famílias em vez de as empurrar para a mendicidade. Contribui-se igualmente para uma distribuição mais equitativa

da população por todo o território, evitando-se assim o esvaziar dos campos e o crescimento desequilibrado das cidades.

Em relação à falta de mão-de-obra, saliente-se que a agricultura biológica parece colher o interesse de muitos dos jovens “rebeldes”, segundo relato dos professores em escolas onde existem hortas biológicas, nomeadamente no Algarve. Bons resultados se têm obtido igualmente com a integração de deficientes na vida activa, ao atribuir-lhes tarefas simples nas explorações biológicas, que os fazem sentir úteis à sociedade, como se tem verificado na Inglaterra, Holanda e também entre nós, na Escola de Santa Isabel, em São Romão, Serra da Estrela.

Com o intuito de consagrar à agricultura o maior número de trabalhadores, e assim dinamizar a agricultura, o rei D. Fernando promulgou, em 1375, a Lei das Sesmarias, segundo a qual todo o indigente tinha de trabalhar no campo e os proprietários das terras eram obrigados a cultivá-las ou a arrendá-las. Damião Peres considerou esta lei uma violência, por atacar o direito de propriedade e a liberdade individual de escolha de profissão (PERES, 1929, pp. 348-349). No entanto, no que se refere às casas devolutas em meio urbano, tem sido equacionada, no momento actual, a possibilidade de taxar os seus proprietários de forma a obrigá-los a arrendá-las ou vendê-las e, assim, dinamizar o mercado imobiliário. Portanto, talvez esteja na altura de “reabilitar a Lei das Sesmarias”, formando a mão-de-obra que nos falta e incentivando os agricultores a produzir com qualidade, numa forma eficiente e viável do ponto de vista económico, com respeito pelo Ambiente, pelo Homem e pelos direitos dos animais.

A Agricultura Biológica no Algarve

A Agricultura Biológica não é um luxo, é antes um direito e uma opção individual. Por isso há tantos agricultores a produzir em modo biológico, mesmo que não certificado, para autoconsumo. Preferem o que é natural e não sentem a necessidade de recorrer à “cosmética” química para eliminar os eventuais pequenos defeitos nos produtos. Apreciam os sabores, os aromas, a textura, a cor, e tudo o que o alimento representa, num complexo sistema de interacções entre o produtor, o ambiente físico e o produto final, a que os franceses apelidam de *Terroir*, porque, como afirma o Prof. Emílio Peres: “Comer não é só necessário ao corpo; é necessário ao espírito” (PERES, 1999, p. 60).

Portugal, apesar de pequeno em dimensão, apresenta uma paleta

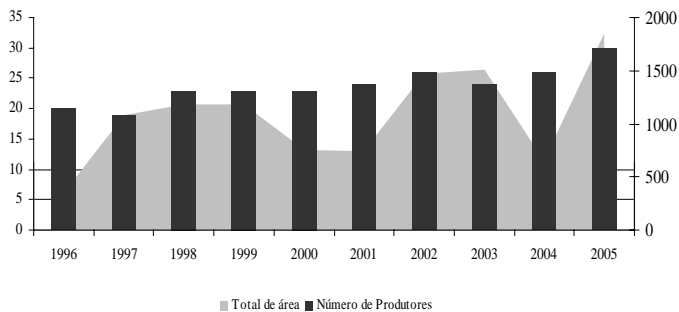
variada de condições edafo-climáticas, que nos permite diversificar a oferta de produtos de origem vegetal e animal, e contribui para um mosaico magnífico de paisagens (FIRMINO, 1999).

O Algarve foi também “abençoado” com esta riqueza de condições físicas, o que justifica a diversidade de produtos que apresenta, alguns, como os frutos sub-tropicais, beneficiando da sua localização meridional.

Na verdade encontra-se reunido, nesta província, um conjunto de condições favoráveis ao desenvolvimento da agricultura biológica devido ao facto de ser muito atractiva do ponto de vista turístico, o que lhe proporciona uma grande concentração de estrangeiros, e da sua população deter o segundo índice de poder de compra mais elevado do país (108,78%) a seguir a Lisboa (147,86%). Há pois um mercado local potencial para os produtos de agricultura biológica, sem falar no abastecimento do mercado nacional, ainda bastante carenciado em alguns produtos biológicos, e na exportação.

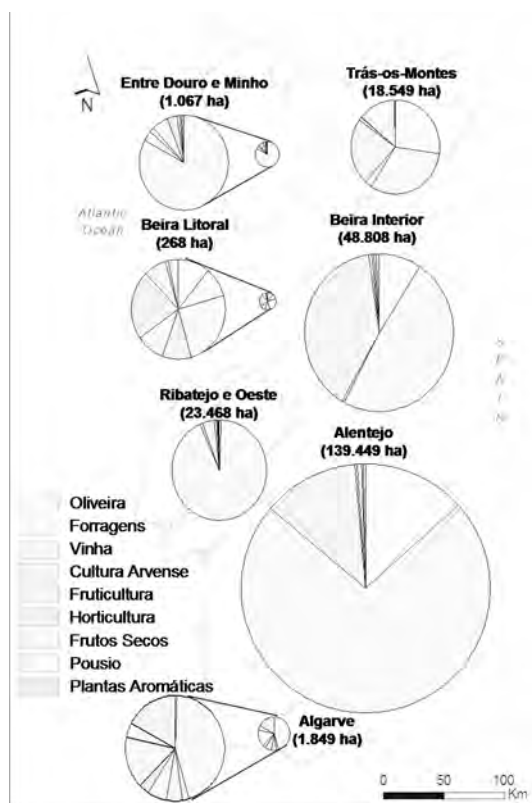
O movimento de agricultura biológica no Algarve tem vindo a progredir a bom ritmo, tanto em nº de agricultores (30, em 2005) como de área (1849 ha) (Fig. 1).

Figura 1- Número de produtores e Área Total de Produção Biológica no Algarve, 1996-2005



Como se poderá observar na figura 2, o Algarve tem uma área relativamente pequena em modo de produção biológico (1 849 ha) em relação ao conjunto do país, representando apenas 0,79 % do total, o que se justifica por oferecer culturas que, em geral, ocupam espaços reduzidos, caso das hortícolas e das plantas aromáticas, se comparados com as áreas necessárias para a produção de pastagens. Estas últimas têm vindo a ganhar importância nesta província, a exemplo do que se verifica noutras regiões do país, como forma de corresponder às necessidades de produção de alimentos para o gado em

Figura 2- Áreas e Culturas em Agricultura Biológica, por Direção Regional de Agricultura, 2005



Fonte: IDRHa, Ministério da Agricultura
(Dados estatísticos disponíveis em www.min-agricultura.pt)

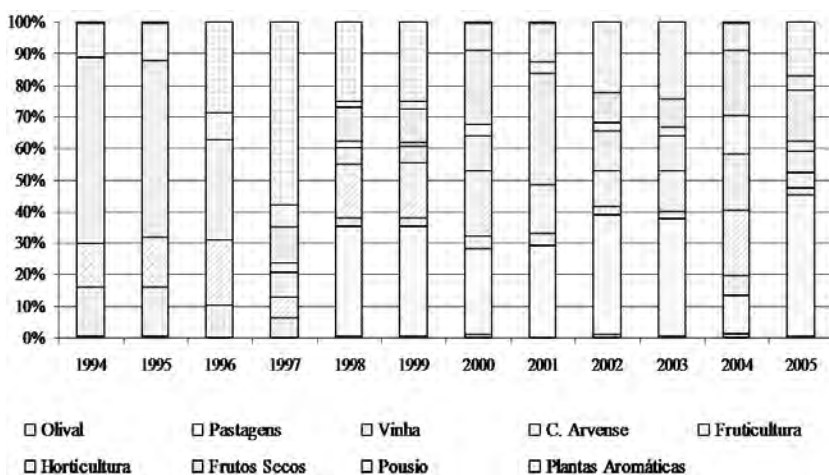
modo de produção biológico, que começou a ser certificado em 2002.

Em termos comparativos é nas plantas aromáticas que o Algarve se distingue, apresentando a maior área em modo biológico no país (318 ha). Osfrutos secos, com 295 ha, ocupam a segunda maior área a seguir ao Alentejo (Fig.3).

O Guia das Explorações Biológicas (FIRMINO, 2005) apresenta uma descrição de cerca de metade das explorações em modo biológico registadas no Algarve, dando-nos conta da variedade de produtos disponíveis, que não se esgotam nos produtos em fresco mais comuns. Saliento, por exemplo, os queijos de figo, lacticínios, produtos de cosmética à base de Aloé Vera e, no caso da produção animal, o excelente trabalho que tem vindo a ser feito no

sentido da reabilitação das ovelhas da raça campaniça, cuja lã, em 2003, era comprada a um preço superior ao da merino, e é transformada em cobertores, camisolas, cachecóis de excelente qualidade.

Figura 3- Produção Agrícola Biológica, por Cultura, no Algarve (%), 1994-2005



Mas muitas outras oportunidades existem para a diversificação e dinamização desta actividade no Algarve. Falta criar, por exemplo, uma Rota dos Vinhos e valorizar produções regionais, como a aguardente de medronho, que poderia muito bem passar a ser produzida em modo biológico (aliás já existe uma marca, "Obras de Caratão", a produzir no Norte). E é gritante a falta de associativismo, um mal que não é apenas apanágio do Algarve, e que poderia contribuir para que as iniciativas individuais tivessem maior visibilidade, permitindo colmatar certas deficiências em termos de organização do escoamento da produção.

A agricultura biológica é o reflexo daquilo que cada um de nós, como consumidores, quer que ela seja. Portanto, no Algarve, como no resto do país, a evolução do sector depende do apoio que nós venhamos a prestar a este modo de produção coerente com um desenvolvimento sustentável, isto é, com a preocupação de legar às gerações futuras um ambiente saudável e rico em recursos naturais. É evidente que, se a vontade do colectivo avançar mais no sentido do SKI (Spend your Kids Inheritance, ou seja, gastem a herança dos vossos filhos) um movimento que tem alguns apoiantes na Austrália, do que da tomada de consciência de que não é só o futuro dos nossos filhos que está

em perigo mas que, nós próprios, se as previsões de esperança de vida estiverem certas, poderemos vir a sofrer com os níveis de poluição e as mudanças ambientais já hoje detectáveis, a agricultura biológica ficará apenas reservada a um nicho, que alguns designam por elite. No entanto, estou esperançada que, sobretudo os mais jovens, irão entender o significado que o respeito pela Natureza representa para o nosso próprio bem-estar, não apenas físico mas também emocional e espiritual, e saberão dar à agricultura biológica a oportunidade que ela há tanto tempo espera! Nesta província encontram-se alguns dos agricultores que há mais tempo fazem agricultura biológica.

Referências Bibliográficas

- CAVACO, C. (1976) - *O Algarve Oriental – as vilas, o campo e o mar*, Vols. 1 e 2, Casa Portuguesa, Lisboa.
- CAVACO, C. (1981) - *A Costa do Estoril – esboço geográfico*, CEG, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CAVACO, C. (1984) - *A Agricultura do Algarve, segundo o Recenseamento Agrícola de 1979*, Estudos de Geografia Humana e Regional, CEG, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CAVACO, C. (1985) - *Agricultura a Tempo Parcial – contribuição para o seu estudo na região de Lisboa*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, Oeiras.
- CAVACO, C. (dir.) (1994) - *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, Programa das Artes e Ofícios, DGDR, Lisboa.
- CORREIA, J. (coord.) (2005) - *Estudo e Prospecção de Mercado sobre Agricultura Biológica*, Vol.1 – Relatório Síntese, Câmara Municipal de Terras de Bouro, Terras de Bouro.
- CRISTÓVÃO, A. et al. (org.) (2003) - *Terras de Bouro: Estudo e Caracterização dos Produtos Locais*, Câmara Municipal de Terras de Bouro, Terras de Bouro.
- FIRMINO, A. (1992) - *A Modernização da Agricultura – um novo desafio para os agricultores de Coruche*, Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, Lisboa.
- FIRMINO, A. (1999) - "Agriculture and Landscape", *Landscape and Urban Planning*, 46, Elsevier, Amsterdam, pp. 83-91.
- FIRMINO, A. et al. (2005) - *Guia das Explorações de Agricultura Biológica*, Guia dos Produtos de Qualidade 2004, IDRHA, Lisboa.
- LEFF, E. (2001) - *Saber Ambiental*, Vozes, Pétropolis, Brasil.
- LRD (2003) - "Situation de l'alimentation dans le monde", *La Revue Durable*, Nº6, Juillet-Septembre, Friburgo, Suíça.
- NSDA (2006) - *Why is local produce important? Far North Queensland Local Food Networks*, Queensland, Australia.
- PEREIRA, J. de C. (1915) - *A Propriedade Rústica em Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- PERES, E. (1999) - "Alimentação e Globalização", *Vértice*, 90, Maio-Junho, pp. 55-63, Lisboa.
- RIMSKY-KORSAKOFF, J.-P. (2003) - *Au delà du bio: la consom'action*, Éditions Yves Michel, Barret-sur-Méouge, França.
- WILLER, H.; MINOU, Y. (2005) - *The World of Organic Agriculture – Statistics and Emerging Trends*, IFOAM, 7ª Edição, Bona, Alemanha.

Água e Desenvolvimento. Os territórios de Alqueva

João Castro Caldas

Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

As opções para enfrentar as restrições e tirar partido de potencialidades em matéria de recursos hídricos decorrem de modelos e níveis de desenvolvimento. São opções que levam ao estabelecimento de critérios que presidem à escolha de sistemas de controlo de caudais e reservas e à forma de repartição dos recursos disponíveis por diferentes utilizadores e diferentes sectores de utilização. As decisões de investir em infra-estruturas de armazenamento, exploração e distribuição implicam, por sua vez, o enquadramento institucional e a regulação dos interesses em presença. Do correcto equacionar destas questões depende, não só o funcionamento eficiente dos sistemas implantados ou a implantar, mas também o encontrar de soluções para preservação da qualidade da água e para o equilíbrio entre disponibilidades e consumos diversificados.

É na perspectiva da actual controvérsia sobre a utilização e preservação dos recursos hídricos que se vai abordar neste texto a questão da multiplicidade de funções e usos da água no âmbito das políticas e programas para o desenvolvimento. Toma-se depois, como exemplo revelador, o percurso do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva.

Água: imagens e mitos

As atitudes face à água são alimentadas por uma multiplicidade de imagens e de mitos com origem em diferentes momentos da relação da humanidade com este recurso. São momentos de profunda fragilidade perante os dons da natureza ou de divindades poderosas. São momentos de segurança face à possibilidade do controlo de caudais e de reservas através do progresso técnico. São, finalmente, momentos de perplexidade perante crises resultantes da exploração que conduz à penúria, à partilha desigual e à degradação dos recursos (cf. Gandin, 1995). São estes os momentos que resumem a história da constante procura de vias para conseguir enfrentar situações extremas de escassez ou de excesso e assegurar a satisfação da multiplicidade de usos e funções que a água desempenha.

As marcas da água estão, de facto, impressas não só no moldar de relevos, paisagens, composição biológica de ecossistemas e formas de utilização dos territórios, como na toponímia e identidade de lugares¹, na inspiração de artistas e em múltiplas relações insuspeitas, relativamente ocultas, ou que caíram no esquecimento (cf. Cantero, 1998, Martín e Montalvo, 1996 e Saraiva, 1999). Seguindo a formulação de Martinez (1996:22), «a água não é apenas água, mas também a sua circunstância, ou seja, tudo o que gera e tudo o que ao seu redor depende dela (vida, processos naturais interactivos, simbolismo e magia para gentes e povoados que junto a ela nasceram...)». De tudo o que gera e do que ao seu redor dela depende pode dizer-se, como Cavaco e Simões (1998:11), que a água, «cria e recria, apaga e renova, renasce, purifica, impregna de virtudes santificantes quando santa, permite o arrependimento e a remissão dos pecados, a regeneração, a cura, a expulsão de todas as doenças do corpo e do espírito». Mas a água em excesso é também factor de catástrofe, de destruição e de morte. Inscritos nos diferentes momentos da relação com a água, riscos de situações extremas de secas e de cheias são percebidos, como fatalidades divinas, contra as quais é reduzida a capacidade de protecção, ou como riscos controláveis que têm como corolário o direito à segurança exigível aos poderes públicos (cf. Allard *et al.*, 1998).

Funções e especificidades de um recurso

A água fecunda na produção agrícola, produz no mar adubos (sargaço, pilado e moliço), proporciona a pesca marítima e fluvial e a aquacultura, move moinhos, azenhas e turbinas para a produção de energia eléctrica, transporta gentes e mercadorias por estradas fluviais e marítimas, recria facultando contemplações cénicas e lazeres na beira-mar e beira-río, cura os males do corpo e do espírito, quando proveniente de “milagrosas” fontes termais ou de locais sagrados. A água é, finalmente, hoje indispensável para um grande número de actividades industriais e elemento indissociável de bem-estar nos modernos aglomerados populacionais, onde, canalizada, viabiliza o saneamento básico e fica disponível ao domicílio com um simples accionar de torneira. Contudo, relativamente a outros recursos, a água apresenta características físicas, económicas e culturais que lhe conferem especificidade (cf. Aguilera,

¹ É muito frequente a toponímia dos lugares evocar a designação dos cursos de água que os percorrem. Para dar apenas exemplos de algumas sedes de concelho em Portugal refiram-se: Arcos de Valdevez, Ferreira do Zêzere, Miranda do Douro, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Ribeira de Pena, Sever do Vouga, Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Paiva, Vila Velha de Ródão.

1991, Sumpsi *et al.* 1998) e que não podem deixar de estar presentes, não só no equacionar dos problemas relacionados com a multiplicidade dos seus usos e funções, como nas questões que se prendem com as disponibilidades para satisfação desses mesmos usos e funções.

Em primeiro lugar, tanto a oferta com a procura de água, são marcadas por um elevado grau de incerteza. A oferta só se pode conhecer em termos de probabilidade, e a procura depende tanto de estimativas sobre o crescimento da população e consequentes necessidades de abastecimento público, como de decisões políticas que condicionam as necessidades de consumo para usos agrícolas, industriais, turísticos ou de produção de energia.

Em segundo lugar, do ponto de vista físico a água, como líquido que é, tende a fluir, evaporar-se e a infiltrar-se no seu percurso ao longo do ciclo hidrológico, dificultando tanto a identificação e medição de cada unidade específica, como o estabelecimento e aplicação dos direitos de propriedade básicos numa economia de mercado. A controvérsia em torno da propriedade da água está presente nas decisões sobre a sua afectação por diferentes usos, ao trazer a debate o também polémico tema do seu valor. Trata-se de facto de saber se água é um factor de produção a afectar aos diferentes utilizadores pelos mecanismos do mercado, ou se, pelo contrário, ela representa um valor de uso comunitário ou social, fundamentalmente simbólico e não monetário (cf. Aguilera, 1991a).

Outra característica específica da água com implicações económicas, é a sua característica de recurso natural armazenável. Com efeito, a constituição de reservas implica muitas vezes a necessidade de manejar volumes muito grandes de um recurso que, por exemplo, ao contrário do petróleo, apresenta custos de armazenamento e transporte muito elevados em relação com o valor económico que gera no lugar de destino (cf. Sumpsi *et al.* 1998). Este aspecto do armazenamento de quantidades apreciáveis de água em albufeiras, por vezes de grande extensão, como é o caso da albufeira de Alqueva, tem ainda repercussões a outros níveis, actualmente de grande impacto na opinião pública, como os que se prendem por um lado com a importância atribuída à constituição das chamadas "reservas estratégicas" e por outro com os impactes ambientais e com a preservação de patrimónios culturais e paisagísticos (cf. Caldas, 1995).

Finalmente, um último ponto relevante relacionado com a especificidade da água decorre do reconhecimento de que as necessidades de água não exigem apenas determinadas quantidades, mas quantidades de determinada qualidade, que varia com destino que se lhe vai dar (cf. Aguilera, 1991a).

Sintomático do peso e da importância que as questões da qualidade da água representam actualmente é a aparição de um novo personagem no espaço público, descrito por Robert (1999). É o novo dependente da garrafa. Personagem geralmente abstémio, faz-se quase permanentemente acompanhar da garrafa de plástico com água. Matar a sede com água engarrafada pelos negócios das multinacionais remete, assim, para um passado longínquo a percepção do valor simbólico e não monetário da água, traduzida na convicção de que "um copo de água não se recusa a ninguém". No contexto actual, dada a crescente escassez de quantidades e qualidades de água em vastas zonas do globo, têm-se vindo a impor as avaliações das decisões públicas sobre investimentos hidráulicos, sobre propostas de reafecção e de outras decisões referentes a políticas da água, num registo predominantemente económico. Nesta perspectiva, uma das dificuldades sentidas decorre das especificidades acima referidas e do conseqüente reduzido papel do mercado na formação de preços que permitiriam orientar a afectação dos recursos, mesmo quando se lida apenas com usos económicos da água. A informação disponível sobre os preços da água praticados em diferentes países revela, de facto, não só uma grande disparidade de critérios de país para país, como uma diferença muito considerável de preços não só entre sectores de utilização dentro do mesmo país, como entre diferentes utilizadores do mesmo sector (cf. Saleth e Dinar, 2004). Outra das dificuldades para a concretização desta nova tendência em gestão dos recursos hídricos é a falta de informação fiável sobre a distribuição dos consumos de água entre os diferentes sectores de utilização.

As grandes utilizações da água

De entre as diferentes utilizações da água nem todas representam consumo efectivo. Utilizações que representam consumo, como é por excelência o caso da rega, são as que estabelecem um curto-circuito no seu ciclo, devolvendo-a à atmosfera. São também consumidoras de água as utilizações que levam a efluentes com uma qualidade tal que, transformando-a em substância de morte e degeneração, não só impede outras utilizações, como compromete os ecossistemas associados e outras das suas múltiplas funções, nomeadamente as de recreio. Utilizações como as de produção de energia, não se apresentam à partida como utilizações que constituam consumos mas, não só a regulação dos caudais e os calendários de turbinação condicionam utilizadores a jusante, como a retenção da água em albufeiras pode levar a

transformações da sua qualidade, como a eutrofização, igualmente condicionante de outras utilizações. Nesta perspectiva, também a rega, quando é por excesso e se não limita a estabelecer o curto-circuito do ciclo hidrológico, provoca a infiltração e a drenagem da água, retirando-a a novas disponibilidades imediatas, ou comprometendo outras utilizações por alteração da sua qualidade.

Actualmente, os sectores apresentados como principais consumidores dos recursos hídricos disponíveis num determinado país ou região, são a agricultura regada, o abastecimento urbano e a indústria. O peso de cada um destes sectores na estrutura dos consumos está intimamente relacionado com a importância relativa de cada um dos sectores produtivos, com as características da população, com as condicionantes climáticas, com o nível de desenvolvimento das infra-estruturas de armazenamento e abastecimento e com as tecnologias que prevalecem, nomeadamente no sector de consumo da agricultura regada.

Disponibilidades de recursos hídricos

A água tem o carácter de recurso escasso, pois apesar de renovável e relativamente abundante na natureza, nem sempre está disponível no lugar e no momento em que se sente a sua necessidade. Com efeito, os recursos hídricos podem ser inventariados na perspectiva das potencialidades e na das disponibilidades. Segundo Cunha *et al.* (1980:390) «*Recursos potenciais* são os que decorrem do regime natural dos escoamentos superficiais e subterrâneos, isto é sem influência das actividades humanas, e representam, portanto, um estado natural de base cuja variabilidade depende apenas das características geográficas, climáticas e fisiográficas. *Recursos disponíveis* são os que resultam da modificação do regime natural dos escoamentos em consequência da intervenção do homem e, portanto, a sua variabilidade, para além de depender dos factores que condicionam os recursos potenciais, depende também dos aproveitamentos e das utilizações da água». Inventariações de recursos que contemplam esta distinção admitem que um país só pode dispor para utilização de 1/3 do fluxo anual de água dos seus rios e aquíferos (cf. Sumpsi *et al.* 1998)².

As diversas estimativas sobre os recursos hídricos potenciais médios,

² Neste pressuposto, a escassez de água doce começa quando o seu uso ultrapassa 10% dos recursos renováveis anuais. Entre 10% e 20% a escassez considera-se moderada, entre 20% e 40% a escassez é média alta, podendo dar origem a conflitos e mais de 40% são situações consideradas de escassez severa.

relativas ao território português, apontam para valores bastante favoráveis quando comparados com outros países europeus. A situação portuguesa não deixa contudo de ter a sua especificidade relativamente a outros desses mesmos países. De facto, Portugal, além de ser um país de jusante no que respeita a parte significativa do escoamento superficial, está anual e inter-anualmente sujeito a flutuações de precipitação e de escoamento muito marcadas. Contudo, numa apreciação global, mesmo contando apenas com os recursos gerados em Portugal a situação continua a ser relativamente favorável. Como se reconhece no *Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água* de 2005, «embora à escala nacional e anual Portugal não tenha grandes problemas de escassez de água em situação hídrica normal, podem no entanto ocorrer situações críticas de seca, sazonais ou localizadas. Estas situações podem ser de carácter quantitativo, resultantes por exemplo de períodos de maior escassez hídrica, ou de carácter qualitativo, com redução das disponibilidades de água com a qualidade necessária, resultante por exemplo de acidentes de poluição».

Apesar da relativa abundância de recursos, o panorama global esconde uma desigual repartição no território e as acentuadas flutuações anuais e inter-anuais. O território de Portugal é, com efeito, marcado pelo vincado contraste entre o Norte montanhoso e as grandes planícies do Sul. Deste contraste resultam modificações de clima bruscas e diferentes das que resultariam apenas da diferença de latitude. Além disso, a disposição de parte dos relevos numa linha paralela à costa separa o interior da faixa costeira litoral. Assim, para uma precipitação média anual de 990 mm em todo o território, correspondem 2000 mm nas bacias hidrográficas do Noroeste e menos de 400 mm em zonas da região da Beira Interior e do Alentejo. Quanto à frequência média da precipitação, os contrastes traduzem-se em mais de 150 dias de precipitação nas montanhas do Noroeste e em menos de 50 no interior Sul do Alentejo. Cerca de 80% desta precipitação é concentrada no período que vai de Outubro a Março/Abril, registando-se um período estival com quase total carência de chuva. Finalmente, no que diz respeito às flutuações inter-anuais, regista-se uma alternância muito irregular de anos mais ou menos secos, podendo a precipitação média anual variar de 1 para 3 ou mesmo de 1 para 4 (cf. JRC-DGXII, 1997).

São estes factores, conjugados com os efeitos esperados de previsíveis alterações climáticas, que determinam a necessidade de uma cuidada política de gestão de potencialidades e de disponibilidades, condicionante de estratégias individuais e colectivas para um criterioso aproveitamento, controlo e distribuição dos recursos.

Água e agricultura

Tornar disponível água para rega tem representado um elemento decisivo de aproveitamento de potencialidades para correcção de restrições naturais, permitindo ganhos de produtividade e diversificação de produções. Os projectos hidroagrícolas foram ganhando um lugar central como vectores privilegiados de múltiplos programas e propostas para o desenvolvimento. Tem-se, assim, evocado o contributo da rega para o auto-abastecimento agrícola e aumento de produtos de exportação e sublinhado o seu papel enquanto elemento estruturante de relações sociais e pilar de antigas "civilizações hidráulicas". Dependendo dos contextos e das opções e prioridades dos modelos de desenvolvimento, são realçadas as funções da água para o combate ao desemprego, para a correcção de assimetrias demográficas, para a defesa contra a desertificação, para uma maior justiça social e equidade no acesso a oportunidades e recursos, para a libertação da ansiedade na obtenção de meios de subsistência ou para a abertura a novas formas de cooperação e de participação da cidadania (cf. Caldas, 2001).

Nesta perspectiva, o regadio foi assumido como algo intrinsecamente bom, digno de ser fomentado pelos poderes públicos a qualquer preço (cf. López-Gávez e Naredo, 1997). A superfície regada à escala mundial conheceu, de facto, uma forte progressão ao longo do século XX. Estimada em 8 milhões de ha em finais do século XVIII, esta superfície atingiria os 48 milhões de ha no final do século XIX, para ao longo da primeira metade do século XX progredir a um ritmo de 1 milhão de ha por ano. A partir de meados dos anos cinquenta até metade da década de sessenta, o crescimento de superfície regada chegou aos 10,5 milhões de ha por ano, estimando-se que tenha atingido cerca de 225 milhões de ha (cf. Conac, 1998). Depois deste período de forte expansão, a tendência tem sido para um claro abrandar do ritmo, devendo existir actualmente perto de 253 milhões de ha irrigados. Este panorama global esconde grandes disparidades regionais. A progressão foi de facto muito mais forte na Ásia, que detém actualmente 68,9% da superfície regada mundial (cf. Pereira, 1999)³. Outras regiões, como por exemplo as zonas de pequena agricultura familiar em Portugal, vêm registando tendência para o abandono da actividade agrícola e conseqüente diminuição de superfície regada (Cf. Caldas, 2006).

³ A Europa detém 10%, América do Norte 8,7% América do Sul e Central 7% África 4,5%, Austrália 0,9%.

O novo quadro de referência

À medida que aumentam os problemas de penúria e de degradação de recursos, vai-se alterando o ambiente que marcou a fase expansionista do regadio, que Naredo (1997) designou como fase do “paternalismo intervencionista” do Estado. A concorrência inter-regional e inter-sectorial potencia conflitos com forte impacto numa opinião pública despertada para as questões ambientais e os decisores começam a encarar a agricultura como a válvula de escape do sistema. Os pressupostos das políticas de fomento hidroagrícola como algo de bom a qualquer preço começam a transformar-se em heresia económica (cf. López-Gávez e Naredo, 1997).

Neste novo ambiente, reconhece-se que, ao contrário do previsto na fase de concepção de muitos projectos hidroagrícolas de grande dimensão, os objectivos propostos não foram atingidos de forma mecânica apenas com introdução da rega (cf. Caldas, 2001). Apontam-se agora faltas de eficiência na utilização da água por parte da maioria das comunidades de regantes e discutem-se os impactos de inadequadas práticas da agricultura regada na qualidade das águas e na degradação dos solos, sublinhando-se a necessidade premente de reabilitar, modernizar e melhorar os sistemas de rega, incluindo nos seus objectivos a conservação dos recursos e a qualidade ambiental (cf. Pereira, 2001).

Nas regiões claramente dominadas pelo mercado, como é o caso em Portugal, a crescente perda de peso da agricultura no sistema económico tem levado a que se levante ainda a questão de saber se consumos na ordem dos 87% de recursos disponíveis, como os apontados no Plano Nacional da Água, se justificam face aos modestos pontos percentuais com que a agricultura contribui para o Produto Interno e para a ocupação da população activa. A questão do preço a pagar pela água de rega surge, assim também a debate, contestando-se que o Estado continue a ser fornecedor de água gratuita para usos pouco eficientes. A agricultura aparece como um sector à parte sem razões económicas que o justifiquem e generaliza-se a ideia de que os regantes delapidam água pelo facto de a terem disponível não pagando nada, ou pagando quase nada. Como sublinham López-Gávez e Naredo (1997) as disparidades de preços entre sectores são tão grandes que nem parece vir a água do mesmo ciclo hidrológico, sendo de admitir que muitos regantes estariam dispostos a vender a água posta à disposição pelo Estado a preços muito mais baixos do que os facturados para outros usos. Em Portugal podem encontrar-se situações em que a água não tratada é fornecida aos diferentes sec-

tores, à saída da mesma infra-estrutura de armazenamento, com uma relação de preços unitários entre consumos agrícolas, urbanos e industriais de 1:2:4, respectivamente (cf. Caldas, 1997).

Posta a questão do pagamento da água, há correntes que defendem que impor o pagamento do recurso natural água só pode ter sentido para desanimar a sua utilização ou a deterioração de *stocks* concentrados de recursos não renováveis. Podem é cobrar-se multas por usos contaminantes ou inadequados da água e recuperarem-se gastos correntes e de investimento ligados à captação e manejo da água. No que respeita à água para rega, se for proveniente de regadios de iniciativa estatal é possível recuperar os gastos correntes e de investimento; se for proveniente de regadios históricos ou “tradicionalistas” as infra-estruturas estão de há muito amortizadas e são propriedade dos regantes. No caso de rega a partir de água subterrânea impõe-se a vigilância e conservação dos aquíferos e aplicação de taxas ou multas por usos contaminantes ou inadequados. Noutra perspectiva, sustenta-se que, em economia, a escassez ou abundância de um bem só pode afirmar-se «por referência a um dado preço, e porque a preço nulo qualquer bem tem uma procura infinita, há que pôr um preço na água. Até que, àquele preço, a água posta à disposição dos seus utilizadores pelos produtores seja igual à água que os utilizadores estão dispostos a consumir. O que virá a conduzir, necessariamente, ao desdobramento da oferta e da procura de água por níveis diferentes de qualidade, apropriados ao fim a que se destinam» (Abecassis, 1999: 31). O que está em confronto é uma concepção da água como mercadoria ou factor de produção *versus* uma concepção da água como “activo eco-social”, em que se procura abarcar o seu carácter multidimensional de nível económico, social e ambiental. No caso português, a Lei da água (Lei nº 58/2005), que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva Quadro da Água de 2000 onde se estabelecem as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, institui o «princípio do valor económico da água, por força do qual se consagra o reconhecimento da escassez actual ou potencial deste recurso e a necessidade de garantir a sua utilização economicamente eficiente, com a recuperação dos custos dos serviços de águas, mesmo em termos ambientais e de recurso, e tendo por base os princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador» (alínea c do artigo 3º).

Num ambiente em que a ideia liberal de “Estado mínimo” se afirma como ideologia dominante, assiste-se a um apelo para a contenção de despesas públicas e ao deslocar das opiniões do “paternalismo intervencionista” para a “desregulação privatizadora”. A água, para rega, como para outras uti-

lizações, aparece como um negócio potencialmente atractivo do sector privado. Deixam, assim, de caber ao Estado os vultuosos investimentos e a tutela sobre a gestão técnica dos empreendimentos hidráulicos. Ao Estado passa a competir a defesa das dimensões sociais e ambientais da água, que se reconhecem dificilmente reguláveis pelo mercado. Ao Estado passa a competir a defesa da qualidade de águas superficiais e subterrâneas e dos ecossistemas a elas vinculados.

Água para o latifúndio

Em Portugal, os empreendimentos hidroagrícolas de iniciativa estatal de maior dimensão vieram a localizar-se nos campos do Sul, em áreas caracterizadas pela grande concentração da propriedade fundiária e condicionadas por forte irregularidade anual e inter-anual de recursos hídricos, com frequentes períodos de grande escassez de água. Estes empreendimentos, que visaram o alargamento do regadio a zonas tradicionais de sequeiro, começaram a ser objecto de preocupação e estudo, e mesmo a ter realização, ainda antes da reorganização da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola em 1935. A concretização da maior parte dos empreendimentos veio, contudo, a verificar-se a partir dos anos quarenta do século XX, no quadro do Plano de Rega do Alentejo, onde se previa a rega de cerca de 173 mil ha (cf. Baptista, 1993, 2002). As obras construídas, algumas das quais implantadas na perspectiva de futura integração nos circuitos hidráulicos alimentados pelo grande empreendimento idealizado, na segunda metade dos anos cinquenta, para Alqueva, acabaram por beneficiar, até finais do século, uma área que rondou os 50 mil ha. Na maior parte destes empreendimentos os avultados investimentos públicos acabaram por resultar em benefício de colectivos de utilizadores vinculados à grande propriedade fundiária. De facto, os interesses corporativos dos grandes proprietários fundiários e a sua posição face às instâncias do poder político, permitiram a não concretização de propostas de reorganização fundiária que estiveram associadas a esta política de hidráulica agrícola. Não se tocou na estrutura da propriedade e ao longo dos anos em que os empreendimentos têm estado em funcionamento, os interesses da propriedade fundiária nas áreas beneficiadas tem-se continuamente sobreposto à procura de vias para o uso adequado da água e do solo. As mudanças programadas ao nível dos sistemas de produção, que serviram de justificação ao investimento público, não foram, na maior parte dos casos, concretizadas por falta de investimentos privados (cf. Baptista, 1993, 2002). As áreas efectiva-

mente regadas ficaram, assim, sempre muito aquém das beneficiadas.

Uma vez que o preço pago pela água nestes empreendimentos não só excluiu a amortização dos investimentos públicos, como, na generalidade dos casos, cobre apenas parte dos custos de manutenção e funcionamento (cf. Caldas *et al.*, 1997), a água tem sido utilizada como um factor posto pelo Estado à disposição de utilizadores. Numa lógica de maximização de rendas e subsídios, estes utilizadores não têm qualquer incentivo para melhorar a eficiência da rega e diversificar produções, nem para encarar as dimensões sociais e ambientais dos recursos hídricos. À diversificação cultural prevista, impuseram-se sobretudo as culturas que viabilizam esta estratégia, muitas vezes a partir do trabalho de famílias de pequenos produtores em regime de parceria ou de precários arrendamentos de campanha.

O reconhecimento, por parte dos poderes públicos do deficiente funcionamento da generalidade destes sistemas tem levado à procura de soluções institucionais para a escolha de adequados modelos de gestão. Com uma forte preocupação em torno das questões de eficiência técnica dos sistemas, estas soluções não se têm centrado na dimensão da equidade social e dum desenvolvimento territorial diversificado e harmónico. As questões para que se tem procurado resposta têm incidido nas formas de conseguir que os regantes utilizem e mantenham os sistemas de forma considerada satisfatória. A resposta tem passado pela entrega dos empreendimentos a associações de beneficiários com funções de assegurar a gestão, exploração e conservação dos sistemas. São associações de direito público aprovadas pelo Ministério da Agricultura de que os beneficiários não são obrigatoriamente associados, devendo apenas submeter-se, como meros consumidores do factor de produção água, a decisões tomadas muitas vezes com o objectivo de vender as maiores quantidades possíveis de água, independentemente da preocupação pelo seu uso eficiente.

Alqueva, o regadio e o desenvolvimento do Alentejo

O empreendimento hidráulico de fins múltiplos de Alqueva foi, como acima se referiu, idealizado na segunda metade dos anos cinquenta do século passado, no âmbito do plano de rega do Alentejo. Para além da decisiva componente de fornecimento de água para rega teve também, como objectivos expressos, a constituição de uma reserva estratégica de água, a contribuição para a regularização do rio Guadiana, o fornecimento de água para o abastecimento público e da indústria, o combate à desertificação, a produção

de energia eléctrica e a contribuição para o desenvolvimento do turismo. A programação deste empreendimento veio a tornar-se possível depois da assinatura, em 1968, do convénio entre Portugal e a Espanha sobre rios comuns, onde foi sublinhado o objectivo de regularização inter-anual do Guadiana.

Com a concretização permanentemente adiada, Alqueva ocupou décadas como pólo potenciador de polémica no debate sobre o desenvolvimento do Alentejo. A história recente da região permite compreender o que esteve em jogo nesta polémica. Para além das já referidas vicissitudes da política de hidráulica agrícola, decisivamente marcadas pelo bloqueio da propriedade fundiária, o período de instabilidade e de indefinição face ao estatuto da posse da terra que se seguiu às ocupações e expropriações dos anos da reforma agrária, foi um período de acalorado debate e de esgrimir de argumentos pró e contra a realização do empreendimento de Alqueva, tendo como pano de fundo os movimentos sociais e as tomadas de posição política face à reforma e à contra-reforma agrária (cf. Caldas, 1995). Como se sabe, após um arrastado e contraditório processo, iniciado em 1976, tudo culminou na devolução da terra aos antigos proprietários. Assim, o projecto de barragem e de central hidroeléctrica aprovado em 1970, foi relançado em 1975 e as obras iniciadas em 1977, para virem a ser novamente suspensas em 1978, com base em pareceres negativos do Banco Mundial.

As obras foram novamente retomadas em 1995, com a comparticipação de fundos comunitários, e as comportas encerradas a 8 de Fevereiro de 2002. O empreendimento deu lugar a um lago artificial com 250 km² de superfície, 83 km de comprimento e cerca de 1100 km de margens. Com capacidade que permite armazenar um volume total de 4150 hm³, irá, segundo o previsto, promover mais 110 mil ha de novos regadios, com um sistema composto por uma rede de canais e condutas que virá a atingir os 5 mil km. Dos pressupostos que estiveram na base dos objectivos expressos quando foram sendo tomadas as decisões de levar por diante a concretização do empreendimento, mantém-se actual a constituição de uma reserva estratégica de água, numa região marcada pelas flutuações anuais e inter-anuais de precipitação, acima referidas, e ameaçada pelas consequências dos efeitos de previsíveis alterações climáticas. Mantém igualmente actualidade os pressupostos de regularização do Guadiana, de necessidade de água para o abastecimento público e da indústria e de produção de energia.

Contudo, a vertente hidroagrícola do empreendimento decorre, agora, no novo quadro de referência relativo aos recursos hídricos, atrás enunciado, nomeadamente no que se refere à questão do preço a pagar pela água.

Cinquenta anos depois de idealizado Alqueva são igualmente profundas as mudanças ao nível do lugar e papel da agricultura no desenvolvimento do Alentejo. Com efeito, depois da adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986 e depois das reformas da Política Agrícola Comum, as ajudas e incentivos adequaram-se à prática e lógica rentistas da propriedade fundiária e desincentivaram atitudes dos detentores da terra que justificam investimentos públicos no regadio para promoção da produção e do emprego. Como sublinha Baptista (2002), «o caminho que se tem vindo a desenhar conduz a um panorama que pode oscilar entre uma situação similar à actual, mas em que os subsídios e as rendas de sequeiro são vantajosamente substituídos pelos de regadio e um capitalismo selvagem promovido pelos próprios grandes proprietários ou instalado pelos grupos a que estes já estão a vender, com expressão e benefícios assinaláveis, as suas terras nas áreas a beneficiar por Alqueva»⁴.

Num contexto de domínio absoluto da grande propriedade dos campos do Sul a condicionar soluções para a produção e o emprego na vertente hidroagrícola do empreendimento, esta tem vindo a perder peso face às restantes, tanto ao nível da opinião pública como das oportunidades de negócios. Tendo presente o que acima se referiu sobre imagens, mitos, funções, usos e especificidades da água, pode compreender-se que a gigantesca albufeira exerça um forte poder de atracção sobre as populações⁵. Existem, assim, fortes indícios de avultadas transacções de terra para usos não agrícolas, fazendo disparar os preços⁶ e confirmando desde já “benefícios assinaláveis” do empreendimento, para o grupo dos proprietários fundiários.

Depois do “Litoral Alentejano” ter ganho 1100 km nas margens das “Terras do Grande Lago”⁷, grandes expectativas estão agora criadas em torno das oportunidades de negócio no sector do turismo, trazendo para primeiro plano este objectivo anunciado de Alqueva.

⁴ cf. *Público* de 9 de Julho de 2006: «Um quarto de regadio de Alqueva já é para olival espanhol: em apenas três anos, empresários do país vizinho revolucionaram a agricultura alentejana, investindo mais de 350 milhões de euros na aquisição de terras e na aplicação do novo modelo agrícola baseado na olivicultura»

⁵ «um ano depois do encerramento das comportas mais de um milhão de visitantes já tinha passado pelo paredão da barragem de Alqueva»; cf. *Correio da Manhã* de 11 de Junho de 2006.

⁶ cf. *Expresso* de 24 de Junho de 2006: «Preços de terrenos disparam [na zona de Alqueva]: quando se altera o uso do solo e este passa de rural para o urbano, os terrenos podem valorizar-se até 10 mil por cento».

⁷ Designação de um projecto liderado pela empresa Gestalqueva S.A. que tem «por objectivo dar a conhecer a filosofia e concepção de um espaço que se pretende venha a ser, a médio prazo, um dos principais destinos turísticos do País e ao qual correspondem sete municípios ribeirinhos das albufeiras de Alqueva e de Pedrógão» (cf. AgroPortal de 2004/05/23 em <http://www.agroportal.pt/x/agronoticias/2004/05/23a.htm>).

De facto, a revisão do plano de ordenamento das albufeiras de Alqueva e Pedrógão (POAAP), de Março de 2006, apresenta como oportunidade da componente actividades económicas uma «forte motivação para fortes investimentos na Região do Alqueva, principalmente no sector turístico» e aponta como ameaça a «possível dificuldade em controlar o crescimento e especulação em torno da actividade turística». No capítulo das especificidades da área de intervenção o referido documento de revisão do POAAP alerta para o condicionamento da utilização da albufeira «em termos de usos e funções potenciais, em especial das actividades secundárias a desenvolver», sublinhando que a oscilação do nível da água na albufeira provoca «alterações das formas morfológicas das margens e das ilhas, que por vezes serão ilhas noutras penínsulas». Sublinhando-se que a oscilação máxima do nível da albufeira dá lugar a uma “faixa interníveis” que pode alcançar valores na ordem dos 2000 m, acrescenta-se, neste documento, que se virá a estar «perante uma paisagem em mutação sucessiva, onde o seu carácter e a sua identidade variarão ao longo do tempo de uma forma acentuada: do impressionante e ‘infinito’ plano de água, poderá suceder-lhe uma imagem de aridez, encostas nuas e irregulares, por vezes lamacentas, onde a água em determinadas situações nem se vislumbra».

Até ao momento estão anunciadas intenções de construir 11 grandes unidades turísticas que, somando 22500 camas, são apresentados como garante da viabilidade do empreendimento⁸.

Não é abusivo admitir que os interesses envolvidos nestes grandes empreendimentos turísticos tentem condicionar o consumo de água dos restantes sectores de utilização, no sentido de minimizarem o efeito da oscilação do nível da água. Importa sublinhar ainda, relativamente ao impacto de grandes empreendimentos turísticos a nível regional, que «as economias de escala, de aglomeração e de integração condicionam a competitividade e a sustentabilidade económica e social, mesmo nos segmentos de excelência dirigidos a clientelas de elevado poder aquisitivo; e os volumes dos investimentos em jogo tendem por si só a excluir, como actores, os empresários locais» (Cavaco, 2003:37).

O projecto idealizado para Alqueva trouxe momentos de segurança

⁸ O administrador delegado da Gestalqueva S.A. «acredita que estes projectos ‘podem garantir a viabilidade do empreendimento, se forem feitos com rigor’ (...) esta decisão representa uma alteração muito significativa na política de ordenamento prevista, em 2002, para Alqueva (...) [que] impunha para a área envolvente dos 500m a contar do Nível de Pleno Armazenamento (NPA) da albufeira, apenas seis unidades turísticas que, no seu conjunto ofereciam uma capacidade máxima de 480 camas»; cf. *Público* Local, Lisboa, de 6 de Junho de 2006.

face à possibilidade do controle de caudais e de reservas de água através do progresso técnico. Fez adivinhar, em muitos, o ultrapassar dos momentos de fragilidade perante os dons da natureza ou de divindades poderosas, trazendo a possibilidade de desenvolvimento aos campos do Sul. Cinquenta anos depois, os direitos intocáveis, ou pelo menos até agora intocados, da propriedade legitimam o temor por momentos de perplexidade perante crises resultantes da exploração que conduz à penúria, à partilha desigual e à degradação dos recursos.

Referências Bibliográficas

- ABECASSIS, F. (1999) - *Água o desafio vital. Apontamentos sobre a economia da água*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.
- AGUILERA, F. (1991) - "Algunas cuestiones sobre economía del agua", *Agricultura y Sociedad*, Nº59, pp. 197-221.
- ALLARD, P.; PAILHES, S.; MEJEAN, A. (1998) - "Perception et gestion du risque d'inondation: l'exemple de la Camargue", in M. Drain (dir.), *Territoires en mutation (3) Régulation de l'eau en milieu méditerranéen*. Risques et tensions, pp. 31-44.
- BAPTISTA, F. (1993) - *A política agrária do Estado Novo*, Afrontamento, Porto.
- BAPTISTA, F. (2002) - "Alqueva, o regadio e o Alentejo", *Reflexão Cristã*, 18/19, pp. 51-59.
- CALDAS, J. (1995) - "O empreendimento de Alqueva e a opinião pública", in *Actas do VII Congresso Sobre o Alentejo*, 2º Vol., pp. 125-132.
- CALDAS, J. (1997) - "Portugal", in A. Dinar e A. Subramanian (ed.), *Water pricing experiences. An international perspective*, World Bank Technical Paper 386, Washington, pp. 99-103.
- CALDAS (2001) - "Benefícios sociais dos projectos hidroagrícolas", *Agricultura, economia e sociedade*, Ensaios em homenagem ao Professor Fernando Estácio, IFADAP, Lisboa, pp.161-167.
- CALDAS, J. (2006) - "Água, agricultura y desarrollo en Portugal", *Agricultura familiar en España 2006*, Madrid, UPA, pp. 150-156.
- CALDAS, J.; SOUSA, P.; PEREIRA, L. (1997) - "Need for new approaches in valuing water: learning from a less successful case", in M. Kay e L. Smith (ed.), *Water: Economics, Management and Demand*, E & FN Spon, London, pp. 137-144.
- CANTERO, P. (1998) - "La memoria del agua. Valores, usos y representaciones del agua en las ciudades del Sur", in P. Arrojo e J. Martinez (ed.), *Ponencias del Congreso Ibérico sobre Gestión y Planificación de Aguas*. El agua a debate desde la universidad: por una nueva cultura del agua, Zaragoza, pp. 65-74.
- CAVACO, C. (2003) - "Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos", in O. Simões e A. Cristovão (org.), TERN. *Turismo em espaços rurais e naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, pp. 25-38.
- CAVACO, C.; SIMÕES, J. (1998) - *Água desenvolvimento e bem-estar*, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

- CONAC, F. (1998) - "Passé et actualité de l'irrigation dans le monde", in J.-R. Tiercelin (coord.), *Traité d'irrigation*, Technique & Documentation, Paris, pp. 758-808.
- CUNHA, L.; GONÇALVES, A.; FIGUEIREDO, V.; LINO, M. (1980) - *A gestão da água. Princípios fundamentais e sua aplicação em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GANDIN, J.-P. (1995) - *La conquête de l'eau*, Fondation pour le Progrès de l'Homme, Dossier pour un débat n° 44, Paris.
- JRC-DGXII (1997) - *The EC Environment Water Task Force Working Document*.
- LÓPEZ-GÁVEZ, J.; NAREDO, J. (1997) - "Gestión del agua de riego: problemas y propuestas", in J. López-Gávez e J. Naredo (ed.), *La gestión del agua de riego*, Argenteria, Madrid, pp. 11-30.
- MARTÍN, J.; MONTALVO, J. (ed.) (1996) - *Agua y paysage. Naturaleza, cultura y desarrollo*, Multimedia Ambiental, Madrid.
- MARTINEZ, J. (1996) - "El valor integral del agua y su gestión", in J. Martín, e J. Montalvo (ed.), *Agua y paysage. Naturaleza, cultura y desarrollo*, Multimedia Ambiental, Madrid, pp. 19-43.
- NAREDO, J. (1997) - "Enfoques económicos y ecológicos en la encrucijada actual de la gestión del agua en España", in P. Arrojo e J. Naredo (ed.), *La gestión del agua en España Y California*, Bakeaz, Bilbao, pp. 151-185.
- PEREIRA, L. (1999) - *On-Farm Systems: A discussion on ICID strategies*. The International Commission on Irrigation and Drainage, New Delhi, India.
- PEREIRA, L. (2001) - "Inovação em engenharia da rega", *A agricultura portuguesa, a água e o ambiente*, IHERA, Lisboa, pp. 195-240.
- ROBERT, J. (1999) - "Las aguas arquetípicas y la globalización del desvalor", in P. Arrojo e J. Martinez (coord.), *El agua a debate desde la universidad. Hacia una nueva cultura del agua*, Institución "Fernando el Católico" (C.S.I.C.), Zaragoza, pp. 669-682.
- SALETH, R. e DINAR, A. (2004) - *The institutional economics of water. A cross-country analysis of institutions and performance*, The World Bank, Washington.
- SARAIVA, M. (1999) - *O Rio como paisagem*, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa.
- SUMPSI, J. et al (1998) - *Economía y política de gestión del agua en la agricultura*, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion/Ediciones Mundi-Prensa, Madrid.

Empresariado Rural. Tópicos para Reflexão

Manuel Belo Moreira

Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

«Face a uma globalização que aproxima os antagonismos, a utopia torna-se muitas vezes o objecto do desafio, quando este induz a busca do ideal, num processo mais ou menos participado de permanente (re)construção do quotidiano» (CAVACO, 1999: 11)

Introdução

Recentemente, o tema do empreendedorismo saiu do quadro quase exclusivo das disciplinas de gestão onde estava acantonado, ganhando outra centralidade, junto ao mundo político e na própria academia. A este súbito interesse pelo tema certamente que não será alheia a hegemonia do paradigma neoliberal que vê o florescimento do empreendedorismo como alternativa à intervenção do Estado na economia.

Reflectir sobre o tema não pode, porém, circunscrever-se à mera análise do empresariado enquanto conjunto de empresários, sendo necessário alargar a reflexão à função empresarial e às políticas voltadas para a respectiva promoção, nomeadamente aos apoios concedidos ou reclamados para facilitar ou fomentar as actividades empresariais. Isso implica, no entanto, uma prévia clarificação do contexto em que tais políticas se desenvolvem, bem expressa nas opções dos governos pioneiros dessa mudança¹.

As políticas dos governos Thatcher constituem uma boa ilustração dessa mudança de contexto, particularmente no que respeita ao desenvolvimento rural, pelo que é a partir da reflexão feita nesse país que nos baseamos para a descrição que se segue. Não sem que antes se sublinhe a ironia da situação, referida por BOUCHER *et al.* (1991:121), de governos de forte retórica neoliberal se terem visto compelidos a obrigar o aparelho do Estado a desenvolver um papel muito activo e fortemente interventivo para levar avante o projecto

¹ Nomeadamente os governos de países como o Reino Unido, com a administração Thatcher e os Estados Unidos da América, desde a administração Carter, seguidos depois pela Austrália e a Nova Zelândia e arrastando na onda de mudança o grosso dos países industrializados e dos países em desenvolvimento, mesmo que forçados pela intervenção do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (STIGLITZ, 2002 e RODRIK, 2006)

de «tirar o governo de cima dos negócios, reduzir os órgãos de controlo do Estado e libertar o mercado».

Numa primeira fase, os argumentos usados para justificar o apoio ao empresariado, nomeadamente o das pequenas empresas, baseavam-se no reconhecimento da existência de «falhas de mercado – particularmente as tendências para a concentração na economia que reforça o poder económico e político das grandes empresas (*corporate sector*) – ou de falhas de governo – nomeadamente o reconhecimento de que as intervenções do governo na economia não são neutras, produzindo efeitos de escala» (LOWE e TALBOT 2000:11). Só mais tarde passam a integrar elementos baseados em argumentos sócio-económicos e de governança.

PHILLIPSON *et al.* (2001) sublinham ainda que, nessa primeira fase, o interesse pelas pequenas empresas se baseava numa concepção individualista de empresa (modelo do ciclo de vida da empresa) que orientou a pesquisa no sentido de identificar os factores associados com as variações do desempenho das pequenas empresas. O enfoque centrava-se em quatro grupos de factores: os económicos, respeitantes à estratégia e estrutura da empresa; a educação e a formação e, finalmente, a cultura e os factores psicológicos. Esta visão, individualista, foi alvo da crítica inspirada na tese da imersão de Granoveter (*embedded thesis*), nomeadamente no que respeita: a) à crítica à concepção do eu da visão individualista que esquece que a empresa e o empresário estão imersos na sociedade envolvente e são parcialmente constituídos por relações sociais; b) à crítica ao pressuposto atomístico, segundo o qual os donos e/ou empresários de pequena dimensão são apenas motivados pela preferência pelos bens privados pelo que quando participam em actividades de grupo é apenas como meio para aceder a esses bens e, finalmente, c) à crítica à concepção individualista que desvaloriza o papel das associações de empresários e das comunidades, esquecendo o empresariado colectivo, de matriz cooperativa ou envolvendo organizações sem fins lucrativos.

O argumento da governança, por seu lado, baseia-se no raciocínio de que, numa economia mista, os governos recorrem largamente ao sector privado para levar a cabo muitos aspectos de políticas públicas, o que no passado significava recorrer apenas a grandes empresas, mas que, recentemente, se estende a empresas de menor dimensão (LOWE e TALBOT 2000).

Em suma, a aposta na decisão e acção individuais, entendendo-as como as bases mais benéficas para a organização económica, política e social das sociedades, corresponde ao programa de diminuição do envolvimento do Estado em matérias económicas e sociais, suportado pelo argumento de que

só assim é possível ter em conta os sinais do mercado. O papel do Estado seria então o de encorajar os indivíduos a adoptar um comportamento empresarial libertando-se de preocupações e de gastos em intervenções que, inevitavelmente, acabariam por ter mais inconvenientes do que benefícios.

Neste contexto justifica-se, plenamente, reflectir sobre o papel do empresário no desenvolvimento rural e, em particular, nas zonas desfavorecidas, onde a questão assume vital importância. Reflexão tanto mais importante quanto, ao contrário da visão dominante, se defende que a questão primordial não é a mera promoção do empresariado, mas sim a promoção e desenvolvimento da função empresarial necessária, que mais à frente se define.

Neste texto, depois de uma breve revisão dos conceitos de empresário, empresariado e função empresarial, critica-se a aposta na promoção do empresariado na vertente individual que, sobretudo nas zonas mais desfavorecidas, poderá ser substituída, com vantagem, pela promoção da função empresarial necessária, seja quem for que a corporize. Termina-se com umas notas conclusivas.

O conceito de empresariado²

Na revisão de STATHOPOULOU (1999), a autora refere que o termo tem sido usado de modos muito diversos e em diferentes contextos centrado-se, recentemente, em dois tipos de abordagem. Uma, que respeita à descrição da criação e crescimento de novos e pequenos negócios, enquanto a outra trata da descrição mais geral das características das empresas, em que se denota a vontade de assumir riscos, de inovar e de tomar iniciativas para explorar, da melhor maneira possível, as oportunidades de negócios.

O primeiro entendimento de empresariado, no contexto acima referido de hegemonia política e ideológica neoliberal, tem-se afirmado como dominante. De facto, as atenções de inúmeros governos e da própria Comissão Europeia, reconhecem que as pequenas e muito pequenas empresas têm um papel insubstituível na criação do emprego. Dimensão instrumental do maior significado para que não se torne politicamente insustentável o aumento do desemprego inerente às reestruturações do capitalismo global ditadas pelo mercado e intensificadas pela globalização. Justifica assim os apoios e a concentração de esforços em preparar as condições materiais e institucionais

² Nesta breve incursão pelo conceito de empresário e empresariado recorreremos abundantemente às revisões de STATHOPOULOU (1999) da literatura de língua inglesa e de GUERIN e BERTRAND (1999) para a literatura francesa, levadas a cabo no Projecto EMASE (*Entrepreneurship in Mountain Areas of Southern Europe*) em que fui o responsável pela equipa portuguesa.

indispensáveis para o florescimento do empresariado.

O segundo entendimento é mais voltado para a identificação das características específicas dos empresários, nomeadamente de atributos como a capacidade de antevisão, imaginação, inteligência, capacidade de decisão e de atenção perante as oportunidades, bem como a aptidão para a organização.

Mas falar de empresariado implica, obviamente, atender ao conceito de empresário que, também ele, não suscita completa unanimidade.

Parece ter sido Cantillon que, no século XVIII, empregou pela primeira vez o termo empresário, distinguindo-o dos proprietários e dos assalariados. Empresários seriam os agentes que se dedicam a actividades mercantis para obter um lucro e aceitam suportar os riscos inerentes. Mais tarde, no início do século XIX, Jean-Baptiste Say colocava os empresários no centro da teoria produtiva e da teoria distributiva, descrevendo-os como os catalisadores da economia.

Segundo SCHUMPETER (1996), a natureza e importância do empresariado também teriam sido compreendidas por Jeremy Bentham, embora tenha permanecido fora do quadro das preocupações dos economistas. Seja dos economistas clássicos, de Adam Smith a Ricardo e ao próprio Marx, que viam o processo de produção e comércio de modo automático a ponto de, no respectivo esquema analítico, as funções empresariais não terem praticamente lugar. A excepção esteve em John Stuart Mill que, nesse ponto, abandonou as teses de Ricardo e se referiu à importância do empresário. Stuart Mill sublinhou a importância da função de direcção do processo produtivo e lamentou que, em inglês, não existisse palavra adequada para o francês *entrepreneuriat*, não se contentando, como Marshall, com o *business management*, expressão que remete, sobretudo, para funções gestionárias que não recobrem todas as funções essenciais que atribuía ao empresário.

De qualquer modo, apesar da importância que lhe foi dada por Stuart Mill, o termo tinha praticamente desaparecido da literatura económica no fim do século XIX. Essa falta de atenção relativamente às funções empresariais e ao papel do empresário ficou a dever-se à própria teoria económica. Segundo uns autores tal era devido à separação entre micro e macro economia, enquanto outros apontavam para o domínio das preocupações com os modelos de equilíbrio, que não se ajustam facilmente à figura do empresário, à partida um criador de desequilíbrios, e ainda, como refere CASSON (2000), pelo facto dos economistas terem, durante muito tempo, partido do pressuposto da informação perfeita inerente ao paradigma da concorrência perfeita, retirando espaço para a figura do empresário, para quem "o segredo é a alma do negó-

cio” como diz o provérbio popular. Outros ainda identificam empresário com o seu capital, enquanto muitos vêm o empresário apenas como um agente que pretende maximizar os seus lucros (STATHOPOULOU 1999).

Não é assim por acaso que um historiador económico da estatura de CHANDLER Jr. (1992) ao rever as quatro teorias da empresa que considera relevantes: a neoclássica; a teoria do agente principal; a dos custos de transacção e as abordagens evolucionistas, não faz qualquer referência explícita à figura do empresário!

Será apenas nas ciências empresariais e gestão e na Sociologia, com relevo para Max Weber, que as funções empresariais serão estudadas, com a notável excepção de Schumpeter.

Durante muito tempo a visão dominante do empresário, identificava-o com o agente que assume riscos: para Knight a primeira função do empresário era a de decidir o que fazer e como fazer sem estar bem certo das possibilidades futuras, introduzindo assim a distinção entre risco, que é segurável, e incerteza, que o não é. Schumpeter, criticou essa definição por ela não distinguir entre empresário e proprietário. Para este autor, o assumir os riscos associados à incerteza não é essencial para o conceito de empresário, a não ser que este também seja o proprietário. Defende assim que a função do empresário não é, primordialmente, a de assumir riscos mas sim o de ser a força da inovação promotora do desenvolvimento económico. Tendo como central o modo de actuação do empresário, Schumpeter identificou 5 categorias de acções que recobrem o conceito de inovação: a) a introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade com que os consumidores não estão familiarizados; b) a introdução de um novo método de produzir ou de comercializar; c) a abertura de um novo mercado, mesmo que já existente noutros locais; d) a utilização de novas fontes de matérias-primas ou de bens intermédios; e) o levar a cabo qualquer nova forma organizacional da indústria.

O importante, na visão schumpeteriana de empresário, é a capacidade de levar a cabo novas combinações de negócios. O principal papel do empresário não é o de inventar ou encontrar novas oportunidades, mas sim o de as tornar vivas e realizáveis. Dito de outro modo, Schumpeter estabeleceu uma distinção fundamental entre o empresário e o mero dono de negócio, distinção que nem sempre é devidamente tida em conta, nomeadamente nas políticas de promoção empresarial.

Para Schumpeter as capacidades empresariais não são ensináveis e só uma pequena percentagem de indivíduos de determinada população as possui. Ao tratar da motivação do empresário, sublinha que ela é intrínseca e não

resulta da "procura do lucro ou do luxo", decorre do "sonho e da vontade de fundar o seu próprio reino", do desejo de "provar a sua superioridade" e da "alegria de criar". Para este autor o empresário, agente da "destruição criativa", é não só o pioneiro na criação de novas indústrias, como o responsável pelas mudanças estruturais, em suma pelo crescimento e pelos ciclos económicos.

Por seu lado, também Schultz rejeita a ideia das recompensas do empresariado como prémio do risco. Embora o risco tenha um papel activo num ambiente dinâmico, assumir riscos não é um atributo reservado aos empresários pois também os assumem alguns que não são empresários. Este autor baseado no conceito do capital humano criticou as visões correntes do empresariado baseado em 4 aspectos principais: a) o conceito é usualmente aplicado apenas a homens de negócios; b) não leva em consideração as diferenças entre os empresários no que respeita à capacidade de fazer uso dos recursos; c) a oferta de capacidade empresarial não é vista como um recurso escasso e d) o facto do empresariado ser negligenciado quando são as considerações de equilíbrio geral que dominam a economia. Este autor ao demonstrar a influência da educação na capacidade das pessoas em compreender e reagir a situações de desequilíbrio, vai matizar a posição de Schumpeter sobre a impossibilidade das capacidades empresariais serem ensináveis³. Por seu lado, Baumol alarga a visão de empresariado a todas as actividades não rotineiras levadas a cabo pelos que dirigem as actividades económicas de pequenos ou grandes grupos ou organizações e Drucker põe a tónica num estilo de gestão baseado na inovação sistemática (STATHOPOULOU 1999).

De qualquer modo, como sublinham GUERIN e BERTRAND (1999), embora o empresário seja uma figura central é importante evitar dois mitos, frequentemente evocados na literatura empresarial. O primeiro, que se prende com a eventual existência de um perfil típico do empresário e o segundo, que representa o empresário como o herói solitário lutando, contra tudo e contra todos, para levar em frente o seu projecto. No mundo real os empresários constituem grupos de pessoas bem distintas: uns com mais e outros com menos espírito empresarial, e a acção empresarial está intimamente associada ao contexto específico do ambiente local, isto é, da construção social e institu-

³ Também no referido estudo EMASE a importância da acumulação de capital humano foi analisada, sendo realçados o papel da educação e formação profissional, bem como dos processos informais envolvidos nessa acumulação. É interessante notar que no caso de estudo da Serra Algarvia a educação e formação profissional não parecem desempenhar o papel que seria de esperar como explicando o êxito das empresas, sendo neste caso mais valorizada a experiência de trabalho, o que reforça a conclusão de que o empresário rural (não agrícola) da Serra Algarvia é essencialmente um mero dono de negócio (SKURAS *et al.* 2005).

cional que é um território.

Estes autores, ao introduzirem a perspectiva territorial na reflexão sobre o empresário, vão auxiliar-nos na passagem da questão genérica do empresariado para o empresariado rural. Antes porém torna-se necessário dar um passo intermédio que é o de reflectir sobre a função empresarial.

A função empresarial

Ao reflectir sobre a função empresarial no desenvolvimento rural e em particular no das zonas desfavorecidas somos levados inevitavelmente a procurar resposta às seguintes interrogações: quem, em meio rural desfavorecido, é capaz de pôr em prática a função empresarial? O que diferencia a função empresarial corrente da atrás designada função empresarial necessária? E qual o papel do Estado no que respeita à promoção empresarial nessas zonas?

No que respeita à primeira dessas questões e contrariando a imagem veiculada pela literatura de negócios que tende a ignorar tudo o que não seja o empresariado enquanto pessoa física, Schumpeter foi muito claro⁴: «Por último, como tem sido inúmeras vezes referido, **a função empresarial não necessita de ser identificada com uma pessoa física e, em particular, com uma pessoa física singular.** Todo o ambiente social tem o seu próprio modo de dar forma à função empresarial. Por exemplo, a prática dos agricultores neste país [referindo-se aos EUA] tem sido sucessivamente revolucionada pela introdução de métodos desenvolvidos no Departamento de Agricultura e pelo sucesso deste departamento no ensino desses métodos. Neste caso, portanto, **foi o Departamento de Agricultura que agiu como empresário**». E mais à frente sublinha que «(...) a função empresarial pode ser, e muitas vezes é, desempenhada de forma **cooperativa**» (SCHUMPETER 1996:239-240, sublinhado nosso).

Esta precisão conceptual permite-nos sublinhar que, em particular para as zonas mais desfavorecidas, mais do que a figura do empresário o que importa é a função empresarial, o que implica uma noção alargada de empresariado: isto é todo o indivíduo, grupo de indivíduos, instituições e até aos órgãos de Estado que, individualmente ou de forma associativa ou cooperativa, levem a cabo a função empresarial, nomeadamente aquela que para Schumpeter é a mais importante, a função de inovar.

⁴ Contrariando a afirmação de CASSON (2000:715) segundo a qual Schumpeter se preocupa essencialmente com as actividades de "alto nível" e descarta a figura da pequena empresa.

Colocar a tónica na função e não no indivíduo tem enorme alcance, mostrando o que é talvez a maior fragilidade da estratégia de desenvolvimento dominante. De facto, esta tenta emular o exemplo do filósofo grego Diógenes, procurando com um lampião aceso em pleno dia "o empresário providencial" que irá promover o desenvolvimento e descansando quando encontra um ou mais candidatos a quem se concedem todos os incentivos imaginados para que eles desempenhem a função empresarial que irá trazer o desenvolvimento local, regional ou mesmo do país, muitas vezes sem cuidar de obter cláusulas de garantia sobre a capacidade de quem recebe os incentivos e do uso que deles é feito⁵.

Abre-se assim uma vasto leque de possibilidades de promover o exercício daquelas funções empresariais nas zonas onde elas são mais carentes, através de incentivos não apenas aos empresários individuais ou societários, mas também a cooperativas ou associações, fomentando as parcerias público/privado ou mesmo, como no exemplo de Schumpeter, através da acção directa dos organismos de Estado.

Passemos à segunda questão, clarificando o que se entende com a distinção entre a função empresarial corrente e a função empresarial necessária.

Por função empresarial corrente entende-se a que resulta apenas de uma lógica de mercado e cuja viabilidade decorre do balanço entre despesas e receitas obtidas pela venda de bens ou serviços nesse mesmo mercado. Uma vez que, no mundo real, a concorrência perfeita não existe, os mercados podem ser apenas mais ou menos concorrenciais, convém distinguir dois tipos de situações: um em que é na esfera restrita do mercado que as empresas obtêm as suas receitas, mesmo quando se aproximam de situações mono ou oligopolistas, seja devido ao exercício do poder do mercado, seja devido à respectiva localização em locais remotos; e o outro, em que as condições de mercado estão sujeitas a forte intervenção estatal, sendo esta que acaba por determinar a rentabilidade do negócio, configurando, muitas vezes, situações de corrupção. Embora com significado e alcance distintos, a função empresarial corrente tanto pode ser desempenhada pelo empresário inovador schumpeteriano como pelo mero dono de negócio, embora as situações menos concorrenciais sugiram um ambiente menos favorável ao empresário schumpeteriano, sobretudo quando a concorrência desleal dos favorecidos pelos apoios

⁵ Paradigma deste procedimento é o exemplo dos apoios concedidos à Odefruta, o complexo horto-frutícola do Brejão do ex-marido da filha do multimilionário grego Onassis, que recebeu o grosso dos incentivos canalizados para o desenvolvimento agrícola daquele concelho do Baixo Alentejo, mas que, por manifesta má gestão, foi à falência deixando um rasto de dívidas e solos poluídos a necessitar de recuperação.

do Estado acaba por se mostrar inibidora do aparecimento de iniciativas inovadoras.

O que designamos por função empresarial necessária respeita às situações em que o mercado, por si só, se mostra incapaz de fornecer os estímulos necessários para o seu aparecimento e/ou manutenção. E, no entanto, muitas dessas funções empresariais são necessárias porque respeitam a actividades sem as quais as populações não conseguem atingir os níveis mínimos de qualidade de vida, socialmente aceitáveis no século XXI. E, são também necessárias porque sem elas, a inovação não atinge determinados sectores ou zonas territoriais mais desfavorecidas, suscitando e ou acelerando a marginalização económica que decorre inevitavelmente da própria dinâmica das economias de mercado.

Isto é, a função empresarial necessária abrange a figura da produção de bens públicos essenciais, que até os neoliberais mais ortodoxos reconhecem que cabe ao Estado providenciar⁶, mas também outros tipos de função empresarial cuja inclusão no conceito de bem ou serviço público será sempre controversa.

A importância da função empresarial necessária que vai além da produção de bens e serviços públicos, remete, sobretudo, para a problemática da inovação e da dinamização empresarial dos sectores com empresas mais atomizadas e menos inseridas no mercado, como no caso da agricultura familiar de pequena dimensão ou das economias locais das zonas desfavorecidas. Uma boa ilustração dessa situação é-nos dada pelo exemplo referido por Schumpeter, da agricultura americana e do papel do Departamento de Estado da Agricultura que possibilitou aos agricultores americanos, então maioritariamente familiares, o acesso à inovação, com os resultados tecnológicos e económicos que, aferidos pelos objectivos que lhes tinham sido cometidos, constituem uma história de enorme sucesso. Os êxitos tecnológicos da chamada Revolução Verde remetem para situação idêntica.

Esta é talvez a melhor ilustração da função empresarial necessária uma vez que a história da agricultura moderna dos países industrializados mostra que o papel do Estado só diminuiu, passando a inovação a ser assegurada por entidades mais dependentes do mercado, quando a dinâmica inovadora já estava consolidada, induzida pelo formidável impulso constituído pelo par *technological treadmill* (sem-fim tecnológico)/endividamento embora, como se sabe, mesmo depois de privatizada não dispense os apoios do Estado⁷.

⁶ Embora a definição do que são bens e serviços públicos essenciais não seja pacífica.

Mas, para além desse exemplo histórico há outros argumentos que justificam a intervenção do Estado, sobretudo como modo de responder à questão, essencial, de saber como se torna efectiva a função empresarial necessária, quando o mercado não é atractivo ou nem sequer existe?

Por um lado, é sabido que certas funções empresariais e tipos de mercados só se tornaram possíveis depois da intervenção do Estado. O exemplo da política leiteira em Portugal mostra-nos como, nos anos 30, a concorrência exacerbada no mercado das natas, para fabrico artesanal de manteiga, impedia a generalização das condições higiénicas e sanitárias da produção e recolha de leite indispensáveis para a criação de um mercado de leite líquido capaz de tornar tecnicamente possível a desejada pasteurização. Situação que o mercado, por si só se mostrava incapaz de resolver, obrigando à decidida intervenção do Estado (MOREIRA, 1984).

Por outro lado, como tentaremos demonstrar a seguir, o mero dono de negócios, mesmo podendo ter perfil para assegurar certas funções empresariais necessárias em casos onde não há garantia de rentabilidade suficientemente atractiva, não é o factor de desenvolvimento desejável para as zonas rurais mais desfavorecidas, por deficit de capacidade inovadora, e o empresário schumpeteriano não se interessa por elas.

Todavia, se atendermos à importância que as dinâmicas empresariais podem ter no florescimento de novas iniciativas quando o ambiente envolvente ganha dinamismo e se atingem níveis mínimos de massa crítica, torna-se claro que o Estado tem um papel vital na promoção da função empresarial necessária, seja quem for que a torne efectiva.

A função empresarial em meio rural. O caso particular das zonas rurais mais desfavorecidas

A problemática do que é rural tem sido, ao longo dos tempos, uma das questões mais intratáveis do ponto de vista teórico, onde o rural se define não pelas características próprias mas como a negação do urbano (VEIGA, 2005).

Importa portanto precisar que, quando nos referimos às zonas rurais desfavorecidas, se está a considerar todo um tecido económico e social com características que o distinguem do mundo urbano essencialmente pela densidade populacional, mais reduzida, e pela importância que a actividade agrí-

⁷ Sobre o papel do par sem-fim tecnológico/endividamento ver MOREIRA (2001). A importância dos apoios à agricultura nos EUA e na UE, é suficientemente conhecida e tem sido talvez o principal obstáculo ao desenvolvimento da agenda globalizadora da Organização Mundial do Comércio, cujas mais recentes negociações falharam exactamente neste capítulo.

cola ainda representa, não tanto do ponto de vista económico, mas sobretudo pela dimensão territorial que lhe está associada⁸. Dimensão territorial que se mede não só pelo uso do espaço com fins de produção económica agrícola ou florestal, mas também pela crescente disputa entre esse uso do espaço e os usos, económicos ou outros, reivindicados por diversos actores não agrícolas, muitos dos quais nem sequer residem no mundo rural. O rural acaba por ser remetido para a categoria estatística de zonas de baixa densidade demográfica, de predomínio de actividades económicas agrícolas, extractivas ou de industrialização difusa e contando com alguns, poucos, serviços necessários à vida dessas populações e actividades.

Subsistem, no entanto, problemáticas distintas aplicadas a essas zonas, consoante o desenvolvimento económico dos países e do lugar que esses espaços não urbanos assumem para o desenvolvimento das actividades económicas, novas ou velhas, para as novas formas de habitat, frequentemente responsáveis por um crescendo de conflituosidade entre os promotores de usos alternativos e, obviamente, para o imaginário social das populações urbanizadas.

Nos países industrializados, depois do fortíssimo êxodo agrícola e rural, com a conseqüente concentração da população nas zonas urbanas e suburbanas, assiste-se em muitos lugares à revitalização das zonas rurais, sobretudo as que têm qualquer característica apelativa para atrair de novo as populações, seja para residência secundária e aproveitamento turístico seja como primeira residência, tirando partido da possibilidade de desenvolvimento de trabalho à distância que a revolução tecnológica veio tornar possível. Características apelativas que variam muito de lugar para lugar e de país para país, dependendo, fortemente, do grau de riqueza das populações e das condições existentes, nomeadamente: da paisagem natural ou construída; da qualidade ambiental, isto é, da riqueza e diversidade da fauna e flora, em suma do que se pode considerar abrangido pela noção de património; da proximidade às cidades e dos esforços de investimento realizados, nomeadamente em bens públicos que melhoram as acessibilidades e dão a garantia de serviços mínimos de proximidade.

Porém, nos países pobres, ou mesmo em certas zonas dos países ricos, os patamares mínimos desses parâmetros não são simples de atingir, continuando excessivamente dependentes das actividades tradicionais. Onde a agricultura ou a indústria aí instalada segue sendo viável à luz de uma concorrência cada vez mais globalizada, os níveis populacionais vão-se mantendo

⁸ Longe vão os tempos em que a agricultura unificava o espaço e a sociedade rural, de acordo com a sugestiva formulação de BAPTISTA (1993:31).

ao sabor dos progressos da produtividade do trabalho e da capacidade dos agentes económicos presentes se adaptarem às mudanças competitivas. Nos outros territórios acentua-se a via da marginalização e/ou do abandono.

É assim que deve ser lido o renovar do interesse na promoção do empresariado em geral e do empresariado rural, no actual contexto sócio-económico e ideológico que determinam a estratégia ortodoxa. Todavia, esta estratégia traz em si uma evidente contradição interna que aponta para o insucesso dessas propostas. Por um lado, a necessidade de se adaptar ao ambiente económico global em que as políticas de estruturas são desacreditadas e a contenção das despesas públicas, muitas vezes imposta do exterior⁹, impede o Estado de prestar mais apoios aos espaços rurais, mesmo aqueles que têm sido considerados como fazendo parte das zonas desfavorecidas¹⁰. Por outro lado, o enviesamento ideológico que leva a privilegiar a promoção do empresário rural enquanto pessoa física singular, acaba por limitar, extraordinariamente, o alcance da dinâmica que se pretende iniciar.

É que, de facto, por mais incentivos que tenham, não é claro que empresários inovadores, no sentido schumpeteriano, possam vir a interessar-se pelas zonas rurais mais desfavorecidas a não ser quando, por qualquer razão, estas encerrem um potencial de exploração que, normalmente, só os empresários schumpeterianos são capazes de reconhecer. Mas, nestes casos, não serão necessárias políticas de favorecimento, quando muito medidas de política que permitam evitar entraves burocráticos injustificados ao desenvolvimento dessas iniciativas¹¹. À evidência empírica, sublinhada por ROMER (1994), de que o sentido dos movimentos do capital humano se faz de onde a procura não existe, como nas zonas desfavorecidas, para onde abunda, pode juntar-se a constatação de que os empresários de sucesso, oriundos das zonas desfavorecidas, não foi nelas que se evidenciaram, nem é nelas que centram a sua actividade empresarial. Mas também o mero raciocínio lógico aponta no mesmo sentido. Se, por definição, o empresário schumpeteriano é alguém ambicioso, criador e inovador, não se compreende que auto-limite as suas expectativas, instalando-se ou centrando a sua actividade em zonas rurais desfavorecidas onde as possibilidades de expansão dos negócios são, por definição, escassas. As excepções podem existir quando, como se disse acima, as zonas desfavorecidas encerrem potencialidades de negócios que só espe-

⁹ Resultado da crise fiscal do Estado e da tirania financeira inerentes à globalização (MOREIRA, 2001).

¹⁰ Há que reconhecer que não é politicamente simples o *trade-off* necessário de diminuir os apoios à agricultura e aumentá-los às zonas rurais desfavorecidas que, por definição, não estão nas melhores condições de visibilidade e reivindicação junto dos poderes públicos.

¹¹ Como o exemplo do aproveitamento turístico do Douro iniciado com os cruzeiros pelo rio.

ram o empresário inovador schumpeteriano para se desenvolver, todavia, essas situações, configurando casos em que a potencialidade de negócios permanece ignorada por muito tempo, certamente que constituem a exceção e não a regra.

O panorama usual dessas zonas é, infelizmente, pouco optimista; ali apenas se instalam ou se mantêm em actividade os donos de negócios, cuja formação decorre essencialmente da experiência de trabalho passado, acomodados a rotinas e pouco ambiciosos que, embora empresários como categoria estatística, estão nos antípodas da ideia de empresário schumpeteriano¹².

Então como conseguir promover iniciativas empresariais nessas zonas, capazes de dinamizar a respectiva economia, parando e invertendo o caminho da marginalidade? Se os empresários individuais não aparecem, não haverá outras alternativas?

A resposta a estas interrogações passa por reconhecer que a dinamização das zonas rurais mais desfavorecidas, repulsivas para o capital humano, exige iniciativas empresariais inovadoras, mas não pode ficar à espera do mítico empresário providencial que a lógica e a evidência empírica mostram que só em casos muito especiais se poderá interessar por essas zonas. Sair desse círculo vicioso exige apostar numa via alternativa em que os incentivos sejam dirigidos para o aparecimento de iniciativas que passam pela promoção da função empresarial necessária, seja quem for que a corporize e não se esgotem na vã procura do empresário providencial. Isto é, o que importa é que funções empresariais necessárias para a vida económica e social dessas zonas sejam realizáveis, sem estar dependentes do filtro empresarial individual que só avança se as expectativas forem favoráveis.

E, de facto, há inúmeras actividades que a vida em sociedade no século XXI exige, mas que nunca serão atractivas, porque o mercado é reduzido ou porque a procura solvente é escassa e há também actividades necessárias que, não sendo feitas localmente e em devido tempo, acabam por determinar custos que acabam por ter de ser pagos pela sociedade em geral, o que em rigor se aproxima do conceito de bem público.

Dentro das primeiras basta lembrar aquelas actividades que, quando muito, podem aspirar a gerar reduzidas margem de lucro, pelo que, por muito importantes que sejam para a sociedade local, arriscam-se a que ninguém se interesse por elas, nem mesmo os donos de negócios, agravando-se a qualidade de vida das populações e, conseqüentemente, contribuindo para o aprofundar da marginalização. Quando, nos casos mais optimistas, essas activi-

¹² Situação encontrada na Serra Algarvia no estudo EMASE acima referido (MOREIRA e CALDAS 2000).

dades são asseguradas por donos de negócios, o mais certo é que se trate de situações no limite da rentabilidade, as mais das vezes regidas por uma lógica de sobrevivência familiar e que tenderão a ser eliminadas, quanto mais não seja na passagem das gerações. De facto, nem a capacidade do dono de negócio, nem as condições estruturais do meio envolvente, são de molde a permitir-lhe adoptar as estratégias inovadoras para conseguir um salto positivo no seu negócio.

Das outras, o exemplo da prevenção dos fogos rurais é o mais facilmente compreensível. É consensual que a prevenção é mais económica e eficaz do que o combate aos incêndios, nomeadamente através de uma pastorícia dedicada ao controlo da biomassa que, ao acumular-se, aumenta a perigosidade da carga combustível presente nos espaços rurais. E é cada vez mais consensual que os custos do combate, sem a prevenção a montante tendem a ser incomportáveis, com prejuízos para a sociedade como um todo, para os atingidos pelos fogos e mesmo para outras actividades económicas.

Todavia, nas zonas rurais desfavorecidas e não só, tarda a aparecer a função empresarial necessária, inovadora e dinâmica, capaz de levar a cabo uma nova pastorícia dedicada para a prevenção dos fogos rurais. E porquê? Simplesmente porque não há empresários individuais que se interessem por essa função, porque os pastores tradicionais não só conhecem um declínio progressivo como a sua actividade principal é a produção pecuária e não o controlo da biomassa e, sobretudo, porque não surgem iniciativas capazes de ultrapassar esse desinteresse. Em particular, não tem havido acção da parte do Estado ou de qualquer outra instituição, capaz de promover a função empresarial necessária para o desenvolvimento de uma pastorícia inovadora vocacionada para o controlo da biomassa, pelo menos com um alcance territorial significativo.

Resta precisar um último aspecto que interessa à função empresarial nas zonas desfavorecidas e em particular à função empresarial necessária que é o de saber como se repartem os custos envolvidos na respectiva promoção e, sobretudo, ao seu funcionamento em velocidade de cruzeiro.

No caso da função empresarial corrente, é óbvio que é o mercado que deverá remunerar as actividades desenvolvidas aceitando-se a utilização de recursos públicos apenas e tão só na medida em que ajudem a criar as melhores condições possíveis de funcionamento do mercado.

Mas o que dizer das funções empresariais necessárias? Aí a intervenção do Estado tem de ser substancialmente maior: quer contribuindo directa ou indirectamente para que essas funções surjam e ganhem viabili-

dade económica, quer criando condições para que surjam novos mercados que dispensem a intervenção directa do Estado, quer suportando os custos dos bens públicos, no todo ou em parte, quer remunerando as externalidades positivas de algumas actividades económicas ou penalizando as externalidades negativas de muitas outras¹³. Mas talvez não seja de esquecer que haverá situações em que, uma vez instalada uma nova dinâmica económica e empresarial, a função empresarial necessária ganhe mercado e no futuro possa dispensar no todo ou em parte os apoios do Estado. Há assim que reconhecer que, muitas vezes, o que faz falta é o empurrão inicial.

Notas conclusivas

Procurou mostrar-se como num contexto de mudança, em grande parte determinada pela globalização, o interesse teórico e a prática da promoção de iniciativas empresariais tem estado submetida a um enviesamento ideológico, de matriz neoliberal, centrando-se na promoção do empresário individual em detrimento de outras soluções, nomeadamente as de cariz associativo ou cooperativo, ou mesmo da intervenção estatal. Em resultado disso grande parte das medidas de promoção apoiam o empresário enquanto categoria estatística, isto é apoiam indiscriminadamente o empresário schumpeteriano ou o mero dono de negócio sem curar do interesse e rentabilidade da respectiva função empresarial e, sobretudo, ignoram a função empresarial necessária.

Sublinhou-se que esse enviesamento ideológico torna ainda mais gravosa a situação das zonas desfavorecidas, uma vez que estas, pelas suas características, não são de molde a atrair os empresários inovadores necessários para inverter as tendências marginalizadoras.

Defende-se, portanto, a procura de vias alternativas que passam pelo apelo à mobilização das iniciativas locais e pelo empenho decidido dos organismos de Estado, mesmo que seja apenas de forma demonstrativa das potencialidades e limites do exercício das muitas funções empresariais necessárias para a vida em sociedade nessas zonas desfavorecidas¹⁴.

Importa, no entanto, não esquecer a crítica neoliberal sobre as falhas do Estado, pelo que todas as soluções ensaiadas para estimular o aparecimen-

¹³ Intervenção do Estado que aliás é suportada pelas novas teorias de crescimento (GUELLEC e RALLE, 2001).

¹⁴ "Entrepreneurial human capital support policies can only be dealt with at a local and regional level and should be territorially defined, embracing both 'people development' and 'place development' "(SKURAS et al., 2000).

to dessas funções empresariais têm de ser tomadas com toda a transparência e têm de ser sujeitas a escrutínio permanente, nomeadamente no que respeita à forma como os recursos para aí encaminhados são utilizados. Esses cuidados não devem porém significar que a acção do Estado deve ser tolhida por preconceitos ideológicos, mas apenas e tão só que há que ter em atenção a forma como o Estado gasta os recursos que sempre serão escassos.

Em reforço da ideia de que o Estado deve intervir nestas matérias, sublinha-se a necessidade de procurar fazer a contabilidade dos custos induzidos pela ausência do Estado nestas matérias. Não se conhecem estudos sobre esse tipo de avaliação, assim como praticamente não há estudos para a contabilização das externalidades positivas ou negativas, avaliadas de forma territorializada, que o curso normal do capitalismo globalizado fatalmente acarreta. Se apenas uma fracção menor dos recursos gastos em estudos ex-ante de impacte ambiental e económico fosse canalizada para este efeito, estamos certos que os ensinamentos daí tirados levariam a mudanças radicais no sentido das políticas a tomar.

Pelo que só com uma via alternativa se pode caminhar no sentido de um desenvolvimento rural que assente, como defende CAVACO (1999:15), «...na valorização de novas actividades económicas, jogando tanto com novos produtos como com novos serviços. No fundo, trata-se em muitos casos de uma simples diversificação em ramos não inteiramente novos, mas apenas com novas funções e valores, como sucede frequentemente com as artes e os ofícios tradicionais e com as unidades comerciais, de distribuição de bens de consumo corrente ou situadas a montante e a jusante das actividades primárias, outrora dominantes, e em muitos casos em plena crise ou claramente em abandono».

«Na perspectiva da rentabilização da economia local têm pesado essencialmente valores sociais e não económicos, preocupações de protecção ambiental, de preservação da paisagem, das formas de povoamento e dos modos de vida, e não preocupações de sustentabilidade plena das iniciativas e de reprodução dos investimentos, mesmo excluindo a elevada fatia correspondente aos subsídios».

Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, F. O. (1993) - *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*, Fora de Texto, Coimbra.
- BOUCHER, S.; FLYNN, A.; LOWE, P. (1991) - The Politics of Rural Enterprise: A British Case Study, in Whatmore; S. Lowe, P. e Marsden, T. (ed.), *Rural Enterprise. Shifting Perspectives on Small-Scale Production*, David Fulton Publ. Ltd., Londres, pp. 120-140.
- CASSON, M. (2000) - "Entrepreneurship", in Henderson, D. e Neves, J. (ed.), *Enciclopédia de Economia*, Principia, Publicações Universitárias e Científicas S. João do Estoril, Cascais, pp. 713-718.
- CAVACO, C. (1999) - "Apresentação", in CAVACO, C. (ed.), *Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Univ. de Lisboa, Lisboa, pp. 11-19.
- CHANDLER Jr., A. (1992) - "What is a firm? A Historical Perspective", *European Economic Review*, Nº36, North Holland, Elsevier, pp. 483-492.
- GUELLEC, D.; RALLE, P. (2001) - *As Novas Teorias do Crescimento*, Livraria Civilização Editora, Porto. GUERIN, M.; BERTRAND, N. (1999) - "Review of French Literature", EMASE Research Project, CEMAGREF-ENGREF, França (não publicado).
- LOWE, P.; TALBOT, H. (2000) - *Providing Advice and Information in Support of Rural Microbusinesses*, Research Report, Centre for Rural Economy, University of Newcastle Upon Tyne, Newcastle.
- MOREIRA, M. (2001) - *Globalização, Agricultura e Zonas Rurais Desfavorecidas*, Celta, Oeiras.
- MOREIRA, M.; CALDAS, J. C (2000) - "The Difficult Development of Rural Entrepreneurship in Mountain Areas", Comunicação ao X *World Congress of the International Rural Sociology Association*, Rio de Janeiro. (<http://www.isa.utl.pt/files/pub/deasr/docs/ddrema/wg41.pdf>)
- MOREIRA, M. (1984) - *L'Economie et la Politique Laitière au Portugal (1926-1981)*, Thèse de doctorat de troisième cycle, IREP, Université des Sciences Sociales Grenoble II (mimeo).
- PHILLIPSON, J.; GORTON, M.; LASCHEWSKI, L. (2001) - "Connectivity or anonymity? Micro-businesses in the north-east of England", Comunicação ao XIX *Congresso Europeu de Sociologia Rural*, Dijon.
- RODRIK, D. (2006) - "Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion?", Paper prepared for the *Journal of Economic Literature* (capturado na Web em 07 de Julho de 2006: <http://ksghome.har>

vard.edu/~drodrik/Lessons%20of%20the%201990s%20review%20_JEL.pdf).

ROMER, P. (1994) - "The Origins of Endogenous Growth", *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 8, Number 1, Winter, pp. 3-22.

SCHUMPETER, J. (1996) - *Ensaios. Empresários, Inovação, Ciclos de Negócio e Evolução do Capitalismo*, Oeiras, Celta.

SKURAS, D.; MECCHERI, N.; MOREIRA, M.; ROSELL, J.; STATHOPOULOU, S. (2005) - "Entrepreneurial human capital accumulation and the growth of rural businesses: a four country survey in mountainous and lagging areas of the European Union", *Journal of Rural Studies*, nº21, pp. 67-79.

STATHOPOULOU, S. (1999) - *A Review of the Meaning of Entrepreneurship in the American and North European Literature*, EMASE Research Project, Department of Economics, University of Patras, Patras (não publicado).

STIGLITZ, J. (2002) - *Globalization and its discontents*, W.W. Norton & Company, New York.

VEIGA, J. (2005) - *Território e Desenvolvimento Local*, Celta, Oeiras.



Tema 2:

**Permanências e Mudanças nas
Práticas e nos Espaços Turísticos**

Desenvolvimento e Território:

Espaços Rurais Pós-Agrícolas e
Novos Lugares de Turismo e Lazer

Synergies between Territorial Planning and Strategic Management: A prospective analysis ¹

Carlos Costa

Universidade de Aveiro

Dimitrios Buhalis

Universidade de Surrey

Introduction

As most regions around the world try to attract visitors in order to benefit from positive economic impacts, destination planning and development is maturing as a process. International experience has demonstrated that tourism development has followed two major approaches hitherto. On the one side, traditional town planning principles have been adopted for tourism destinations. Public sector organisations at the national, regional or local level have been leading the process, aiming to achieve the best results for local citizens. On the other side, many destinations have observed the development on tourism, driven by the strategic management objectives of tourism organisations. In this case, private enterprises have led development and have negotiated with the public sector for providing infrastructure and creating a favourable business environment. Although these models were perhaps appropriate for the needs of the 1970s and 1980s, a number of emerging challenges require much more agile and comprehensive approaches to tourism planning.

A number of dynamic changes in the marketplace change planning realities. Host populations are increasingly involved and require return for resources utilised and a long term benefit from their resources. There is a strong drive for sustainability, ethics and corporate responsibility even by large companies. Destinations therefore need to optimise their impacts and to utilise their resources in a way that not only provides the ingredients for creating tourism experiences but also contributes to their societies and sustain their future. Increasingly, international tourism becomes really competitive as des-

¹ This paper is part of an on-going joint research work undertaken by Carlos Costa at the Department of Management Studies of the University of Surrey, where he holds the position of Senior Research Fellow, and Dimitrios Buhalis, Reader in the same Department. A developed version of this paper will be submitted to an International Journal in the near future.

tinations around the world compete for visitors. The internet and multi-channel distribution increases transparency and multinational companies increasingly control a great percentage of global tourism. Private sector interests are also seen as integral in the development process and often Public Private Partnerships (PPPs) emerge as a way to finance major projects. Therefore, destination planning and development need to adopt networked and intelligent processes. This paper therefore aims to:

- * Review existing planning and strategic management paradigms
- * Identify trends and explore how they influence the planning process
- * Explore modern models of tourism destination planning and governance that integrate networked and intelligent processes

The paper explores new approaches required for integrated destination planning and strategic management. Planning should not be only a public sector exercise but should aim to achieve sustainable competitive advantages for the region on the long term, ensuring the sustainability of resources and also the involvement of host populations. Clusters of activity and networks of experience creation should manage knowledge and enhance the collective intelligence of regions. Destination Governance should engage people, policies and processes within a comprehensive decisions making framework to optimise outcomes for all stakeholders involved.

Territorial planning vs. strategic management

It is nowadays accepted that tourism planning has emerged after the 1980s as a specialization of town planning (Costa, 2001). Prior to the 1980s it is difficult to talk about tourism planning. Indeed, 'tourism planning' was understood as an activity comprehending two interconnected but separated areas: profit-oriented activities, operated by private sector enterprises concerned with the profitability of their investment in tourist equipments, such as hotels, restaurants, theme parks; and, in an interrelated but also in a different world, physical planning carried out by public sector agencies, focused on the planning of the territory with the objective of achieving a balance between the operation of private and public sector organisations and interests (Heeley, 1981).

The isolation between planners and tourism entrepreneurs may be explained as a result of the premises supporting the classical and rational

planning paradigms that dominated planning theory and practice until the mid-1970s (Faludi, 1978). Classical and rational planning were supported on the conviction that planning was a technical activity, and therefore, ought to be carried out following a logical and deterministic approach. Both believed that planning was a technically neutral activity and, therefore, private sector organisations were supposed to be left out of the process because they could influence decisions in their favour. Such situation was not accepted because the planners' conduct was supposed to follow a 'scientific' and 'neutral' approach.

As new political ideologies started to emerge during the 1970s, in America by the hand of Ronald Reagan and in Europe led by Lady Thatcher; with the expansion of neo-liberalism; and with the movement of the world economy from forms of standardised large scale to differentiated small size production; planning theory and practice entered into a new phase. Instead of looking at private sector as operating in a different sphere, private sector was gradually brought into the planning process. Forms of mix planning involving private and public sector organisations then started to emerge. The creation of Urban Development Corporations (UDCs) and Partnerships soon became a reality in growing numbers of countries, and, as a result of this, classical and rational planning gave stage to forms of deferential planning, that is, forms of planning that take seriously into account the way markets operate and evolve (Bennet and Krebs, 1991). Leverage and negotiating planning are amongst the new planning forms that emerged in the town planning theory and practice after the 1980s (Brindley *et al.*, 1989).

The evolution of territorial planning in the tourism sector took place at a time when profound transformations were operated in the tourism industry. Tourism experienced rapid growth during the 1960s and 1970s. The physical, economic and social reality and organisation of a number of tourist destinations, by this time mostly located in the Mediterranean and in the Caribbean, were dramatically changed. Literature published in the area demonstrates clearly that the promising and flourishing tourism industry that emerged in a number of countries, and that lured governments into this new and alternative source of social and economic development, was also responsible for the introduction of a number of negative impacts at a number of destinations, and in particular at those located along the coastline and at ecologically sensitive rural and protected areas (Mathieson and Wall, 1982; De Kadt, 1979; Pearce, 1989).

The report published by WTO in 1980, which discusses the way the

tourism industry expanded in the world during this period (WTO, 1980), is amongst the most remarkable publications ever published in the area up to the 1980s, because it brings evidence of the way tourism destinations flourished and developed in the early days of mass tourism. The report created awareness about the negative impacts generated by tourism and prompted strong reaction in the tourism academia. It demonstrated that most tourism developments were responsible for introducing negative impacts and also that most of them failed to boost forms of balanced and sustainable growth. The report also demonstrates that while there was no doubt that governments were keen to support tourism because of the potential economic benefits arising from the operation of the tourism industry, it also brought to the day light solid evidence that most developments were impacting negatively on the natural environment and disrupting the social fabric and the heritage of local communities. The report goes even further and criticises the quality of the economic benefits generated by tourism, because while the tourism industry was creating direct income and jobs it was, at the same time, disrupting the economic fabric of the local economies by creating seasonal, low paid and non-qualified jobs; by eroding local investment in agriculture and small industries; and by fuelling imports in detriment of the consumption of local productions.

The 1980 WTO report is also particularly critical about the quality of the territorial developments that emerged during this phase. It points out that a number of them were negative because the quality of most constructions was poor, and many of them were launched without proper planning and therefore created urban chaos and fuelled the creation of ribbon developments along the coastline. On the top of that, a number of them were responsible for introducing pressure on the natural resources (soil, water, fauna and flora).

With the progressive fall of classical and rational planning to address problems and with the evidence brought about by the 1980 WTO report, strong pressure was introduced among politicians, entrepreneurs and academics with the objective of creating new approaches capable of matching the need to create quality developments with the objectives of private sector organisations concerned with the fast expansion of tourism and therefore to increase profit rapidly. The tourism planning models that meanwhile emerged combine the idea of creating adjusted planning forms capable of organising the territory, together with the thought of making this alongside private sector's objectives of making profit.

The PASOLP approach developed by Baud-Bovy and Fred Lawson is among the first models designed with the objective of providing an integra-

ted, and sustainable, vision for destinations (Baud-Bovy, 1982). The model brings together the notions of strategic and territorial planning, by stressing that in order to succeed and develop feasible and sustainable products, and create profit, tourism entrepreneurs have to take into account not only the short-term benefits arising from their operation but also their long-run economic, physical and cultural impacts. It is argued in the model that forms of sustainable and integrated tourism may only be achieved when the economics of the tourism industry are properly integrated in the country's structures, in the specificity of the tourism resources, and in the dynamics and trends of the tourism market.

The PASOLP model was published in the same period of Emile De Kadt's *Tourism: Passport to Development* (De Kadt, 1979), and Mathieson and Wall's *Tourism: Economic, Physical and Social impacts* (Mathieson and Wall, 1982). The two later publications are amongst the most popular tourism books ever published in the area and are still used and widely cited by researchers and scholars. Both convey the central idea that tourism is a powerful economic sector as a result of its impact on income, employment, balance-of-payments, investment and development. Notwithstanding, the authors suggest that a successful tourism industry depends, firstly, on whether economic benefits can be sustained in the long-run, and, secondly, on the way entrepreneurs have capacity to create profit without jeopardizing the physical and the social environment that supports the expansion of the tourism industry.

The model developed in Alberta Canada in the 1980s (Gunn, 1988) is also good example of the way tourism planning theory and practice evolved in direction to forms of integrated and sustainable planning. Following the trends that were set on in previous years, the Alberta destination tourism model is underpinned on the premises that the development of sustainable destinations should start right at the beginning with a full and detailed inventorying and analysis of the territory and, only after that, the search for the policy and the marketing strategy. Although considering that policies must be designed alongside an economic strategy responsible for bringing private sector organisations' objectives right into the core of the planning process, the model emphasizes the need to do this according to the physical and social fabric of every destination. Contrary to the criticised planning practices observed at numbers of places, the model stresses that before promoting and marketing their products, destinations ought to support their decisions on technical expertise and on social responsiveness, by bringing local populations into the heart of the planning process. The same sorts of ideas are also conveyed by

Donald Getz's tourism planning framework. The model develops two rigorous parallel planning paths, where the planning of the territory and the strategic planning envisaged by private sector organisations are viewed within two interconnected systems that interact with each other (Getz, 1986).

The planning orientation introduced in the 1980s was continued and expanded during the 1990s. Edward Inskeep's model (Inskeep, 1991) is good example of that evolution since he advances a tourism planning proposal where the central concern goes to the planning and management of the physical, social and economic assets of the destination. Accordingly, his schematic representation places territorial planning right in the core of the model. Although considering that the economic and environmental portfolio of a destination determines the capacity to lure tourists and achieve forms of sustainable growth, the model is also clear in transmitting the idea that destinations must create a planned 'superstructure', consisting of accommodation, transportation, infrastructure and facilities, that will enable destinations to make the best use of their internal resources.

In parallel to the tourism planning rational developed in the previous decades, Inskeep's model brings in the idea that the planning of the tourism sector should also comprehend, what he labels, the 'institutional elements', that is public and private sector organisations responsible for setting the vision and managing the way tourism expands. This idea has progressively found echo in literature giving origin to the concept of 'governance', which has become very popular after the mid-1990s. The need to govern destinations has become accepted, and fashionable in tourism policies and literature, since it started to be observed that successful destinations depend on the way territorial planning and private sector vision is become part of the same business.

The tourism models published in the early 2000s continued to follow similar trends. The believe that tourism resources ought to be planned and managed in an interconnected and comprehensive way in order to create forms of sustainable and competitive tourism is also the central argument of the model developed in 2003 by Ritchie and Crouch (2003). They incorporate the ideas brought into tourism in previous decades by arguing that tourism is to be planned in close articulation between core resources and attractions, and what they coin as 'the supporting factors'. Moreover, the model suggests that the management of a destination depends on the way it is planned, a proper policy is developed and also on the way several called 'qualifying' and 'amplifying' determinants are considered, such as carrying capacity, safety and security, interdependencies, image, etc.

From the beginning of the 1980s until the mid-2000 tourism models built up the idea that planning has to be supported on technical and rational rigour that has to be brought together with the private sector's availability and capacity to invest. Policies ought to be designed in a way in which entrepreneurs find their way to profit but also in strict accordance with the territory, within partnerships involving private and public sector organisations.

Emerging dynamics in the tourism sector

The approximation between the objectives envisaged by private sector organisations and the need to set up effective forms of territorial planning is becoming the cornerstone of the whole tourism planning process. Moreover, it is growingly recognised that territorial planning may provide entrepreneurs not only the key for sustainable growth but also the differentiating factors that may fuel their capacity to compete in an increasingly global world.

The world is becoming borderless, and the movement of goods and people nowadays takes place in spite of geography, culture, and regimes. Very surprisingly, or not, the world's most dynamic economic area is China, a formerly impermeable and well protected economy and society. The movement of people all around the world is also a new reality that is changing the pace of life and the mentalities around the world. Technology boosts the capacity for people to travel from one place to another. Faster, cheaper, and more comfortable virtual and real communications encourage people to consume distant places and products. A better off world population, the advances brought about by new technologies and the new world economic order, growingly based on delocalised enterprises that migrate in search of economic advantages arising from cheaper and skilled labour, boost people to move from one place to another. It is foreseen that the number of international travellers will more than double in just 15 years, by reaching the impressive figure of 1.6 billion international arrivals by the year 2020. Tourism is already the first, and will strength its leading position, as the world's largest industry.

The emerging tourism market is, nevertheless, becoming rather more sophisticated than the mass tourism phenomenon that emerged in the 1950s and 1960s. By this time, the business of mass tourism was mostly made of airlines, tour operators, and travel agencies operating in generating countries, and hotels, restaurants, and a handful of entertainments at destinations. The business of tourism was then dominated by hotel operations at seaside and ski regions. Leisure activities included a handful of events to entertain tourists,

and were mostly run by public sector organisations.

The emerging tourism industry of the beginning of the twentieth first century is rather different from the leisure tourism industry of previous decades (Buhalis and Costa, 2006a; Buhalis and Costa, 2006b). Some of the most important sources of tourism growth are coming from travellers whose first motivation is not linked to the 'classical' leisure market. A large slice of today's growth comes from managers and staff travelling around the world, because industries are migrating in search of preferential locations; from salesmen marketing and promoting their products; from academic mobility programmes involving scientists and students; from people of all ages looking for healthier and revitalizing periods of life; from the need to run away from routines, and to catch up the time lost in daily routines, at refreshing atmospheres. And while travelling for business, professional and healthier purposes, people look to get engaged in activities in order to make their travelling more pleasant, rewarding and meaning good value for money. The pushing tendency is then to bring travel, work and leisure together into the same business.

From an academic and managerial point of view this means that the organic perspectives that place tourism and work within different spheres of analysis (Boniface and Cooper, 1994), will be challenged because they are becoming too short to explain the new emerging networked tourism phenomenon. The return of the holistic approaches will then become inevitable because work and leisure will have to be considered in an interconnected way. While a few decades ago leisure and work time were pacifically split into two different worlds (WTO, 1983), the emerging tendency for addressing work and leisure together will emerge, because their borders are fading.

Three main issues will assume growing importance for the strategic management envisaged by the tourism industry and for territorial planning. From a geographic point of view the concept of destination will evolve from the 'classical' concept of 'tourism regions' to the concept of 'new tourist spaces'. The concept of tourism region is better applicable to leisure destinations where tourists find a large quantity and a wide range of tourism facilities and amenities. Such regions are characterised by strong concentration of tourism activities and low levels of other economic activities (industry, agriculture, and non-tourist services). As tourism spreads in direction to other markets and is fuelled by different motivations, it gradually will 'invade' other economic and functional spaces. Cities, industrial areas, health units, knowledge and research centres will emerge as 'new' honey-pots even if their primary function is not concerned with 'leisure. Notwithstanding, and in face of new busi-

ness opportunities, such places will start taking advantage of these opportunities, namely because they record industrial decline, job losses, and reduction of the quality of life of the local population. Therefore, the pressure for bringing the planning of leisure facilities alongside town planning will increase significantly. In face of shrinking budgets, public sector organizations also ought to find alternative ways of paying the bill to improve the living conditions of the local populations, and the new investment made by private sector organisations in leisure facilities and equipments is certainly be welcome as good alternative.

From an economic point of view the implication of the new tendencies is significant. Since several economic non-tourist activities will be the engine of a major source of tourism growth in future, the tourism industry will spread its operation in direction to the emerging sources of business. The leisure industry will be responsible for permeating and turning work travelling more relaxing and rewarding. Work experiences will be wrapped-up in leisure atmospheres, making the border between work and leisure less perceptible. Work travellers will be targeted to go out and stay longer during their journeys. The economics and the geography of tourism will then comprise tourism spaces where work takes place plus leisure areas, made of leisure activities at the work place plus tourism destinations that will capture tourists from their working places.

A third inter-related dimension of future tourism comprises the need to make the economic systems more efficient and effective. The notion that destinations have a carrying capacity that should not be overtaken, otherwise their sustainability may be put at risk, will push destinations to make a better use of their 'clients' instead of attracting more and more tourists, which also, costs more in infrastructure and equipment. A growing awareness that the business of tourism is generated by direct but also by indirect and induced economic impacts, will push businesses to interconnect more intensively and increase their business through trade-offs operated within the local economic basis.

Emerging trends in tourism planning

The new dynamics experienced by the tourism industry will push tourism planning into new horizons. While in the economic structure of the world's economy prevail some large and vast numbers of medium and small size enterprises, this situation is even more evident in the tourism sector.

About 95% of the accommodation and food sector is classified as small business, employing 9 or less employees (Buhalis and Peters, 2006). If to this situation one could include enterprises operating in the leisure and entertainment areas, for those there is no reliable information available, such as eco, cultural and sports business, the proportion of small and micro business would increase dramatically.

While small and medium size tourism enterprises have their own advantages, in terms of flexibility, adaptability, adjustment to niche markets, etc, it is also a matter of fact that they demonstrate a number of critical shortcomings. High operation costs, instability, mortality rates, and small capacity to grow and to innovate are amongst the shortcomings that dominate the operation of large numbers of SMETs. Not surprisingly, research conducted in the area unveils that SMETs' main objectives are to grow, to expand their businesses and to become more stable (CE, 2002; Costa, 2005). In spite of the reality demonstrating that tourism business comprises a large number of micro, small and medium enterprises, the tendency is for them to get integrated in larger and more stable structures. Small businesses seek to increase their economic and administrative liaisons in the way of formal and informal agreements. Dynamics of amalgamation, horizontal and vertical integration, partnerships and networks are then on the top of the operation of large numbers of SMETs.

Public-private partnerships (PPPs) and networks are amongst the most often organisational structures sought by small size tourism businesses to expand their operation, and, not surprisingly, they have attracted the attention of a number of tourism researchers since the mid 1990s. Among others, Bramwell (2006), Jamal and Jamrozny (2006) and Costa (1996) demonstrate that there is a tendency for business, public sector and non-profit organisations to join together under the umbrella of informal and formal structures to strength their relationships and increase the exchange of information, goods, products and knowledge. By doing so, firms and organisations increase their capacity to access to markets, funding, expand the sales volume, and augment their capacity to lobby governments and other organisations and turn decisions in their favour.

The tendency for SMETs to associate and create more stable and profitable structures is also emerging as a result of the world's globalisation. With the fall of the world's frontiers, there is a steady trend for businesses to exchange products and seek for clients all around the world (Go and Klooster, 2006). The increasing easy way in which nowadays people and goods move

across the countries' borders, is pushing economic structures into new challenges. Large world economic areas, such as America, Europe, and Asia compete fiercely with each other. At regional and local levels, entrepreneurs expand their business, associate with each other and build local and regional economies that challenge the prominence of the nations. The new world's economy is regional, is made of a constellation of businesses, interests and organisations, cooperate locally and compete openly worldwide (Ohmae, 2001).

The growing awareness of these tendencies is pushing public sector tourism organisations to evolve in direction to new organisational structures. The new emerging tourism organisations seek to bring together tourism stakeholders with the objective of increasing their business transactions, and provide them more stability, vision and strategic orientation. They are set up with clear common business and organisational interests and therefore their mission follows a product and economic rationale rather than administrative and bureaucratic purposes. While seeking to become more competitive and profitable they create and develop knowledge about their own resources, capacities, and customers. These knowledgeable, learning and creative organisations tend to set up their policies supported on technical capacity and on rigorous tourism indicators (WTO, 2004), and are supported by dynamic and successful Tourism Observatories (Massieu, 2006).

The tendency towards the creation of regional level networks is prompting the creation of products that will be dominated by their novelty, diversity but also by their capacity to offer multiple, diverse and integrated resources. Numbers of tourism products will be more fashionable and attractive not necessarily because they are new but because they combine different resources and assemble them together into a new blend of experiences. The new emerging tourism industry is underpinned on the belief that a successful tourism industry conveys unforgettable experiences that must leave landmarks in the tourists' mind, and ought to leave a clear marketing position in relation to competitors. The achievement of this position depends very much on the art of the experience economy to design such products and on the ability of relational marketing to create remarkable brands.

The emergence of 'land-mark brands' will be very much linked with the creation of tourism networked economies. In the tourism sector the territory is among the most precious assets that tourism has. The territory is full part of the tourists' consumption process and gives products a very important slice of their differentiation and distinctiveness. The art of designing new products,

new experiences combined with the special features of the territory will determine the capacity of land-mark brands to emerge.

The implications of these new tendencies for tourism are enormous. To start with, the concept of tourism product is migrating from the narrowed perspective in which tourism was seen almost equivalently to the provision of accommodation and food, to a broader and more integrated perspective in which tourism is made of a wide constellation of products and services that include accommodation, food and beverages, transportation, tour operators and travel agencies, rent-a-car, leisure and recreation services, and cultural services that are consumed at a given place. The future tourism industry comprises the hotel operations of previous decades and an animated and inter-related network of leisure services and products. From an economic point of view this new networked tourism industry may be encircled by the supply side tourism definitions launched recently under the umbrella of the WTO Tourism Satellite Accounts.

Secondly, it should be expected that the economic and information transactions within the network will not take place with no order, sequence and hierarchy. Conversely, tourism networked products ought to be offered with proper sequence. Business networks demand legibility, visibility, organisation, coordination and leadership. Therefore, the 'new' hierarchies and the new tourism brands must be underpinned on the most visible, prominent, central, and more influent tourism products and services.

Thirdly, tourism business networks must be set up in close association with the territory. Contrary to manufacturing products which are comparable among each other and may be produced and consumed at any place, the characteristics of tourism products depend very much on the place where they are consumed. Tourism is about destinations. The tourism product comprises physical, social and cultural settings, whose success depends on the superstructure set up to manage and sell them. This superstructure includes the efficiency of the economic structure, which includes products and services included in the WTO Tourism Satellite Accounts, to which it is necessary to add the quality of the foundation on which tourism networks operate, i.e., infrastructure, equipment and facilities, and the effectiveness of the common strategic guidance designed for all enterprises and organisations (governance).

The idea of networking and clustering the development process (Breda *et al.*, 2006) and therefore of creating organised tourism clusters capable of gaining competitive advantages, innovating and learning how to adapt in

future in face of changing circumstances is becoming the cornerstone of the tourism industry. Tourism clusters build up their competitive advantages on efficient and effective business and organisational networks that join together at a given territory. The territory bring accrued importance to the competitive advantages gained by networks since the success and the quality of the tourism industry depends on the way organisations demonstrate capacity to explore without jeopardizing it, and also on the special features of the territory that makes products distinctive and unique and give clients the motivation to go there.

The way organisations link together to make the best use of the territory and of their internal linkages is providing policy-makers new orientations for regional policy. In face of less interventionist policies, of a shrinking state supported on increasingly smaller budgets, public sector policies ought to be put into practice in different ways. Regional organisations are increasingly aware that development can no longer be set on by national public investment. In order to grow and succeed regions must find their way through by making the best use of the local investment availability. Destinations will succeed provided that investment is oriented towards the best socioeconomic and innovative sectors and shows capacity to gear internal value chains. Direct, indirect and induced investment must have the capacity to increase the internal economic liaisons of the destinations. Investment has to make the 'poles' grow, and gradually to spill over and export investment and induce innovation to other parts of the territory. Successful regions will be those that build up internal conditions to export and ensure forms of sustained and sustainable growth. (Armstrong and Taylor, 2000; Costa, 2006)

Linking strategic management and territorial planning: an approach forward?

The foundations of the new tourism industry

It is foreseen that the number of international arrivals will more than double by 2020. Thought, that does not necessarily mean that all destinations will benefit evenly from this world's tourism growth. Competitiveness is increasing fiercely and even well established destinations may expect decline if they do not adjust to the emerging world's market trends and do not manage properly their own resources. Tourism is changing rapidly. The idea that destinations have to build up internal cohesion and economic linkages, aug-

ment their competitiveness, export and assume themselves as strategic clusters is assuming centre-stage in the new regional economic policies and is also becoming a central cornerstone of tomorrow's tourism (Rosenthal and Strange, 2001).

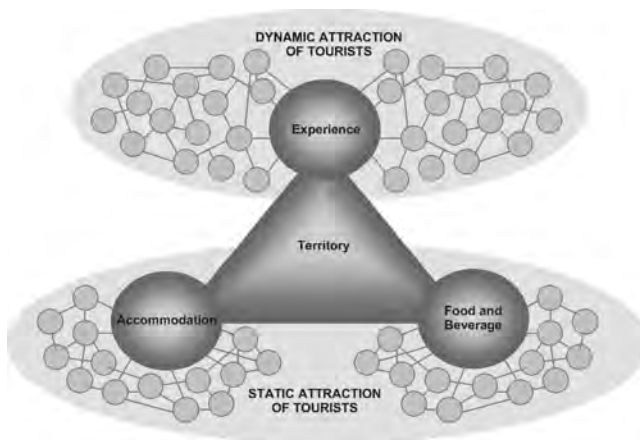
A significant share of the expansion of the world's tourism market will result from the growth of the holidays' market, and will follow similar patterns of previous decades. More holidays' travelling will come from the improvement of the living conditions and from the expansion of free time in developed economies. The international holidays' market will besides be boosted by the opening out of outbound tourism in regions where nowadays international tourism is booming such as in China and India (Cooper, 2006). The holiday market will prompt the expansion and the emergence of tourist resorts located along the coastline and at ski resorts. There is also a tendency for the holiday market to be strengthened by its enlargement towards destinations located at rural areas, national parks, and mountain regions, and by the expansion of residential tourism.

The growth of tourism will also be fuelled by growing numbers of travellers moving around the world with professional motives. Business, scientific, academic, sports, and health will be among the central motivations that will stimulate the entrance of 'new' travellers into the tourism industry. The new work travellers will have as major destinations cities, industrial and health areas. They will become one of the central engines of future tourism industry because they will introduce pressure for the introduction of leisure facilities and products at non-traditional tourist destinations. The leisure industry will then increasingly spread towards professional events with the aim of making the worker travellers' experiences pleasant and notable. The leisure industry will hence permeate the work place and the holistic approaches of the tourism industry will return and will assume growing importance for the tourism sector.

While inheriting the economic spine of its origins, the tourism industry will adjust to new realities. It may be expected that transportation, accommodation and food and beverages will continue to absorb the largest slice of the tourists' spending and therefore will continue to attract the largest share of investors. Nevertheless, new critical factors will determine the propensity for tourists to travel and choose destinations. Both for the holiday market and for the work travelling the leisure industry will assume centre-stage in determining the success of a destination and will become the central reason why tourists choose a given destination.

Successful destinations will then be those with capacity to stage diverse, quality, unique and authentic experiences. Leisure events ought to be staged in a chain of well coordinated leisure opportunities, supported on quality experiences and placed at unique and memorable settings. The tourism product will be made of professional leisure events offered within environments and staged at territories that will make them distinctive and memorable. Destinations' success will depend on their capacity to offer distinctive, diverse and rewarding leisure events. The experience industry will become the 'dynamic element' of the tourism sector responsible for attracting tourists into the area, while the accommodation and the food and beverage sectors will assume the role of 'static element' responsible for providing quality setting within which experiences will take place (Figure 1).

Figure 1 – The dynamics of the attraction of tourist flows



Territorial-based business

The critical importance played by the experience industry to make holiday destinations notable and to determine why travellers choose a place, will drive the planning and the management of the tourism industry towards new approaches. The articulation between the success of the 'dynamic element' that makes tourists choose a destination, and the 'static element' that supports and qualifies the stay, will demand greater coordination between both.

Decades ago the planning and management of tourism comprehended two different and isolated worlds. On one side tourism businesses focus-

ing their operation on the economic benefits arising from the direct management of equipments and facilities such as hotels, restaurants, theme parks, etc. On the other hand, the public sector seeking to put into practice a policy aimed at protecting the public interest. While in theory both were seeking the same objectives (the 'best' for the tourism industry), both conflicted with each other because individual profit may conflict and may be gained at the expense of public interest. Economic advantage and competitive position may be reached when individual businesses use for their own benefit and do not incorporate as costs non-priced goods. When that happens individual businesses may gain unfair economic advantage, at the expense of public interest. Situations where the planning, zoning, licensing, and over-exploitation of resources are not properly taken into account, namely by not following cost-benefit analysis but rather an individual point of view are example of that. Such situations lead to the generation of individual short-term economic benefits but contribute to jeopardize the environment and to the long run viability and the failure of tourism destinations.

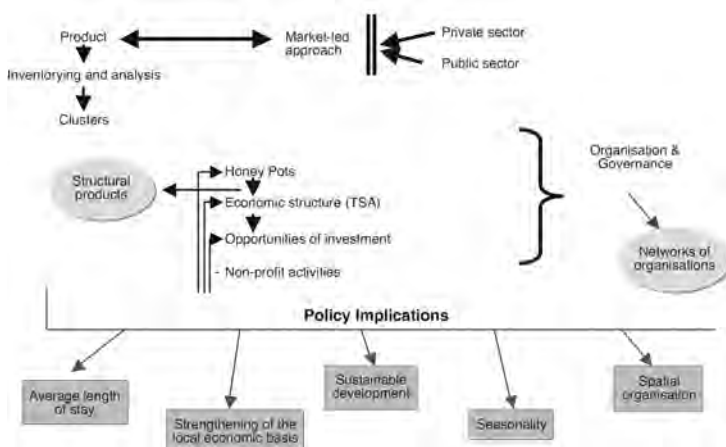
The awareness that individual business' success incorporates the notion of common economic achievement, and also that implies deference to the supporting territory, is creating the bridge between networks and territories and is providing guidance for what sustainable tourism should be all about. The evidence that strategic planning must be brought together with territorial planning implies that the economics of the tourism industry must be interconnected with the territory. The search and the design of tourism products ought to follow a rationale that aims at creating feasible and sustainable products for the short and long term.

In an open and fiercely competitive market the design of products must be supported on the idea that they have to be economically feasible and viable. This notion implies that even public sector policy ought to be geared towards the leverage of the tourism industry, and help private sector to gain competitive advantage. Viable and competitive products are those which find customers willing to buy them, satisfy their preferences and are recommended to friends and relatives (Figure 2).

Tourism products are becoming more sophisticated and complex. They must be supported on quality and good value for money accommodation and food & beverages. Thought, they must be designed by incorporating the variety and uniqueness of the assets of the destinations. This requires deeper, more careful and sophisticated inventorying and analysis of the products and services destinations may offer. Technically supported and knowledgeable

analyses bring destinations the capacity to be fully aware of their internal resources, strengths and weaknesses. The return of wise technical analysis will allow destinations to evaluate the quantity and quality of their resources and define scenarios about how to gain competitive position in the world tourism market. Comprehensive knowledge of resources and rich analysis of the competitive world will prompt destinations to be aware of what honey-pots they should create in order to attract customers.

Figure 2 – The creation of tourism clusters: a “product-oriented” approach



Products’ organisation implies full knowledge of the network of organisations and products available at the destination. Sociometric analyses allow identifying the number, intensity and quality of the communications established among the actors in the network. It brings knowledge about the way economic and non-material transactions are established among actors, and therefore unveil the way organisations trade off and information flows. The understanding of the way actors are positioned and interact with each other in the network provide managers with information about the way economic and communication links may be strengthen in the group and formal networks may be created supported on real informal relationships.

The creation of tourism clusters following this ‘product-oriented approach’, and not the traditional ‘administrative-oriented approach’ set up according to political and administrative reasons, and for those evidence shows that are collapsing all around the world (Seri, 2003), give destination

the capacity to increase their interconnectedness, speed up the internal flow of business and information, and augment their competitive capacity. This approach provides places with the capacity to create strategic clusters, and bring them an accrued advantage of becoming self-learning and innovative. This approach also makes that common tourism issues such as how to make the industry less seasonal, how to spread tourist loads on the territory and how to increase tourists' average length of stay, tend to occur as a consequence of the way destinations are organised rather than intentions and principles that are set up from a theoretical point of view and that very often do not materialise.

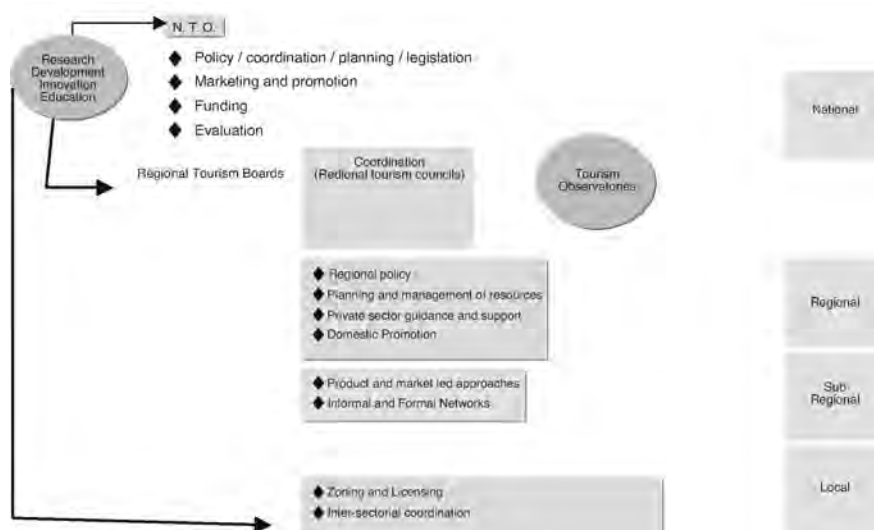
The idea that networks offer tourism sector great potential for the future because they push it towards cohesive clusters, reduce fragmentation and make destinations more competitive, also imply that greater levels of coordination ought to be achieved. Contrary to the top-down and hierarchic organisations, networks are decentralised, have multiple centres of decision and are geared by skilled manpower that have a word to say on the decisions that are to be taken. Tourism networks require greater levels of coordination. In order to succeed destinations need more coordination and governance. The organisational structures required by product-led tourism clusters must have the capacity to manage the fragmented interests involved in the tourism industry, and ensure that their location on the territory is made in a way that organisations do not jeopardise it and also that the territory contributes to the sense of differentiation and uniqueness of the tourism products. The governance required by tourism clusters must not be set up away from red-tape and heavy and bureaucratic legislative frameworks. It depends on the nature, size and characteristics of the destination as well as on the customers' profiles and goals. From a legislative point of view the governance required by tourism clusters implies broader frameworks that provide tourism actors the flexibility they need to take decisions, and give them flexibility to design and promote their products (Figure 3).

From an organisational point of view this implies that the sub-regional level should be left for private and public sector organisations to create their own product-led tourism clusters. Legislation regulating the sub-regional level should then be very flexible, in order to allow tourism actors to set up freely tourism agencies in accordance with the characteristics of the products they are dealing with, their investment capacities and their own art and vision for the tourism industry.

Similarly to the flexibility which has been introduced for the creation

of Industrial Districts (IDs) in Italy (Tappi, 2003), the new sub-regional and product-oriented tourism agencies should be contained in spaces where the amount and the quality of the tourism products provide tourism sector competitive advantages and systematic features (Porter, 1990).

Figure 3 – Organization of the tourism sector



The new product-oriented tourism agencies ought to be in a position of being governed by Territorial Competition Policies (TCPs) underpinned on 'relational capital' of the agglomeration (Cheshire and Magrini, 1999). TCPs Governance is largely held by private sector organisations, and public agents must extract this knowledge, combine it and use it in order to devise and implement projects.

Following this rationale it means that the operation of national level tourism organisations should be circumscribed to set up national guidance, coordination, regulation, funding, promotion and evaluation of the tourism industry. Complementarily, regional level organisations should be responsible for translating national policies into the specificity of each region, and establish large areas where and how the tourism industry may operate.

Conversely, the role played by local authorities in the tourism sector has to be increased. It is at the local level that the zoning, the licensing and the horizontal coordination between the tourism sector and the planning of all other activities takes place. Bearing in mind the capacity of tourism to promote

investment in leisure activities that may contribute to the improvement of the living conditions of the local population, and also its capacity to attract new investment and create new jobs, this requires that the planning of the tourism sector ought to be more carefully considered alongside the planning activity undertaken at local level.

References

- ARMSTRONG, H.; TAYLOR, J. (2000) - *Regional Economics and Policy*, 3rd ed., Blackwell Publishers, Oxford.
- BAUD-BOVY, M. (1982) - "New Concepts in Planning for Tourism and Recreation", *Tourism Management*, 3(4), pp. 308-313.
- BONIFACE, B. G.; COOPER, C. (1994) - *The Geography of Travel and Tourism*, 2nd ed., Butterworth and Heinmann, Oxford.
- BUHALIS, D.; COSTA, C. (eds.) (2006a) - *Tourism Business Frontiers: Consumers, Products and Industry*, Elsevier, London.
- BUHALIS, D.; COSTA, C. (eds.) (2006b) - *Tourism Management Dynamics: Trends, Management and Tools*, Elsevier, London.
- BUHALIS, D.; PETERS, M. (2006) - "SMEs in Tourism", in Buhalis, D., and Costa, C., (eds.), *Tourism Management Dynamics: Trends, Management and Tools*, ch. 13, Butterworth-Heinemann, London.
- BENNETT, R. J.; KREBS, G. (1991) - *Local Economic Development: Public Partnership Initiation in Britain and Germany*, Belhaven Press, London.
- BRAMWELL, B. (2006) - "Actors, networks and tourism policy", in Buhalis, D. and Costa, C. (eds), *Tourism Management Dynamics: Trends, Management and Tools*, ch. 17, Butterworth-Heinemann, London.
- BREDA, Z.; COSTA, R.; COSTA, C. (2006) - "Do clusters and networks make small places beautiful? The case of Caramulo (Portugal)", in Lazzaretto L. and Petrillo C. S. (eds.), *Tourism Local Systems and Networking*, Elsevier, London, pp. 67-87.
- BRINDLEY, T.; RYDIN, Y.; STOKER, G. (1989) - *Remaking Planning*, Unwin Hyman, London.
- CE (2002) - *PME em Foco: Principais Resultados do Observatório das PMEs Europeias 2002*, Publicações D-G Empresa, Serviço das Publicações Oficiais da Comunidade Europeia, Luxemburgo.
- CHESHIRE, P.; MAGRINI, S. (1999) - "Evidence on the impact of Territorial Competition Policies (TCPs) and the role of transaction costs in conditioning collective (in)action", *Research Papers in Environmental and Spatial Analysis* (57), London School of Economics, London.
- COOPER, C. (2006) - "New and emerging markets", in Buhalis, D. and Costa, C. (eds.), *Tourism Business Frontiers: Consumers, products and industry*, ch. 3, Butterworth-Heinemann, London.
- COSTA, C. M. M. (2006) - "Tourism planning, development and the territory", in Buhalis, D., and Costa, C. (eds.), *Tourism Management Dynamics:*

- Trends, Management and Tools*, ch. 25, Butterworth-Heinemann, London.
- COSTA, C. M. M. (2001) - "An Emerging Tourism Planning Paradigm? A Comparative analysis between town and tourism planning", *The International Journal of Tourism Research*, Vol.3, Nº 6, pp. 425-441.
- COSTA, C. M. M. (1996) - *Towards the Improvement of the Efficiency and Effectiveness of Tourism Planning and Development at the Regional Level: Planning, Organisations and Networks. The Case of Portugal*, University of Surrey, England (Tese de Doutoramento).
- COSTA, R. (2005) - *Avaliação do Potencial de Crescimento e Desenvolvimento das Pequenas e Micro Empresas do Sector do Turismo*, Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro (Tese Mestrado).
- DE KADT, E. (1979) - *Tourism: Passport to Development?*, Oxford University Press, Oxford.
- FALUDI, A. (1978) - *Essays on Planning Theory and Education*, Pergamon, Oxford.
- GETZ, D. (1986) - "Models in Tourism Planning: Towards Integration of Theory and Practice", *Tourism Management*, 7(1), pp. 21-32.
- GO, F.; KLOOSTER, E. (2006) - "Managing globalization", in Buhalis, D. and Costa, C. (eds), *Tourism Management Dynamics: Trends, Management and Tools*, ch. 15, Butterworth-Heinemann, London.
- GRANOVETTER, M. (1985) - "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness", *American Journal of Sociology*, Vol. 91, pp. 481-510.
- GUNN, C. A. (1988) - *Tourism Planning*, 2nd ed., Taylor and Francis, New York.
- HEELEY, J. (1981) - "Planning for Tourism in Britain: An Historical Perspective", in *Town Planning Review*, Vol. 52, Nº 1, pp. 61-79.
- INSKEEP, E. (1991) - *Tourism Planning: An Integrated and Sustainable Development Approach*, Van Nostrand Reinhold, New York.
- JAMAL, T.; JAMROZY, U. (2006) - "Collaborative networks and partnerships for integrated destination management", in Buhalis, D. and Costa, C. (eds.), *Tourism Management Dynamics: Trends, Management and Tools*, ch. 18, Butterworth-Heinemann, London.
- MASSIEU, A. (2006) - "Managing economic impacts, tourism satellite accounts and observatories", in Buhalis, D. and Costa, C., (eds.), *Tourism Management Dynamics: Trends, Management and Tools*, ch. 24, Butterworth-Heinemann, London.

- MATHIESON, A.; Wall, G. (1982) - *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*, Longman, Harlow.
- OHMAE, K. (2001) - *The invisible continent*, HarperCollins, New York.
- PEARCE, D. (1989) - *Tourist Development*, 2nd ed., Longman, Harlow.
- PORTER, M. (1990) - *The Competitive Advantages of Nations*, Macmillan, London.
- RITCHIE, S. R. B.; CROUCH, G. I. (2003) - *The competitive destination: a sustainable tourism policy*, CABI Publishing, Wallingford, UK.
- ROSENTHAL, S. S.; STRANGE, W. C. (2001) - "The determinants of agglomeration", *Journal of Urban Economics*, 50 (2) 191-229.
- SERI, P. (2003) - "Learning pathologies in losing areas: towards a definition of the cognitive obstacles to local development", in Brenner, T. and Fornhl, D., *Cooperation, networks and institutions in regional innovation systems*, Edward Elgar, Cheltenham, p. 128.
- Tappi, D. (2003) - "On the unit of analysis in the study of networks", in Brenner, T. and Fornhl, D., *Cooperation, Networks and Institutions in Regional Innovation Systems*, Edward Elgar, Cheltenham.
- WTO (2004) - *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A Guidebook*, WTO, Madrid.
- WTO (1983) - *Development of Leisure Time and the Right to Holidays*, WTO, Madrid.
- WTO (1980) - *Physical Planning and Area Development for Tourism in the Six WTO Regions 1980*, WTO, Madrid.

Em torno da formação de Recursos Humanos para o Turismo em Portugal

Jorge Umbelino

Ana Paula Pais

Instituto de Formação Turística, INFTUR

O Turismo, um fenómeno diverso

Se há coisa certa em qualquer análise do *fenómeno do turismo* é o diagnóstico da sua diversidade. Diversidade, por exemplo, dos recursos e produtos, das motivações e hábitos da procura, das formas de comercialização e dos contextos económicos, sociais, políticos e tecnológicos que as tornam mais ou menos bem sucedidas. Na verdade, quando falamos do próprio conceito de turismo já podemos estar a dar cobertura a entendimentos diversos, como sugerem as múltiplas definições para ele propostas. A evolução da complexidade do *fenómeno* foi fazendo crescer a sua abrangência; hoje, para que alguém seja considerado turista basta estar fora da sua residência habitual e fazê-lo por um período de tempo e motivação económica que o distinga do comum migrante, independentemente da sua motivação, forma de alojamento ou modalidade de viagem.

Muito embora o *turismo* dependa da apreensão do ambiente (natural e cultural) e também envolva o consumo e a transacção de bens, a essência da actividade é um conjunto de prestações de serviços de informação, transporte, alojamento, alimentação e animação. Ou seja, o que verdadeiramente o caracteriza, valoriza e diferencia é o desempenho dos recursos humanos que lhe dão corpo e/ou suporte, conforme nos focalizemos naquilo a que se usa chamar de emprego directo e indirecto do turismo. Recursos humanos diversos, como é natural, quer os analisemos segundo a natureza das actividades que desempenham, quer das competências que lhes são exigidas, quer ainda dos percursos de formação que tiveram ou deveriam ter tido.

Os recursos humanos do turismo, oportunidades e percursos diversos

Uma vez que este texto se centra na problemática da (diversa) formação de recursos humanos para o turismo em Portugal, importa, antes de mais, reconhecer que esta se estrutura em favor de três grandes eixos (ou

subsectores, ou mesmo sectores, quando se problematiza a partir do *cluster* do lazer e turismo): o **turismo**, em sentido mais restrito (actividades e grupos profissionais ligados à regulação, ao ordenamento, planeamento e gestão, à informação, à distribuição e, crescentemente, à animação); a **hoteleria** (ou o alojamento e serviços conexos, numa acepção mais ampla, na complexidade das suas múltiplas secções, ligadas à gestão, comercialização, recepção, alojamento, alimentos e bebidas); e a **restauração** (incluídos os aspectos ligados à gestão dos estabelecimentos, à produção e ao serviço de alimentos e bebidas). Como segunda nota, esclarece-se que, neste trabalho, sem que isso signifique um desmerecimento da importância da formação ao longo da vida, nos dedicamos apenas aos diversos tipos de formação inicial deste tipo de trabalhadores.

As profissões do turismo incluem muitas pessoas não adstritas à *operação*, como as ligadas à Administração Pública Sectorial, nos seus vários âmbitos territoriais e níveis de responsabilidade/desempenho perante as actividades, como sejam a regulação, o ordenamento e planeamento, a gestão estratégica (incluindo os incentivos ao investimento), a promoção, a formação, a produção e prestação de informação; ainda sem ligação directa à *operação turística*, podemos considerar os profissionais do ensino e investigação e os quadros de empresas que operam no domínio da consultoria a instituições públicas e privadas. Pela natureza destas funções, a esmagadora maioria dos profissionais que as executam têm formação de nível superior, sendo certo que alguns deles a obtiveram em cursos com estrutura curricular dirigida ao sector e outros lhe fizeram uma aproximação a partir de formações mais generalistas, como a Economia/Gestão, o Direito, a Geografia ou a Sociologia.

Ainda no âmbito do *turismo*, mas já com plena ligação à *operação*, consideramos, em primeiro lugar, as profissões ligadas à distribuição – operadores e agentes de viagens, quer os que operam pelos meios convencionais quer os que usam as mais recentes técnicas de comunicação; podemos incluir neste mesmo grupo os profissionais da animação, tanto os que trabalham em meio interior como os que se dedicam às cada vez mais procuradas actividades de recreio ao ar livre, em alguns casos de tipo radical, noutros de simples convivência passiva com a Natureza; por último, se atendermos ao seu desempenho específico e não ao contexto empresarial em que operam, podem ainda ser considerados neste grupo os profissionais de recepção/atendimento que trabalham em unidades de alojamento. Como no grupo anterior de profissões, também estas requerem uma crescente qualificação; tratando-se de desempenhos que envolvem forte incorporação técnica e tecnológica e que

implicam grande envolvimento com o turista, e sendo este cada vez mais exigente, experiente e diversificado nos seus interesses, os profissionais têm de se preparar de forma cuidada, o que faz tender para percursos de formação especializada de nível superior.

O terceiro grupo de profissões que identificamos corresponde à *hotelleria*, com a variedade de desempenhos já antes esboçada. Os hotéis, e mais ainda os grupos hoteleiros, correspondem às maiores e mais complexas empresas do universo do turismo, enquadrando muitos e diversificados profissionais, alguns com habilitação superior e outros apenas operacional; diga-se, contudo, que a crescente ambição de qualidade no desempenho destas empresas leva a uma conseqüente valorização dos profissionais mais habilitados, qualquer que seja o nível da sua inserção na unidade.

Por último, o quarto grupo identifica as profissões da *restauração*. Este é, dentre estes domínios, o que emprega um maior número de profissionais, embora quase sempre em pequenas ou muito pequenas empresas, pouco estruturadas e, com raras excepções de alguns quadros de gestão, envolvendo colaboradores pouco habilitados, sobretudo se a análise incidir sobre a formação escolar.

O quadro 1 faz a síntese dos agrupamentos de profissões que antes identificámos.

Quadro 1 – Tipologia das profissões do turismo, hotelaria e restauração

Grupos de profissões	Enquadramento da actividade	Tipos de funções	Tipos habituais de formação
Turismo, sem ligação directa à operação	Administração Pública do Sector	Regulação, ordenamento e planeamento, gestão estratégica, promoção e informação, formação	Superior
	Ensino e Investigação	Ensino escolar e profissional; investigação pura e aplicada	Superior
	Consultoria especializada	Investimento empresarial; ordenamento e planeamento territorial	Superior
Turismo, com ligação directa à operação	Empresas de distribuição – operadores e agentes de viagens	Concepção e comercialização de produtos turísticos	Superior

	Animação turística	Concepção, comercialização e acompanhamento de acções de animação em ambiente interior e/ou exterior	Tendencialmente de nível superior
	Unidades de alojamento, designadamente hotéis	Recepção e atendimento*	Tendencialmente de nível superior
Hotelaria	Unidades de alojamento, designadamente hotéis	Gestão, comercialização, recepção, alojamento, alimentos e bebidas**	Níveis muito distintos, conforme a natureza da função e o grau hierárquico de responsabilidade, mas com tendência de crescimento
Restauração	Unidades de restauração	Gestão, produção e comercialização de alimentos e bebidas	Níveis muito distintos, conforme a natureza da função e o grau hierárquico de responsabilidade, mas com forte predominância de baixas qualificações

* Inserido neste grupo pela natureza da função; também pode ser enquadrado no grupo da hotelaria, pela natureza do enquadramento empresarial.

** Nesta última função existe uma forte sobreposição com o grupo da restauração, ainda que com as diferenças decorrentes das tipologias de enquadramento empresarial.

A rede de formação de recursos humanos para o turismo em Portugal¹

Como fomos referindo no texto e quadro anteriores, os níveis de qualificação e formação dos profissionais do turismo são bastante distintos – em Portugal como no resto do Mundo, aliás – atenta a natureza das funções e a tipologia das empresas que os enquadram. Do ponto de vista académico, a situação vai desde a total ausência de formação até ao doutoramento², passando pelo mestrado, pós-graduação, licenciatura, bacharelato, ensino secundário e básico. No que respeita à formação profissional, que em parte complementa a (e ela própria se complementa na) formação escolar, a sua

¹ Considerando as dificuldades verificadas na recolha de informação de base, bem como a inconsistência de alguns dados relativos ao Continente e às Regiões Autónomas, tivemos de limitar esta análise ao território de Portugal Continental.

² Seja em área científica própria ou por aproximação temática do trabalho de investigação que lhe é inerente; o mesmo acontece, aliás, com mestrados, pós-graduações ou mesmo licenciaturas.

hierarquização estrutura-se em torno de cinco níveis, assim genericamente caracterizados³:

- Nível 1** – Nível de iniciação às profissões; no caso do turismo, hotelaria e restauração não tem tradução em qualquer forma de qualificação;
- Nível 2** – Nível básico da generalidade das profissões; implica a certificação de 9 anos de escolaridade;
- Nível 3** – Nível de acesso a todos os patamares da generalidade das profissões; implica a certificação de 12 anos de escolaridade;
- Nível 4** – Nível que corresponde a uma qualificação especial dos profissionais, sem implicar acréscimo de certificação escolar;
- Nível 5** – Nível de formação profissional que exige grau académico de nível superior; no caso do turismo, as únicas profissões que exigem tal formação, do ponto de vista normativo, são as de Guia-Intérprete Nacional/Correio de Turismo e Director de Hotel⁴, sem prejuízo de outras também o exigirem, na prática, por via da regulação do mercado de emprego.

A rede de estabelecimentos, cursos e meios disponíveis para a formação dos trabalhadores do *turismo*⁵ tem clara expressão nacional e até, sem prejuízo de algumas concentrações regionais e/ou institucionais, algum equilíbrio na sua distribuição. Assim, no que respeita à formação de nível superior (aqui entendida nos níveis de bacharelato e licenciatura – Nível 5 de Formação Profissional), de cursos de especialização tecnológica (Nível 4 de Formação Profissional) e de cursos profissionais (aqui entendidos no Nível 3

³ Considerar a Decisão do Conselho publicada no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* n.º 199/565, 16/7/1985; para além desta hierarquização dos níveis de formação, deve ainda considerar-se a tipologia de níveis de qualificação constante no Decreto-Lei n.º 121/78, de 2 de Junho.

⁴ Ver Decreto-Lei n.º 59-F/79, de 28 de Dezembro (certificação profissional das profissões de informação turística) e legislação complementar, designadamente a Portaria 26-O/80, de 9 de Janeiro; ver Decreto-Lei n.º 271/82, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 148/2006, de 1 de Agosto (certificação profissional dos Directores, Subdirectores e Assistentes de Direcção de Hotel). Não se confunda a natureza da formação profissional com a possibilidade de aceder, por outras vias (como a equivalência ou a experiência, por vezes acrescida de formação contínua), ao título necessário para exercício de algumas profissões.

⁵ Muito embora, como já afirmámos, se reconheça a presença no turismo de profissionais com formações de origem muito diversas que posteriormente se aproximaram – situação que, em muitos casos, se revela até bastante vantajosa –, a indefinição destas origens leva-nos a ter de restringir esta recolha aos cursos com estrutura curricular dirigida ao sector.

de Formação Profissional e 12^o Ano de Escolaridade)⁶ a situação é a descrita nos quadros 2 a 4.

Quadro 2 – Cursos de formação de nível superior nos domínios do Lazer, Turismo, Hotelaria e Restauração, em Portugal Continental, por NUTS II (2005/2006)**

	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Total
Norte (8)	6	1	4	0	11
Centro (12)	12	2	3	0	17
Lisboa e Vale do Tejo (6)	4	2	7	1	14
Alentejo (2)	3	0	0	0	3
Algarve (2)	2	2	0	0	4
Total	27	7	14	1	49

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Quadro 3 – Cursos de Especialização Tecnológica nos domínios do Lazer, Turismo, Hotelaria e Restauração, em Portugal Continental, por NUTS II (2005/2006)**

	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Total
Norte (8)	2	1	4	2	9
Centro (7)	2	3	3	0	8
Lisboa e Vale do Tejo (2)	0	0	2	0	2
Alentejo (1)	0	0	1	0	1
Algarve (1)	1	1	0	0	2
Total	5	5	10	2	22

Fonte: Ministério da Educação – Direcção-Geral da Formação Vocacional

⁶ Note-se que existem grandes operadores de formação para estes sectores, como o Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar, que operam regularmente para o Nível 2 de formação profissional.

Quadro 4 – Cursos de Qualificação Inicial* e Profissionais nos domínios do Lazer, Turismo, Hotelaria e Restauração, em Portugal Continental, por NUTS II (2005/2006)**

	Tipo 1		Tipo 2		Tipo 3		Tipo 4		Total
	QI	CP	QI	CP	QI	CP	QI	CP	
Norte (27)	0	4	6	1	0	15	0	19	45
Centro (18)	1	2	4	0	0	7	0	12	26
Lisboa e Vale do Tejo (12)	1	1	1	0	0	7	0	11	30
Alentejo (8)	0	2	0	0	0	6	0	6	14
Algarve (3)	1	0	6	0	0	3	0	1	11
Total	3	9	2	1	0	38	0	49	126

Fonte: Ministério da Educação – Direcção-Geral da Formação Vocacional; Instituto de Formação Turística

* A expressão Qualificação Inicial é própria da oferta da rede INFTUR

** Entre parêntesis, em cada uma das NUTS II, o número de concelhos envolvido

Para ajudar à análise integrada desta informação elaborámos também os quadros 5 e 6, onde se relevam, respectivamente, as tipologias de cursos e seus enquadramentos público e privado, por nível de ensino, e a distribuição regional, por NUTS II, do número de escolas/cursos, por níveis de ensino.

Quadro 5 – Tipos de cursos nos domínios do Lazer, Turismo, Hotelaria e Restauração, por nível de ensino, em Portugal Continental (2005/2006)

	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Total
	Ensino Superior	27	7	14	
Cursos de Especialização Tecnológica	5	5	10	2	22
Cursos Profissionais e de Qualificação Inicial	12	27	38	49	126
Total	44	39	62	52	197

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Ministério da Educação – Direcção-Geral da Formação Vocacional; Instituto de Formação Turística

Tipo 1 – Cursos de Lazer/Turismo, em Escolas Públicas

Tipo 2 – Cursos de Hotelaria/Restauração, em Escolas Públicas

Tipo 3 – Cursos de Lazer/Turismo, em Escolas Privadas

Tipo 4 – Cursos de Hotelaria/Restauração, em Escolas Privadas

Quadro 6 – Cursos nos domínios do Lazer, Turismo, Hotelaria e Restauração, por nível de ensino e NUTS II, em Portugal Continental (2005/2006)

	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Total
Ensino Superior	11	17	14	3	4	49
Cursos de Especialização Tecnológica	9	8	2	1	2	22
Cursos Profissionais e de Qualificação Inicial	45	26	30	14	11	126
Total	65	51	46	18	17	197

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Ministério da Educação – Direcção-Geral da Formação Vocacional; Instituto de Formação Turística

Começando pela análise do Quadro 5, verificamos que, ao nível do ensino superior, há uma forte predominância de cursos de Lazer e Turismo – LT (41), em desfavor da Hotelaria e Restauração – HR (8); o subsistema público tem uma representação maioritária (34 cursos, contra 15 do privado), a qual é quase exclusiva para HR. Os CET têm uma expressão reduzida, mas, ainda assim, permitem confirmar a predominância dos cursos de LT face a HR. Ao contrário, os cursos que atribuem certificação escolar do 12^o Ano e profissional de nível 3 têm uma forte incidência do subsistema privado⁷ (87 cursos, contra 39 do público) e uma prevalência da HR face a LT (76 cursos, contra 50).

O quadro 6, referente à distribuição regional destes tipos de formação, revela alguns dados expectáveis e outros mais surpreendentes. Se aceitarmos como pressupostos da oferta/procura deste tipo de cursos a existência de abundante população jovem que os possa frequentar, por um lado, mas também, dada a sua assumida vocação profissionalizante, de um dinamismo empresarial que prometa bons níveis de empregabilidade, nada surpreendem os baixos números apresentados pela Região Alentejo nem o relativo destaque da Região de Lisboa e Vale do Tejo; os valores elevados das Regiões Norte e Centro devem-se muito mais à densidade populacional do que ao emprego que nelas se oferece (os seus 17 CET, num total nacional de 22, são a clara expressão do aproveitamento da continuidade da avultada formação de nível inferior); bastante surpreendente é a escassa oferta verificada na Região Algarve, sobretudo se atendermos à forte indução que o dinamismo empresarial destes sectores poderia proporcionar à oferta de formação.

⁷ Aqui entendido a partir das designadas *Escolas Profissionais*.

Lógica, ou falta dela, na formação de recursos humanos para o turismo, hotelaria e restauração em Portugal

Creemos que não haverá em Portugal quem duvide de que o *turismo* é uma grande, talvez a maior, oportunidade para o País. Para esta conclusão concorrem argumentos de natureza absoluta que favorecem a oferta – como sejam o clima ameno, a beleza e diversidade das paisagens, a quantidade e qualidade do património, a localização europeia, a tradição do mercado e o nível de segurança pública –, mas também outros, de natureza relativa, que decorrem da frágil competitividade internacional da generalidade da nossa economia.

Se o *turismo* é uma grande oportunidade para o País, e sendo este um sector que se caracteriza por uma forte intensidade no uso de mão-de-obra, a única conclusão possível é que **muitos portugueses podem encontrar nesta actividade, hoje como no futuro, o seu caminho profissional**. Mais: a esta conclusão genérica há que acrescentar a grande variedade do trabalho em questão, que envolve diversos níveis de qualificação e abrange estratos tradicionalmente mais desfavorecidos em matéria de emprego, como sejam as mulheres e os jovens. **Mas será que os portugueses acreditam nisso?**

A resposta a esta pergunta é complexa, atenta a subjectividade que lhe é inerente: que o País terá consciência do elevado número de empregos que o *turismo* proporciona – e da boa empregabilidade que ainda pode gerar no futuro – não existirão dúvidas; contudo, já não temos tanta certeza acerca da leitura mais exigente que se poderá fazer desta realidade, seja em matéria de reconhecimento social, seja remuneratória, ainda que, sobretudo em relação a este último aspecto, existam alguns profissionais que atingem patamares de grande destaque. Estamos a pensar, por exemplo, nos cozinheiros, profissão que hoje se reconhece como um misto de técnica, ciência e arte, que não raro atinge relevante protagonismo social, quando não mesmo mediático, e excelentes níveis remuneratórios. Só que o bom exemplo de alguns, ainda que estimulante, não será suficiente para iludir a imagem mais desqualificada que muitos projectam.

Para além das lógicas próprias (mais ou menos conjunturais) dos mercados de trabalho, da maior ou menor abundância e diversidade da oferta e procura de empregos, pesa, talvez demasiado em Portugal, uma imagem desfavorecida deste tipo de profissões, como, aliás, da generalidade daquelas que se ocupam de serviços directos às pessoas. O *segredo* para combater esta difi-

culdade é bem simples de enunciar, mas certamente mais difícil de implementar: em vez de nos concentrarmos no desempenho de cada trabalhador a partir da sua própria (por vezes muito simples) função, devemos antes pensar que cada um faz parte de uma estrutura por vezes complexa e com um objetivo maior, neste caso criar riqueza através da satisfação dos clientes/turistas.

E será que os sistemas de formação de recursos humanos para o turismo, hotelaria e restauração estão logicamente ajustados a esta realidade? A resposta a esta pergunta, ainda que mais objectivável do que a anterior, face à possibilidade de recurso a informação quantitativa, não se pode restringir a um simples sim ou não.

Em primeiro lugar, podemos equacionar uma dúvida de quantidade, isto é, o volume de formação que se executa é o suficiente para as necessidades do País? Face à excelente empregabilidade dos alunos/formandos que escolhem este *sector*, a tendência é para se achar que a formação é ainda insuficiente. Contudo, e ainda sem pôr em causa dúvidas sobre a natureza tipológica do ensino/formação que efectivamente se pratica, é prudente questionar o balanço entre aquilo que são as expectativas de quem emprega e de quem procura emprego depois da formação: haverá ajustamento, expectativa excessiva de quem procura emprego ou, afinal, mais vontade de pagar baixos salários do que de obter qualidade de desempenho por parte de quem emprega? Sem ser possível generalizar, tememos que os dois desajustamentos que admitimos sejam mais frequentes do que o desejável; seja qual for a origem do desajustamento – em cada situação, o empregador que subavalia ou o empregado que se sobrevaloriza – o resultado é igualmente mau para o *sector*, uma vez que representa a perda de oportunidade de aproveitar um trabalhador qualificado.

Mas, para além de uma análise global ao volume de formação, é imperioso questionar a tipologia da formação que se pratica. De facto, é fácil concluir que a formação no subdomínio do turismo é relativamente mais abundante e, em consequência, menos útil à empregabilidade do que a efectuada para o subdomínio da hotelaria e restauração, mais ainda porque este último apresenta maiores necessidades de base.

Por que razões é que, então, os operadores de formação não se ajustam, com maior perfeição, às necessidades do sector? As lógicas que presidem à oferta de ensino/formação nos subsistemas público e privado têm diferentes raízes. Nas escolas privadas, considerada a motivação de lucro que as caracteriza, é de crer que a oferta seja estruturada em função da sua própria procura – os alunos/formandos –, depreendendo-se que estes funda-

mentam a vontade de se prepararem para este sector na convicção da sua própria empregabilidade e expectativa de carreira profissional, em razão das indicações que o mercado de trabalho lhes vai fornecendo. Em tese, portanto, neste *sistema ideal*, a oferta de formação deveria surgir onde existisse bastante população e dinamismo empresarial do sector, desenvolvendo-se de acordo com as melhores práticas e as mais sentidas necessidades profissionais. Como constatámos na análise dos quadros anteriores, a distribuição geográfica das unidades instaladas em Portugal para realizar formação neste sector não respeita integralmente esta lógica, observação que fica especialmente visível na subdotada Região Algarve.

No que respeita ao sector público, sem prejuízo de também a ele ser devida a lógica de aproximação ao mercado que antes referimos, outros interesses o podem influenciar; pensamos, nomeadamente, na determinação estratégica de levar a formação até *territórios de aposta* para fins de oferta turística, mesmo que estes tenham fraca densidade populacional, ou a simples conveniência institucional, aspecto mais provável no ensino superior, sobretudo em estabelecimentos com menor poder de atracção, seja porque o *turismo* é apelativo e tende, por isso, a proporcionar bons níveis de procura, seja pela *necessidade* de gerar ofertas que ocupem docentes de áreas científicas com maiores dificuldades de mercado, como sejam os idiomas estrangeiros, a História ou a História de Arte, áreas científicas essas das quais o *turismo* pode, de facto, aproveitar. Quando olhamos para os dados do quadro 2, parece confirmar-se que estas últimas hipóteses marcam presença nas ofertas de formação para *turismo* em escolas do ensino superior público das Regiões Norte, Centro e Alentejo, sobretudo quando as interpretamos em relação aos dados das Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve.

Por outro lado, em termos qualitativos, a formação que se vai fazendo também não consegue agradar integralmente aos empregadores para quem opera, apontando-se-lhe, designadamente, falta de enfoque na formação⁸: para os aspectos relacionais (com os clientes e com os demais membros da equipa); para a pró-actividade e senso comercial; para a capacidade de assunção de responsabilidades dirigentes (sobretudo de nível intermédio); e ainda para o empreendedorismo, ou seja, para a capacidade de estruturar iniciativas, conseguindo os meios para as realizar e ousando assumir os riscos inerentes.

Como **nota final**, e em jeito de síntese, diremos que a oferta de for-

⁸ Este comentário, assumidamente genérico e feito para além de apontamentos técnicos mais pontuais, resulta da recolha e interpretação da opinião de múltiplos empresários, quadros técnicos e dirigentes associativos e profissionais, produzida em vários contextos.

mação específica para os sectores do turismo, hotelaria e restauração em Portugal é diversificada e abrange a generalidade do País, ainda que a distribuição geográfica das respectivas unidades revele algumas distorções em relação ao que ditaria uma lógica de aproximação às maiores concentrações de população e ao dinamismo empresarial no *sector*.

Verifica-se, nas ofertas de nível superior, uma clara predominância de cursos para o subsector do turismo, em desfavor da hotelaria e restauração; tanto o subsistema público como o privado parecem entender ser esta a sua vocação, certamente por se concluir ser este o domínio que mais carece de formação deste nível, mas também muito, reconheça-se, por motivos de mercado (custos da formação) e outros internos às instituições. Em termos gerais, o ensino específico de nível superior para o *turismo* em Portugal é frágil, o mesmo acontecendo com a investigação pura e aplicada que dele emana, aspectos que se prolongam, ainda, em baixos níveis de edição e na fraca qualidade do sistema estatístico sectorial, tudo isto compondo um ciclo vicioso que urge romper⁹.

Sendo certo que os cursos de especialização tecnológica (Nível 4 de formação profissional) têm uma reduzida expressão, observamos que nos cursos que concedem dupla certificação escolar (12^o Ano) e profissional (Nível 3) se verifica uma muito maior incidência de oferta nos subsectores da hotelaria e restauração, com particular relevo das escolas privadas¹⁰. O *negócio da formação* parece, assim, perceber que são estes os domínios mais carentes de pessoal qualificado, situando essa qualificação neste nível de ensino.

Para além dos cursos que existem e da sua distribuição geográfica, importa reter que o ensino/formação efectivamente realizado não será totalmente eficaz e de acordo com os melhores padrões internacionais, o que obriga a uma séria reflexão acerca das necessidades para melhorar a sua eficácia.

⁹ Como antes dissemos, neste trabalho consideramos o ensino superior como aquele que se posiciona nos níveis do bacharelato e licenciatura; contudo, o que antes dissemos é igualmente válido para os níveis de pós-graduação, mestrado e doutoramento, talvez até com maior gravidade, desde que ajustadas as expectativas.

¹⁰ Ainda mais notório se pensarmos que, dos 27 cursos em escolas públicas que se destinam a estes subsectores, 26 pertencem à oferta do INFTUR (ver Quadro 4).

Bibliografia

- AIREY, D.; TRIBE, J. (ed) (2005) – *An international handbook of tourism education*, Elsevier, Oxford.
- CETRON, M; DEMICCO, F.; DAVIES, O. (2006) - *Hospitality 2010: the future of hospitality and travel*, Pearson Education, Inc., New Jersey.
- DAURER, C. (2001) - "Qualification in tourism - a challenge for education and training", *Tourism and Hospitality Management*, 6 (1/2), pp.1-12.
- JASZAY, C.; DUNK, P. (2003) - *Training design for the hospitality industry*, Thomson/Delmar Learning, New York.
- SMITH, G.; COOPER, C. (2000) - "Competitive approaches to tourism and hospitality curriculum design", *Journal of Travel Research*, 39(1), pp. 90-95.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION/WTO (2002) - *Human Resources in Tourism: Towards a New Paradigm*, WTO, Madrid.

Sítios internet consultados:

www.anespo.pt

www.dges.mctes.pt

www.dgfv.min-edu.pt

www.iefp.pt

www.inftur.pt

www.inofofor.pt

A Gestão dos Destinos Turísticos: criando valor no destino Arade

João Albino Silva

Adão Flores

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

A gestão dos destinos turísticos – entre a sustentabilidade a competitividade

A actividade turística e, em particular, o turismo em português enfrenta novos desafios – do lado da procura, os consumidores são mais exigentes, mais experientes (POON, 1993), capazes de comparar preços e qualidade dos serviços e de consumir cada vez mais novos produtos e experiências diversificadas que se adaptem às suas múltiplas necessidades e idiosincrasias (VALLS, 2004) com novos padrões de comportamento, nomeadamente os traduzidos pelos novos tipos de agregados familiares, pelo envelhecimento das populações dos mercados emissores, criando novas necessidades e oportunidades de resposta; do lado da concorrência, novos destinos emergentes surgem, quer dentro das fronteiras europeias, quer a nível mundial, aumentando a necessidade de se responder a esse acréscimo de concorrência; ao mesmo tempo o embaratecimento do transporte aéreo cria novas oportunidades de mercado e faz aumentar essa mesma concorrência; as novas tecnologias da informação permitem cada vez mais uma escolha consciente dos consumidores e um acesso directo aos produtos desenvolvidos por cada destino, criando mecanismos de avaliação do produto por parte dos clientes, o que confere novas oportunidades de divulgação e marketing e permite uma constante comparação com os produtos alternativos da concorrência. As respostas a estes desafios fazem sobressair vários ângulos de análise que procuramos abordar neste artigo – uma resposta de paradigma que lance um novo olhar sobre esses problemas; uma abordagem conceptual operativa que responda à natureza das questões que se pretendem resolver, e uma resposta no próprio destino turístico que nos permita implementar essas abordagens e adaptá-las à especificidade de cada local.

Das dimensões da sustentabilidade

O desafio da sustentabilidade surge como factor organizacional básico dos recursos e produtos do destino turístico e da sobrevivência deste no longo prazo, enquanto sistema localizado de produção, enquanto sistema social complexo de vivências e de usufruto de experiências e enquanto sistema vivo que exige formas de governação e liderança próprias. São quatro as dimensões da sustentabilidade na opinião de RITCHIE e CROUCH (2004): a Sustentabilidade Ecológica - o respeito pelos processos ecológicos e pelos recursos e diversidade biológicos; a Sustentabilidade Social e Cultural - o respeito pela identidade, cultura e valores das comunidades onde se inserem os produtos turísticos; a Sustentabilidade Económica - que garanta a rentabilidade económica dos produtos, a qualidade de vida e o bem-estar para os residentes dessas comunidades e a Sustentabilidade Política - a capacidade para aceitar e implementar de um modo partilhado pelos vários *stakeholders* do destino as outras três dimensões.

Esta ideia de sustentabilidade que vem sendo adoptada como paradigma enquadrador de múltiplas e variadas políticas, percorreu um longo caminho desde a sua emergência como problematização dos limites ao crescimento (MEADOWS et al, 1972), até à sua consagração no relatório Bruntland (WCED, 1987) como conceito de desenvolvimento sustentável, e, a sua adopção pelo turismo, não tem sido fácil, apesar de ser o turismo uma actividade eminentemente consumidora de recursos naturais de fruição livre e de bens públicos.

Com efeito, a grande diversidade de impactos positivos e negativos, gerados pelo Turismo, a um tempo económicos mas também ambientais, sociais e culturais, amplamente reconhecidos e identificados, a existência de um número elevado de *stakeholders* muitas vezes com agendas e interesses contraditórios, e mesmo, o facto de, esses recursos e produtos turísticos serem bens livres ou de carácter eminentemente público, com a evidente dificuldade de regulação no seu usufruto e aproveitamento, tornaram a adopção da sustentabilidade no Turismo não isenta de desafios e contradições.

Em primeiro lugar não é possível essa abordagem sem que os outros sectores da actividade económica ou as políticas públicas em geral, adoptem paradigma idêntico (BUTLER, 1999). A transversalidade e complexidade do sistema de Turismo obrigam a essa assumpção integrada e coordenada.

Uma segunda ideia importante é o do próprio entendimento do conceito de sustentabilidade. Para além das três dimensões consensuais - ambi-

ental, económica e social, RITCHIE e CROUCH (2003) ao introduzirem a dimensão política como dimensão crítica para a adopção de qualquer uma das outras dimensões, colocam a necessidade de interiorização dos desafios da sustentabilidade na esfera da agenda e decisão políticas.

Perpassa ainda pelo próprio conceito de sustentabilidade a ideia da sua relatividade. Sendo o sistema de turismo ou os próprios destinos turísticos sistemas complexos e territoriais de produção e de pessoas e comunidades vivas, com processos sociais de interacção e relação, que assumem em cada localização e em cada momento histórico, dinâmicas de evolução próprias, não podem as ideias e conceitos de sustentabilidade deixar de adquirir essa marca histórica e serem transitórios e evolutivos. Quer dizer que, como diz FARREL e TWINING-HARD (2005), «o desenvolvimento sustentável deve ser visto como um sistema complexo evolutivo que se coadapta às especificidades de cada lugar particular e especialmente às aspirações e valores da comunidade residente». Esta ideia de adaptabilidade, de "*sustainability transition*" traduz, mais adequadamente, quer a própria dinâmica dos sistemas naturais sobre os quais se baseia o Turismo, como também a dinâmica evolutiva das sociedades, as aspirações e valores das comunidades residentes e dos seus stakeholders representativos bem como a dinâmica da gestão partilhada dos desafios da sustentabilidade.

Creemos que a operacionalização da sustentabilidade no turismo necessita, sobretudo, de não esquecer um equilíbrio fundamental entre a natureza que consubstancia os recursos indispensáveis à manutenção e viabilidade do destino turístico com a necessidade imperiosa de o turismo ser um factor de desenvolvimento económico para as comunidades residentes.

Uma última questão emerge ainda a partir do ponto de vista dos clientes-turistas, oriundos de países mais desenvolvidos e com maior grau de informação, respeito e consciências ambientais, o que os torna mais críticos em relação à experiência turística que lhes é oferecida, mas em consequência cria aos sistemas turísticos locais, novas exigências e desafios em termos de compatibilização entre sistemas de oferta tendencialmente orientados para uma sobre-exploração dos recursos como forma muitas vezes exclusiva de sobrevivência económica e, sistemas de procura tendencialmente críticos dessa mesma sobre-exploração.

Em síntese sendo o turismo uma actividade económica complexa e transversal mas acima de tudo utilizadora de recursos públicos e naturais, sociais e culturais, a consciencialização e busca de soluções sustentáveis e equilibradas para a sua gestão, surge como condição básica e desafio para um

turismo que queira propiciar experiências enriquecedoras e autênticas, no dizer de RITCHIE e CROUCH (2003), que possam servir de base para a própria competitividade dos destinos.

... à dimensão da competitividade

As questões da concorrência e competitividade entre economias e países sempre foram objecto de estudo e debate no âmbito das teorias do comércio internacional remontando mesmo aos fundadores da Economia no séc. XVIII.

No entanto são os trabalhos de PORTER (1990) que, ao colocarem o debate, no campo da implementação e operacionalização política e empresarial, dão às questões da competitividade entre empresas, países ou regiões, o devido destaque. A adopção do paradigma da competitividade para o turismo não está, porém, isenta igualmente de desafios e contradições.

Quais são os factores determinantes da competitividade das regiões ou de destinos turísticos? Quais são as dimensões dessa competitividade onde se ganham ou perdem os clientes e a disputa com a concorrência? Estas questões só fazem sentido e encontram resposta na perspectiva de um determinado destino específico ou quando se reflecte sobre os segmentos do mercado turístico ou na comparação com outros destinos concorrentes. O que nos interessa ressaltar ainda é que a emergência do turismo como fenómeno essencialmente criado pela procura e pelo desenvolvimento acelerado da indústria turística dos últimos quarenta anos, fez emergir como dado adquirido, a existência de recursos e activos que disponibilizariam certos países como especialmente vocacionados como fonte de atracção turística isto é, a readopção do conceito de vantagens comparativas já abordado anteriormente por Ricardo.

Esta perspectiva é criticada por PORTER (1990) ao afirmar que o sucesso da batalha da competitividade e dos *clusters* industriais dependeria isso sim das vantagens competitivas que são criadas por meio das iniciativas dos actores do processo de produção, as quais podem consubstanciar-se em factores vários tais como os elementos inovadores introduzidos no produto, alterações nos processos de produção, melhorias do marketing ou novas formas de distribuição ou, ainda, quaisquer outras factores que contribuam mesmo para a melhoria da qualidade da oferta e ou respectiva produtividade dos factores envolvidos.

A vantagem competitiva para o caso do turismo, reside assim, na

capacidade, eficiência e eficácia com que os recursos existentes são utilizados por aqueles que são os responsáveis pela política, gestão e estratégia dos destinos, enquanto a vantagem comparativa residiria nos activos de recursos naturais históricos e culturais, existentes e construídos no processo de evolução do destino. Pensamos, no entanto, que este tipo de vantagens não é mutuamente exclusivo, ao contrário do que acontece com outros sectores de actividade, onde a deslocalização da produção torna isso possível. Ora os destinos são determinados geograficamente (GUNN, 1994) e são esses activos genuínos, organizados e aproveitados, mesmo sem grande sofisticação e eficiência por vezes, que têm constituído a base do desenvolvimento turístico actual.

Recordando o que já afirmáramos antes, a evolução dos gostos dos consumidores turísticos, o surgimento de novos concorrentes, vem obrigar a que muitos destinos turísticos maduros se vejam obrigados a fazer evoluir o processo de organização e entrega dos produtos turísticos para um novo paradigma, centrado à volta do desenvolvimento e implementação de sistemas de produção baseados neste novo binómio sustentabilidade-competitividade, em que se procura requalificar, redesenhar, desenvolver, e manter os activos (vantagem competitiva) com outros processos de organização de recriação dos recursos e produtos, de novos procedimentos de distribuição mais eficazes e que proporcionem mais valor para o cliente (vantagens competitivas).

Os desafios da sustentabilidade e da competitividade – autenticidade e criação de valor

No caso dos destinos turísticos trata-se então de “ser competitivo lá fora cá dentro”, é no destino pelo seu grau de sofisticação e organização da oferta dos recursos e produtos, serviços e experiências fornecidos (RYAN, 1997), que se ganha ou perde o desafio da competitividade. Sustentabilidade e competitividade surgem assim como binómio da mesma moeda – a existência de uma indústria turística que a um tempo forneça valor aos turistas, bem-estar aos residentes e retribuição à indústria e demais *stakeholders*.

Mas como articular adequadamente estes três desideratos?

Recursos e produtos, paisagens, património histórico e construído nos nossos dias, cultura e modos de vida, língua ou festas religiosas, que resultam do complexo processo de interacção económica, social e ambiental, historicamente evolutiva e actual, são os factores verdadeiramente únicos e, portanto distintos, que permitem assegurar

um elevado potencial a desenvolver. "A tarefa de colocar valor num recurso consiste em recuperar a autenticidade do seu estado original, em melhorar os seus atributos e em incorporar outros novos por forma a aumentar a qualidade da experiência" (VALLS, 2004).

O que permite efectivamente então individualizar os destinos turísticos é: por um lado, a autenticidade dos produtos transformados em experiências únicas, não apenas na perspectiva conservacionista do termo mas sim como conceito dinâmico e permanente da transformação e organização dos recursos turísticos em produtos - trata-se de fornecer originalidade, autenticidade, atmosferas únicas, calor humano, dinâmicas de interpretação, envolvimento das comunidades e dos prestadores dos serviços e experiências que personalizem os produtos turísticos e fomentem o envolvimento e as emoções dos turistas, desenvolvendo processos novos de apresentação, representação e interpretação dos recursos turísticos (PINE II, 1999); por outro lado assegurar um alto patamar de experiência turística exige que se considere a qualidade dessa interacção não apenas como um factor distintivo de concorrência mas sim como um patamar mínimo de entrada e de organização dos produtos, serviços e experiências fornecidas, seja na dimensão empresarial do fornecimento dos produtos individuais seja na dimensão global de destino turístico, sob pena de, se se perde esta complementaridade, se correr o risco de não fornecer quer uma imagem quer o usufruto integrado dessas experiências turísticas.

A gestão dos destinos turísticos como resposta aos desafios da sustentabilidade e competitividade e qualidade

Perante as dificuldades de articulação que as políticas públicas vêm revelando no enfrentar desses desafios, por estarem demasiado centralizadas e, ao mesmo tempo, no caso do turismo, apostarem essencialmente nos agentes privados como factores de investimento e desenvolvimento do sistema de oferta, o que nos parece contraditório com as especificidades públicas dos bens e recursos de maior uso no turismo; perante o facto do desenvolvimento turístico, tal como o temos hoje no nosso país, assentar em zonas bem delimitadas do ponto de vista geográfico, fazendo também ressaltar os múltiplos impactos que aquela actividade origina e a necessidade de haver uma gestão integrada dos destinos; perante o facto de grande parte dos recursos turísticos, serem bens públicos e livres, cuja utilização deve ser preservada, e são a base de atracção e sustentabilidade dos destinos turísticos; pe-

rante o facto de os efeitos do turismo serem múltiplos e variados e se originam externalidades positivas bem menos visíveis e que chamem a atenção, causam externalidades negativas evidentes e susceptíveis de intervenção sejam elas ambientais, sociais, culturais ou económicas; perante o facto de estes múltiplos condicionalismos do aproveitamento dos recursos e exploração dos produtos turísticos não se coadunarem com um funcionamento livre do mercado exigindo, isso sim, uma intervenção a vários níveis para regular essas falhas existentes no mercado; perante o facto de, ao mesmo tempo, a procura turística sendo extremamente diversificada e exigente, tender a visualizar o produto turístico mais como uma ideia global, como um produto composto (SILVA, 2001), como um produto integrado (BUTLER, 1999), colocando a necessidade de se gerir articuladamente esse produto/destino, e, ainda, perante a pulverização do sistema da oferta entre empresas de diferentes dimensões e, ainda, a múltipla realidade da falta de articulação vertical e horizontal entre os vários níveis e departamentos das administrações públicas, torna-se evidente a necessidade de um esforço integrado de liderança e pilotagem das regiões destino.

A gestão dos destinos ou regiões surge assim como uma solução face às ineficiências do mercado (DAVIDSON e MAITLAND, 1997) e à insuficiência da resposta organizada das administrações, podendo potenciar e integrar uma resposta às necessidades decorrentes dos desafios do contexto externo, das necessidades de uma governação descentralizada, e do envolvimento dos *stakeholders* em termos de novas formas de cooperação e de organização.

Neste quadro, trata-se em primeiro lugar de definir o âmbito de intervenção onde, quer os mecanismos de sustentabilidade e competitividade, quer os mecanismos de recuperação da autenticidade e de construção de valor, bem como a fruição essencial de produtos, serviços e experiência turística tenham lugar – o destino turístico como espaço geográfico e privilegiado de intervenção normativa, política e empresarial. Em segundo lugar importa definir eixos de intervenção que permitam concretizar tais desafios e, em terceiro lugar, adequar esses paradigmas e eixos de intervenção às necessidades do sistema de produção estabelecido ao nível dos destinos específicos e ao sistema de valores, projectos e lideranças que se manifestam em cada destino.

Assim, os destinos turísticos constituem hoje o principal *locum* de análise e de intervenção no campo do turismo para circunscrever e analisar fenómenos tão fundamentais para a compreensão do turismo como os mencionados anteriormente ou, ainda, o desenvolvimento de novos produtos turísticos e de atracções ou os problemas do lado da procura como os seus fac-

tores motivacionais ou decisionais. Tal importância, quer conceptual quer organizacional, tem vindo a ser reconhecida pela OMT (2004) ao ponto de institucionalizar e definir um conceito de destino turístico – *"um destino turístico local é um **espaço físico** no qual um visitante permanece pelo menos uma noite. Inclui **produtos turísticos** incluindo infra-estruturas de suporte e atracções, e **recursos turísticos** à distância de um dia de viagem de ida e volta. Possui delimitação física e administrativa que circunscreva a sua **gestão**, e uma **imagem** e **percepção** definindo a sua **competitividade de mercado**. Os destinos locais incorporam vários **stakeholders** habitualmente uma comunidade de acolhimento, e podem associar-se em **redes** para constituir destinos de maior dimensão.*

Este conceito remete o destino para uma dimensão geográfica determinada (GUNN, 1994) que sirva de elemento de atracção, fixando uma imagem como base para a percepção dos consumidores (MANENTE, 2006) e coloca a necessidade de um sistema de gestão ou de governação que forneça liderança ao destino. Podemos acrescentar que nos territórios ou países em que o turismo assume uma actividade económica predominante, este conceito encontra ainda fundamento, na existência de padrões circunstanciados de usufruto e deslocação por parte dos turistas (JANSEN-VERBEKE, 1999), na existência como sistemas complexos localizados de produção que fazem desses espaços, na plenitude do aproveitamento de recursos turísticos, naturais, económicos e sociais e culturais, os verdadeiros centros de atracção e usufruto da experiência turística.

Perante os múltiplos desafios que se colocam em termos de gestão para as regiões/destino, mas por outro lado, face aos constrangimentos que decorrem das condições da realidade nacional torna-se necessário explicitar o que deve ser a gestão das regiões no actual contexto.

Mas que dimensões do destino devem ser equacionadas e geridas?

Em primeiro lugar a dimensão da sustentabilidade que sugere que se deve, como grande tarefa central - gerir os recursos, preservá-los e recriá-los como fonte de vantagens comparativas, preservando a base material tangível e intangível dos atributos do destino. Para tal dever-se-á:

- * ordenar os espaços e preservar a diversidade ambiental e biológica das regiões;
- * preservar e recriar os sistemas de vida das comunidades residentes nas suas tradições, história, identidade e cultura;
- * gerir os visitantes e os seus impactes;

- * acautelar e gerir os impactos múltiplos do turismo;
- * gerir as infra-estruturas turísticas um sistema articulado de oferta;
- * garantir condições de segurança para o seu usufruto integral da experiência turística;
- * estruturar uma dimensão de governação como garante da sustentabilidade política.

Depois a dimensão da competitividade sugere que se deve, como grande tarefa central – assegurar a transformação dos recursos, do potencial do destino em vantagens competitivas que se corporizem em produtos, serviços e experiências, autênticos e originais, que forneçam valor ao cliente, de um modo mais eficiente e eficaz, graças ao desenvolvimento da capacidade do destino em termos de visão, política e estratégia, e capacidade de gestão do destino (RITCHIE e CROUCH, 2003). Para tal dever-se-á:

- * gerir os recursos, a inovação e desenvolvimento de novos produtos como chave e condição para o seu desenvolvimento económico e para uma gestão de uma carteira diversificada de produtos;
- * desenvolver o *know-how* e as competências existentes, quer em termos das empresas, quer em termos do destino, promovendo novos perfis profissionais e o desenvolvimento de novas formações;
- * garantir a gestão da *performance* do destino, monitorizando o seu desempenho bem como o dos mercados concorrentes e o *benchmarking* da concorrência;
- * promover o desenvolvimento e gestão dum sistema de informação que sirva de base à tomada de decisão e ao sistema de governação do destino.

Por último a dimensão da qualidade que sugere que se deve, como grande tarefa central – assegurar a satisfação dos turistas ao mesmo tempo que a satisfação dos residentes, trabalhadores, empresas e restantes stakeholders numa perspectiva integrada. Para tal deve-se:

- * monitorizar continuamente a satisfação de clientes, dos demais *stakeholders* e do destino turístico como um todo, como barómetro essencial da gestão do destino;
- * promover sistemas de certificação e de conformidade seja para as grandes empresas ou PME's ou de natureza ambiental;

- * efectuar a promoção e o *marketing* de produtos consistente com a imagem do destino e a carteira de produtos, baseados num processo sistemático de aproveitamento e de desenvolvimento;
- * gerir a cadeia de valor dos vários produtos dum modo integrado, articulando actores e empresas e fomentando todas as formas possíveis de integração de produtos e procedimentos incluindo o envolvimento dos *stakeholders*.

Finalmente, estas várias dimensões da gestão devem ser adequadas às necessidades do sistema de produção estabelecido ao nível dos destinos específicos e ao sistema de valores, projectos e lideranças que se manifestam em cada local considerado como destino. Só assim a intervenção ao nível local permitirá conjugar as grandes questões conceptuais com as condições concretas e as especificidades dos destinos a nível local. Esta *glocalização* de um modelo de aplicação tem vindo a ser testada no destino Arade, Algarve, de que apresentamos em seguida as grandes linhas mestras de actuação e os resultados conseguidos até ao momento.

O destino Arade como caso de aplicação

O destino turístico Arade envolve os quatro municípios de Lagoa, Monchique, Portimão e Silves, abrange cerca de 30% do território do Algarve e da sua população e cerca de 25% da sua oferta turística. Na segunda metade da década de 90 e inícios desta, esta sub-região vinha manifestando sinais evidentes de declínio, concretizados numa diminuição do número de turistas e perda de quotas importantes em alguns mercados como foi o caso do mercado alemão, diminuição da estadia média dos visitantes e das receitas das empresas, situação agravada pelos fogos florestais que sucederam em 2002 e 2003.

Ao mesmo tempo esta sub-região desenvolve uma experiência pioneira de articulação e gestão do desenvolvimento do turismo à volta de uma parceria público-privado - a Agência do Arade.

Estas foram as razões imediatas para a realização da intervenção que se apresenta de seguida. O modelo de intervenção baseia-se nos desenvolvimentos conceptuais apresentados anteriormente e procura concretizar alguns desses desideratos, dado tratar-se essencialmente nesta primeira fase, de uma intervenção de diagnóstico e de caracterização dos problemas do potencial e qualidade do destino.

Figura 1 – O Destino Arade



Propôs-se como modelo global de intervenção três eixos de análise que se ilustram de seguida e cujos resultados também se apresentam de um modo sintético.

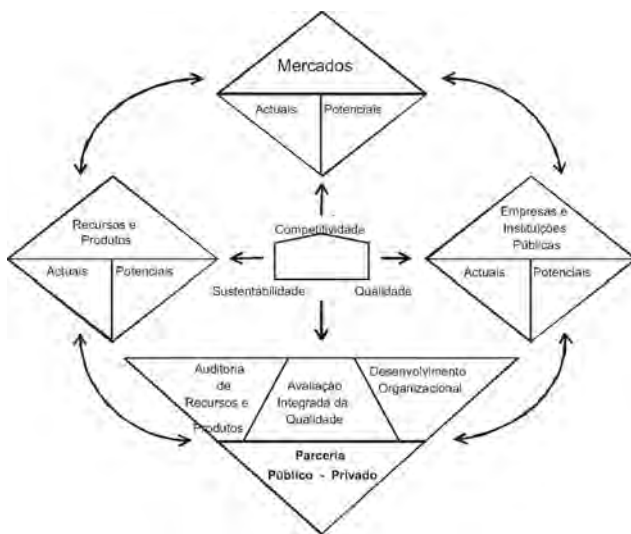
Um modelo de intervenção

O modelo que se apresenta de seguida sintetiza os paradigmas que se equacionaram na primeira parte deste documento e estabelece a ligação com os três eixos de intervenção que se consensualizaram para o trabalho a realizar – o diagnóstico do sistema de oferta nas suas múltiplas vertentes de análise de procura e de concorrência; a auditoria de recursos e produtos que permitisse o levantamento e avaliação das condições da base material do destino; o diagnóstico global da qualidade do destino quer na dimensão de satisfação dos principais *stakeholders* quer na monitorização de indicadores globais de desempenho. O estudo de um sistema de governação e liderança para a implementação necessária da intervenção no terreno não foi ainda desenvolvido.

Estudos e resultados

Apresentam-se em seguida os eixos principais de cada um dos estudos realizados, bem como dos seus resultados principais.

Figura 2 – Modelo de intervenção



Auditoria de Recursos e Produtos

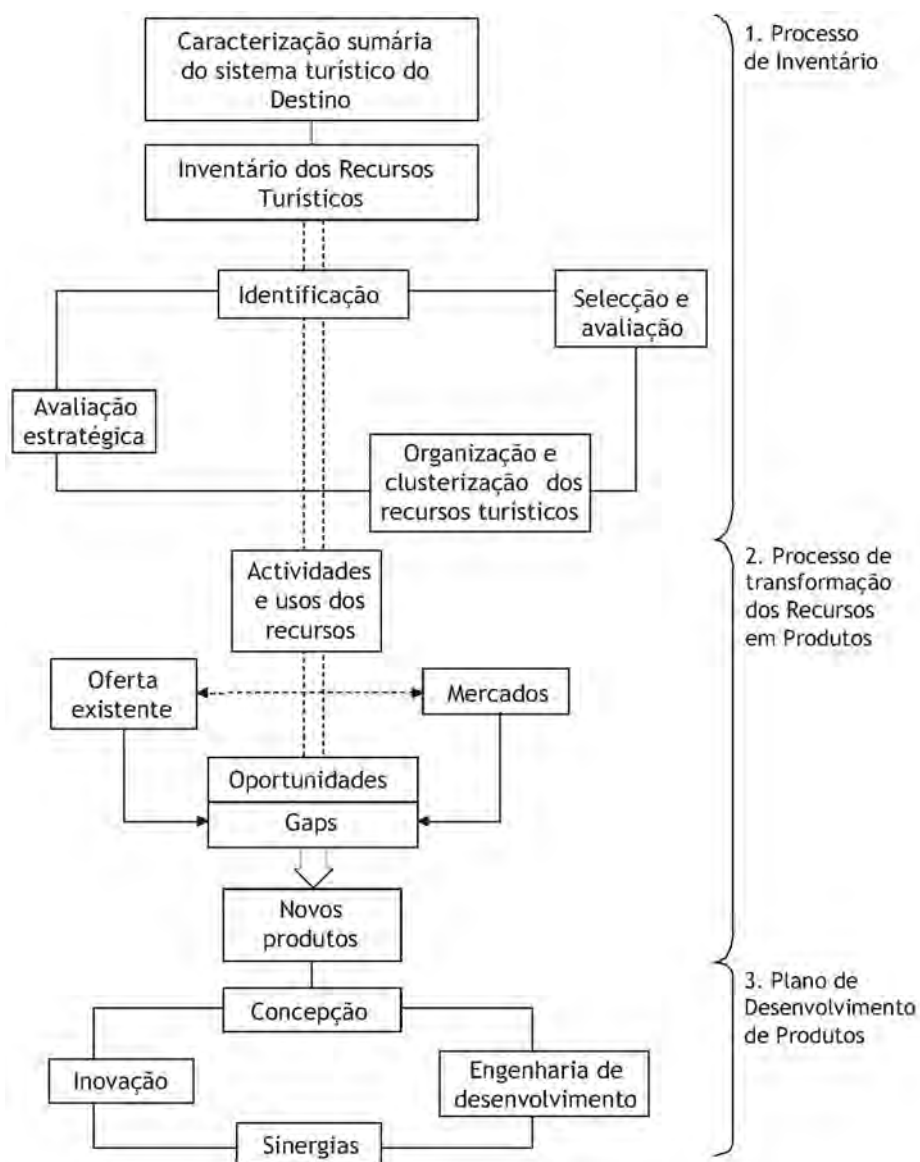
Este estudo teve três fases que produziram outros tantos *outputs*: o inventário dos recursos e produtos turísticos existentes; a identificação quer do potencial quer do desajuste existente em termos de oferta turística desses produtos e de novos produtos e negócios, e o design de um plano de implementação que permitisse a transformação desse potencial estudado, num *cluster* de produtos turísticos, compatíveis, autênticos, sustentáveis, diversificados e baseados na experiência.

A tônica do estudo e desenvolvimento de um conceito de autenticidade para este destino residiu, assim, quer na abordagem polivalente da concepção de recurso, quer na conceptualização em torno de atracções-âncora susceptíveis de catalisação dessa autenticidade e originalidade e sua transformação em clusters de atracções (AGÊNCIA DO ARADE, 2005).

O último *output* deste estudo que merece destaque reside na definição de uma estratégia de desenvolvimento de produtos que corporiza toda a problemática traçada na primeira parte deste documento.

A abordagem desenvolvida em termos de avaliação da qualidade no destino turístico ARADE assenta numa dinâmica de operacionalização e de

Figura 3 – Modelo de Auditoria dos Recursos e Produto



monitorização sistemática de um quadro de indicadores, concebido a partir de um conjunto integrado de vectores que procuram descrever e interpretar a complexidade do fenómeno e a natureza compósita da realidade em observação.

Figura 4 – Plano de Desenvolvimento de Produtos Avaliação e diagnóstico da Qualidade Total do destino

Eixo 1 - Desenvolvimento e qualificação da base de recursos do destino

- Programa 1 - Requalificação do produto "Sol e Praia"
- Programa 2 - Diversificação e desenvolvimento de produtos ambientais
- Programa 3 - Desenvolvimento e promoção do Património Arqueológico, Urbano e Cultural
- Programa 4 - Desenvolvimento e promoção do Património Etnográfico e Artesanal
- Programa 5 - Desenvolvimento de um cluster da Gastronomia
- Programa 6 - Melhoria contínua da qualidade da experiência turística

Eixo 2 - Diversificação e ampliação das atracções secundárias

- Programa 1 - Diversificação das actividades de recreio e lazer
- Programa 2 - Diversificação e enriquecimento de eventos e festivais
- Programa 3 - Consolidação das infra-estruturas urbanas locais do turismo

Eixo 3 - Melhoria dos serviços complementares

- Programa 1 - Diferenciação do sector do alojamento
- Programa 2 - Diversificação e melhoria da qualidade do sector de restauração e bebidas
- Programa 3 - Reestruturação e melhoria do sector comercial
- Programa 4 - Desenvolvimento de um sistema integrado de informação turística

Eixo 4 - Enriquecimento do ambiente institucional e empresarial

- Programa 1 - Criação de um ambiente favorável à inovação
- Programa 2 - Desenvolvimento de sistemas de qualidade para as PME's do sector e instituições públicas
- Programa 3 - Criação de um sistema de autofinanciamento para os produtos e atracções do destino
- Programa 4 - Diagnóstico e melhoria do actual sistema de governação para o destino

Eixo 5 - Crescente profissionalização da gestão do destino

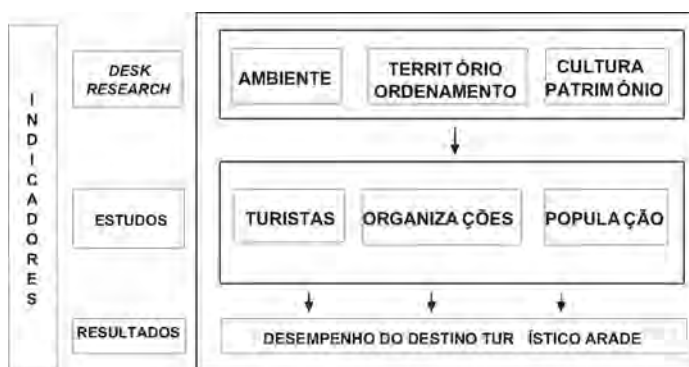
- Programa 1 - Desenvolvimento de um sistema articulado de gestão do destino
- Programa 2 - Desenvolvimento de novas competências de qualificação para a gestão integrada do destino
- Programa 3 - Envolvimento dos stakeholders do destino e da comunidade em geral

O modelo está estruturado de acordo com sete constructos evidenciados na figura e complementados com um conjunto de indicadores de monitorização da qualidade dos destinos desenhados a partir de um consenso nacional já desenvolvido em estudos anteriores (SILVA, 2001b).

A estratégia implementada foi desenvolvida em três *surveys* relativos aos turistas, empresas e trabalhadores e residentes, bem como na recolha de informação de fontes secundárias e, ainda, da utilização de "clientes mistério" como forma de analisar a qualidade dos serviços fornecidos ao nível das várias organizações do destino.

A avaliação desenvolvida permitiu problematizar níveis de satisfação de residentes e turistas e assinalar atributos de satisfação com graus variados de desempenho a exigir correcção, e diagnosticar o envolvimento das organizações com as questões da qualidade e fornecer sugestões de melhoria, quer ao nível público quer ao nível das empresas privadas.

Figura 5 – Modelo de Gestão da Qualidade Total do Destino



Os indicadores referentes ao vector Desempenho do Destino turístico registaram, na globalidade, uma diminuição ligeira da competitividade ao longo do período em análise e comparativamente à região do Algarve. Com base no diagnóstico efectuado e no sistema de monitorização proposto torna-se possível aos responsáveis pelas organizações públicas e privadas da região estabelecer objectivos de qualidade, definir estratégias de mudança e implementar planos de melhoria contínua da qualidade no destino turístico ARADE.

Considerações finais

Os grandes desafios da sustentabilidade, competitividade e qualidade não podem ser enfrentados sem uma perspectiva global de abordagem que a gestão dos destinos turísticos parece especialmente adequada para o fazer, dado que, permite aliar quer a perspectiva do ordenamento e planeamento quer a perspectiva da implementação e da abordagem concreta dos sistemas destino. Ao mesmo tempo, a problemática da criação de valor para os turistas clientes, como factor decisivo de escolha de produtos, só se torna possível com o desenvolvimento metódico e inovador de produtos turísticos, assentes no potencial da base existente de recursos dos destinos e potenciado pelo desenvolvimento de um sistema de competências e de capacidades que permita esse desenvolvimento sistemático. Se grande parte dessas propostas de valor é o trabalho das empresas, gizar produtos autênticos, sustentáveis e competitivos, exige quer um trabalho de desenvolvimento próprio ao nível do sistema destino visando fornecer produtos globais, quer a coordenação dos agentes privados no sentido de fomentar a integração dos produtos, sem a

qual os desafios do turismo serão sempre impossíveis de ultrapassar. Só um modelo de governação apropriado a cada destino resultante do consenso dos *stakeholders* poderá alcançar tal desiderato.

Bibliografia

- AGÊNCIA DO ARADE, (2005) - *O Destino Turístico Arade, uma estratégia de intervenção*, Agência do Arade, Portimão.
- BUTLER, R. (1999) - "Problems and issues of integrating tourism development", in Pearce, D.; Butler, R. (ed) (1999), *Contemporary issues in Tourism Development*, Routledge, UK.
- DAVIDSON, R.; MAITLAND, R. (1997) - *Tourism Destinations*, Hodder and Stoughton, UK.
- GUNN, C. A. (1994) - *Tourism Planning: Basics, Concepts, Cases*, Taylor & Francis, Washington.
- FARREL, B.; TWINING-HARD, L. (2005) - "Seven steps towards sustainability: Tourism in the context of New Knowledge", *Journal of Sustainable Tourism*, Vol.13, Nº2, pp. 109-122.
- JANSEN-VERBEKE, M. (1999) - "Analysing heritage resources for Urban tourism in European cities" in Pearce, D. and Butler, R. (ed) (1999), *Contemporary issues in Tourism Development*, Routledge, UK.
- MANENTE, M. (2004) - "Destination management organisations and actors", in Buhalis, D. and Costa, C. (ed). (2006), *Tourism Business frontiers – consumers, products and industry*, Elsevier Butterworth-Heinemann, Oxford.
- MEADOWS, D. et al. (1972) - *The Limits to Growth*, Universe Books, New York.
- PINE II, B., GILMORE, J. (1999) - *The Experience Economy: work is theatre every business a stage*, Harvard Business School Press, Boston.
- POON, A. (1993) - *Tourism, Technology and Competitive Strategies*, CAB, Oxford.
- PORTER, M. (1990) - *The competitive advantage of nations*, McMillan, London.
- RITCHIE, J.; CROUCH, G. (2003) - *The Competitive Destination, a sustainable tourism perspective*, CABI Publishing, Wallingford.
- RYAN, C. (1997) - *The Tourist Experience, a new introduction*, Cassel, London.
- SILVA, J. et. al. (2001a) - "A qualidade dos destinos turísticos – dos modelos aos indicadores", *Revista Portuguesa de Gestão*, NºJan/Fev/Março
- SILVA, J. et al. (2001b) - *Construção de Indicadores de Avaliação da Qualidade no Turismo*, (doc. policopiado), Direcção Geral de Turismo, Lisboa.
- VALLS, J. (2004) - *Gestión de Destinos Turísticos Sostenibles*, Gestión 2000, Barcelona.
- WCED (1987) - *Our common Future*, (Bruntland Commission), World Commission

on Environment and Development, Oxford University Press, Oxford.
OMT (2004) - *Think-tank on Destination Management*, OMT, Madrid.
WCED (1987) - *Our common future*, Oxford University Press, Oxford
("Relatório Brundtland")

Turismo e Território: a apreensão da dinâmica espacial

Adyr Balastreri Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

«Perante os custos ambientais e sociais do turismo de massas, convencional, gregário, quase popular, próprio de uma sociedade de consumo, organizado "industrialmente", afirmam-se procuras diferentes, novas, responsáveis e sustentáveis, selectivas em termos económicos e em valores e comportamentos pessoais, preferencialmente no próprio país e em regiões não muito distantes, prefigurando, talvez, o turismo do futuro...»(Carmina Cavaco, 1996; 104)

A prática turística só pode ser entendida à luz de matrizes conceptuais – metodológicas que iluminam o contexto social da modernidade, particularmente a partir do fordismo, que impôs um pacto social baseado na redistribuição do excedente material da produção e na distinção bipolar do espaço - tempo, nomeada como esfera de trabalho e esfera do ócio. Esta dualidade dilui-se no pós-fordismo, nos países centrais do capitalismo, mas não desaparece por completo, embora se considere a flexibilidade da produção e dos calendários operativos. Tais ambiguidades dificultam as análises que procuram apreender as dinâmicas espaciais de lazer, tanto no campo como nas cidades, assim como nos territórios apropriados através do turismo.

Durante a primeira metade do século XX, marcadamente no Ocidente, muitas lutas das classes trabalhadoras, submetidas a árduas jornadas de trabalho, culminam em conquistas sociais inalienáveis, outorgadas pelas legislações trabalhistas, que asseguram aos assalariados o direito ao ócio diário, semanal, anual. Apenas neste cenário se compreende o processo que originou o turismo de massas, corolário da sociedade de consumo de massa.

Não se pode, todavia, desconsiderar que as aludidas conquistas não estão em desacordo com o sistema de acumulação capitalista, uma vez que os períodos de repouso são considerados necessários para a reposição das energias físicas e mentais dos trabalhadores, a fim de assegurar a restauração da força de trabalho e, conseqüentemente, a manutenção ou, até mesmo, o aumento da produtividade.

Contra a segmentação do tempo poder-se-ia opor um par de argumentos, que vale a pena ser trazido para reflexão. Primeiramente, os cortes no tempo social, se são úteis em termos descritivos e analíticos, presumível-

mente empobrecem a experiência quotidiana que possui uma densidade relacional maior e muito mais complexa. Em segundo lugar, é no tempo de trabalho que são geradas as fantasias sobre os fins de semana e as férias, deixando, de certa forma, ou ao menos, por certos momentos, de ser tempo de trabalho. Propor um enfoque da temporalidade social que não se subordine exclusivamente ao relógio controlador, sinaliza uma nova perspectiva de análise, como propõe Domenico De Masi (2000), no seu livro "O ócio criativo".

Esta sociedade laboral, não se pode olvidar, está articulada em torno do consumo de massa, como já mencionámos. A. Touraine, na sua obra *La société post-industrielle*, no final da década de 1960 (1969) observava o despontar de uma nova sociedade em que a homogeneização, a massificação e a desestratificação dos ócios constituíam os traços mais marcantes. No mesmo período, J. Baudrillard, em *La société de consommation* (1970), reflectia sobre os novos valores que entronizavam o consumo na sociedade moderna, desenhando um retrato impiedoso da alienação do homem contemporâneo, observando a contradição entre o consumo, os lazeres e o tempo supostamente livre que, arduamente conquistado, estava cada vez mais escasso, tornando-se precioso tempo de consumo. Assim, o trabalho perde um pouco do monopólio de centralidade analítica em favor do turismo e do lazer supostamente libertadores e instâncias de realização pessoal. Não é de se estranhar, portanto, a grande multiplicação dos estudos relacionados com o ócio e as actividades de lazer e de turismo, expressos por muitos títulos nas estantes das livrarias, que perpassam muitas áreas do conhecimento, particularmente nas Ciências Humanas.

A dimensão económica do turismo

No auge da produção industrial fordista, que podemos, grosso modo, balizar entre o primeiro e o último quartel do século XX, não desconsiderando as diferenças que ocorrem de país para país, o turismo internacional apresentou um crescimento rotulado de bombástico. As cifras indicam que em 1950 o volume de turistas internacionais se situava por volta de 25 milhões de pessoas, passando a 600 milhões na década de 90, portanto um incremento na ordem de 2 324 %. Ao acrescentarmos a este volume o efectivo de deslocações domésticas, rotulado de turismo interno, teremos uma cifra estimada em cinco ou seis vezes mais, como sugere a Organização Mundial de Turismo. Considerando esta expressividade, Hierneaux Nicolás (1994) aventa a hipótese de que, na fase fordista, o espaço turístico foi o que apresentou maior

expansão no processo de globalização da economia. Este notável crescimento continua significativo também na fase pós-fordista, do final do século XX até os nossos dias, quando o movimento internacional do turismo é estimado em aproximadamente 900 milhões de pessoas.

Alguns autores (MOLINA, S. 2003; MARCHENA GOMEZ, M., s.d.) quando se referem a uma fase pós-fordista do lazer e do turismo, balizam-na a partir dos anos 80, na qual, entre outras características, observa-se uma maior flexibilidade da oferta. Apesar da adoção de estratégias para a desmassificação do mercado - para o atendimento a nichos subordinados a interesses vários, correspondentes a procura cada vez mais exigentes - ainda é o lazer alienado (veja-se o frenético mundo dos parques temáticos) e as férias standardizadas que predominam. Outras características, como a descentralização de decisões nas empresas, o maior comprometimento com a conservação ambiental e com as comunidades locais, a desvinculação em relação aos factores naturais condicionantes através da criação de ambientes artificiais e simulacros, revelam que o turismo, enquanto um dos importantes segmentos da economia de mercado, vem-se tornando altamente tecnificado e competitivo, particularmente em escala global.

As empresas turísticas estão atentas às transformações do sector, adoptando uma série de estratégias para se tornarem muito mais flexíveis, como observa M. Beni (BENI, M. 2003), no quadro seguinte, onde introduzimos algumas alterações.

- * estratégias de integração vertical;
- * estratégias de concentração horizontal;
- * estratégias de diversificação e segmentação;
- * estratégias de reconcentração;
- * estratégias de segmentação por área geográfica, por produto, por perfil de clientela (profissional, etário, de género) ;
- * estratégias de diferenciação de produto por preço, por campanhas de marketing, publicidade e comercialização;
- * estratégias de crescimento do mercado - zonal, nacional, global;

A evolução do turismo para formas alternativas ao modelo de turismo de massas, ancorado basicamente no segmento "sol e praia", sobre o qual se estruturou o mercado fordista de viagens standardizadas e rígidas, requer repensar as escalas de análise, onde o local assume importância crescente, não somente enquanto cenário para novas práticas, mas reconhecidamente

como o único recorte territorial que pode conjugar os interesses dos vários segmentos envolvidos no turismo, a fim de se contrapor à lógica do mercado hegemónico globalizado, sem que isto signifique completo isolamento, não só considerado quase impossível, como contraproducente na actual conjuntura económica.

As diferenças entre um turismo do tipo fordista e um novo turismo, seja ele pós-fordista ou pós-turismo, como sugere Molina (MOLINA, 2003), parecem serem mais frequentes na teoria do que na prática. Um dos aspectos problemáticos de muitas análises que insistem em periodizações rígidas reside em leituras sob uma perspectiva longitudinal, onde é assumida uma ruptura cronológica clara entre o fordismo e o pós-fordismo. Sem dúvida, a emergência dos processos de produção flexível não se produz com a rapidez com que aparece na literatura – veja-se, por exemplo, a produção industrial da China contemporânea. Podem ocorrer também num mesmo espaço uma mescla entre temporalidades distintas, revelando inércias precedentes, portanto, uma complexa dialéctica entre resistência e transformação.

Uma das características da prática turística que interessa a estas reflexões, vale a pena insistir, é o grande dinamismo ao qual está subordinada. Aparecem na literatura especializada vários modelos que procuram ilustrar tal dinamismo, sendo o mais conhecido o do ciclo de vida do turismo (BUTTLER, R. W.1980). Apesar das críticas à modelização, observa-se, na prática, que muitos destinos turísticos têm apresentado crescimento rápido para, em seguida, sofrerem um declínio constante, requerendo a aplicação de novas estratégias para a sua recuperação. O caso mais clássico é o das Ilhas Baleares, mais especificamente de Mallorca, onde no município de Calviá, no início dos anos 90, foram destruídos alguns grandes hotéis na orla marítima para dar lugar à ampliação de horizontes visuais. Os espaços recuperados ganharam novos projectos paisagísticos para brindar os visitantes com uma imagem mais acolhedora. Este processo teve o objectivo de combater a massificação do destino, em virtude dos baixos preços praticados nas décadas de 70 e, mais precisamente, nos anos 80 do século passado. Quase na mesma direcção, ou seja, a fim de competir mais eficazmente no mercado, surgem novos apelos que contrariam a massificação e a velocidade, oferecendo “cultura” e “tradição” – um tratamento personalizado, caseiro, artesanal, familiar, hospitaleiro, que inclui “comida da avó”, pães artesanais, cerveja e vinho caseiros, casas restauradas, tecidos naturais, ciclismo, antigas vias férreas e trens restaurados, enfim, símbolos plenos de apelos nostálgicos que nos remetem ao passado distante, onde o tempo se escoava lentamente, em

oposição aos tempos frenéticos e à agitação das grandes metrópoles. Estas características são largamente utilizadas para o *marketing* do turismo rural e do ecoturismo, modalidades que têm apresentado um crescimento razoável nas duas últimas décadas, sob o rótulo de segmentos alternativos ao modelo dominante, “sol e praia”.

Havíamos-nos referido, no início, às ambiguidades que surgem na análise do turismo enquanto prática social, agravadas ainda mais ao ser focada a dimensão espacial ou, mais precisamente, o território turístico, que é o objectivo deste ensaio. Retomamos o tema da polaridade entre trabalho e lazer, tanto na sua dimensão territorial quanto espacial, o que dificulta a análise mais precisa da natureza das territorialidades turísticas, uma vez que as práticas são cada vez mais imbricadas. Num território turístico, para que muitos se divirtam outros tantos estão trabalhando, isto sem considerar que o mesmo sujeito pode estar em actividades de trabalho e praticando o lazer de modo simultâneo, como nas viagens de turismo de negócios ou de congressos e convenções, segmentos que crescem também de maneira significativa nos dias actuais. Em segundo lugar, as práticas de lazer e de férias, porque incluídas na esfera de consumo, evidenciam também uma dualidade entre produtor e consumidor, entre vendedor e comprador. No mesmo espaço efectua-se a co-presença, por uns, em situação de trabalho, e por outros, em situação de lazer (GAMA. A e SANTOS, N. 1991). Os territórios sobrepõem-se subjugados a novas temporalidades, como, a título de exemplo, as áreas centrais de algumas metrópoles como Paris, Londres, Nova Iorque, Madrid, Barcelona, Roma, Lisboa, nos finais de semana, dão lugar a outros frequentadores – de trabalhadores semanais a turistas – que para suporte de suas actividades necessitam igualmente de trabalhadores locais – são territórios híbridos que assumem temporalidades igualmente híbridas. O mesmo ocorre nos centros comerciais que se tornam movimentados territórios de lazer, acumulando num mesmo espaço usos distintos, substituindo antigas ruas centrais das grandes cidades, que aglutinavam cinemas, teatros, galerias de arte, cafés, bares, restaurantes, etc. Embora ainda persistam em algumas metrópoles, a concorrência dos centros comerciais com estas ruas é um facto observado à escala mundial, devido, entre outros factores, ao agravamento da violência urbana. É evidente que os factos aqui sumariamente apresentados vão ocasionar desdobramentos de grande repercussão, tanto económicos, os mais estudados, como sociais, culturais, políticos, territoriais, ambientais.

A dimensão social do turismo

A análise da dimensão social do turismo tem recebido, principalmente nos últimos vinte anos, uma crescente atenção dos estudiosos, que basicamente se dividem, de um lado, em estudar o grupo constituído tecnicamente pela chamada procura – os sujeitos que fazem turismo – e de outro lado, pela comunidade receptora, os sujeitos que, no território de destino, ao mesmo tempo que dão o suporte para o turismo acontecer, são envolvidos em relações sociais complexas que modificam, de forma dialéctica, o território que se transforma no seu todo ou em partes, criando uma nova totalidade. O resultado é que nada será como antes, considerando que a dinâmica territorial al é sempre vida e morte dos territórios.

A prática dos lazeres e, por extensão, das férias, é evada de valores éticos, tornando-se, como a esfera do trabalho, quase que uma obrigação, por assumir a conotação de elemento de diferenciação social e pseudo-realização pessoal. Paradoxalmente, o lazer e as férias remuneradas, que deveriam representar uma alforria em relação ao trabalho, vão ser logo submetidos à regulação do modelo económico dominante, assumindo uma marcante similaridade com as relações sociais que caracterizam a esfera da produção, ou seja, a massificação, a padronização, a prática rotineira, a ausência de criatividade, a competitividade, a escravização ao tempo do relógio.

Por outro lado, observa-se uma complexa trama de relações entre os turistas que chegam ávidos de desfrutar ao máximo a sua viagem e a comunidade receptora que também é heterogénea, segmentada e com interesses diferentes, definindo-se distintas territorialidades, como procuraremos analisar.

Propor uma análise sobre o “fazer turismo” deve iniciar-se com a tentativa de desvelar as representações sociais que povoam o imaginário do turista, de modo a motivá-lo de forma poderosa a perseguir a fantasia de experimentar algo diferente do seu modo de vida quotidiano, para isto investindo principalmente tempo e dinheiro.

Devido à facilidade de mobilidade na transposição de fronteiras culturais, seja por motivos profissionais, para mudança de morada e mesmo de país, os quadros de vida são cada vez mais multiculturais, favorecendo a aceitação das diferenças, como observa Carminda Cavaco:

«As próprias modalidades profissionais geram novas práticas territoriais e com elas novas raízes, materiais e imateriais, indutoras de retornos ou pelo menos de visitas, tal como aliás as correntes emigratórias no chamado turismo étnico ou de saudade» (CAVACO. C. 2006. p. 68).

Em princípio, pode propor-se que as viagens de férias se moldam supostamente sobre um fragmento, já que mobilizam um tempo e um espaço distinto do quotidiano, onde se pode dar livre voo à imaginação e a adopção de comportamentos não habituais, dispondo-se a experimentar tudo o que signifique diferença. O carácter duplamente alteritário de tempo e espaço confere aos deslocamentos turísticos uma textura particular, alimentada pela memória de outras experiências semelhantes e pelas expectativas do que está por vir, onde tudo estará sendo exacerbado ainda mais por densas campanhas de *marketing* e de publicidade, que colorem mais fortemente o cenário paradisíaco à espera do visitante.

Figueiredo Santos (2002), baseando-se na teoria dos campos de Bourdieu, faz uma profunda e consistente análise da experiência turística. Bourdieu preconiza a interdependência recíproca entre indivíduos e estruturas sociais, onde o elemento de mediação é o "*habitus*". Retornaremos a esta categoria a fim de subsidiar a discussão sobre o desenho de novas territorialidades em função da prática turística. Para Figueiredo Santos, a apreensão da experiência turística transita pelos modos através dos quais certas práticas, bens ou valores, espaço ou tempo, se transfiguram em relação ao quotidiano, ganhando uma aura que se distingue da vida social comum, através de artifícios que codificam e descodificam mensagens trabalhadas mentalmente. Para Santos, os campos criam necessidades fetichistas que criam a ilusão de que a sua satisfação só se pode consumir sob o seu domínio, criando assim uma fantástica máquina de dependência e manipulação dos indivíduos durante a prática turística (idem, p. 123).

O autor afirma que «a experiência turística, qual desiderato de apropriação simbólica de um mundo reduzido ao estatuto de paisagem, não emerge, nem se edifica apenas na forma de consumo do mundo em objectos, mas como sistema de significados que ele inaugura, no seio da ficcionalização mais geral da experiência» (FIGUEIREDO SANTOS, J.M. 2002, p. 105).

Por outro lado, nos destinos turísticos, há que desvendar que mecanismos culturais e simbólicos se exercem sobre a população local, a partir do contacto com os visitantes, que permitiria um cosmopolitismo impingido de fora para dentro, o que vai produzir consequências inenarráveis em nível das representações sociais, pois a viagem e o conhecimento do novo através do outro - exercício de alteridades distintas - também se dá no seio da população anfitriã. Poucos estudos têm sido realizados neste sentido, ou seja, de como a presença do turista transforma aquele mundo imaginário no qual ele tanto deseja emergir e experimentar. É claro que estas relações são tanto mais per-

turbadoras e indescritíveis, quanto maior for a expressão da população local, ou seja, quanto mais consolidado estiver o seu quadro de vida. Por outras palavras, quanto mais forte for a territorialidade estabelecida sobre vínculos identitários historicamente determinados, mais complexos vão ser os embates e ajustes.

Evocamos novamente P. Bourdieu (BOURDIEU, P., 1989) nomeadamente a categoria de "*habitus*", já aludida, que permite entender a articulação entre o objectivo e o subjectivo, entre interioridade e exterioridade, enfim conduz à reflexão sobre a construção das territorialidades e ao entendimento da articulação entre o local e o global, imprescindível na análise do turismo. O conceito de "*habitus*" foi trabalhado e retrabalhado pelo autor em várias das suas obras. Ultrapassando as abordagens deterministas iniciais vai conceber o "*habitus*" como agente social, ou seja, como o sujeito actua, ao mesmo tempo que sofre a ação do campo social. Para Bourdieu no "*habitus*" situam-se as disposições duradouras que se formam na prática da vida social e que se apresentam, ao mesmo tempo, como determinações estruturadas, como resultado do processo histórico e das inter-relações entre os sujeitos, e de disposições estruturantes, enquanto polarizadoras das práticas e das representações individuais e colectivas, delineando nos contextos sociais concretos, as possibilidades de pensamento e de acção (BOURDIEU, P., citado por: Figueiredo Santos, 2002, p. 120). Assim, as condições sociais de existência são interiorizadas pelos indivíduos sob a forma de princípios inconscientes de acção e de reflexão, de esquemas de sensibilidade e de entendimento, subordinados a estruturas de subjectividade. Apesar das dificuldades impostas pela sociedade o indivíduo, ou grupo, pode inovar as condições sócio-espaciais, assumindo o *status* de actor, ou seja, tem a capacidade de escolher, criar e modificar o espaço vivido. Em última análise, o que está em jogo são os pontos de vista que os actores sociais possuem do território, a partir da posição que nele ocupam, e das posições de conservação ou mudanças resultantes dos seus embates.

Estudos empíricos demonstram uma variedade muito grande de quadros de vida marcados pelas práticas turísticas. Apesar de os cenários e os processos serem diferentes os resultados finais tendem à homogeneidade, quase indiferentes ao entorno e às condições históricas. Há casos, como no projecto *Aldeias Históricas de Portugal*, em que algumas aldeias se encontravam quase desertas, devido ao grande despovoamento rural que ocorreu, não passando de aldeias fantasmas, tendo retomado, em alguns casos uma vida activa, embora em outros moldes, via valorização turística (FONSECA, M.

L. 2001). O modelo de turismo que se propõe neste casos acaba por imprimir feições novas aos lugares, atendendo aos gostos forjados pela demanda que clama pelo bucólico, artesanal, familiar, mesmo que pastichizado.

Em outros casos a territorialidade turística é criada em reais vazios demográficos, principalmente, nos novos continentes, através de programas de computador dos planeadores e arquitectos, como em Cancún, no México, como em Las Leñas, na Argentina. Até mesmo a futurista Las Vegas, nos Estados Unidos, foi criada em pleno deserto por um visionário. Neste caso, a multiterritorialidade vai sendo construída juntamente com a "turistificação" dos territórios. É muito comum observar-se que as territorialidades são distintas e não se sobrepõem, como no exemplo de Cancún, onde os turistas não se apercebem dos bairros residenciais, que abrigam a população local e que também resultam de fluxos migratórios de outras áreas do país.

Philip L. Pearce e G. Moscardo (2002) apresentaram um interessante estudo teórico sobre os efeitos do turismo nas comunidades locais, sugerindo uma análise baseada na teoria das representações sociais, argumentando que as atitudes provocadas pelo turismo são parte de uma grande representação da forma pela qual os fenómenos sociais importantes são percebidos. As representações sociais são meta-sistemas complexos do conhecimento diário que perscrutam os valores, crenças, atitudes e comportamentos. Têm sido usadas em muitas pesquisas na área das Ciências Sociais para a compreensão de vários temas, dentre os quais o turismo, iniciando-se pelo questionamento da razão pela qual as comunidades anfitriãs evoluem entre a posição de perplexidade, de adesão, ou de antagonismo ao turismo. A adesão está sempre em função da sua verdadeira inclusão no processo ao vislumbrar reais e potenciais vantagens. Se, entretanto, antevirem perdas, com certeza passarão da adesão à hostilidade. Não raro a hostilidade reside no segmento que anteriormente era constituído por turistas que passaram a residir no local, não tolerando, então, os alardeados impactos negativos do turismo. A lógica e o conteúdo das representações sociais, que são essencialmente dinâmicas, envolvem comunicação, discussão e interacção social. Através de acções públicas em escala local pode haver uma administração destes conflitos, principalmente no controlo de forças do poder económico monopolizador, a fim de combater possíveis assimetrias, evitando-se, por exemplo, o favorecimento de um determinado grupo em detrimento de outro, mesmo que este integre a comunidade residente.

Turismo e Territórios Plurais

Nas reflexões anteriores procurámos tecer um pano de fundo para as análises que se seguem e que pretendem mostrar que o território turístico resulta da prática turística, ao mesmo tempo que a concretiza e é transformado por ela, através de um processo dialéctico de desterritorialização e reterritorialização, perpassando a multiterritorialidade. Não desconsiderando as diversas dimensões do conceito de território que se compõem pelas perspectivas materialista, naturalista, economicista, jurídico-política, idealista, elegemos a perspectiva integradora como base da reflexão que norteia este ensaio. Nesta perspectiva o território é concreto e abstracto, uma complexa tessitura do material e do ideal.

Yves Barel (1986) insiste na dimensão simbólica do território ao observar que todo o território social é um produto do imaginário humano. Assim, territorializar é construir e reconstruir sem cessar o *locus* do actor social, tanto materialmente como do ponto de vista das representações: para a instituição é a sua área de poder e influência, enquanto para o indivíduo é uma subtil alquimia entre o pessoal e o colectivo. É oportuno, então, discutir o tema da multiterritorialidade, que significa experimentar vários territórios ao mesmo tempo.

A dinâmica territorial é sempre vida e renovação dos territórios, sejam eles contíguos – território-zona, sejam eles espacialmente descontínuos, território reticular (utilizando nos dois casos a nomenclatura sugerida por R. Herbaert, 2005) produzidos pela estrutura das redes em pontos, arcos e nós, cujos fluxos conduzem bens materiais, energia, pessoas e capitais, assim como bens intangíveis como ideias e informações.

É no espaço de origem da procura que se originam os fluxos turísticos, mas é no espaço de destino que se concretizam, produzindo novas territorialidades. Muitas vezes os dois vectores ocorrem no mesmo território, produzindo hibridismo, demarcando fragmentos que se sobrepõem. Por exemplo, a cidade de São Paulo é o primeiro destino do turismo interno no Brasil e é, ao mesmo tempo, o principal pólo emissor de demanda para outras partes do país. Esta flexibilidade territorial do mundo contemporâneo, dito pós-moderno, possibilita que alguns grupos, em geral os mais privilegiados, que alimentam os fluxos internacionais, experienciem uma multiplicidade de territórios, seja no sentido da sua sobreposição num mesmo local, seja na sua conexão em rede por vários pontos do mundo.

De acordo com C. Raffestin (1993), os actores sociais ao apropriarem-

se, concreta ou abstractamente, de porções do espaço delimitam territorialidades, mesmo que seja através de representações sociais, o que ocorre no segundo caso. Através da acção de produzir um valor, uma representação, um controlo sobre o espaço, os homens erigem territórios que se articulam num campo relacional de poder. Assim, as territorialidades que daí resultam vão mediatizar não somente as relações entre os homens, mas entre a sociedade e o espaço. Em última análise, rompem com a dicotomia clássica entre sociedade-natureza. Nesta perspectiva o território é concebido como agente de transformação social, assumindo a conotação de actor. Este breve arrazoado teórico permite-nos inferir a dimensão ontológica do território.

Território, assim, em qualquer acepção, assume a conotação de poder, não somente político, no sentido mais concreto de dominação, mas também o poder no sentido mais simbólico, de apropriação. O território turístico, em particular, sendo um espaço dominado e/ou apropriado, assume um sentido multi-escalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção compósita, ou seja, de territórios plurais.

Rogério Haesbaert (2004; 2005) traz uma importante contribuição para o entendimento das dinâmicas territoriais, detendo-se na discussão da desterritorialização e da multiterritorialidade ao analisar o processo da construção, desconstrução e reconstrução dos territórios. A este processo denomina *territorialização efectivamente múltipla*, ou por outras palavras, um entrecruzamento de diferentes territórios (HAESBAERT, R. 2004). O autor argumenta que a desterritorialização é em grande parte relativa e nem sempre revestida apenas de aspectos negativos, porque contém em si a possibilidade de renovação, ou seja, de contrariar a inércia.

Modelos antagónicos de apropriação territorial pelo turismo

A partir das considerações anteriores pensamos em dois modelos territoriais de turismo que, em princípio, são excludentes, por se basearem em lógicas não só distintas, como opostas. Ao primeiro atribuímos o título de **modelo economicista** (figura 1) e ao segundo, **modelo humanista** (figura 2). Estes dois modelos derivam de observações do processo de implantação do turismo no Brasil, nas duas últimas décadas.

O turismo como actividade monopolista manifesta-se em países pobres e emergentes, principalmente do mundo tropical, não somente no investimento directo de capitais, mas também por benefícios outorgados pelo Estado a grandes empresas, as quais sem investir em infra-estruturas básicas

obtêm grandes facilidades para a viabilização dos seus equipamentos, tais como *resorts*, grandes hotéis, parques temáticos, marinas etc. Esta prática caracteriza o processo de implantação de equipamentos turísticos na América Latina, entre os quais o exemplo de Cancún é um dos mais conhecidos, motivado pela valorização dos atractivos tropicais sob o signo sol e praia.

No Brasil este modelo está sendo implantado com grande força na região Nordeste, através do programa denominado PRODETUR-NE, desde o início dos anos 90 (séc. XX), sendo responsável por uma grande transformação na valorização do território, produzindo-se novas territorialidades que se expressam na paisagem através de formas estandardizadas, nomeadas de *não-lugares*, atribuindo-se ocasionalmente ao Nordeste o slogan de “Caribe brasileiro”. O empreendimento Costa do Sauipe, no estado da Bahia, é um dos melhores exemplos da actualidade, recorrendo inclusive à criação de simulacros, como a construção de uma aldeia “tradicional” de pescadores com a sua não menos “tradicional” pousada, que no Brasil tem a conotação de um hotel de baixo custo, diferentemente de Portugal, onde são de alto luxo, voltados para uma clientela de alto poder aquisitivo.

Figura 1



Este modelo de implantação, que denominamos de modelo tecnocrático – hegemónico, exemplifica o **território reticular**, por estar subordinado a um

sistema reticular de fluxos, exigente de fluidez e sequioso de velocidade. Como observa Milton Santos (1996; 2000), embora não se referindo especificamente ao turismo, esta lógica vincula-se aos sistemas produtivos globais, dominados por macro-actores, sistemas estes organizados numa estrutura reticular (pontos e fluxos), através da integração vertical, que produz a valorização selectiva dos lugares, conjugando possibilidades (mundo) com oportunidades (locais). Expressa uma solidariedade do tipo organizacional, cujas relações de agregação e cooperação entre agentes resultam de um processo de organização, em que predominam factores externos aos espaços de sua incidência. Trata-se de uma regulação subordinada porque, na sua maior parte, é capitaneada por macro-empresas transnacionais, expressando o que Milton Santos denomina de verticalidades. Impõem lógicas que desenham novas funcionalidades para uma região, desestruturando a organização social local, remodelando paisagens, imprimindo, portanto, novos valores ambientais e sócio-culturais, desenhando de maneira arbitrária e autoritária novas territorialidades. Visto por outro lado, pode-se argumentar que introduzem novas formas de sociabilidade, marcadas pelo hibridismo e pela flexibilidade, o que pode beneficiar os antigos territórios ao permitir o rompimento de inércias. No caso dos mega-empresendimentos turísticos que estão sendo implantados com incentivos do PRODETUR-NE, no Brasil, podemos resumir as características através dos pontos que elencamos, a seguir:

- * do ponto de vista espacial está comprometido com a articulação local-global, sendo planeado para a actuação em larga escala, embora no discurso oficial esteja vinculado ao chamado desenvolvimento regional;
- * do ponto de vista económico é alimentado basicamente por capitais externos, com contrapartida de capitais nacionais, prometendo geração de emprego e de rendimento, sem captação de divisas, voltando-se principalmente para a procura turística internacional, oferecendo incentivos à iniciativa privada, inclusive isenção de tributos, em muitos casos;
- * do ponto de vista técnico resulta de um planeamento imposto, baseado na racionalidade e na funcionalidade, necessitando de infra-estruturas pesadas a cargo do sector público, em transportes, rede de energia eléctrica, abastecimento de água, rede de comunicações, exibindo alta tecnologia e conduzindo à formação de *clusters* a fim de adensar, em escala reduzida, os recursos financeiros e técnicos, objectivando a reprodução ampliada do capital investido;

- * do ponto de vista ambiental promete a sustentabilidade nas suas diversas dimensões, em particular na esfera ecológica, que via de regra é desconsiderada, como por exemplo através de construções sobre ambientes litorais frágeis, tais como sistemas dunares, ou arrasamento de manquezais para implantação de equipamentos como marinas, parques aquáticos, clubes de recreio, ou ainda, edificação de equipamentos invasivos de grande porte para ampliação ou construção de portos fluviais e marítimos ou de aeroportos junto a áreas metropolitanas densamente povoadas;
- * do ponto de vista social trata-se de um modelo de turismo segregador e excludente, tanto para a procura de menor poder aquisitivo, quanto para a população anfitriã, que frequentemente é excluída do processo por não apresentar qualificação profissional adequada, sendo mobilizada eventualmente como força de trabalho para postos não especializados e, portanto, mal remunerados.

Vale a pena insistir que, com muita frequência, o poder público tem privilegiado as empresas corporativas hegemónicas outorgando-lhes benefícios de todo o tipo, desde incentivos fiscais até a montagem de infra-estruturas para favorecer a viabilidade dos projectos. Em última análise esta lógica causa um grande ónus social às comunidades locais, tanto de forma indirecta, estabelecendo prioridades que não privilegiam os habitantes locais e má alocação de recursos, como de forma directa, por exemplo, através do aumento de IPTU (imposto predial territorial urbano) nos municípios turísticos para custear equipamentos, que nem sempre são prioritários para os residentes.

Subordinado a uma lógica distinta, para não dizer oposta, apresentamos outro modelo de implantação do turismo, que denominamos de **proposta humanista**, esquematizado na figura 2, que é concebida, implantada e gerida pelos vários segmentos que compõem a população local, mobilizando recursos endógenos, expressando o que Milton Santos denomina de exercício das horizontalidades, ou seja, o fortalecimento de uma integração solidária local. Referindo-se às horizontalidades, Milton Santos afirma:

«na verdade são contra-racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemónica típica das verticalidades» (2000: 110)

As reflexões a seguir, que caracterizam a proposta alternativa, dizem

respeito à implantação do turismo em territórios anteriormente constituídos e que, pelo menos, atendem aos seguintes requisitos:

- * os recortes territoriais mantêm um adensamento populacional que permite vínculos sócio-espaciais entre os seus habitantes, expressando uma apropriação territorial, ainda que simbólica;
- * as actividades económicas que davam suporte a estas comunidades – monoactividade ou pluriactividade – encontram-se em crise ou em vias de transformação, não permitindo mais o suprimento das necessidades comunitárias, pelo menos, as básicas;
- * as comunidades não se encontram geograficamente isoladas, articulando-se minimamente com o exterior por uma rede de transportes e de comunicação ;
- * o território dispõe de um capital social e material capaz de induzir mudanças que transformem estes territórios em meios inovadores através do empreendedorismo local.

A fim de fundamentar esta proposta valemo-nos do modelo de Boisier (2001), apresentado como sendo uma estrutura conceptual para o desenvolvimento, que está fundamentado em quatro marcos que o autor denomina de: marco valorativo, marco instrumental, marco endógeno e marco sinérgico. O autor coloca no centro do conceito de desenvolvimento a valorização do ser humano enquanto ser individual e social, sinalizando como requisito fundamental a possibilidade de todo o indivíduo alcançar sua plena dignidade enquanto sujeito do desenvolvimento, elegendo os valores: liberdade, democracia, justiça, ética, estética, solidariedade como decisivos (Boisier, 2001, p. 24). As características deste modelo, que se assemelha aos Sistemas Produtivos Locais (*Local Productive Systems*) descritos na literatura como uma versão moderna dos distritos marshallianos, adaptados para o turismo, são as que enunciamos a seguir:

- * o marco territorial constitui o recorte espacial local (território-zona) perseguindo-se a sustentabilidade em todas as suas dimensões, apesar de termos sempre manifestado uma certa desconfiança em torno da expressão desenvolvimento sustentável que, como rótulo, é empregado de maneira generalizada podendo significar, de acordo com quem a utiliza, apenas falácia ou engodo. Porém, não resta a menor dúvida que esta expressão, do ponto de vista semiológico, tem uma

abrangência monossémica, unificando todo o discurso sobre sustentabilidade, subordinada aos princípios pela eficácia económica, justiça social e conservação ambiental, conforme propostas do relatório *Our Common Future* (1987), divulgadas com maior ênfase a partir da ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que teve lugar no Rio de Janeiro).

- * o marco valorativo é ancorado na democracia, na justiça, na ética e na solidariedade, entendendo que o ser humano, como indivíduo e como sujeito colectivo, vive em sociedade e tem antes de tudo um compromisso com os seus semelhantes;
- * o marco material ou instrumental reúne os recursos materiais, as condições de pleno emprego com dignidade, a distribuição equitativa dos benefícios e o uso de tecnologias de baixo impacto, incentivando o resgate dos saberes tradicionais, elementos fundamentais para empreendimentos de turismo rural, só para citar um segmento;
- * o marco endógeno propõe a valorização do capital cognitivo, cultural, simbólico, priorizando a memória colectiva. Aqui também se colocam os valores cívicos e institucionais, sendo imprescindível a participação do Estado, pois não se prega o desrespeito às instituições, não se confundindo, portanto, com o anarquismo. Muito pelo contrário, o sector publico é fundamental para dar respaldo material e jurídico ao projecto.

Figura 2



A dimensão política remete para as relações de forças por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os sujeitos sociais, bem como para a formação de identidades sociais e práticas de gestão. Na prática política há normalmente um desequilíbrio nas relações de poder, onde alguns actores o exercem, enquanto outros a eles se subordinam. Com muita frequência os interesses pessoais ou de alguns grupos estabelecem prioridades de acção a fim de auferir vantagens que se sobrepõem ao colectivo.

A estrutura do poder entre os sujeitos presentes no território é uma combinação variável entre o peso relativo dos empreendedores locais e das relações estabelecidas com o exterior. O exercício de poder dos sujeitos no lugar e sobre o lugar dá-se, por um lado, pela capacidade de construção das mediações necessárias ao funcionamento do sistema local de modo a fortalecê-lo e, por outro, através de meios externos para assegurar sua reprodução. Pelo contrário, os empreendedores locais, qualquer que seja a modalidade da mediação, seja como membro de uma cadeia integrada ou franqueada, seja como membro inserido em redes institucionais amplas (veja-se, por exemplo, a rede DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável), podem contribuir para a expansão do sistema local, amparando-se no poder que lhes confere a aludida articulação e inserção. Esta capacidade de mediação interfere muito no peso relativo dos sujeitos sobre os lugares. Por outro lado, o isolamento do território, definido como uma combinação entre uma fraca mobilidade e uma fraca conectividade com o sistema global, expressa a debilidade da actuação dos empreendedores locais.

Assim, os vários segmentos envolvidos no turismo necessitam de negociar as suas estratégias com o poder público local, colocado em posição de arbitragem. Cabe a ele mediar a relação/oposição com outras lógicas que podem definir a supremacia para outros sectores da economia, como por exemplo, da indústria, do comércio, da agricultura, da pesca, da aquicultura. Na verdade a pluriactividade dá mais margem de manobra para os territórios, atribuindo-lhes maior autonomia.

Para finalizar, sem a intenção de concluir

A contiguidade espacial entre os sujeitos não garante, de facto, a sua cooperação que depende, antes de tudo, da capacidade de construir novas territorialidades através de um consenso local que permita a união de forças, tendo em vista um objectivo comum. A fragmentação das diferentes culturas, constituindo territórios plurais (multiterritorialidades) pode ser vista tanto pelo

seu viés alienante, reprodutora de opressão e exclusão social, como pela sua força de articulação, oposição e resistência no efectivo exercício das horizontalidades, processo que poderá dar ensejo à apropriação e consolidação do território em novas bases. A administração pública tende a tornar-se flexível também, a fim de responder aos anseios da comunidade, abrindo-se à participação da sociedade civil organizada nas decisões. Isto deve-se fortemente ao crescimento das organizações não-governamentais, com o consequente aumento do poder de negociação no cenário político. Palavras como *stakeholders* e *empowerment* passaram a ser usadas com frequência a partir da década passada (anos 90). Todavia, é importante salientar que, apesar do discurso de participação e empoderamento, os organismos internacionais não deixaram de influenciar, padronizar e controlar as decisões. Observa-se, com muita frequência, a interferência dos agentes externos na orientação das acções colectivas locais, transformando a chamada participação popular em estratégias de dominação e não como um caminho para o exercício pleno da cidadania. Isto já é perceptível em alguns casos de projectos turísticos em território brasileiro, os quais são apresentados até na literatura especializada, decorrente de eventos científicos, como iniciativas de grande êxito. É o caso da Prainha do Canto Verde, no estado do Ceará e de Silves e Mamirauá, no estado do Amazonas, só para citar alguns exemplos.

Não se deve negligenciar o papel dos novos fluxos de população residente que procuram os territórios turísticos com fins de trabalho, trazendo pouca ou nenhuma qualificação profissional, pouco ou nenhum recurso material, mas muita esperança de se integrar no mercado de trabalho, formal ou informal. Este é um tema complexo que não tem sido tratado nos estudos académicos. Esta população é vista frequentemente como um "mal necessário" e a ela são imputadas todas as mazelas dos territórios rápida e densamente turistificados. Habitam em barracas ou em casas auto-construídas em terrenos ilegalmente ocupados, geralmente em bairros periféricos que se multiplicam em territórios muitas vezes protegidos por legislação ambiental restritiva. Tristes exemplos que podem ser observados na Serra do Mar, junto ao Guarujá, e nas periferias serranas de Campos de Jordão, dois centros turísticos dos mais sofisticados do estado de São Paulo. Embora socialmente segregados, trata-se de territórios ferrenhamente apropriados, portadores de sólida consciência territorial construída sobre práticas quotidianas consensuais. A estética paisagística que caracteriza os bairros da periferia social do Guarujá, é a da "pobreza tropical exuberante", o reverso do cartão postal dos bairros nobres de Campos de Jordão, pastiche europeu, prova cabal de que a

multiterritorialidade dos espaços turísticos coexiste de forma democrática, mesmo que seja no exercício das supostas contra-racionalidades.

Bibliografia

- BAREL, Y. (1986) - "Le social et ses territoires", in F. Auriac et R. Brunet, *Espaces, Jeux et Enjeux*, Fayard, Paris.
- BAUDRILLARD, J. (1970) - *La Société de Consommation*, Gallimard, Paris.
- BENI, M. (2003) - *Globalização do Turismo. Megatendências do setor e a realidade brasileira*, Aleph, São Paulo.
- BERTONCELLO, R. (2002) - "Turismo y territorio. Otras practicas, otras miradas", *Revista APORTES y Transferencias, Mar del Plata*, Ano 6, Vol.2, pp. 30-47.
- BOISIER, S. (2001) - "Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial", *Revista Interacciones*, Campo Grande, UCDB, Vol.2, Nº3, pp. 9-28.
- BOURDIEU, P. (1990) - *Coisas Ditas*, Brasiliense, São Paulo.
- BOURDIEU, P. (1989) - *O poder simbólico*, Difel, São Paulo.
- BRUNET, R. (1990) - *Le territoire dans les turbulences*, Reclus, Montpellier.
- BUTLER, R. W. (1980) - "The concept of a tourism area cycle of evolution: implications for management of resources", *Canadian Geographer*, 24, 1.
- CAVACO, C. (2006) - "Regionalização do turismo em áreas rurais a partir da oferta", in Almeida, J. A. e Souza, M. (orgs.), *Turismo Rural. Patrimônio, Cultura e Legislação*, Facos-UFSM, Santa Maria.
- CAVACO, C. (1996) - "Turismo rural e desenvolvimento local", in Rodrigues, Adyr B. (org.), *Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoque regionais*, Hucitec, São Paulo.
- DE MASI, D. (2000) - *O ócio criativo*, Sextante, Rio de Janeiro.
- DI MEO, G. (org.) (1996) - *Les territoires du quotidien*, L'Harmattan, Paris.
- DI MEO, G. (1991) - *L'Homme, la société, l'espace*, Anthropos, Paris.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. M. (2002) - *Turismo - Mosaico de Sonhos. Incursões Sociológicas pela cultura turística*, Colibri, Lisboa.
- FONSECA, M. L. (2001) - "Patrimônio, turismo e desenvolvimento local", in Rodrigues, Adyr B. (org.), *Turismo Rural. Práticas e Perspectivas*, Hucitec, São Paulo. pp. 47-68
- GAMA, A.; SANTOS, N. P. (1991) - "Tempo livre, lazer e terciário", *Actas da II Jornada de Geografia Humana: Terciário e Desenvolvimento*, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra.
- GUATTARI, F. (1985) - "Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade", *Espaço e Debates*, Ano 5, Nº.16.
- HAESBAERT, R. (2005) - "Da desterritorialização à multiterritorialidade", *Anais*

- do X Encontro de Geógrafos da América Latina, DG-USP, CD-Rom, São Paulo.
- HAESBAERT, R. (2004) - *O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*, Bertrand, Rio de Janeiro, Brasil.
- HIERNEAX, Nicolás D. (1994) - "En busca del Edén. Turismo y territorio en las sociedades modernas", *Revista Ciudades*, Red Nacional de Investigación Urbana, Universidad Autónoma de Puebla.
- MARCHENA GOMEZ, M. (s.d.) - *Un ejercicio prospectivo: de la industria del turismo "fordista" al ocio de la producción flexible*, (mimeo), Sevilla.
- MOLINA, A. (2003) - *O pós-turismo*, Aleph, São Paulo.
- MORENO, L. (2002) - *Desenvolvimento Local em Meio Rural. Caminhos e Caminhantes*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, CD-Rom (tese de doutoramento).
- PEARCE, P. L.; MOSCARDO, G. (2002) - "Análise do turismo comunitário - fazendo as perguntas certas", in Pearce. D. e Butler, R. W. (orgs.), *Desenvolvimento do Turismo. Temas Contemporâneos*, Contexto, São Paulo.
- RAFFESTIN, C. ; TURCO, A. (1984) - "Espace et Pouvoir", in Bailly, A., *Les concepts de la Géographie Humaine*, Masson, Paris.
- RAFFESTIN, C. (1993) - *Por Uma Geografia do Poder*, Ática, São Paulo.
- RODRIGUES, A. B. (2003) - "Patrimônio, território y empreendedorismo: pilares del desarrollo del turismo con base local", *Revista APORTES y Transferencias*, Centro de Investigaciones Turísticas, Mar del Plata, Año 7, vol. 2,
- RODRIGUES, A. B. (1996) - "Percalços do Planejamento Turístico", in Rodrigues, A. B. (org.), *Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais*, Hucitec, São Paulo.
- SANTOS, Milton (1996) - *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção*, Hucitec, São Paulo.
- SANTOS, Milton (2000) - *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*, Record, Rio de Janeiro.
- TIZON, Ph. (1996) - "Qu'est-ce que le territoire", in Meo, Gui (org.), *Les territoires du quotidien*, L'Harmattan, Paris.
- TOURAINÉ, A. (1969) - *La société post-industrielle*, Denöel, Paris.
- WWW.Dlis.com (Desenvolvimento Local Integrado Sustentável).

Turismo e Cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares

Fernanda Delgado Cravidão

Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Coimbra

Introdução

No quadro da História da Humanidade o turismo é um fenómeno recente. Apenas a partir do século XVIII se começa a organizar e sistematizar. Porém, de um fenómeno de elites que se deslocavam segundo um mapa mundial bem delimitado, transforma-se, em menos de 50 anos, num fenómeno massificado e global. Entre os anos 50 e 60 do século XX o número de viagens duplicou, de 25 milhões para cerca de 50 milhões no final de 1957; dez anos depois ultrapassava 125 milhões; no início dos anos noventa situava-se próximo dos 500 milhões de viagens, para, em 2003, atingir o total de 694 milhões. Neste cenário, que tem como protagonista a última geração do século passado, alteram-se os quotidianos, os ritmos de trabalho, os tempos de lazer assumem novas regras ou despem-se delas, buscam-se novas experiências. Há novas procuras e por essa via novas ofertas. As “regiões turísticas” alargam-se e emergem novos territórios com novas práticas turísticas. Como afirma CAZES (1998) no final do século XX a “quase totalidade das regiões e das populações mundiais está exposta ao fenómeno turístico”.

Portugal não fica alheio a toda esta mudança. Consolidando-se, só nos anos oitenta, como destino turístico, tem vindo progressivamente a encontrar novos caminhos para a oferta. Em 2003 entraram em Portugal 11,7 milhões de turistas ocupando o país o 16º lugar no ranking mundial. Hoje, esta actividade, representa cerca de 11% do PIB e onde cada 5 euros de receita turística geram cerca de 8,30 euros de riqueza nacional sendo, que 1 em cada 9 trabalhadores está ligado a actividade turística. A OMT, para onde entrámos em 1976, prevê, para Portugal, em 2020 um valor um pouco superior a 40 milhões ocupando, por isso, um lugar importante no ranking mundial. Para além do mar, do sol e da praia, Portugal dispõe hoje, de um diversificado e também qualificado conjunto de recursos/produtos onde se salientam por exemplo o Turismo Rural., o Golf, *resorts* com ofertas diversificadas e de grande qualidade, o Turismo Religioso, mais recentemente o turismo cultural e que constituem importantes mais valias no futuro do turismo português.

Fenómeno social e cultural por excelência, responde progressivamente a turistas mais informados, mais qualificados, mais exigentes, com uma maior qualidade de vida. Como afirma CAVACO (2003:31) as "lógicas predominantes dos fluxos turísticos são meridianas- em busca do sol - ou tomam a direcção de velhas relações coloniais, reforçadas pelo exotismo dos territórios e das populações e, sobretudo pelas suas fachadas marítimas e pelas cidades patrimoniais. Jogam ofertas novas, atractivas e competitivas, favorecidas pelo encurtar das distâncias – tempo, pela "charterização" e pela organização standardizada, fordista, mas também, ofertas diferenciadas, de produção flexível, alternativas e algo elitistas".

Muitos destes "novos" percursos emergem de imagens criadas por histórias familiares, por espaços perpetuados pela literatura, pelo cinema, por ligações afectivas, por ligações estéticas. Estes "novos" territórios de viagem vêm ao encontro desse imaginário dando-lhe uma identificação territorial. Como afirma CAVACO (2006:67) "é também neste quadro que se desenvolvem formas de *zapping* turístico e se secundarizam as formas tradicionais de vilegiatura, muitas vezes em meio rural. As próprias mobilidades profissionais geram novas práticas de espaço e com elas novas raízes ,materiais e imateriais, indutoras de retornos ou pelo menos de visitas".

Já em 1977 Jean Marie Miossec num artigo, publicado na revista *Annales de Géographie* que deu o título "L`image touristique comme introduction à la Geographie du tourisme", chamava atenção, para os novos caminhos da actividade turística e que então se começavam a delinear. Neste texto, pleno de actualidade, o autor pretende, por um lado, mostrar a importância da actividade turística, então em início de consolidação, sobretudo em algumas regiões europeias, e por outro, transmitir como as diferentes imagens que cada um vai construindo constituem suportes importantes para as escolhas de itinerários, construção de novos olhares sobre o território, definição de diferentes perfis de turistas. Estes promovem e obrigam a ofertas cada vez mais definidas e dirigidas procurando cativar "velhos" e "novos" turistas.

É neste contexto, apesar de recente, que as práticas turísticas se modificam, se alteram, se diversificam, se consolidam, sendo certo que fazer turismo continua, ainda, a ter um valor simbólico. Não como era entendido em meados do século XX, mas pelo que hoje significa: poder económico tal como de algum modo sempre o foi, mas sobretudo, símbolo do exótico, sinónimo de ascensão social e cultural, mas também retratando o domínio do corpo e da mente, como os exemplos de actividades de aventura/radicais bem o demonstram: a prática de *River Rafting* no Rio Colorado (Grande Canyon, USA); o

Bungee Jumping em plenas Cataratas Victoria (Zimbabué); ou *Trekking* no Nepal, entre muitos outros exemplos.

Contudo, já em pleno século XXI, e apesar de todas alterações registadas na sociedade, para uma parte significativa de turistas a viagem constitui, ainda, como que uma metáfora onde liberdade e domínio para além dos espaços familiares, dos territórios dos quotidianos, da esfera do privado são desafios a atingir.

Em concordância com FERRARA (1999) dos colonizadores aos emigrantes, (aos turistas) a viagem aparece sempre como metáfora do estranho, porque longínquo, distante, porque desconhecido

Um novo paradigma – outras práticas turísticas Do paradigma do ambiente ao paradigma do património

O crescimento da actividade turística, quase sempre rápido e não planeado, levou, como se compreende, em muitas regiões do mundo a rupturas com o território gerando tensões ambientais e conflitos com as populações locais, de difícil solução.

A publicação em 1987 do Relatório Burtland vem consubstanciar e trazer para as agendas políticas mundiais as questões relacionadas com desenvolvimento sustentável. Neste contexto, a actividade turística, que tem tido como principal recurso o território, e então em pleno crescimento, frequentemente sem preocupações relativas ao ordenamento, passa por uma fase onde impactos ambientais negativos se tornam, em muitos casos, na questão central.

Se a dimensão transgeracional assume um papel cada vez mais relevante dado que não só é necessário preservar os recursos para as próximas gerações, como se torna cada vez mais importante promover o equilíbrio mundial, os equilíbrios regionais e os equilíbrios locais e também promover as solidariedades inter-regionais, não deixa de ser verdade, que os impactos negativos têm promovido uma maior consciência da finitude dos recursos, levando, também, por isso, a estratégias que hoje estão assumidas pelo poder político em geral e pelo cidadão em particular.

Assim, e ainda que a “medo” e de forma paulatina, a partir dos anos 90 começam a delinear-se novos percursos para actividade turística. Importa recordar que, nos países ditos desenvolvidos, a escolaridade não tem parado de aumentar, a esperança de vida é cada vez mais longa, o acesso à informação banalizado, o conceito de tempo livre alterou-se, os custos de trans-

porte cada vez mais baixos, a qualidade de vida um patamar conquistado por muitos e paralelamente a construção de uma consciência de cidadania-local, regional e global, que nos permite construir, embora lentamente, o saber olhar o Outro. É uma construção que passa por novas formas de utilizar o território. De entender as culturas diferentes. De dar lugar ao lugar.

É nesta teia de ligações diferentes, mas inscrita na sociedade global, que a viagem, os itinerários e os lugares se (re)constróem, mas, em outros casos se (des)constróem. Aproveitam-se imagens há muito criadas, desenham-se e concretizam-se novos caminhos para a actividade turística que pretendem atingir as novas procuras. De resto, a fórmula tradicional e inicial do turismo cultural foi e continua a ser os circuitos, os itinerários. Estes fazem parte, de resto, da própria história da actividade turística. Recorde-se apenas o *Grand Tour* que fazia transportar pela Europa culta e erudita do Século XVIII e XIX os filhos da burguesia inglesa para lhes completar o que a educação académica não tinha tido oportunidade de fazer. Na nova arquitectura que apresentam, e que tem por base uma construção antiga, é possível multiplicar as ocasiões de visita, permitem participar em manifestações culturais, recriam-se ambientes há muito perdidos e que agora se recuperam e onde a personagem principal é o turista. A diversidade de interesses oferecidos numa mesma viagem assume tal dimensão que é possível fazer diferentes viagens. No tempo, no modo e no consumo. Por isso cativam-se públicos diversificados: diferentes idades, diferentes origens sociais, diferentes capacidades económicas, diferentes interesses culturais e também por isto o turismo cultural é um mercado em expansão.

Neste contexto de mudança e ganha que parece estar a geração do ambiente, começa a consolidar-se um novo paradigma – o do património. É neste caminho que a UNESCO vem, em 2003, a reconhecer o património imaterial. Até ai, apenas o construído assim era considerado. Reconhece-se que uma manifestação como Samba de Roda do Recôncavo Baiano deva ter sido classificado como tal. A mesma classificação é atribuída ao Carnaval de Barranquilla, no Norte da Colômbia, à tradição da Recitação Védica, na Índia, entre outros exemplos. Em Portugal “As tradições orais galego – portuguesas” integraram a mais recente candidatura a património da UNESCO, porém não tendo sido contemplada.

Cada vez mais o “uso cultural” da cultura faz hoje parte das práticas turísticas, em grande medida recuperando lugares mapeados há muito. As termas podem ser um exemplo, entre muitos outros. Muitas das estâncias termas que marcaram a vida social da aristocracia e burguesia do século XIX e

parte do XX, foram recuperadas, refuncionalizadas, segundo o formato da sociedade de consumo. No espaço europeu em geral, e no território português em particular, são muitos os exemplos. A sua promoção recupera por um lado a imagem antiga e dá-lhe nova roupagem. Isto é, faz apelo também, às condições ambientais envolventes do património natural, à ambiência cultural: história, gastronomia, percursos pedestres... Isto é, o que marca é o lugar mas o que se oferece ultrapassa-o. O património - material e intangível - é o produto que desenha a arquitectura do turismo cultural. Do património construído ou imaterial - da casa rural em extinção ao núcleo museológico, da música às manifestações populares de teatro, tudo permite dar, ou parecer dar, sentido ao lugar.

No caso português a rede das aldeias de xisto, das aldeias históricas, o percurso dos judeus, a rota do contrabando por onde "viajam" memórias de vidas clandestinas, são exemplos, entre muitos outros, marcados por lugares que o turismo (cultural) pretende requalificar. Como afirma CAVACO (2006: 70) e citando Philippe Bachimon "o turismo(...) valoriza e reutiliza velhas técnicas, construções, equipamentos: circulação fluvial e nos canais, comboios históricos pelas antigas linhas-férreas, circuitos pedestres (...) ou pelos caminhos dos almocreves, dos contrabandistas ou dos peregrinos". "Tudo é então inventariado e classificado como património (o pequeno património, que pode ser recente,)" ou também o outro património, "numa valorização da memória dos lugares, com os seus diferentes passados." (CAVACO, 2006:70)

O lugar foi ou é ponto de partida. A geografia e a história - a que se ligam a paisagem, a arquitectura, a economia, os tecidos sociais, permitem que cada lugar tenha construído a sua própria imagem cultural; a sua identificação territorial. Porém, estes lugares inserem-se num território que ao longo da história foi tendo funções diversas, e também aqui o turismo encontra quase sempre importantes recursos, materiais e imateriais. Os Itinerários podem ajudar a perceber porque é que as populações se organizaram de modos diferentes, em territórios tão próximos e como foi diferenciado o modo de viver esses espaços.

No domínio do religioso, e em Portugal, Fátima é exemplo, de como um lugar, onde território e espiritualidade convergem, se transformou numa porta chave de itinerários de diferentes escalas. Ao nível do local/regional, daqui divergem percursos que atravessam os Parques Naturais classificados, visitam grutas dado que estamos na mais importante área cársica do país, param na Batalha e visitam Alcobaça. Isto é, uma rede cúmplice entre o material e o intangível com objectivos comuns: atrair turistas, diversificar a oferta.

Mas Fátima está também no roteiro mundial dos Santuários Marianos e neste sentido está integrada numa rede global. (cf. SANTOS, 2004).

A importância dos Itinerários Culturais é hoje um dado assumido pelos operadores turísticos pelo significado que vão adquirindo no jogo entre procura e a oferta; pelo poder político, através das diversas estratégias para o desenvolvimento pelas Instituições supra-nacionais como é exemplo a União Europeia.

A publicação em 1998 do Guia dos Itinerários Culturais das Regiões da Europa é disso um bom exemplo. São 26 rotas que cruzam realidades e paisagens (naturais e humanas) muito diversas, mas que têm o mesmo objectivo: divulgar um território a partir da sua identidade cultural e levá-lo a ser procurado por turistas activos. À partida tem quase sempre um dado comum: o lugar ou lugares, em torno do qual ou dos quais o tempo se encarregou de construir uma certa imagem. Mitológica. Simbólica.

Neste percurso uma pequena paragem: Creta. Nesta caminhada percorre-se a história, a mitologia, olham-se os bordados, frui-se da paisagem da terra e do mar.

Também de um modo breve podemos fazer a Rota da Prata. Atravessando a parte mais ocidental de Castela –Léon, recupera-se parte do Itinerário de Antonino utilizada para fazer chegar as riquezas vindas da América. Hoje percorre-se para re(ler) Cervantes, parar em Salamanca. Quase no final do percurso cruzamo-nos com os Caminhos de Santiago e com o traço de Gaudí.

Para além das fronteiras europeias, consolidam-se uns, e emergem outros caminhos. Estes permitem percorrer outros territórios que começam a fazer parte dos mapas turísticos mundiais. Diferentes pela cultura, pela paisagem, pelos modos de vida por outros quotidianos. Aqui, por um lado, procura-se o contacto directo com espaços que durante largas dezenas de anos fizeram parte do imaginário, do impossível, da aventura, por outro o diferente, o exótico, o marginal (no sentido em que foge dos padrões da cultura ocidental). Assim, redescobre-se a Cordilheira Andina e Malacué, os Himalais e Shimla, Ghandruk e os Sherpas, a Amazónia e alguns dos seus modos de vida, a Rota dos Escravos e o fascínio pelo Deserto.

É neste cenário, que tem como pano de fundo o turismo cultural e, mais recentemente, o património, que os lugares se têm vindo a afirmar. Como novos recursos, como produtos, como património cultural.

O Lugar dos Lugares – percursos em (re) construção?

O lugar faz parte da essência do ser humano. O “estar” é necessário para a construção/realização do “ser”. O ser humano que conhece outros lugares, quando regressa faz uma diferente leitura do seu próprio lugar. Os seus olhos estão “modificados”. Modifica-se o seu “ser” e por via disso o “estar”. Altera-se o “olhar” e vê de outro modo o seu lugar. Como afirma FERRARA (1996) quebra-se o hábito da habitabilidade e resgata-se a identidade. O património, pode ser, uma chave para a identidade. O património, material e imaterial, é hoje, na economia global, um dos poucos caminhos que ajuda a encontrar o diferente. Isto é, a dar a um lugar a sua verdadeira dimensão: sociológica, cultural e geográfica.

Por isso, muitos dos autores que elegeram o território como cenário principal do seu trabalho, continuam, por um lado a questionar, e por outro preocupar-se, com muito do que se tem feito, ou não, em termos turísticos.

Sendo o território um recurso finito e o respeito pelas populações locais um dever, as identidades culturais constituem um património colectivo. A actividade turística, deve, por isso, pautar-se por um caminho onde a sustentabilidade seja uma preocupação permanente. Mas, tal como o fenómeno turístico encerra muitas contradições (CRAVIDÃO 1996), também a sustentabilidade (re)construída através da patrimonialização é ambígua. São vários os exemplos onde a reconversão para o turismo de lugares com identidades alicerçadas, sobretudo em economias rurais, foram reconstruídos, por outras roupagens, ficcionados no sentido de atrair turistas. Como afirma PEIXOTO (2006) a “reactivação para fins turísticos, de objectos e práticas que tinham deixado de estar integrados nas rotinas quotidianas tem efeitos perversos e evidencia, quando torna patentes as incompatibilidades entre usos presentes e os usos antigos, o carácter contraditório e ambíguo da sustentabilidade”.

As práticas turísticas de hoje, ancoradas frequentemente à patrimonialização (nova forma de sustentabilidade) e em muitos casos exacerbada: objectos, cursos de água, moinhos, pequenos lugares de culto(s) (CAVACO; 2006) têm gerado conflitos entre quem visita e quem habita. A visita é por natureza efémera, passagem, enquanto que habita pertence. *Habitare* (latim) significa manter relações permanentes e fortes, em termos de quotidianos e de usos. Constrói-se, assim, uma identidade entre habitante e lugar. O exemplo conhecido e publicado pela revista *Paris-Match* é um entre muitos em que se retrata, por um lado, o uso cultural da cultura e por outro a dissonância

entre quem “habita” e quem visita. Trata-se de um *cartoon* em que uma idosa ajoelhada num templo gótico ora profundamente. “Em torno dela , a contemplá-la interrogativamente, uma horda de turista japoneses. O guia toca-lhe e diz:- minha senhora está a perturbar a visita ”(MENESES, 1999). Esta incompatibilidade retrata um sem número de casos que se enquadram numa fase designada, por alguns autores, de pós turismo (MOLINA, 2003; FILHO, 2005).

Se os lugares constituem cada vez mais o centro de novas práticas turísticas, não deixa de ser verdade que tal como nas duas últimas décadas do século XX as questões ambientais geraram conflitos, também, agora, com dimensões diversas a patrimonialização que se pretende desenvolver e consolidar, tem promovido alguns divórcios e por vezes alguma conflituosidade ente agentes turísticos, turistas e população residente. Isto é, o lugar adquire, ainda que de modo efémero, novas funções, novos usos, reorganiza-se em favor de um evento e de quem o vai fruir, esquecendo, por vezes, quem o habita. Quando retoma o seu lugar no tempo e no espaço, quando volta ao seu “verdadeiro lugar” é outro.

No último fim-de-semana de Agosto recriaram-se em Almeida alguns dos episódios ocorridos aquando das Invasões Francesas: a batalha do cerco, a explosão do paiol entre outros. Tratou-se de um espectáculo bem organizado pela autarquia local, com uma larga afluência de visitantes, sobretudo portugueses e espanhóis e que seguramente retratou bem os verdadeiros acontecimentos. Demorei mais dois dias em Almeida. Sem sair deste centro histórico estive em dois lugares. Aquele onde tinham decorrido as manifestações de carácter militar que retratavam um acontecimento de Julho de 1810 e o outro do século XXI. População idosa, vivendo de pequenas reformas e de uma agricultura que, saudavelmente, vão praticando e que transmitiam com um sentimento de algum alívio “por ter ido embora tanta gente” a alegria da “festa” já ter acabado. Ou seja, «muitos dos aspectos que é suposto representarem os quotidianos dos indivíduos, ou de um lugar são, por via da encenação, por via da elaboração de cenografias turísticas, algo exterior aos residentes». (PEIXOTO, 2006). Será que algumas destas práticas não constituem o negativo da fotografia que retrata a realidade?

Citando CARLOS (1996) «o turismo transforma tudo (...), cria um mundo fictício e mistificado do lazer (...) ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para espectáculo» onde os turistas são passivos. O real é modificado, transfigurado para seduzir, para ser consumido. Para Umberto Eco, a Disneylândia é uma alegoria à sociedade de consumo. Do imaginário absoluto. Da passividade total. Todos os actores são passivos. Meros observadores.

Considerações finais

Tornou-se, quase um lugar comum, fazer da actividade turística um dos principais caminhos para o desenvolvimento. O turismo cultural assume aqui um lugar privilegiado. As regiões periféricas podem ter no turismo um meio inesgotável para promover a sua integração territorial; os centros urbanos podem, através, do turismo, refuncionalizar – se, e ganhar as dinâmicas demográficas e económicas, há muito perdidas; as “velhas” áreas industriais encontram, no turismo, novos modos de se integrarem na economia, através, por exemplo, do seu património museológico, as paisagens ditas naturais ou em vias de extinção estão a transformar-se em verdadeiros santuários. Visitar o que ainda não desapareceu e que faz parte da história da Terra e do ser Humano é um filão em crescimento, mas é necessário não cometer os mesmos erros.

A constituição de redes em que o património cultural é o recurso de charneira, tem promovido a construção de itinerários, que passam pelo natural, pelo arquitectónico, atravessam o histórico, o religioso, a música, a gastronomia... E podia continuar a dar exemplos. De facto, a inquestionável importância económica que a actividade turística assume, do local ao global, criou e cria expectativas que são registadas no discurso político, nos planos estratégicos de desenvolvimento, nos agentes económicos, na comunicação social, nas populações.

Se durante algumas dezenas de anos do século XX, era possível identificar um conjunto de regiões que constituíam os grandes pontos de chegada, hoje, ainda que haja uma matriz herdada, praticamente a actividade turística exerce-se em todo o mundo. Emergindo em algumas regiões e consolidando-se em outras. E este é um novo desafio. Há novas procuras, novos perfis de turistas, novas formas de olhar e consumir o território. O lugar assume um lugar diferente.

Porque o lugar, qualquer que seja a sua dimensão, é na sua essência uma produção humana, é nele que se constroem as relações sociais, é nele que se (re) cria a identidade, a singularidade cultural, actividade turística tem de saber encontrar o comprometimento entre quem visita e quem habita, sobretudo quando esses lugares estão em territórios periféricos, de baixas densidades, com populações envelhecidas, com graus de literacia baixos ou nulos. O futuro, que se deseja próximo, provavelmente, vai trazer mudanças. Com populações mais escolarizadas, mais informadas, com outros percursos de vida e também mais receptivas a novas actividades que podem trazer ao lugar o lugar que merece.

Referências Bibliográficas

- CARLOS, A. (1996) - "O Turismo e a produção do não lugar", *Turismo-Espaço, Paisagem e Cultura*, Hucitec, S. Paulo, pp. 25-38.
- CARMINDA C. (2006) - "Regionalização do Turismo em áreas Rurais a partir da Oferta?", in Almeida, J. A. e Souza, M. (orgs.), *Turismo Rural. Património, Cultura e Legislação*, Facos-UFSM, Santa Maria, pp. 63-100.
- CRAVIDÃO, F. (1996) - "Mobilidade, Lazer e Território", *Cadernos de Geografia*, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, pp. 43-53.
- FERRARA, L. (1996) - "O Turismo dos deslocamentos virtuais", *Turismo-Espaço, Paisagem e Cultura*, Editora Hucitec, S. Paulo, pp. 15-25.
- FILHO, J. (2005) - "O conceito de Pós-Turismo: uma breve dimensão crítica"; *Revista Espaço Académico*, 46, UEM, Brasil.
- CAZES, G. (1998) - "Les mobilités touristiques internationales", *La Planète "nomade". Les mobilités géographiques d'aujourd'hui*, Belin, Paris, pp. 77-92.
- DELEGAÇÃO PERMANENTE PARA O TURISMO DAS REGIÕES DA EUROPA (1998) - *Guia dos Itinerários Culturais das Regiões Europeias* (Org. L. Hermano), Palma de Maiorca.
- MENESES, U. (1999) - "Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais", *Turismo-Espaço, Paisagem e Cultura*, Editora Hucitec, S. Paulo, pp. 88-99.
- MIOSSEC, J. M. (1977) - "L'image touristique comme introduction à la Géographie du Tourisme", *Annales de Géographie*, nº 473, pp. 55-69.
- MOLINA, S. (2003) - *O Pós Turismo*, Aleph. São Paulo.
- PEIXOTO, P. (2006) - "O Douro a Todo o Vapor: alegorias do Turismo Rural", in Almeida, J. A. e Souza, M. (orgs.), *Turismo Rural. Património, Cultura e Legislação*, Facos-UFSM, Santa Maria, pp. 121-136.
- SANTOS, M. G. (2004) - *Espiritualidade e Território. Estudo Geográfico de Fátima*. Universidade de Coimbra, FLUC, dissertação de doutoramento em Geografia.

Um velho Porto para Novos Turistas: apontamentos de debate sobre turismo urbano¹

Luís Saldanha Martins

Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade do Porto

O Burgo antigo do Porto, visto de Vila Nova de Gaia.



Proposta

O turismo tem mantido na cidade do Porto uma discreta expressão, exasperante diriam alguns, quer face aos investimentos realizados, quer face às expectativas locais criadas, ou face ao interesse do país. Completando-se uma década sobre a inscrição do centro histórico do Porto na “lista” do Património Mundial da Unesco e, depois de um conjunto diversificado de iniciativas e outras tantas polémicas, a cidade permanece com um estatuto de destino turístico apenas medianamente interessante.

Este estado afigura-se particularmente agudo perante as tendências de evolução do fenómeno turístico mundial nos últimos anos, dir-se-ia favorável ou, no mínimo, benevolente com destinos de características urbanas

¹ Participar de um livro de homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco significa uma variedade de emoções impossível de expressar em «letra de forma» – como diria o meu Mestre Pereira de Oliveira – mesmo que as palavras pudessem adquirir a força suficiente e a clareza bastante para exprimir o sentir que anima a escrita destas linhas. Antes de mais, de profunda gratidão pela excelência das páginas que já produziu e que estão presentes, com uma actualidade natural e perene, quando se pretenda escrever sobre a Geografia do Turismo – o tema que mais me aproxima da homenageada –, ou então, tão só arrumar ideias sobre a Geografia. Depois de respeito e de admiração até por saber que a profundidade, a ordem, a clareza e a elegância que derrama nos textos que escreve são inimitáveis e inultrapassáveis, constituindo também por isso um referencial à produção científica e fonte de inspiração para as gerações seguintes. Finalmente, de algum entristecimento porque qualquer livro de homenagem significa sempre um patamar de afastamento, e esse afastamento, voluntário ou não, deixa mais pobres e mais sós os que ficam, independentemente das multidões que os rodeiem.

de matriz cultural. Assim como se afigura agudo perante a dificuldade ou a impossibilidade da cidade em inverter o ciclo de declínio instalado, do qual o centro histórico será porventura a face mais visível.

Os indicadores turísticos mais comuns, revelam ao longo da última década uma dimensão relativamente contida, com ritmos de crescimento moderados tendo atingido o Porto, em 2004, cerca de 583 mil hóspedes e ultrapassado o milhão de dormidas na hotelaria. Estes valores encerram tendências contraditórias, balanceadas entre o ligeiro aumento do número de visitantes e a insuficiência, até ineficácia, das intervenções implementadas, exibindo uma débil capacidade de atracção e de fixação dos visitantes.

A procura dos marcos que, de forma mais veemente, assinalaram este período recente, as iniciativas e as políticas que as justificaram, constituem o fundamental deste texto que, preocupado com a cidade, está essencialmente focalizado na questão do turismo urbano e nas formas de consolidar a capacidade de atracção de visitantes.

Transformações na actividade turística e crescimento explosivo

Na segunda metade do século vinte, em especial desde finais dos anos noventa, a actividade turística sofreu assinaláveis mudanças mantendo, todavia, uma constância naquelas que são as componentes basilares do turismo, assentes no alojamento, na alimentação e na animação. Genericamente, estas componentes traduzem uma parte determinante nas características do acolhimento e, indiferentemente ao verificado em outros processos dependentes, têm-se mantido como um imutável e incontornável denominador comum da qualidade de recepção nas áreas turísticas.

Sendo certo que no longo período de crescimento do turismo foram introduzidas mudanças nos destinos, nos motivos de captação de visitantes, nas formas de comercialização do "produto" turístico ou no tipo, na velocidade do transporte e nas distâncias percorridas, serão poucas as novidades recentes, antes deverão ser procuradas tanto no século XIX, por exemplo com o padrão de luxo e conforto da hotelaria, ou num período mais próximo, por inícios da década de cinquenta, no arranque da fase de expansão do turismo que culminou na "dupla" passagem do milénio, com a procura do sol do Mediterrâneo².

² Sobressai a «aventura» lançada por Gérard Blitz perseguindo a *juste mesure dans le bon plaisir* através do «Club Méditerranée», como um «antídoto de civilização» anulando o «sofrimento e a penúria» dos anos de guerra, exprimindo novas formas de relacionamento entre o alojamento, a alimentação e a animação (TRIGANO, TRIGANO, 1998, p. 49).

Tratando-se de um fenómeno com raízes profundas na matriz da civilização ocidental, o turismo com as múltiplas facetas que hoje se lhe reconhecem terá cerca de meio século de existência. Este longo período foi marcado por um forte crescimento no número de turistas, de locais de turismo, de actividades, de empregos e da riqueza associável ao turismo. Foi, igualmente, assinalado por um processo de reconhecimento da importância que o turismo adquiriu no processo de desenvolvimento, no ordenamento do território ou na definição de imagem nacional e internacional das áreas de acolhimento. Este quadro geral foi-se consolidando, com maiores ou menores ajustamentos no período posterior à 2ªGGM, em torno da ideia incontroversa de que o turismo constitui uma referência incontornável na transição entre os segundo e terceiro milénios.

O turismo assenta, igualmente, em padrões de comportamento relativamente estáveis que acompanharam um continuado crescimento da dimensão do fenómeno, tendo-se escorado em processos de diversificação, sofisticação e complexificação particularmente expressivos. Entre 1950 e 2000, o número de turistas passou de 25 milhões para os 698 milhões, enquanto em termos mundiais, no ano de 2000, mais de 70 países receberam para cima de um milhão de turistas e mais de 50 países foram responsáveis pela emissão de mais de um milhão. Estas grandezas têm correspondência num volume de negócios muito significativo que, de acordo com a proverbial visão optimista da OMT, corresponde às «maiores exportações e um importante factor de equilíbrio na balança de pagamentos de muitos países..., ultrapassando as exportações de produtos petrolíferos, veículos a motor, equipamentos de telecomunicações, têxteis e outros produtos ou serviços»³.

Assente em “mega” eventos internacionais desportivos ou culturais – a exemplo dos jogos Olímpicos, dos diversos campeonatos mundiais, das capitais culturais –, em eventos cíclicos como o Carnaval, na promoção associada à inclusão de conjuntos naturais ou humanizados na lista do património mundial da UNESCO, e numa variedade de acontecimentos dirigidos a distintos públicos, o turismo constitui hoje um domínio de actividade que transcende largamente o ambiente da viagem de férias para um destino mais ou menos exótico, para onde se estende esta constantemente renovada e reforçada indústria de sensações.

A expressão atingida pelo turismo fortemente relacionada com domínios “chave” do quotidiano actual, para além da organização do território e do desen-

³ Veja-se a campanha “Tourism Enriches” lançada em 2004 pela Organização Mundial de Turismo. <http://www.unwto.org/newsroom/Releases/2004/february/campaign.htm>

volvimento económico e social, antes mencionados, com a melhoria da qualidade de vida, com a preservação ambiental, a promoção ou requalificação do património, o aumento da acessibilidade, não permite abdicar dos contributos que dele têm chegado para o fortalecimento de uma ideia de globalização que transcende as componentes político-económicas, na medida em que é vivida anualmente pelo equivalente a mais de 10% da população mundial.

As tendências recentes do turismo internacional

O turismo de início de século XXI foi fortemente marcado pelos acontecimentos do 11 de Setembro de 2001. A perplexidade que se abateu sobre o futuro das actividades turísticas e dos padrões de comportamento dos turistas deu lugar a alguma retracção e suscitou reorientações nos consumos. Todavia, acreditar na capacidade do turismo dir-se-ia um acto de elementar bom senso perante os números que ainda foram registados em 2001, nomeadamente perante o longo período de evolução positiva verificado desde os anos cinquenta e, essencialmente, perante a fase de grande fulgor do turismo internacional com a dupla passagem do milénio e a realização dos jogos olímpicos em Sidney.

A sucessão de acontecimentos que haviam assinalado os últimos anos da década de noventa, uns relacionados com o fenómeno terrorista – na Irlanda, na Espanha, na França, no Japão, na Indonésia, nas Filipinas, nomeadamente –, com a instabilidade política e económica – na América Latina ou em África –, com a guerra – no Médio Oriente ou nos Balcãs –, com os problemas de saúde pública – com a difusão incontrolável e ameaçadora do SIDA, as epidemias de BSE ou de febre aftosa e o SARS (Severe Acute Respiratory Syndrome) –, conseguiram garantir uma indiferente incerteza na opinião pública dos principais países desenvolvidos, emissores de turistas.

Ao longo da segunda metade do século XX, muito em particular ao longo dos anos 90, foram definidos padrões gerais de comportamento que apontam para: a consolidação do aumento do número de turistas com valores médios anuais próximos dos 4%, entre os 456 milhões de turistas em 1990 e os 698 milhões em 2000 (OMT); o abrandamento do crescimento europeu enquanto se verifica uma aceleração do crescimento noutros continentes como no asiático; a intensificação das deslocações intra-continentais; o crescimento do turismo urbano, que globalmente se situará em cerca de 18% do total e em cerca de 35% entre os turistas europeus (European Travel Monitor); a diminuição da duração das estadias; o aumento do número de deslocações ao

longo do ano; a repartição de férias e o reforço das deslocações curtas; a diversificação dos motivos turísticos; ou a opção pelos motivos culturais, desportivos, pelas compras, pelo adquirir de importância dos acontecimentos territorializados e temporalizados.

Os transportes aéreos de baixo custo e a comunicação entre os potenciais visitantes e as áreas de destino, em formas de "turismo virtual" que alimentam um novo mundo de experiências "on-line", constituem uma parte operativa das tendências verificadas, que acrescentam novas dimensões e expectativas, quer entre as clientelas quer entre os destinos. As orientações emergentes contribuem para processos de reestruturação territorial permitindo, para além da contracção do espaço que uma maior facilidade de transporte potencia, o reforço de novas leituras dos territórios de turismo. Com o aumento da facilidade de deslocação e de comunicação – efectiva ou virtual – assente entre outras componentes no aumento da riqueza, na redução de preços, por optimização dos serviços prestados, em melhorias técnicas ou no processo de interiorização da cidadania global, os anos 90 caracterizaram-se por um aumento notável da capacidade de diversificar as escolhas de destinos turísticos na medida em que também aumentou a capacidade de acolhimento. Uma parte substancial destas dinâmicas do turismo está focalizada nas áreas urbanas que, simultaneamente, funcionam como placas de redistribuição dos fluxos gerados, dando lugar a uma multiplicidade de opções de destino.

A instabilidade que culminou em 2001, fez emergir ou reemergir comportamentos evidenciados em oportunidades anteriores, com formatos semelhantes, de efeitos rápidos e por vezes brutais, como a procura de áreas/refúgio, susceptíveis de funcionar como "ninhos" de segurança exteriores aos principais circuitos de instabilidade internacional; a opção por visitas significando uma menor distância percorrida; e a marcação de curto prazo muito próximo do momento da partida, beneficiando, cumulativamente de mecanismos promocionais⁴. A diminuição da distância percorrida ou a marcação por impulso, próximo dos períodos das visitas, contrariando tendências anteriores que passavam por marcações com grande antecipação, são componentes que constituindo elementos de referência no turismo internacional nos primeiros anos do milénio, contribuíram também para promover os destinos urbanos exteriores às principais capitais europeias.

Este conjunto diversificado de alterações, reforça a importância do turismo urbano instigando os agentes de decisão – nomeadamente económi-

⁴ Numa comunicação realizada em Madrid, em Janeiro de 2002, Henri Giscar, referiu-se «às tendências do Inverno 2002» para o Club Méditerranée, demonstrando que "o 11 de Setembro" havia alterado profundamente o comportamento dos turistas em matéria de reservas.

ca ou política – a implementar as componentes estéticas, ambientais, monumentais e culturais (da arte à gastronomia), ou a construir novos equipamentos, como centros de conferências, de exposições, museus, complexos desportivos ou parques temáticos. O turismo justificou múltiplas intervenções urbanísticas – com mais e melhores projectos urbanos –, patrimoniais – impulsionando a individualidade, a diversidade e o direito à diferença – ou promocionais – permitindo divulgar a cidade alargando as oportunidades de negócio. O reforço da capacidade de acolhimento em áreas urbanas, permitiu ainda promover a ambiência cultural e monumental, alimentou um efeito compras como parte integrante do turismo e, de uma forma muito genérica, promoveu o sentido de urbanidade de cada uma das cidades com aspirações a destino turístico.

As estratégias de revitalização urbana frequentemente justificadas pela desarticulação da cidade tradicional, industrial e pós-industrial, as tentativas de definição de uma imagem diferenciável, o reforço dos símbolos urbanos, e da articulação entre a cidade e a respectiva área de influência, constituem componentes que são indissociáveis do ressurgimento do turismo urbano tirando partido das inflexões dos turistas, da saturação, sobretudo estival, de muitos dos destinos e, de forma geral, do crescimento inabalável do turismo como referência do desenvolvimento.

O Turismo e a cidade

Com maior insistência desde o trabalho de Kadt, de 1978, o turismo tem sido associado de forma directa ao processo de desenvolvimento, essencialmente dos países e das regiões menos desenvolvidas, constituindo um dos suportes por excelência de difusão desse mesmo desenvolvimento. Mais recentemente banalizou-se também a ideia de que o turismo constitui um vector de animação de muitos territórios, mormente os mais deprimidos, elevando-se a componente indiscutível e essencial de um processo de desenvolvimento, entendido como vital também para a cidade.

A partir dos anos 80 foi levado a cabo um variado conjunto de intervenções em muitas cidades, por norma para requalificação de áreas centrais em perda, de áreas degradadas por longos e profundos processos de ocupação industrial ou de áreas portuárias e frentes ribeirinhas tornadas obsoletas. Estas intervenções, até pela envergadura que atingiram, constituíram veículos de promoção externa tornando-se o turismo, por isso, uma das componentes fundamentais na formatação das estratégias de requalificação urbana. Os

exemplos próximos de Madrid, Sevilha ou Barcelona, constituem ilustrações paradigmáticas da dimensão e do alcance de algumas dessas intervenções que imprimiram uma visibilidade suplementar às estratégias de requalificação, encontrando no turismo um impulso ímpar na revitalização de áreas deprimidas e um importante argumento para muitas das acções lançadas nomeadamente no centro ou/e nas frentes ribeirinhas.

Nesta linha de enquadramento do tema, a dimensão do turismo urbano tem vindo a aumentar em todas as principais componentes. Alguns estudos evidenciam ganhos importantes, fazendo lembrar que as cidades constituem dos mais destacados destinos turísticos, suscitando desde logo medidas para regular os excessos verificados, enquanto outras se encontram entre os destinos mais imaginativos quando tentam sucessivamente lançar campanhas que permitam alargar os respectivos mercados. Por isso, parece escusado discutir a premissa básica de que o turismo constitui uma componente imprescindível à cidade, independentemente da dimensão, enquanto a cidade constitui uma vertente fundamental do turismo internacional.

O propósito de promover a reutilização dos espaços, para além dos ciclos funcionais que os possam ter justificado num dado período, numa estreita associação com o interesse em recuperar a relevância dessas áreas para a cidade ou reassumindo novas expressões de centralidade, justificam que sejam levadas a cabo iniciativas, acções concretas, que permitam alterar as situações existentes, nomeadamente através do reforço da presença de visitantes e, conseqüentemente, do perfil funcional.

A evolução do turismo urbano tem justificado, igualmente, diversas tentativas para conhecer melhor o fenómeno, nomeadamente numa perspectiva organizacional, tentando encontrar as soluções mais eficazes e engenhosas na consolidação dos destinos turísticos, para além do reforço dos elementos básicos que devem estar presentes em todos os destinos como a qualidade dos equipamentos, a informação e o acompanhamento dos visitantes, as acessibilidades externa e a interna – transporte público e privado, estacionamento e itinerários –, a qualidade das atracções, a imagem da cidade, o alojamento ou a restauração.

A compilação de informação e o significado de alguns dos trabalhos disponíveis representam referências incontornáveis onde está em evidência o essencial das acções mais inovadoras abarcando diferentes componentes no domínio das políticas para o turismo, do acolhimento ou da estrutura organizativa. As ideias enunciadas constituem pontos de partida sucessivamente renovados que reproduzem acções de sucesso e que mantêm no essencial os

contornos das iniciativas pioneiras, umas para regular os excessos, outras para a promoção do turismo. Desde os anos noventa, planos de restrição à circulação, com medidas para o estacionamento e gestão do excursionismo, a procura de percursos e atracções em alternativa às áreas mais saturadas, com capacidade de desconcentração, ou o esforço para reduzir a sazonalidade preocupavam já alguns destinos turísticos⁵. Iniciativas posteriores como os “autocarros turísticos” de Barcelona, a campanha de responsabilização de Génève, a assinatura da carta de qualidade em Lyon, a convivialidade de Nantes “surpreendente” ou a cenografia das “luzes dos artistas” em Turim (COMMISSION EUROCITIES, 1999), completam um quadro que sustenta a importância da novidade, ou das tendências da moda, na promoção de alguns destinos turísticos emergentes.

Este ciclo de “boas práticas” está também representado no trabalho *Towards quality urban tourism Integrated quality management (IQM) of urban tourist destinations* da Comissão Europeia, publicado em 2000, constituindo uma excelente referência pela metodologia e pelos exemplos tratados – entre os quais se encontra Coimbra – de um conjunto inicial de cento e setenta e um casos de estudo. Encontra continuidade num outro estudo que promove o *benchmarking* aplicado ao turismo urbano sob o título *European governance for sustainable urban tourism Benchmarking Report* (BURHIN, et al., 2003), onde são comparadas trinta e três cidades, entre as quais Évora, de cento e vinte inicialmente escolhidas.

Independentemente dos trabalhos realizados e apesar da importância em encontrar soluções engenhosas e mesmo inovadoras que enquadrem a actividade turística, para além de implementar e consolidar o básico, importa lembrar que o carácter cosmopolita, a espessura histórica ou as características dos vectores de atracção nas cidades, constituem o essencial do turismo urbano. Basta lembrar os 13,4 milhões de turistas em Londres (2004), os 15,4 milhões na *Ile-de-France* (2005), os 6,8 milhões em Nova Iorque (2005) ou os 5 milhões de Berlim.

Porto – destino turístico

A cidade do Porto constitui um destino turístico com uma capacidade de atracção relativamente limitada. Tendo registado em 2004 os valores mais

⁵ Decorreu em Veneza, em 1994, um seminário onde o tema foi abordado no âmbito do projecto «Alternative Tourism Routes in Cities of Art» promovido pela DG XXIII da CE em colaboração com o Ciset da Universidade de Veneza e o «Regional Office for Science and Technology for Europe» (ROSTE) da UNESCO, já envolvidos no programa “Art Cities and Visitors Flow” (BORG, 1994).

elevados – os dados mais recentes disponíveis – na capacidade de alojamento, no número de hóspedes, no de dormidas, no número de pedidos de informação nos postos de turismo ou, significativamente, no tráfego aeroportuário de passageiros, os indicadores representam o culminar um período de crescimento ligeiro e irregular, especialmente evidente desde a segunda metade da década de noventa.

Quadro 1. Principais indicadores da hotelaria no município do Porto

Indicadores	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Hot.										
Estabelecimentos hoteleiros (31/7)	93	90	88	87	92	89	90	95	96	9
Cap. de Alojamento	7143	7138	6820	7417	7687	7739	7496	8289	8499	855
Hóspedes	469595	502899	511802	554429	520192	487760	500533	560777	546509	58301
Dormidas	821310	878388	890696	987053	958591	898066	958581	1048462	996615	106418

Fonte: INE

Quadro 2. Tráfego comercial de passageiros nos principais aeroportos nacionais

Aeroportos	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Lisboa	8667589	9395761	9356838	9369090	9636419	10705206
Sã Carneiro	2832722	2938118	2771169	2633380	2675753	2944135
Faro	4523654	4711764	4658206	4725822	4696055	4643626

Fonte: ANA

A dimensão atingida incorpora igualmente ligeiras variações no número de estabelecimentos hoteleiros e um crescimento de quase 20% na capacidade de alojamento. Essas variações têm como consequência o aumento da dimensão média dos estabelecimentos – de 77 para 89 –, ainda que cerca de metade permaneça com uma capacidade muito reduzida, com menos de vinte quartos, e globalmente apresentem taxas de ocupação entre os 31,5% e os 36,5%, de 1995 a 2004. Numa perspectiva optimista, taxas de ocupação tão baixas, significam uma ampla progressão potencial tanto no número de hóspedes como de dormidas, ainda que ponha também em evidência a fragilidade dos motivos de atracção turística na fixação dos visitantes por períodos longos, facto confirmado pela duração média da estadia.

De qualquer forma, inscrevendo o caso do Porto no conjunto de cidades considerado no *European governance for sustainable urban tourism, Benchmarking Report* (BURHIN, et al., 2003) tanto no número de dormidas,

como na capacidade de alojamento, a cidade do Porto encontra-se acima da mediana, traduzindo afinal uma dimensão europeia de algum relevo, mesmo não sendo comparável com os principais destinos avaliados.

Esperar-se-ia todavia, que face ao longo percurso histórico da cidade, às características dos espaços públicos e do edificado, às intervenções levadas a cabo ou aos eventos promovidos, a sensação de “vazio” turístico não fosse tão sensível.

As causas que fundamentam a situação actualmente verificada serão várias e nem todas residirão na própria cidade ou nas políticas implementadas nos tempos mais recentes. Algumas, inclusivamente pela proximidade temporal, serão difíceis de identificar e isolar nos seus reais contornos e consequências. No entanto, dez anos decorridos sobre a inclusão do “centro histórico” na lista do Património Mundial justificam que o tema seja debatido até pela importância que continua a deter.

Numa altura em que o turismo é um argumento fundamental à recuperação e à revitalização urbanas, no Porto, a política prosseguida para o centro histórico incidiu em acções orientadas por preocupações na manutenção da imagem e da silhueta urbanas, no realojamento local da população residente e numa tentativa de transformação do perfil funcional fortalecido por actividades de lazer e de turismo, em estreita associação com a promoção de eventos e a difusão mediática, grandemente condicionadas pelos ciclos de poder autárquico.

A cidade e a diluição do centro

Encontrar uma referência temporal para o aumento de visibilidade no Porto do processo de requalificação e de revitalização urbanas, simbolicamente, poderá remeter para a implantação do “cubo” na Ribeira⁶. As acções subsequentes, em especial com a declaração, em 1985, «como áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística» de um conjunto de quarteirões propostos pela Câmara Municipal, visaram uma profunda transformação do burgo antigo, tendo atingido com a candidatura à inclusão na “lista” do Património Mundial um grande envolvimento e responsabilização das instituições e dos habitantes da cidade.

O percurso de “recuperação e reconversão” contemplou entre 1975 e

⁶ A escultura é da autoria do escultor José Rodrigues e foi inaugurada em 23 de Junho de 1984. Veja-se a propósito a «Abordagem cronológica da história dos 25 anos do CRUARB (CMP, 2000, p. 92).

O Cubo na Praça da Ribeira.



2000 intervenções em cerca de 200 imóveis⁷, tendo privilegiado, entre outros aspectos, o tratamento individual dos edifícios, a diminuição da densidade populacional e o realojamento das populações anteriormente residentes. As intervenções no edificado foram acompanhadas por outras no espaço público, algumas de vulto, e iniciativas de âmbito social com diferentes graus de sucesso. De qualquer forma, o “rosto lavado” de parte do burgo antigo não foi suficiente para induzir no restante tecido urbano processos de qualificação semelhantes. Pelo contrário, na Sé agudizou-se a marginalidade e multiplicou-se a tóxica-

dependência, enquanto as populações realojadas regressaram com os problemas anteriores entre os quais avultava a pobreza. Desta forma, sem preocupações excessivas em adjectivar o fenómeno e mais em caracterizá-lo, foi criada e alimentada uma imagem de centro típico com gentes típicas a “falar a porto”⁸ e descartada a possibilidade de recriar um centro histórico vivificado, vivenciado, comunicante, interpretado, acolhedor e integrador, à imagem de outros exemplos nacionais, como Évora ou Guimarães, e tantos outros europeus.

A par do investimento no centro antigo oitocentista, iniciou-se um lento e incontrolável processo de diluição daquele que, até à década de setenta do século XX, tinha representado o centro do Porto entre o eixo Praça / Avenida dos Aliados, Rua de Sá da Bandeira e Rua de Santa Catarina. O surgimento de centros comerciais ainda nos anos 70 – como o Brasília na “Rotunda da Boavista” –, da transferência de diversos serviços, nomeadamente os novos hotéis, para a Boavista, ou a expansão urbana para municípios vizinhos, assente em melhores acessibilidades e numa oferta habitacional mais concorrencial, constituem algumas das razões próximas para um declínio que não foi ainda estancado. Estas tendências foram deixando o centro com um perfil fun-

⁷ As freguesias centrais, no recenseamento de 2001, num total de 1822 edifícios albergavam 1390 construídos antes de 1919 – em Miragaia, 301; em São Nicolau, 255; na Sé, 599; na Victória 235 – a grande maioria dos quais a reclamar intervenções urgentes.

⁸ Como os símbolos fonéticos são insuficientemente expressivos para representar a pronúncia, deverá ler-se p[ô]rto.

cional cada vez mais débil, onde a componente administrativa se foi constituindo num dos principais factores de resistência ao esvaziamento.

O encerramento de cafés, o fim de ciclo das grandes salas de cinema, as transformações nos transportes – do colectivo para o individual privado –, a pulverização e periferização dos centros de emprego ou novos hábitos de consumo, vieram reforçar as linhas de força instaladas.

Enquanto se investe no burgo antigo, promovendo uma política de cidade que estreita o perfil sócio-económico dos residentes, os grupos com maior capacidade económica povoam a Foz e as classes médias deixam-se seduzir pelas propostas irrecusáveis do crescimento e das facilidades suburbanas.

Numa massa populacional restrita e com meios financeiros limitados, a não coincidência no Porto dos locais de investimento ou de interesse, público e privado, contribuíram para uma longa queda do centro novecentista, diluindo de forma desesperante e inexorável a importância adquirida em ciclos anteriores. Apesar dos esforços continuados estão por encontrar os elementos de atracção alternativos pretendendo-se que as componentes do lazer e do turismo, agora no âmago do despovoamento funcional, constituam soluções com a vitalidade bastante e o engenho suficiente para se constituírem como opção de futuro.

Discurso central e investimento peri-central

A inclusão do centro histórico do Porto na lista do Património Mundial constituiu, como já foi afirmado, um excelente argumento para entusiasmar a cidade. Esperar-se-ia que, em consequência, outros investimentos de maior vulto continuassem a acontecer no centro, persistindo na linha definida com a recuperação do Mercado Ferreira Borges ou com os trabalhos na Casa do Infante. A realização da cimeira Ibero-Americana, em 1998, justificou ainda múltiplas iniciativas centrais, como a construção de uma nova articulação com o rio em Massarelos, da realização do centro de congressos na Alfândega e permitiu aprofundar o projecto do Museu dos Transportes e Comunicações.

De qualquer forma, entra-se num período de projectos exteriores ao centro como o do Parque da Cidade em Nevogilde, posteriormente o do Parque Lúdico-Tecnológico em Campanhã, do Pólo tecno-cultural do Campo Alegre com o Planetário (1998) e o Teatro do Campo Alegre (1997), da Fundação de Serralves e do Museu Nacional de Arte Moderna ou do Museu da Ciência e da Indústria na Fábrica Harmonia / Palácio do Freixo.

A candidatura da cidade do Porto a "capital europeia da cultura", em 2001, constituiu um importante evento que marcou profundamente os anos seguintes e, aparentemente, poderia em grande medida ser focalizado no burgo medieval ou no centro novecentista. Mais do que um acontecimento cultural, rapidamente foi transformado numa imensa operação urbanística, com inúmeras frentes-de-obra cuja conclusão só em 2006 parece aproximar-se do seu termo, pelo menos entre as mais controversas e mediatizadas como o "túnel de Ceuta". Permanecem cicatrizes que demorarão a desaparecer ou situações que de tão comentadas tendem a cair no esquecimento, pela delapidação dos recursos públicos que representaram e ainda representam, como o fecho marítimo do parque da cidade através do "Edifício Transparente"⁹. Finalmente, o esforço terá sido tão significativo que a cidade tarda em encontrar novos objectivos, vontade em os promover e os fazer progredir.

A diversidade de intervenções e iniciativas, por outro lado, para além de uma agenda comum, não favoreceram uma efectiva e significativa articulação entre os vários domínios promovidos, nem a consolidação de acções com carácter reprodutivo, assim como não se afigura adquirido que tenham surgido novos públicos. A concentração temporal, como acontece com a política de eventos quando não é alicerçada em intervenções com carácter estrutural (BERG, 1994), as decisões de emissão de bilhetes e/ou convites e até o ambiente de alguma intranquilidade institucional terão retirado algum brilho ao evento.

Os trabalhos realizados no Museu Nacional Soares dos Reis, na Cadeia da Relação ou no Mosteiro de São Bento da Vitória, mesmo depois de preterido como sede da Orquestra Nacional do Porto, constituíram uma forma de superar os tempos de indecisão e de falta de meios financeiros.

A pedra de toque do evento foi a construção da "Casa da Música". Inicialmente pensada para reforçar a atractividade do centro novecentista, tirando partido da disponibilidade de solo no Parque das Camélias ou da possibilidade em



Parte da fachada poente da «Casa da Música».

⁹ Os projectos da «Frente Marítima do Parque da Cidade», que integra o edifício, e do «Passeio Atlântico na Avenida de Montevideu» são da autoria do arquitecto barcelonês Manuel de Solà-Morales (1999-2000).

reocupar um dos quarteirões de referência do teatro / opereta / cinema no Porto, aglutinando o Batalha e o Águia de Ouro, ou ainda ocupando o antigo mercado do Anjo, a decisão mais expedita acabou por recair sobre uma antiga estação de recolha do “eléctrico”.

Grande parte das iniciativas da “Porto 2001”, pela rapidez que foi necessário imprimir aos processos de decisão acabaram por privilegiar soluções expeditas, recusando outras mais morosas que poderiam ser mais interessantes para a revitalização do centro. Sendo certo que foram lançadas operações de requalificação da Baixa Portuense (Porto 2001, 2000), a área classificada pela Unesco ficou um pouco à margem do evento, ainda que a recuperação da ligação entre as cotas alta e baixa, através do Funicular dos Guindais pudesse, simbolicamente, permitir estabelecer uma ligação entre 1996 e 2001.

Tempos de futebol e conflitos de foguetes

O “metropolitano”, o “europeu” e o encerramento de frentes-de-obra, marcaram no essencial os anos seguintes. De qualquer forma, algumas das obras com perfume a “trabalhos de glorificação” vão perdendo apoio e sendo esquecidas, quando não alimentam desgastantes e inexplicáveis conflitos.

O centro histórico continua muito lentamente a ser relacionado com o Rio Douro, pela conclusão de obras programadas e lançadas em anos anteriores, entre as quais avulta a conclusão da nova “Casa do Infante”. No entanto, projectos emblemáticos como a construção de uma esplanada no Edifício da Alfândega ou a possibilidade de um trajecto histórico utilizando a linha de caminho-de-ferro que liga à desarticulada ponte ferroviária Maria Pia deixam sequer de merecer referência.

As imagens mais entusiasmantes da cidade do Porto, de qualquer forma, são fixadas ou recolhidas de Vila Nova de Gaia. Os investimentos e a requalificação do “Cais de Gaia”, como é afirmado no documento de enquadramento do programa Polis de Vila Nova de Gaia, constituiu um excelente serviço ao Porto - Património Mundial, talvez o mais eficaz investimento e a melhor solução de transformação implementada para promover o burgo antigo e afinal o lugar onde se verificam as maiores concentrações de turistas.

De novo, na cidade do Porto os investimentos mais significativos são repartidos por áreas exteriores ao centro, incidindo no Freixo, onde o velho projecto de uma marina foi transformado num cais de acostagem, na Quinta da Bonjónia ou na Avenida da Boavista.

O metro do Porto, através da construção de estações e da transformação das envolventes urbanas, deu um forte contributo para a recuperação de alguns espaços da cidade, como a Avenida dos Aliados, ainda que não do respectivo renascimento. Os planos de pormenor e as vias abertas por ocasião da construção dos dois estádios na cidade para o campeonato europeu de 2004, nas Antas e no Bessa, constituíram outros dos principais investimentos acontecidos na cidade com incidência peri-central.

Num outro registo, a necessidade dos agentes políticos em lançar projectos próprios e em esquecer outros de gestões anteriores, provocam alterações nas iniciativas gastronómicas – da concentração de tasquinhas para o festival da “francesinha” –, no dia sem carros para o revivalismo do circuito automóvel urbano, ou no envolvimento dos poderes municipais nas euforias desportivas para estados de pudico e emblemático distanciamento. Ainda que estes e outros acontecimentos tenham essencialmente impacto local, não contribuem para melhorar a imagem exterior da cidade, nomeadamente no país, a principal área de recrutamento de visitantes.

Iniciativas mais recentes, como aquelas que visam a escala de quarteirão, ampliando os efeitos e o ritmo do processo de requalificação urbana, tentam ultrapassar a fase de lenta transformação, edifício a edifício, e imprimir uma maior versatilidade às intervenções pela promoção da diversificação funcional e da integração sócio-económica, ainda que possam demorar a atingir fases visíveis e com impacto na capacidade de atracção da cidade.

Linhas para futuro debate

A inscrição do “centro histórico do Porto” na lista do Património Mundial, em 1996, marcou um ponto alto de reconhecimento da importância da área para a cidade e, em simultâneo, de crescimento do turismo, factos suportados por algumas acções e pelos números disponíveis. As tendências emergentes no turismo internacional, tirando partido, nomeadamente, da facilidade de deslocação, da segmentação dos períodos de férias e do crescimento das deslocações curtas, permitindo aumentar a procura em destinos exteriores aos principais centros turísticos, deveriam ter colocado o Porto num plano de maior destaque enquanto destino de turismo urbano.

A sucessão de novos projectos, a dificuldade em materializar o interesse afirmado pelo centro histórico, as intervenções em áreas pericentrais ou periféricas, a diluição do centro até pelas alterações nas acessibilidades e pela concorrência de centros alternativos, as sucessivas alterações nos objectivos estratégi-

cos ou nos projectos estruturantes, uma política de eventos sem suporte estrutural ou, ainda, alguns conflitos entre agentes sedentos de protagonismo, são razões que contribuíram para diminuir o brilho e a vitalidade de muitas das acções que foram lançadas na cidade ao longo dos últimos anos.

De qualquer forma, a cidade estará longe de ter conseguido resolver algumas das questões básicas do turismo, aquelas que se esperaria não consti-



A Torre dos Clérigos.

tuir problema em qualquer destino, como os elementos de interpretação, a informação ou a sinalização. Outros aspectos relacionados com políticas de turismo, como a diversificação de objectivos, a primazia de projectos e investimentos em áreas afastadas do centro, a ausência de mecanismos de articulação dos espaços de turismo identificáveis pelos visitantes, a baixa densidade de elementos visitáveis e a qualidade dos espaços de estar, mesmo quando compensados pelo Cais de Gaia, constituem factores difíceis de ultrapassar e absolutamente essenciais à melhoria da capacidade de recepção da cidade.

Importa ainda sublinhar a importância da associação entre as actividades de turismo e de lazer, e o facto de o Porto ter perdido para municípios vizinhos, como Matosinhos, uma parte muito significativa do conjunto das actividades de lazer diurno ou nocturno, sem que a área central consiga concorrer com a capacidade de atracção dessas outras áreas. Tendo-se verificado, em resultado da iniciativa privada, processos de dominante centrífuga no lazer portuense, talvez se possa agora justificar a criação de condições para contrabalançar a actual situação recuperando, nomeadamente para as áreas sem população residente do centro do Porto, a exemplo de Sá da Bandeira, parte da vivência que já exibiu, especialmente a nocturna, em períodos cada vez mais distantes.

O discurso fundado no princípio do “regresso ao centro”

e do enaltecimento propagandístico do carácter irrepetível do lugar, tem dificuldades em descolar da fase de projecto e do mero plano de intenções. Esperando-se que o centro do Porto se possa transformar em algo mais do que um grande cartaz publicitário, através do enunciado de uma política para o turismo articulada com a política de cidade, a integração do destino Porto entre alguns dos destacados destinos turísticos europeus incrementando a actividade turística na cidade, será uma das condições essenciais para o ressurgimento que se ambiciona impul-

sionar.

Referências Bibliográficas

- BERG, Leo van den (1994) - "Tourism in emerging tourism cities", in J. van der Borg (ed.), *Proceedings of the International Seminar Alternative Tourism Routes in Cities of Art*, Venice, pp. 63-92.
- BORG, J. Van der (ed.) (1994) - *Proceedings of the international seminar "Alternative Tourism Routes in Cities of Art"*, UNESCO Regional Office for Science and Technology for Europe (ROSTE)/CISSET, University Cà Foscari of Venice, Venice.
- BURHIN, Francois, *et al.* (2003) - *European Governance for Sustainable Urban Tourism, Benchmarking Report*, Proj. City of Tomorrow and Cultural Heritage.
- CAVACO, C.; FONSECA, M. L. (2001) - *Território e Turismo no Brasil, uma introdução*, CEG, Lisboa.
- COMMISSION EUROPEAN CITIES OF COOPERATION ECONOMIQUE ET REGENERATION URBAINE (1999) - *Pour des métropoles accueillantes aux visiteurs*, European Institute for Comparative Urban Research Erasmus University of Rotterdam, Rotterdam.
- CMP (2000) - *CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, CMP, Porto.
- CMP (1998) - *Porto Património Mundial. Processo de Candidatura do Centro Histórico do Porto à UNESCO* – Livro II, CMP, Porto.
- EUROPEAN COMMISSION (2000) - *Towards Quality Urban Tourism Integrated Quality Management (IQM) of Urban Tourist destinations*, Luxembourg, Enterprise Directorate-General Tourism Unit, Luxembourg.
- KADT, Emanuel de (1979) - *Tourisme - Passeport pour le développement?*, UNESCO, Washington.
- PORTO 2001 (2000) - *Porto 2001: regresso à Baixa*, Consulta para a elaboração do Programa de requalificação da Baixa Portuense, FAUP/Porto 2001, Porto.
- TRIGANO, Gilbert; TRIGANO, Serge (1998) - *La saga du Club*, Bernard Grasset, Paris.

Fontes Estatísticas:

- ANA AEROPORTOS DE PORTUGAL (2004) - *Resultados do Tráfego Aéreo Comercial nos Aeroportos geridos pela ANA, S.A.*
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - *Anuários Estatísticos Regionais*,

Luís Saldanha Martins

1999 - 2000 -2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *Movimento nos Aeroportos*, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002) – *O País em números*, 1991 -
2001.



Conferência Final

Desenvolvimento e Território:

Espaços Rurais Pós-Agrícolas e
Novos Lugares de Turismo e Lazer

Práticas e lugares de turismo

Carmina Cavaco

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Turismo, espaço e território

O turismo implica deslocação, uma relação com outro tempo e outro eu, contacto, permanência e até familiaridade e apropriação de outro lugar: o lugar turístico é um espaço organizado, codificado, que participa da sociedade de consumo. O turismo promove a criação de espaços novos, míticos e lúdicos, diferentes dos espaços do quotidiano, espaços culturais e sociais, em função dos grupos, dos seus valores e normas e suas representações, espaços tidos como agradáveis, de qualidade, apercebidos, concebidos e vividos como ideais (Équipe MIT, 2002). Nos finais do século XIX, ao lado de Santander, «El Sardinero es realmente una aldea; una aldea com edificios de ciudad; sus casas están separadas y aisladas unas de otras», o que favorecia a salubridade, «una aldea deliciosa con las comodidades de una ciudad importante, y lo necesariamente separada de esta para no temer la demasiada aglomeración de gentes» (C. Gil de Arriba, 1992, p. 99-100), mesmo se os forasteiros já se lamentavam de não ver o mar por causa da altura dos edifícios do Casino, dos hotéis e dos balneários. Também a aldeia de Saint-Gervais-les-Bains, no maciço do Monte Branco, entre Chamonix e Megève, cedo frequentada por aqúistas e alpinistas, nomeadamente estrangeiros, foi favorecida por uma urbanização precoce e em função do turismo: nos inícios do século XX, continuava a ser um burgo essencialmente rural e de modesta dimensão demográfica, mas beneficiava de novas acessibilidades externas e internas, contava com grandes hotéis e chalets, registava uma expansão considerável da área urbana, com vastos espaços públicos, de encontro e passeio, e dispunha de serviços e equipamentos básicos (postais, telefónicos, de abastecimento domiciliário de água potável, rede de esgotos e eléctrica), que lhe asseguravam boas condições de circulação, higiene e conforto, à imagem do que fora feito cinquenta anos antes em Biarritz e na Côte d'Azur, e em Paris com Haussmann.

Os lugares de vilegiatura tenderam a beneficiar precocemente, face a outros do mesmo nível e mesmo de nível superior, e apesar de localizados em

espaços afastados geográfica e culturalmente das capitais, mesmo em espaços de periferia, de situações de desenvolvimento «anormais», como lugares das elites, pelas exigências dos turistas temporários vindos das grandes cidades (F. Deprest, 1997, pp.130-131): a maioria dos turistas, ontem como hoje, não abdicaria enquanto turistas dos seus hábitos de higiene, conforto e bem-estar, nem mesmo dos seus gostos mais requintados. Tais qualidades ambientais, funcionais e sociais dos espaços de turismo, podem levar os que os frequentam a mudanças definitivas de residência a favor das residências de férias: paisagismo, heliotropismo ou simplesmente pela qualidade urbana e as condições de vida dos lugares.

Os turistas apropriam-se dos lugares, pelas representações e valores, fruto de um outro olhar, pelas práticas e usos dos espaços e pela aquisição de área urbana, com seus edifícios residenciais, criando territórios que partilham ou não com os residentes, do local ou imigrados. Novos tipos de turismo, em relação com necessidades e valores emergentes nas sociedades emissoras, e reconfigurações de tipos anteriores podem conduzir a outros lugares, mas podem também revalorizar lugares anteriores. A criação de lugares de turismo exprime todo o poder de criação e de inovação da sociedade. Note-se porém que não há um turista, e cada vez menos, que há muita subjectividade nas avaliações dos lugares e que estas avaliações também podem diferir num mesmo indivíduo em diferentes momentos da sua presença no local, a que correspondem ou não diferentes motivações dominantes, de natureza e de calma, ou de isolamento na multidão, animação, etc. Note-se também que há correntes ideológicas que interferem nas avaliações e escolhas dos lugares de turismo, como o naturalismo, o romantismo e o higienismo no passado e hoje o ecologismo, com a sua vertente de sustentabilidade, ou as correntes que privilegiam a autonomia, a identidade, a singularidade, a autenticidade, a autoctonia, o endógeno, o estável, o permanente.

Terão uns lugares vocação turística e outros não? No turismo não há espaço para qualquer determinismo. O turismo tende a recriar a natureza, com novas plantas, novos lagos, novos areais, novas praias, novas paisagens e novas ocupações e presenças humanas. Exemplifique-se com o Mall dos Emirados, no Dubai, um híbrido entre complexo hoteleiro e comercial, que compreende um hotel de 400 quartos, vivendas, centro de congressos, centena e meia de lojas e outros equipamentos, designadamente um complexo coberto para esqui de quase dez mil m² e 62 m de altura, com a área equivalente a 3 piscinas olímpicas, e com cinco pistas com diferentes alturas e inclinações, na base da produção de neve artificial. Exemplifique-se também, sem-

pre no Dubai, com a construção das mais importantes ilhas artificiais do mundo, as Palm Islands, com o aspecto de palmeiras quando vistas do céu: na Palm Jumeirah estão previstas dezenas de hotéis, milhares de casas individuais e apartamentos, marinas, restaurantes, parques aquáticos, centros comerciais, equipamentos desportivos, centros de talassoterapia, cinemas, tudo com ambientes climatizados, e mesmo um monocarril para circulação na ilha; a Palm Jebel Ali comportará várias marinas e terá uma vocação mais lúdica e menos residencial; a Palm Deira será a maior e terá 80 km². Na continuação, projecta-se a criação do World, conjunto de 250 a 300 pequenas ilhas artificiais, de 2 a 8 ha, distantes entre si de 50 a 100 metros e a 4 km do litoral, que desenham os continentes e os principais arquipélagos do planeta Terra.

F. Deprest lembra que o lugar turístico é uma produção social, não eterna e que se inscreve numa história: o homem é capaz de criar, produzir, inovar o recurso turístico; foi a atracção do contacto directo com a praia que transformou os litorais, "territórios do vazio", marginais, em recursos turísticos; foi o desafio do infinito e do belo que valorizou as altas montanhas e as suas neves, igualmente "territórios do vazio", sem apropriação nem valor de uso; a própria paisagem não é um objecto da natureza mas um produto social, com uma história aliás recente, que é a da sua percepção e da sua representação. A paisagem é uma construção social, fruto de um olhar sobre o espaço, que tem algo de psicológico e cultural: constitui um recurso incessantemente renovável, com os novos padrões estéticos, o aparecimento de novos olhares e com eles novos valores (grandioso, infinito, admirável, belo, ameno, autêntico, selvagem, perigoso, rude, triste, miserável, monótono).

São os turistas que inventam um novo sentido para as paisagens e os lugares, que escapa aos residentes, e novas vocações e funções. Um recurso turístico, um dado da natureza ou da história, só existe quando conhecido, valorizado, equipado, comercializado e explorado pela sociedade, pelo que o que não é recurso hoje pode sê-lo amanhã. Por outro lado, os recursos turísticos com maior força atractiva foram e continuam a ser produto da acção humana, nas suas vertentes cultural e técnica, dos grandes destinos religiosos como o Vaticano, Meca e Medina às cidades patrimoniais reconhecidas pela UNESCO, dos lugares dos festivais artísticos e de grandes competições desportivas aos parques de entretenimento e jogo da Disneylândia e Las Vegas, sem esquecer a criação artificial do próprio espaço físico, como no Dubai, secundarizando-se e ultrapassando-se as condições naturais e as heranças patrimoniais, e afirmando-se um novo mundo turístico, de vanguarda. Exemplifiquemos ainda a

criação integral de um espaço que é também destino turístico com o *Freedom of the Seas*, o maior e o mais jovem navio de cruzeiros turísticos, um espaço de 340 mil metros quadrados, 340 m de comprimento e quase 40 m de altura, mais de 1800 quartos, algumas suites e todo o conforto de um hotel de grande nível, capacidade para 4375 passageiros e 1360 tripulantes, 10 restaurantes, alguns temáticos, uma elegante sala de jantar de três andares, com um grande lustre de cristal, 16 bares onde são recriados diferentes ambientes, duas discotecas de decoração gótica e egípcia, casino com 19 mesas de jogo e 300 *slot machines*, biblioteca com 3600 livros, teatro com capacidade para 1350 pessoas, uma avenida com comércio e serviços vários (acupuntura, branqueamento de dentes, etc.), diferentes atmosferas e muitas atracções: várias piscinas, uma delas permitindo a prática de surf e bodyboard, outra alimentada por uma cascata, outra ainda com solário, jacuzzis projectados para fora do navio e a 34 m do mar, o *ShipSpace Fitness Center*, com ginásio, estúdio de pilates e yoga, spa, ringue profissional de boxe; conta também com parede para escalada, campo de basquete, outro de *jogging* e outro de golfe.

Pelo turismo são modificados certos lugares e territórios e são criados outros na margem, no vazio, com suas próprias funcionalidades. Florence Deprest insiste na diferença entre descoberta e invenção, esta envolvendo a modificação devida aos primeiros turistas, o turista criando a qualidade turística do lugar. As razões para frequentar um dado lugar turístico tornam-se cada vez mais complexas, à medida que se desenvolve a sua história turística, traduzindo-se numa evolução das práticas que aí têm lugar e das suas atracções: prática de descoberta de lugares mais ou menos exóticos, a par de outras práticas, como cuidar da saúde, passar o tempo, confrontar-se consigo mesmo e com uma natureza mais ou menos inventada, com os ordenamentos dos territórios e a memória de certas frequentações, tornados recursos turísticos. Somam-se assim várias razões para visitar os antigos lugares turísticos, a que podem corresponder sazonalidades diferentes: não necessariamente a obsolescência das razões anteriores, mas novas utilizações dos velhos recursos, e criação de novos que possibilitam novas práticas e atraem novas populações.

A história dos lugares turísticos não corresponde simplesmente a uma sucessão de modas que se substituem: «Uma prática, como a da praia é um fenómeno vivo que evolui na sua forma e na sua natureza em correlação com a sociedade de onde emana: não um produto preciso e invariável, mas uma produção no sentido sociológico do termo» (F. Deprest, 1997, p. 164). No geral, um mesmo espaço responde a várias modas turísticas: vilegiatura, ter-

malismo, vida mundana nos grandes hotéis e casinos, veraneio balnear, turismo residencial, turismo de eventos como congressos, feiras e exposições, e de lazeres recreativos, náuticos, ténis, golfe, e mesmo spa de turismo de bem-estar, como na Costa do Estoril-Cascais (C. Cavaco, 1983). As modas sucedem-se mas não se apagam necessariamente umas às outras: coexistem num mesmo lugar e induzem a invenção de novos lugares turísticos, mesmo de lugares criados especificamente para o turismo, que se alimentam de uma procura e portanto de uma atracção também ela criada de novo; por vezes retornam aos mesmos lugares, como o documentam as novas praias artificiais parisienses, das margens do Sena, procuradas em cada Estio por quase 4 milhões de utentes, mesmo se com condicionantes próprias de um meio urbano, como a proibição de uso de topless e de biquinis "fio dental".

Na origem, a descoberta de práticas e lugares turísticos, a fase pioneira, sempre foi fruto de alguns inovadores: chegada dos primeiros turistas descobridores, os verdadeiros inventores da função e do valor do lugar para o turismo. Estes até podem ser turistas de pé descalço, que aceitam incomodidades e desconfortos, os turistas aloctéricos, algo marginais. Os lugares são depois inseridos no mercado do turismo, ao encontro de clientelas numerosas e de motivações diversificadas, e evoluem até à fase de presença apenas ou largamente predominante de clientelas psicocêntricas, presas a lugares que conhecem bem e com que estão familiarizadas, habituadas, enquanto os outros turistas se afastam para outros lugares, considerados e valorizados como não saturados, nem degradados e poluídos, ecológica e socialmente. A massificação da frequência faz-se com turistas no geral menos abastados, logo com diminuição da "qualidade" dos turistas e das clientelas visitantes, perturbando o desenrolar da vida mundana entre iguais e o exclusivismo dos inventores dos lugares. O consumo turístico dos lugares valoriza largamente o imaterial, o simbólico, o prestígio social, filtros socioeconómicos e culturais das mobilidades espaciais de lazer. Permanecem como fundamentais a estética do lugar e a qualidade da experiência, o grau de satisfação dos turistas, a sua percepção quanto à intensidade das presenças dos outros turistas.

O turista habita ou não o lugar que frequenta? Demora-se ou não no lugar? Reconhece e relaciona-se ou não com os outros turistas e os moradores residentes, que partilham o lugar, que habitam na proximidade? Desenvolve ou não elos de solidariedade, relações de proximidade e de vizinhança, sentidos de pertença a uma comunidade, em contraste com o isolamento dos seus quotidianos urbanos, dispersos por vários lugares descontínuos, distantes, de residência, trabalho, consumos e lazeres? Que vínculos o prendem aos

lugares, no sentido de territórios de uma comunidade, que implica confiança mútua, história comum, amizades que perduram? Ou pelo contrário, o turista cultiva a privacidade, o anonimato, a liberdade de movimentos, sem preconceitos nem obrigações sociais, o distanciamento relativamente aos autóctones, o estar entre iguais em termos económicos, padrões de consumo, interesses, gostos, opiniões, como sucede nos condomínios fechados e mais ainda nos modernos resorts e nos grandes cruzeiros de luxo, como que resorts gigantescos e flutuantes isolados nos oceanos durante grande parte dos percursos. Cultiva mesmo a solidão, o fechar-se em casa, o virar-se para si próprio, nos lugares de férias como nos de residência habitual?

Para muitos turistas a deslocação turística introduz não apenas uma certa mudança do quotidiano e o contacto com outros lugares, como a permanência e o conhecimento desses outros territórios e dos modos de vida das suas populações, segundo processos, ritmos e interesses pessoais, que escapam a qualquer organização rígida. Outros limitam-se a marcar a sua presença turística no lugar, através de apropriação simbólica, por exemplo através de grafites, como na Grande Muralha da China: destino procurado por multidões, onde se tornou necessário criar um muro falso em Badaling, a zona mais visitada, com cerca de dez mil tijolos, onde é permitido assinar mediante pagamento. Recordemos Florence Deprest: «o turismo, ao multiplicar os lugares da nossa vida modifica a nossa relação com o espaço, quebra o nosso enraizamento e convida-nos a amar outros lugares, mostra que a relação com os lugares é uma escolha, não um laço do sangue; mesmo se provisórias e controladas, as deslocações do turismo contribuem para mudar as nossas relações com os lugares, para mudar os nossos territórios e portanto para mudar as nossas vidas» (1997, p. 182).

Mas o turismo contribui também para mudar os lugares, tanto mais quanto mais volumosos e concentrados forem os fluxos. As mudanças são apontadas como profundas, mesmo no início das transformações quando os turistas ainda são raros. As massas turísticas induzem indiscutivelmente transformações da paisagem, novos equipamentos, o que não significa que estas paisagens novas valem menos que as antigas, e que estas devam ser tidas como insubstituíveis, nalguns casos fantasmas culturais, paisagens realmente obsoletas e sem funcionalidade actual. Contra o turismo manifestam-se desfavoravelmente alguns autóctones, residentes ou não residentes permanentes: forasteiros vistos como invasores, mesmo na fase inicial de descoberta dos pequenos lugarejos; e os primeiros turistas, que vêm os novos turistas como perturbadores da pacatez e atractividade do lugar, dos equi-

lívrios quotidianos entre turistas e famílias residentes.

Nos juízos negativos comuns, apenas escapam os turismos de elites, os turismos de nicho e alternativos, o de bem-estar, o cultural, o ecoturismo, o de desporto e aventura. Pelo contrário, as massas turísticas contrariam a sustentabilidade do desenvolvimento, necessariamente difuso, diluído no espaço, ao nível das comunidades locais, participado. O turismo de massa, ultrapassando a capacidade de carga, destrói mesmo o lugar turístico, ecologicamente e por o tornar banal, conhecido, frequentado, popular, conduzindo a prazo ao declínio e à morte dos mesmos? Alguns dos turistas e nomeadamente os descobridores, não se interessam mais pelo lugar: as massas turísticas apropriam-se dos lugares e retiram a exclusividade da sua apropriação, submergem os espaços antes reservados às elites e depois às burguesias, ultrapassando as suas capacidades de tolerância ao outro, mais do que as capacidades de carga dos lugares, como pertinentemente demonstrado por F. Deprest (1997).

A morte dos lugares turísticos, na lógica do ciclo de vida do lugar, foi explicada por R. Butler, com inspiração no ciclo de vida do produto industrial ou comercial. Esquece-se então que a presença de turistas, mesmo de multidões, pode ser ela mesma atractiva, garante de alegria, animação, a “querresse” do turismo para Miossec: aliás, uma densidade elevada de consumos pode animar e diversificar as ofertas de lazer de certos lugares. A sustentabilidade não é apenas ambiental, mas também económica, social, cultural e institucional. Além da capacidade de carga ecológica podem ser tidas em conta, na mesma lógica, as capacidades de carga psicológica e sociológica, mas estas correm o risco de induzir a aceitação de limiares de tolerância social e de limites na aceitação da presença dos outros. E de alimentar muitos sentires egoístas, nostalgias do tempo vivido, atitudes individuais de superioridade quanto a valores pessoais, na apreciação do lugar e da sua gente, marginalização e exclusão de estranhos e mais ainda de estrangeiros. Juízos que exprimem um certo maltusianismo social, os lugares devendo ser reservados apenas a alguns turistas, os bons turistas, que desse modo não seriam perturbados pelas massas. «Em matéria de turismo, o maltusianismo não é uma palavra vã» (F. Deprest, 1997, p. 176). Constitui um suporte fundamental da busca de exclusividade da viagem e dos modos de viver o tempo livre, entre iguais, através dos cruzeiros, enquanto se aguarda a oferta de viagens e estadas no meio do mar com vistas para os seus fundos, ou no espaço, com recurso a todas as tecnologias de ponta. Atenda-se a que em 2007 deverão ser concluídos dois resorts subaquáticos, o Poseidon nas Bahamas, numa escala muito

superior ao Jules Undersea Lodge, em Key Largo, na Florida, com acesso apenas por mergulho, e o Hydropolis, Underwater Resort Hotel, no Dubai, junto de Jumeira Beach, com acesso através de um túnel seguido por comboios; um hotel submarino de luxo, com meia centena de quartos, a cerca de 300m da costa, está também projectado para a baía de Palma de Maiorca, pela empresa Al-Manhal, dos Emirados Árabes Unidos. Entretanto testam-se tecnologias para a construção de hotéis no espaço, no prolongamento das viagens turísticas espaciais que se iniciam...

É certo que alguns destinos não comportam grandes densidades de presença humana, por mais racionais, escrupulosos e responsáveis que sejam os seus comportamentos enquanto turistas, o que obriga a restrições e proibições. Assim sucede na ilha Sipadan, na Malásia: formada por corais vivos que crescem no topo de um vulcão subaquático extinto, um monte com 600 m de profundidade, foi fechada oficialmente ao turismo em 2003 para preservar o ecossistema subaquático existente em redor: mais de 3 mil espécies de peixes, centenas de espécies de corais, tartarugas, tubarões, mantas gigantes, etc. Foram deslocalizados todos os centros de mergulho, destruídos os bungalows e resorts e desde então, ninguém tem permissão para nela permanecer. Não se trata de caso único, obviamente: controlos oficiais de presenças de turistas e dos seus impactos ambientais são assumidos na generalidade dos parques marinhos, como em Galápagos e Fernando de Noronha, assim como em parques terrestres e em lugares com patrimónios edificados, também eles de grande valor e vulnerabilidade.

Por outro lado, certos destinos de massa de nível médio deixaram envelhecer equipamentos e imagem no quadro de ocupações densas e verticalizadas e no de um mercado cada vez mais global e de grande competitividade, arrastando a sua sobrevivência na base de preços mais baixos e de serviços degradados, justamente quando a procura se torna mais exigente. O estereótipo do velho turista tende a desaparecer, a favor do turista interessado pela descoberta da cultura do local, pela própria gastronomia, e até mesmo pela língua do local visitado, que procura a identidade dos lugares, através do seu património cultural e social, especificidades e saberes particulares, que quebra as suas rotinas alimentares e ousa a gastronomia tradicional, valoriza os produtos alimentares de qualidade, endógenos, autênticos, genuínos, os seus sabores diferentes, frutos dos saberes-fazer locais tradicionais e elementos de diferenciação face a produções industriais e massificadas, e finalmente, do turista que aceita a diferença, a experimentação e a inovação, sem prejuízo da segurança.

No sentido de contrariar evoluções regressivas, definiram-se e foram publicitadas estratégias de renovação dos lugares de turismo envelhecidos, com vista ao desenvolvimento sustentável, na lógica da Agenda 21 Local, como na Agenda 21 Local de Calvià. Estratégias atentas às diferentes dimensões da sustentabilidade: ecológica, de base física; ambiental, pela capacidade de suporte dos ecossistemas quanto às intervenções humanas; económica, respeitante a crescimento e a desenvolvimento, através da mobilização de recursos e dos investimentos privados e público; espacial, pelos limites da capacidade de suporte de determinado território e da sua base de recursos; cultural, de modo a manter a diversidade de culturas, valores e práticas; político-social, em relação com a dimensão dos esforços da construção da cidadania e da adesão plena dos indivíduos a uma cultura de direitos e deveres; e institucional, no sentido de criar e fortalecer arranjos institucionais e organismos de representação político-social, que terão em conta critérios de sustentabilidade (M. Beni, 2004).

No caso de Calvià, como em tantos outros, está em causa a reinvenção do turismo no destino. Essa reinvenção passa necessariamente pela oferta, e em particular a da hotelaria, desse modo vendendo não apenas dormidas mas conforto e serviços novos, sendo habituais a anexação de spas, comuns, de talassoterapia, ecológicos ou associados a ideais místico-naturalistas. Assim vem sucedendo na Madeira, cuja história turística remonta ao climatismo invernal inglês ainda no tempo da navegação à vela. Muitos dos seus hotéis caminham no sentido do turismo do bem-estar, modalidade da moda, com lugar para o relaxamento, a desintoxicação, o emagrecimento, o cuidado integral do corpo, associando-se a multinacionais de cosmética. São tratamentos contra o stresse, o sedentarismo, a poluição e outros males civilizacionais, a busca de serenidade, o envelhecimento, a saúde física e espiritual, valores de uma nova ética e de novas dependências. Serviços para clientelas que não desejam sair dos hotéis, não apreciam festejos populares, mas os parques, os jardins, as vistas espectaculares, sobre a cidade e o oceano, os traços mais originais da arquitectura, a decoração, a qualidade e o requinte dos serviços, em particular dos seus spas, as piscinas interiores e exteriores (Luís Maio, *Público*, Fugas, 04/06/05).

No Hotel Jardim Atlântico do Funchal afirma-se que é rigorosamente cumprida a legislação ambiental (poupança de água e de energia, ausência de cloro na piscina, decoração de acordo com as leis e condições da natureza prescritas pelo Feng Shui, filosofia de raiz taoista), e oferecem-se: ambiente saudável, passeios a pé, cozinha desintoxicante, utilizando produtos vegeta-

rianos e integrais, em parte da sua quinta pedagógica, como pão sem fermento, manteiga vegetariana, à base de óleos de amêndoa e avelã misturados com puré de legumes, água purificada com pedras “preciosas” vindas da Alemanha e da Áustria, hidromassagem, tratamentos com argila verde, outros mais exóticos como massagens de equilíbrio, banhos com ervas aromáticas das redondezas, num encontro entre a saúde e a ecologia, sem extremismos fundamentalistas, mas também sem exclusão de dietas radicais, de choque, por exemplo uma semana só a fruta ou só a chás e caldos de legumes. As férias místico-naturalistas são também uma nova moda que motiva a vinda de panteístas alemães para meditar e captar as energias das árvores do jardim do hotel, um jardim de 20 mil m² sobre uma arribas de 480 m.

Os hotéis reafirmam-se como recurso e até como destino turístico, pelo conforto, pelas mordomias, pela personalização da hospitalidade, pelas evocações que despertam, pela sofisticação e funcionalidade ou pela sua conversão em espaços lúdicos e interactivos, e mais ainda quando elementos estruturantes de vastos resorts: nuns casos hotéis com história (Palace no Estoril, Negresco em Nice, Polama no Maputo, Palace em Copacabana, La Mamounia em Marraquexe, etc.), frequentados por reis, escritores, pintores, políticos, diplomatas, espões, magnatas, banqueiros; ou hotéis em edifícios históricos, até mesmo em monumentos nacionais ou em edifícios reconhecidos como património mundial, como conventos, mosteiros, palácios, fortalezas ou antigos hospitais, de que são exemplos muitas Pousadas Históricas, o Hotel Palácio de Seteais ou o do Buçaco, a Quinta das Lágrimas ou o Hotel Cipriani, de Veneza, com seus ambientes muito requintados (mobiliário, pinturas, cristais, tapeçarias), por vezes místicos e religiosos, no meio de matas, parques e jardins; noutros casos insiste-se na dimensão e na fantasia criada com recurso às novas tecnologias, como nos Hotéis Bellagio e Aladino, em Las Vegas; ou no luxo moderno, em arquitecturas futuristas e serviços personalizados, com mordomos exclusivos, ou até mesmo spas privativos, como o Burj Al Arab, do Dubai, num edifício de mais de 300 m de altura, de arquitectura original, revestido de vidro, numa ilha artificial, com acesso por uma ponte, e interiores de sonho, fantasia e luxo, nomeadamente o átrio com a sua parede de água e fogo e revestimentos em folhas de ouro; ou o Emirates Palace Hotel em Abu Dhabi, ou ainda em muitos resorts com golfe, spa e talassoterapia, nomeadamente do Índico e do Pacífico, ou ainda o Hotel Porta América, em Madrid, com quartos diferentes segundo os andares, nos materiais, cores, formas e também aromas; noutros hotéis a individualização das suas ofertas assenta em ambiências diferenciadas, intimistas, personalizadas, como nos

hotéis-boutique, conceito desenvolvido em Palm Beach, nos novos Riades da periferia de Marraquexe, nos hotéis-design, artísticos, imaginativos, modernos, vanguardistas, exóticos e mágicos, ou apenas românticos, com decorações dos quartos temáticas e diferenciadas, por vezes ricos em arte (objectos arqueológicos, etnográficos, de escultura e pintura), como autênticas galerias, sem esquecer os pequenos hotéis de charme e os hotéis com ambiências Zen, na continuação de spas de inspiração oriental; também se insiste na originalidade e exotismo dos materiais de construção, desde os hotéis compostos de tendas de nómadas, ao hotel Marith, em Atulcha, no salar de Uyuni, feito de blocos de sal, ou o Hotel-igloo de Alta, na Noruega, em blocos de gelo; é nesta mesma perspectiva, de criação de uma imagem renovada de um destino turístico através da sua hotelaria original e de vanguarda que se insere o projecto do Hotel Luz, uma torre de uma centena de metros, de espelhos e transparências, como um farol, à entrada da marina de Cascais.

Turismo aristocrático e burguês: diversidade de práticas e de lugares

O turismo conta com uma história de quase três séculos, marcada por práticas diferenciadas, mas que se não excluem em dado momento, várias práticas podendo desenvolver-se em simultâneo e competir entre si na atracção de cada lugar de turismo. É geralmente admitido que o turismo, no sentido restrito de viagem de lazer por período superior a 24 horas, sem exercício de trabalho com qualquer remuneração nos lugares percorridos e visitados, teve origem no Grand Tour dos séculos XVII e XVIII: viagens pelas principais cidades da Europa e em particular pela Itália (Roma, Nápoles, Florença, Veneza, Bolonha) e depois também Paris, dos jovens da aristocracia, em particular da inglesa, seguidos de perto pela nova burguesia.

Expansão do turismo no decurso do século XIX

Para o desenvolvimento do turismo no decurso deste século conjugaram-se, a par dos efeitos da renovação ideológica e cultural, dos progressos do conhecimento científico, designadamente médico, com destaque para o paradigma higienista (banhos de termas e de mar, como antes o climatismo respondia às doenças reais e imaginárias das classes dominantes), e das mudanças económicas e sociais da revolução industrial: as novas mobilidades, com a navegação a vapor e o caminho-de-ferro, tornando mais acessíveis as grandes cidades, as montanhas alpinas, os litorais mediterrâneos, o Egipto e

o Vale do Nilo; a invenção da viagem organizada, com a institucionalização de bilhetes de comboio para famílias e grupos numerosos por Thomas Cook, em 1841, aquando do congresso anti-alcoólico de Leicester. O raio de acção das viagens organizadas por T. Cook foi alargado rapidamente ao Continente: Paris, Vale do Reno, Suíça, Itália e, desde 1865, também aos EUA. À mobilidade permitida pelo caminho-de-ferro acresce a comodidade do vagon-lit surgido em 1860 na América e difundido na Europa a partir de 1872, para uma clientela de luxo. Depois apareceu o automóvel, primeiro a vapor, desde 1865 com motores de combustão interna, a que se juntaram os pneumáticos em 1888 e desde 1892 os motores a gasolina (a partir de 1908, produção em massa pela Ford de modelos populares), de uso individual e no transporte colectivo e flexível de passageiros, em substituição das diligências, e desde 1920 substituídos pelos autocarros, igualmente flexíveis e com capacidade muito superior. Os novos transportes colectivos possibilitaram a difusão espacial e social dos fluxos de férias e favoreceram as primeiras massificações ao nível da classe média que dispunha de tempo livre (mães domésticas, crianças e avós), pela baixa dos custos das deslocações.

As condições de vida foram alteradas com a expansão da revolução industrial e o assumir o trabalho como valor universal: no início desta o tempo livre era apenas consagrado à recuperação quotidiana da força de trabalho (dormir, descansar); depois deu lugar a férias, tempo anual contínuo realmente livre e remunerado como o de trabalho, mas não necessariamente turístico, já que a maioria dos trabalhadores ficava em casa e limitava-se a passear nos arredores, pelo campo e beira-mar próximas, ou a visitar familiares e amigos, com retorno às regiões de origem quando acessíveis. Nos anos 30 ocorreram mudanças que tiveram grande impacto na democratização do turismo, em particular a difusão das férias pagas e a programação de viagens para esse tempo novo, por organizações sindicais ou com orientação patronal quanto às boas formas e aos destinos: descanso físico, formação social e política, desporto, excursionismo, conhecimento de outros lugares e de outros países; bilhetes pagos pelas empresas, colónias de férias do patronato, parques de campismo. Estava em causa a saúde pela partida, a saúde através da mudança de lugar e do viver sem excessos de qualquer natureza, como claramente expresso no turismo social dos anos vinte e trinta, sobretudo na Itália e Alemanha, que era alargado aos jovens (turismo juvenil apoiado nas colónias de férias patronais, sindicais ou de associações religiosas, nas pousadas de juventude, nos clubes desportivos, associações recreativas e outras com fins não lucrativos).

A difusão social do turismo pressupunha, com efeito, tempo livre e remunerado por parte dos trabalhadores, logo modos de produção mais eficazes libertando tempos e lucros, mas também que as classes populares aprendessem a deslocar-se, ensinadas pelas sociedades de enquadramento, e a disponibilidade de diferentes formas de alojamento: aprendizagem do turismo, primeiro social e só depois de massa, das sociedades de massa, industriais e democráticas! Assim, ao turismo anterior, aristocrático e burguês, das elites vivendo dos rendimentos das propriedades e dos lucros das empresas, juntava-se o das classes que desenvolvem trabalho dependente e remunerado, com liberdade nos usos do tempo limitada. Ao turismo das elites que alimentou as viagens educacionais do Grand Tour, deu preferência às termas e depois às estâncias climáticas e ao alpinismo, a que se seguiram os litorais mediterrâneos, no que foi imitado pela burguesia um pouco mais tarde, sucedia o turismo das pessoas com menos recursos, que ainda no século XIX tinham começado a frequentar as praias e as termas, mas essencialmente com preocupações terapêuticas.

Turismo cultural

As viagens do Grand Tour tinham objectivos de aperfeiçoamento da educação dos jovens, aprendizagem de línguas e culturas europeias, visita de Cortes, contactos diplomáticos: faziam-se por períodos até dois anos, na companhia de tutores e serviçais, incluíam estadias nas principais cidades e passagem por outras e por centros termais, até porque dotados de condições de acolhimento e vida social: um turismo em parte itinerante pela viagem, longa e lenta, e em parte sedentário, pelas largas paragens para descanso e pelas estadias nos destinos de eleição. Juntavam-se a viajantes em missões diplomáticas, cientistas (naturalistas, antropólogos, arqueólogos) e descobridores, além de homens de negócios e ricos comerciantes. Turismo de elites abastadas e ociosas, que suscitou um processo de difusão essencialmente descendente, alargando desde logo a sua base social, da aristocracia à alta burguesia. Este movimento foi também seguido por escritores e pintores, mesmo os de origem social modesta, que figuram entre os descobridores de lugares tornados de visita e estada obrigatórias para muitos outros viajantes, depois lugares turísticos de renome e mais tarde, lugares de turismo de massa. A título de exemplo, Turner (1775 a 1851) visitou por várias vezes a França, nomeadamente Paris, o vale do Reno, a Alemanha, a Polónia, a Suíça, a Áustria e sobretudo a Itália. Nos finais do século XVIII estavam muito em

voga os relatos de viagens segundo roteiros, as revistas ilustradas e a pintura de paisagens. A Suíça alpina tornara-se um destino atractivo: montanhas brancas e seus glaciares, ambiências pastoris, paisagens deslumbrantes, com lagos e florestas, ar puro, fresco e revigorante. Os primeiros lugares frequentados foram os mais acessíveis e situavam-se apenas a altitudes médias e baixas. Lord Byron sublinha: «acima de mim elevam-se os Alpes, palácios da natureza, com os cimos nevados nas nuvens».

Desde a Antiguidade que muitos lugares de culto polarizam fluxos volumosos e regulares de crentes que induziram o desenvolvimento de serviços e de uma população residente, criando aglomerados importantes e com ritmos de vida que continuam marcados pelas multidões que os visitam pela fé, e também pelos patrimónios, funções e actividades que foram desenvolvendo e pelos equipamentos que oferecem. Exemplificamos com o Vaticano e a Basílica de São Pedro, Santiago de Compostela, Fátima e, no Brasil, o Santuário da Aparecida; Meca, a Grande Mesquita, a Medina e o túmulo de Maomé; Jerusalém, cidade santa de três religiões; Bénarès, lugar santo dos induístas; a região de Pagan (Myanmar, antes Birmânia: independência em 1947) atrai pelos seus mais de 2 mil templos dourados, e Mingun, pelos palácios e pagodes, que traduzem a omnipresença de Buda; destaquemos o templo de Shwedagon, imponente na sua centena de metros de altura, coberto de ouro, diamantes e rubis e onde pelo menos uma vez na vida se deve ir em peregrinação, e a Golden Rock, também lugar de peregrinação e onde os peregrinos deixam as suas oferendas na base da Pedra Sagrada, a Rocha Dourada.

No século XIX o turismo continuou a privilegiar as cidades, nomeadamente as patrimoniais: património associado a grandes civilizações mediterrâneas e do Próximo Oriente, e mais recentemente, patrimónios das civilizações pré-colombianas dos maias no Iucatão, dos aztecas no México central ou dos incas nos Andes; patrimónios coloniais no Brasil (Olinda, Salvador da Baía, Ouro Preto ou Parati); patrimónios modernos de Brasília, arquitectura de vanguarda das grandes metrópoles da Ásia Oriental e de Sudeste, mas também patrimónios imateriais como Auschwitz e as costas do desembarque das tropas aliadas na Normandia ou os estaleiros onde fora construído o Titanic. Os fluxos com destinos urbanos acompanharam a explosão e democratização do turismo, muito embora as motivações e as práticas se tenham diferenciado: visitas curtas, de itinerário, citybreaks, ao longo do ano mas com máximos estivais, e motivações outras que de lazer: Bruges, Veneza, Dubrovnik, antiga Ragusa, sua rival na Idade Média, São Petersburgo, e tantas outras... Bruges e Veneza polarizam massas turísticas (3 milhões de visitantes para

Bruges e 10 milhões para Veneza, ao longo de todo o ano): lugares em declínio carregados de história com patrimónios bem conservados ou recuperados e reconhecidos pela UNESCO, valorizados como espaços do passado, culturais, e como espaços turísticos, ao longo do século XIX, o turismo reocupando os centros históricos, expulsando quase totalmente os autóctones e acelerando o seu despovoamento até aos nossos dias.

Climatismo

Nos finais do século XVII, desenvolveu-se uma sensibilidade crescente ao tempo e aos seus efeitos no estado físico, no espírito, no humor e melancolia e na moral dos homens, e com ela aos lugares de vida e às estações do ano, num determinismo meteorológico romântico. Vários factores contribuíram para esta nova atitude: progressos do conhecimento científico, racionalismo, positivismo, em detrimento da superstição e das crenças; progressos do conhecimento geográfico, quando se ascende aos cumos das montanhas europeias sob o impulso das investigações científicas, particularmente meteorológicas; reconhecimento dos efeitos terapêuticos de certas exposições, e até dos benefícios da exposição a situações adversas, de frio, calor, chuva, neve ou seca, em particular no fortalecimento da moral e do carácter, mesmo se as sensibilidades e limiares de tolerância variavam com os grupos sociais, as classes trabalhadoras mais expostas sendo menos sensíveis; renovação do olhar e desejo romântico de natureza e paisagem, que emerge «como forma moderna de sensibilidade, lugar do sujeito na sua relação com o espaço» (A Corbin, 2005, p. 31); preocupações com a higiene e nova relação com a água e o banho.

Alguns fluxos igualmente incluídos no conceito actual de turismo da OMT, são bem anteriores: fluxos essencialmente de raiz urbana, com permanências longas nos destinos de eleição, em busca de temperaturas amenas em relação às regiões de residência habitual, estivais e invernais. A moda do climatismo é antiga: integra a vilegiatura rural, largamente outonal, na época da caça e das colheitas, e depois claramente de lazer e fuga aos rigores do clima nas cidades, numa primeira fase ainda muito apoiada nas quintas agrícolas e com uma repartição espacial condicionada pela dos patrimónios fundiários. Envolveu desde tempos recuados as elites imperiais, a realeza e as altas figuras da igreja, em vários cantos do mundo, da China ao Brasil: Versailles, Queluz e Mafra; Petrópolis; Palácios de Verão nos arredores da capital de Chengde, situada a 250 km de Pequim, no caso da China.

Na Europa ocidental, intensificaram-se ao longo de todo o século XIX as migrações sazonais, para norte no Verão e para sul no Inverno, com origem nas elites urbanas das maiores cidades, abastadas ou intelectuais. O contexto social entretanto mudava, primeiro na Inglaterra, com afirmação social dos industriais e banqueiros e depois de uma numerosa classe média alta, desejosa de acompanhar a moda das elites e desse modo afirmar-se em termos sociais. Na vanguarda continuavam os intelectuais e os pintores: Paul Cézanne alternava estadias em Paris com outras em Aix-en-Provence e em Marselha; Renoir passava o Verão na Normandia, frequentava as termas de Aix-les-Bains e refugiava-se do frio parisiense na Provença e Côte d'Azur (Nice, Grasse e Cannes), onde foi visitado por Rodin e Monet; Monet, pintor do Sena, de Ruão, da Normandia, nos anos oitenta partiu em busca do sol de Inverno na Riviera, instalando-se alguns anos depois na Côte d'Azur, que considerava maravilhosa, soberba, no Inverno; Seurat passava habitualmente o verão na Normandia; Van Gogh deixou Paris e foi para Arles em busca de luz mais clara, natureza mais alegre, cores mais intensas e calor, a que se juntou Gauguin; Matisse viajou pelo sul de França, Itália, Veneza, Argélia, Espanha, em busca de sol e calor, de cores fortes e luminosas, novos motivos dignos de serem pintados ao ar livre. Na Europa de Leste, a Costa da Crimeia floresceu como a Côte d'Azur no tempo dos Czares: a nobreza ocupando palácios e villas, posteriormente adaptados ao turismo das classes trabalhadoras. Ocupação invernal também na Florida, com suas clientelas de luxo.

Turismo de montanha

Nos princípios do século a montanha era igualmente procurada para vilegiatura estival, nomeadamente os Alpes suíços e italianos, nos percursos habitualmente seguidos pelos viajantes do Grand Tour: Genève, Chamonix, Merano e Bolzano, na Estrada das Dolomites. Turismo residencial associado ao paisagismo dos lagos e das montanhas, imortalizados por Voltaire, Rousseau e Goethe, Strauss e Brahms, e depois ao alpinismo, no seguimento da escalada do Monte Branco (1787) e da multiplicação dos clubes da especialidade: nos finais dos anos 60, durante a guerra franco-prussiana, refugiam-se no Grand Hotel National de Lucerna, a alta finança e as cabeças coroadas europeias (L. Fuster, 1978, p 602), como Morgan, Rockefeller ou Rothschild, pela neutralidade política da Suíça; em 1855 existiam nove hotéis em Chamonix.

As novas acessibilidades, ferroviárias e rodoviárias (barragens,

estradas e pontes), e mais tarde os comboios de cremalheira e os teleféricos, e a realização dos jogos olímpicos de Inverno (1896) reforçaram a atracção turística da montanha e alargaram as permanências, com base no paisagismo, climatismo estival, turismo desportivo (escalada estival, desportos de neve inverniais) e turismo de saúde, apoiado na secura do ar e no desenvolvimento das estâncias de altitude, a que se seguiu a criação de centros novos a níveis ainda superiores e no meio do nada, como Vale d'Isère, no período de entre as duas guerras, e mais tarde Courchevel, Isola Avoriaz, Les Arcs e Sestrière, com renome mundial e capacidade de recepção de dezenas de milhar de camas. Terras despovoadas sem florestas nem pastos e também sem apropriação, foram no decurso do século XVIII valorizados por um novo olhar, um olhar urbano e não local, o olhar de encantamento pela alta montanha, então como destino exótico das elites urbanas e estrangeiras informadas, documentadas, a par dos naturistas e dos cientistas, e depois dos alpinistas e desportistas do esqui.

Entretanto na Suíça, em Davos, procurava-se a cura da tuberculose pulmonar e óssea, durante o Verão e o Inverno, com estadias longas, como lembrado por Thomas Mann, na *Montanha Mágica*: neve, sol, ar da montanha, também considerado estímulo mental por Friedrich Nietzsche. Paralelamente, Saint Moritz, estância termal de frequência estival, vê a sua frequência alargada ao Inverno, num ambiente antes tido como hostil, uma vez mais pela nova sensibilidade a uma paisagem de neve e soalheira, à beira de um lago também gelado: invernantes estrangeiros, de origem europeia e americana, ricos, ociosos e de boa saúde, no conforto de grandes hotéis de luxo, os Palaces, dotados de aquecimento central, num lugar precocemente «urbano», com electricidade, telefone, viatura eléctrica para o transporte dos visitantes, que inventavam novas práticas de lazer, como patinagem no gelo e esqui de encosta, esta importada da Escandinávia. Saint Moritz persistiu até hoje como uma estação elegante, um lugar frequentado por uma elite mundial predominantemente estrangeira, que ocupa os seus Hotéis Palaces, não muito modernos mas caros, ou os muitos chalets, entre os quais os de Karajan, Opel, Pahlevi, Berlusconi, e alimenta o seu comércio de luxo (Équipe MIT, 2005).

A evolução posterior dos primeiros lugares de turismo de montanha manteve a sua polivalência: vilegiatura paisagística e climática, alpinismo, desportos de neve e nalguns casos termalismo e turismo de saúde e bem-estar. O turismo de desportos de neve também se massificou desde a segunda metade do século passado, sobretudo porque muito concentrado no

espaço: permanece com uma clientela marcadamente jovem e com elevado poder de compra dados os seus custos, enquanto o climatismo estival a média altitude, no seguimento da vilegiatura de século XIX, nas margens dos lagos e nas encostas melhor expostas e mais abrigadas regista uma maior democratização. Os lugares antes procurados para estadas prolongadas de saúde e repouso para pessoas débeis e em convalescença, ou estadas estivais longas para mudança de ares, num quadro de paisagens admiradas, verdejantes e frescas, num turismo sedentário, que antes frequentava no Inverno os litorais mediterrâneos, passam também a ser percorridos por um turismo de circuito, com desejo de conhecer novos espaços e lugares. Com a redução das tradicionais clientelas estivais, agravada com a ruína da aristocracia e empobrecimento da burguesia rica no seguimento da guerra e crises económicas mas com surgimento de uma nova burguesia, que importava educar, informar e atrair para o turismo suíço, acentuou-se a sazonalidade a favor do Inverno e das estâncias em torno dos novos desportos da neve, em detrimento das de frequência sobretudo estival. Os novos grupos de trabalhadores em férias chegam então no Verão e de autocarro, são também eles sazonais e bastante móveis. Perdas de clientelas, grande depressão de 1929 e desvalorizações das moedas, obrigam a repensar estratégias de captação de novos turistas: ténis, golfe, manifestações desportivas, concertos, bailes, festas sociais...

Termalismo: turismo de saúde e práticas de lazer

As termas ou spas afirmaram-se como lugares de cura e sobretudo como lugares de repouso e prazer, contra os males do espírito. Tratou-se da renovação de uma prática muito antiga, tanto na vertente de cura como na de vida social para as elites, que remonta à Antiguidade ou pelo menos à Grécia e à Roma antigas. Marina Louro (1995) recorda-nos o culto das águas como fonte de saúde e bem-estar, mesmo como milagrosas, o que levava à sacralização das fontes: águas benfazejas com suas propriedades curativas, recomendadas por Hipócratas, em banhos frios para doenças agudas e em banhos quentes como calmantes; nascentes com propriedades medicinais na Tessália frequentadas por doentes, algumas famosas desde o século III A.C. Também os romanos as utilizavam em banhos de imersão, duches, estufas húmidas e estufas secas, lamas, para além da ingestão. Na Roma imperial foram edificadas balneários imponentes e de grande luxo, como as termas do imperador Caracalla, sobre o Monte Aventino, com capacidade para 3 mil aquistas, à imagem da sumptuosidade dos palácios dos imperadores. Para

estes, as termas não eram apenas locais de cura e de repouso mas sobretudo estâncias de prazer, para deleite do corpo e recreio da alma: colunas de mármore, mosaicos coloridos, estátuas, muitos espaços e todas as comodidades, incluindo salas de conversação, campos de jogos, piscinas, alamedas e parques: lugares ideais, para clientelas seleccionadas, servidas por muitos escravos, lugares de jogos de poder e de sedução, de uma elite privilegiada. Com o império houve difusão pelas Gália e Germânia, na continuidade do hábito dos banhos de tratamento, e mais ainda de prazer: os balneários são então a expressão de uma cultura na qual o prazer era aliado à saúde do corpo e da mente.

Com os muçulmanos a hidroterapia simboliza uma civilização refinada no contacto com as águas do Tigre, Eufrates e Nilo: o banho é rito religioso e da vida quotidiana. Requite evidente nos banhos quentes de Alhambra, em Granada, estância também de luxo. Na Europa cristã da Idade Média, persistiu o carácter curativo e sagrado das águas termais: como nos tempos primitivos, algumas assegurariam curas milagrosas, as fontes santas que justificavam peregrinações, mas as termas perdem o carácter luxuoso, polarizam viagens e estadas de cura mas não de recreio e prazer, como o tinham sido com os romanos: lugares de dissolução dos costumes, decadência moral, pecado, deboche; lugares de perdição, de luxos e de excessos. Todavia, no século XV os banhos estavam de novo na moda em Baden Baden e atraíam visitantes não necessariamente em busca de cura: homens e mulheres banhavam-se na mesma piscina e eram permitidas muitas liberdades entre os jovens dos dois sexos. Para os séculos XVI e XVII, há notícias da presença de elites afortunadas em Néri e Vichy, na Auvergne, respectivamente.

No século XIX renasce por toda a Europa a procura das termas por parte de uma elite privilegiada, como lugares de encontro e vida social: Budapeste, talvez o maior centro termal da Europa, que simbolizamos pelo conjunto municipal "Bois de Ville", pelo "Isla Santa Margarita", que fora propriedade de uma família nobre do país e pelo de Monte Saint Gellert, o mais luxuoso e mundano; Spa, Évian, Vichy, Vittel, com o seu parque de 150 ha e uma clientela cosmopolita; Montecatini, Baden Baden, Wiesbaden, Marienbad, que foi frequentada pela corte austro-húngara e dada a conhecer por Goethe, Wagner e Ibsen; Karlovy e todo o núcleo da Boémia; Hissar na Bulgária, que atraía clientelas gregas, turcas e egípcias, e já nos anos 20, Krynica na Polónia, criada como estância moderna e luxuosa. Sem esquecermos Bath, a sua redescoberta e o seu renascimento no século XVIII, primeiro como termas, com estadas aborrecidas e sociedades doentes, e depois lugar de prazer muito

frequentado e cosmopolita pela diversidade de proveniências do império e de profissões (aristocracia e burguesia endinheirada): invenção de uma vida social intensa e mundana para uma população que aqui residia várias semanas por ano, sobretudo no Outono mas também na Primavera. Antes a vida social (jantares, música, dança, bebidas, convívio) decorria no recato nas casas aristocratas, em espaços privados; com a associação da burguesia passa para espaços comuns, nos casinos, nos salões, nas salas de jogo, e também nas praças, ao ar livre, como nos mostra a *Équipe MIT* (2005).

Pequena vila provinciana, longe do litoral e de Londres, com uma curta história em torno da indústria da lã e um centro termal romano abandonado de há muito, Bath renasce sobretudo como lugar de turismo, com a criação de uma cidade ideal do prazer agora público, um lugar homogéneo e harmonioso, com um crescimento vertiginoso mas planeado, uma arquitectura inspirada na Roma Antiga e no Renascimento, praças como forum romanos, espaços de encontro, como o *Royal Crescent* e o *Circus*, com suas colunas "jónicas", dezenas de edifícios particulares, colados uns aos outros, valorização dos declives através de espaços públicos abertos, que se continuam pelo open-field. Cidade nova pelas formas, pelos materiais (pedra), pela aparência, pela regularidade das ruas e praças, homogeneidade dos edifícios, em ruptura com os estilos locais, pelo plano de conjunto, pelos ritmos de crescimento demográfico, pelos problemas de alojamento e integração dos afluxos de trabalhadores, pela população marginal de ladrões, mendigos, jogadores, prostitutas, de que se não devia falar para não afectar a reputação do lugar. Uma cidade apenas com comércio de luxo, sem indústria, sem ocupação excepto a de matar o tempo. Cidade do ócio e de actividades lúdicas, com programas de animação ao longo de todo o ano, fruto de uma aliança entre a aristocracia habituada à vilegiatura nos seus domínios e a nova burguesia industrial que se afirmava. Lugar de repouso face ao trabalho e lugar de jogo, no seu sentido lato, práticas turísticas que persistem e dominam até hoje, todavia esbati-das, sempre segundo a *Équipe MIT* (2005).

Turismo de saúde e de lazer à beira mar

Os encantos do litoral são antigos, remontam aos Romanos, como em Baías, situada na costa da Campânia: vivendas magníficas, jardins e torres; contemplação da paisagem, mesmo no Inverno, e busca de natureza, não de uma natureza selvagem e rude mas de uma natureza domesticada, reconstruída, recriada, uma natureza cenário para a representação social. O mar como

cenário, nas palavras de C. Gil Arriba (1992, p. 120). Reforçaram a sua atracção a crença nas propriedades específicas de cura da água do mar, salgada, como a água benta, que afasta o mal, purifica (hidroterapia), o desejo de margem, e a descoberta de novos prazeres, a busca de juventude, de frescura, de beleza.

Ramalho Ortigão (1966, p. 25-26) sublinha: «O ar do mar actua sobre o organismo pela sua densidade, pela sua constituição química, aumenta o apetite, activa a respiração, excita o sistema nervoso, adequado para pessoas fracas, moles, apáticas, de constituição linfática, salutar com manifestações linfáticas e escrofulosas, sobretudo para as crianças (...); o fosfato de cal para os teus ossos, o iodo para os teus tecidos, o brometo para os teus nervos, o grande calor vital para o teu sangue descorado e arrefecido». No tratamento marítimo destaca a água do mar para uso interno, pelas suas propriedades medicinais, e o banho de mar: o higiénico, hidroterápico, nas águas mais frias e o terapêutico, medicamentoso, nas mais quentes. O banho como agente terapêutico seria recomendado para todos os estados patológicos ligados com enfraquecimento geral do organismo, insuficiência do sangue, depressão do sistema nervoso, nalguns casos a reforçar com tratamento termal adequado. Acresce, sempre em termos de tratamento, o banho de areia, o banho de ar, a alimentação com mariscos, o levantar cedo e passear com a frescura da manhã. Terapia confirmada por médicos, aceite pelas elites, e de longe pelas populações modestas e da vizinhança.

«A partir de 1755 e em menos de dez anos, o doutor Russel suscitou uma verdadeira ruée para as margens britânicas da Mancha» (A. Corbin, 1989, p 66), desencadeando uma vilegiatura balnear à semelhança dos spas, a tal ponto que noventa anos depois do lançamento de Bath, Brighton era já mais importante: mar frio, salgado, agitado, fora dos calores estivais. Vencido definitivamente o terror medieval perante o oceano desconhecido e as suas vagas tempestuosas, afirmam-se e multiplicam-se as estâncias de veraneio: os balneários termais funcionaram como modelos para a talassoterapia ou cura marinha, com recurso à água do mar, mineralizada como a das termas, prática aliás também muito antiga e conjugada habitualmente com a helioterapia, a oxigenação e as brisas; banhos frios durante a manhã e na época estival, com traje apropriado ao pudor e bons costumes da época; passeios matinais à beira-mar, pela praia. Mas também banhos quentes, de 25º a 36º, com ou sem algas, em banheiras ou duches no interior dos balneários para tal construídos nas praias e explorados por concessionários, como nas termas, mas em terrenos do domínio público marítimo, o que induzia uma certa precariedade e o

recurso aos serviços de terra. O custo do seu uso marginalizava os que o não podiam pagar, os pobres que mais precisavam de frequentar a praia e do banho de mar terapêutico. A talassoterapia renascia como uma prática social elitista e exclusiva, com claras preocupações de saúde, e com ela de produtividade e benefício, na sociedade industrial.

«Na busca do litoral cresce a emergência do desejo de margem, o fascínio do mar na sua relação com a terra, “reino do vazio”, “espectáculo”, expresso na pintura das paisagens litorais» (A Corbin, 2005, p. 47), da italiana à holandesa. No primeiro terço do século XIX, evolui a apreciação das margens, surgem novas leituras e novas paisagens, na continuidade de novos olhares, e uma nova relação do corpo e do mar que se não reduz ao banho: um conjunto de práticas, de usos da praia, estadas mais prolongadas sobre a areia, novos passeios, ou novas formas de estar, buscas de novos prazeres, menos visuais e mais dos cinco sentidos (idem, p.74-75): banho hedonista e sensual, colectivo, de águas mornas, de há muito praticado pelas populações do Golfo da Gasconha e das margens do Mediterrâneo, a que se juntavam viajantes alemães e ingleses. Nos balneários de praia disponibilizam-se banhos quentes e até banhos de vapor e duches, sala de massagens, todo um equipamento hidroterápico e recreativo, com restaurante-café, esplanadas, e biblioteca nos mais sofisticados, de um ou dois pisos, largos terraços para repouso, vida social e diversão: Brighton, Trouville, Ostende, Scheveningen, muitas outras na Alemanha e Dinamarca, mesmo nas costas do Báltico, Biarritz e Nice, Lido de Veneza, Salerno, Valência, Alicante...

Banhos de mar higienistas para todos, ricos e pobres, como em princípio também os das termas, mas tal como estes com segregações de clientelas e tensões nos acessos às praias e ao mar, pela redução progressiva dos lugares de banho público gratuito à medida que proliferavam os estabelecimentos concessionados, para a procura das classes “acomodadas”, que podiam pagar o seu uso, com afirmação do carácter lúdico e sócio-distintivo de alguns lugares. Para os outros, balneários bem mais modestos e temporários, mesmo apenas em madeira, ou como nos termas com duas secções, a principal e permanente e a móvel, dos necessitados e indigentes, completada ou não com balneários públicos, sempre com localizações menos disputadas e marginais.

A invenção do mar também se deve à família real, alta nobreza e aristocracia inglesa; a partir delas difundiu-se pelas classes altas da França e da Alemanha, da Flandres. Deauville, a praia de Paris, foi lançada por Napoleão III e o duque de Morny e nos princípios do século XX, ganha um casino, um

Palace, muitas villas e uma ambiência mundana, de estilo anglo-normando, em que não faltava um hipódromo e campos de golfe para a sua clientela oriunda da alta sociedade de Londres. O primeiro Regulamento da polícia de Ostende, referente a banhos de mar, remonta a 1848: nele se precisavam as condições de exploração do serviço de banhos da praia com carros, mais de 150, a distância máxima de afastamento da costa fixada pela altura da água nas rodas, de 70 cm, e a obrigação de assegurar 16 fatos de banho por cada carro, 8 para homens e 8 para mulheres, com modelos bem definidos, assim como os preços a cobrar aos banhistas pelo uso dos carros e fatos de banho; também referencia o pavilhão real, os banhos das damas e a duração da estação de banhos, de 1 de Junho a 1 de Outubro.

Na Costa Basca desenvolvia-se Biarritz como destino de veraneio refinado e mundano desde a edificação da Villa Eugénie, em 1855, casa de praia de Napoleão III e sua mulher Eugéne de Montijo, por onde passou a realeza europeia da época, e que induziu a construção de muitas outras casas senhoriais como retiros de férias, da melhor sociedade francesa e basca. Derrotado Napoleão, aquela foi, em 1880, convertida no Hôtel du Palais, que manteve a ambiência faustosa e selecta: por ele continuou a passar a nova realeza europeia, muitos magnatas, mais discretos do que o jet set que frequenta os destinos mais em voga, e também as novas elites das artes e do espectáculo, como Maurice Ravel, Sarah Bernhardt, Igor Stravinsky, Charlie Chaplin, Jean Cocteau, Bette Davis, Frank Sinatra, Gary Cooper ou Rita Hayworth. Em Espanha, desde 1845 a rainha Isabel II de Espanha mudava a Corte e tomava banhos de mar em São Sebastião, cujo casino data de 1887; Isabel de Bourbon frequenta Santander ao longo da segunda metade do século XIX e desde 1912 a Corte veraneia no El Sardinero, reforçando a sua imagem elitista; na mesma época a princesa de Saxe-Cebourg y Gotha ia a Cannes com 80 malas contendo 200 vestidos e 120 sombrinhas. Na costa catalã, em 1865 já existiam casas de banhos em Palamós, e em 1883 em San Felíu de Guixols e Rosas; Chopin e George Sand em 1838 visitaram Maiorca; na segunda metade século XIX permanecem na ilha longamente elementos da aristocracia austríaca.

Gauguin, um dos pioneiros do modernismo, viajava entretanto para os trópicos (exotismo, nostalgia das grandes viagens), a partir de 1887: Panamá, depois Martinica, nas Antilhas, Taiti em 1891, ilhas Marquesas em 1901, onde morre dois anos depois. Com a sua pintura promoveu a cultura primitiva simples das populações da Polinésia, a sua felicidade através de quotidianos em harmonia com a natureza, a beleza das nativas a conversar e dormir ao calor

do sol, o pouco valor dado ao trabalho, a nobreza, a serenidade, a naturalidade do seu comportamento. Seres míticos de paraísos longínquos, exóticos e mágicos; lugares de calma, paz e harmonia na periferia da civilização essencialmente urbana, que então fascinavam a Europa trabalhadora, burguesa e rica, no seguimento das várias exposições mundiais e reportagens jornalísticas. De novo, com ele, outros olhares: aos banhos de mar rápidos e às presenças na praia curtas e abrigadas do sol e do vento pelos cestos de vime verticais característicos, irão suceder-se estadas prolongadas, com banhos múltiplos, desfrute do ar marítimo e do sol, bronzamento do corpo como necessidade social, merendas, encontros e contactos sociais abertos, conversação, observação dos outros e muitas outras actividades de entretenimento, contra o cansaço das vidas sedentárias, o excesso de regras e auto controles dos quotidianos, a ausência de novidades, surpresas, estímulos...

As novas práticas da praia alteram as suas funcionalidades. Em Santander, nos anos vinte-trinta, muitos balneários perdem interesse à medida que os banhistas chegam de automóvel ou, o que se acentuará com a massificação a partir dos meados do século, descem de suas casas para a praia já em fato de banho, e banham-se nas praias em frente dos balneários: sem recurso aos banhos quentes, aos de água salgada, às banheiras e cabines de hidroterapia, nas suas diferentes modalidades, com ou sem algas, nos anos 30 do século passado, encaradas para um público «distinto em idade, energias e comportamentos dos de banhos de mar» (C. Gil de Arriba, 1992, p.254), nem mesmo às suas casetas móveis, com rodas, e de uso pago, e não por motivos económicos. A prática social do banho de mar substitui a dos de água salgada nos balneários e ou com recurso a casetas, e mesmo os banhos de sol ocorrem agora nos areais da praia, destronando o uso dos solários entretanto multiplicados por alguns balneários. Uma vez mais, os balneários, neste caso costeiros, inicialmente promovidos como lugares de cura, se transformam em lugares de recreio e distinção e a praia em espaço de actuação social. A praia de há muito deixara de ser exclusiva da aristocracia, da família real, dos militares, dos políticos, dos artistas, dos novelistas, que fazem de algumas lugares de recreio e de distinção social e da burguesia local, regional ou nacional, como em Santander.

Para Sérgio Molina (2003) esta fase caracteriza-se pela passagem de um turismo de tipo artesanal e de elites para um turismo industrial, aberto a muitas outras pessoas, apoiado em novos meios de transporte e organizado em termos comerciais. À partida, ofertas de baixo nível tecnológico e pouca profissionalização, que ainda existem e respondem a certos segmentos da

procura, como cabanas de pescadores em certas praias vazias, isoladas e de difícil acesso. Só as famílias abastadas se transferem em bloco com filhos e criados, para estadas de três meses, muitas outras limitam-se a uns banhos durante alguns dias no fim do verão ou já no Outono. Alguns destinos turísticos são criados de novo e de forma planeada, como Brioni Maggiore, ilha do arquipélago Brioni, em frente de Pola, no fundo do Adriático, de clima e paisagem atraentes: F, industrial austríaco, comprou-a em 1895 e em 20 anos converteu-a num importante e distinto lugar de turismo, não sem resolver os problemas de malária e de abastecimento em água doce, fazendo construir hotéis, villas, campo de golfe, pólo, clube náutico, ténis (L. Fuster, ii, 1975, p. 606). Na Costa Brava, S'Agaró foi lançada por volta de 1924 como lugar de turismo residencial de grande luxo, num quadro natural e arquitectural cuidados: o seu plano inicial compreendia quintas residenciais, hotel, igreja, serviços vários, náutica, ténis, equitação, festas musicais e sociais e concursos internacionais... Na Costa do Sol, depois Costa do Estoril, foi planeado e construído o Estoril, com o seu Hotel Palace, os seus jardins e mais tarde o Casino, inaugurado em 1931. Em breve começaria a ser desenvolvido o turismo balnear social, para as classes trabalhadoras, no âmbito do qual serão concebidos projectos gigantescos, como o Prora numa ilha alemã do Báltico, com capacidade para 25 mil veraneantes, cuja construção pelos nazis foi interrompida pela guerra, expressão clara do que viria a ser o turismo balnear de massas nos decénios seguintes.

As Rivas "mediterrâneas" exemplificam a passagem do climatismo invernal aos 3S estivais. Antes da revolução francesa, a vilegiatura da velha aristocracia, gente ociosa, e da burguesia inglesa endinheirada pela revolução industrial e mais ou menos nobilitada, desenrolava-se no interior da Provença, com destaque para Avignon e Hyères. Só no século XIX são procurados os lugares do litoral, acessíveis a partir de portos como Génova ou Marselha e depois pelo caminho-de-ferro. É certo que os ingleses do Grand Tour frequentavam de há muito os lugares costeiros como Cannes, Nice, Mónaco, Cabo Ferrat, etc, os mais abrigados do mistral, e alguns elegeram-nos para as férias de Inverno. A designação de Côte d'Azur em vez de Riviera data dos finais século XIX, quando o litoral era já densamente frequentado por colónias invernales de franceses, britânicos, russos e americanos e oferecia muitas oportunidades de vida social. Nos meados do século a população permanente de Nice aproximava-se dos 50 mil habitantes, os invernales situavam-se em 4-5 mil, edificam-se alguns hotéis, igrejas dos vários credos, e muita habitação privada, ao lado da cidade antiga, não junto do mar mas nas encostas abri-

gadas e viradas a sul: edifícios independentes, sempre rodeados de parques, com espécies exóticas importadas do Império, criando uma paisagem de aspecto colonial e tropical, ou do Norte de África, pelas paredes brancas. O condado de Nice foi integrado na França em 1860, o caminho-de-ferro chegou a Nice em 1864 (Équipe MIT, 2005).

O prestígio de Nice reforça-se com a presença da realeza, que arrasta a melhor nobreza, a Rainha Vitória tendo invernoado em Nice em 1895, durante dois meses, com a sua corte e os seus serviçais, mas reforça-se também através da intelectualidade, nomeadamente dos pintores. Matisse foi uma presença frequente no Inverno e depois permanente na Riviera francesa: Saint Tropez, depois Nice, com Renoir em Cagnes, com Bonnard em Antibes; em 1938 fixa-se em Cimiez, onde viveu até à morte em 1948, excepto no período 1941-1943, após ataque aéreo a Cimiez, quando fixou residência em Vence. Para alguns dos seus habitantes permanentes e sazonais, os afluxos de invernantes tornavam-se excessivos: demasiados ingleses, demasiada gente, demasiadas construções novas, demasiados projectos que induzem mais turistas e turistas tidos como de pouca qualidade, sobretudo desde que o caminho-de-ferro viabilizara os afluxos de clientelas regionais de Marselha, de nível social médio. Só depois da primeira grande guerra se começa a afirmar a frequentação estival, acelerada no pós segunda guerra, mas agora com grande concentração das residências secundárias, em detrimento da hotelaria, sem todavia pôr em causa a sua fama mundial como local de férias.

No lado ocidental, desenvolveu-se Saint Tropez, também como lugar de residência de gente rica e instruída. Nos finais do século Guy de Maupassant e Signac descobrem o porto, quando outros pintores residiam já na região, como Cézanne em Aix, Renoir em Cagnes. A presença de Signac induz a vinda de muitos outros pintores (Pierre Bonnard, Charles Dufy, Henri Matisse), que fazem de Saint Tropez, um paraíso de praias desertas rodeadas de pinhais, um lugar de encontro dos neo-impressionistas parisienses. Muitas das casas desta época foram depois vendidas e as elites deslocaram-se para outros destinos: na sua perspectiva o encanto do lugar desaparecera à medida que se tornara muito frequentado e sobretudo frequentado por outros menos artísticos, menos endinheirados e menos distintos. A partir de meados do século afirma-se a prática do banho de mar estival, os pintores do passado dão lugar ao show-biz, com Colette, Coco Chanel, Maurice Chevalier, residentes no Verão; seguiram-se os intelectuais existencialistas, a nova geração de escritores, pintores, vedetas do cinema e da canção e por último, as estrelas de televisão. Frequentaram Saint Tropez Gilbert Bécaud, Jean Louis

Trintignant, Jean Paul Belmondo, Marlon Brando, Alain Delon, Mick Jagger e também Françoise Sagan, Roger Vadin, Sacha Distel, Picasso, Brigitte Bardot, Johnny Haliday, Enrico Macias, Elton John, Robert de Niro, Bruce Willis, Nino Ferrere e mesmo Herbert von Karajan... Mas também muitos banqueiros e industriais, todos multimilionários, com destaque para a nova burguesia parisiense em busca de um lugar de encontro com prestígio; vivem preferencialmente em condomínios muito vigiados e de acesso vedado: «não se mostrar em Saint Tropez, num dos lugares mais mediatizados do mundo, é agora o máximo de snobismo, o fim do processo de afirmação do lugar» (Équipe MIT, 2005). A notoriedade de Saint Tropez, no decurso da segunda metade do século XX, resulta da cumplicidade entre os mundos do show-business e dos médias, que assegura a hiper-mediatização do lugar, a par da continuidade da presença em férias de uma elite muito rica, a mesma que frequenta Megève e Courchevel (Équipe MIT, 2005; M. Stock, 2003).

A Riviera de Nice a Saint Tropez, constitui uma conurbação ao longo de 60 km, com um milhão de habitantes, onde se combinam a função turística, uma importante função residencial da terceira idade com destaque a nível mundial, depois ultrapassada pela Florida, a maior concentração mundial de reformados, função residencial indutora de riqueza - gastos ao nível das disponibilidades financeiras - e criadora de empregos; e mais recentemente com indústrias de alta tecnologia atraídas pela imagem de marca do ambiente, natural e social, e do comércio e serviços criados pelo turismo. O litoral permaneceu reservado às elites: passeios marginais, hotéis-palácio e outros de nível elevado, casinos; as encostas foram salpicadas de vivendas no meio de parques e jardins, com largas vistas para o mar e a praia, depois por blocos de apartamentos, como residências secundárias e de reformados, a população residente concentrando-se nos vales, espaços menos disputados e menos valiosos.

A leste, na Riviera ligure (C. Cavaco, 1974), outros lugares são também procurados pela realeza e por actores, escritores, milionários, toda uma elite do sangue, da cultura e do dinheiro, em busca de paraísos naturais, do verde persistente da vegetação mediterrânea, do azul turquesa das águas do mar, das cores quentes das construções, no prolongamento da exaltação dos valores rousseauianos, românticos e paisagísticos: San Remo, Bordighera ou Portofino, destino predilecto de Wallis Simpson e do duque de Windsor, de Liz Taylor e Richard Burton, Humphrey Bogart e Ava Gardner, Greta Garbo, e também escritores como Guy de Maupassant, que ali aportou nos finais do século XIX. Mais a sul, o destaque vai para o golfo de Nápoles, valorizado pelo cli-

matismo desde a Antiguidade, com a célebre Baía: Amalfi, Capri, Sorrento e Salerno. No Adriático, sobressai Veneza e Riccione-Cattolica, depois Rimini, e do outro lado, Split e Dubrovnik, também destinos de moda do climatismo de Inverno nas costas do Mediterrâneo. No lado de Espanha, o litoral da Costa do Sol, à sombra da Serra Nevada e com Invernos suaves, registou um desenvolvimento bem mais tardio. Marbella, não obstante, afirmou-se desde a construção do Marbella Club, que atraiu princesas, nobres, xeques, banqueiros e armadores, num ponto de encontro dos “jet-set” internacional: não obstante a verticalização acentuada na ocupação linear do litoral, local de férias dos homens mais ricos do mundo e lugar de descanso dos “petromonarcas”, nos seus palácios das Mil e Uma Noites, mas também de afluência de população marginal e mafiosa, como ocorrera em Bath.

Estâncias litorais de turismo de Inverno evoluindo para turismo balnear e estival, e de clientelas elitistas para classes média e até média baixa, desenvolveram-se, persistem e multiplicam-se noutras regiões e continentes de Invernos amenos e estios quentes e secos: na Florida, nas Antilhas, na Grande Bahama onde foi construída uma das melhores estruturas hoteleiras do mundo e alguns resorts de luxo em ilhas privadas com acesso apenas por jacto ou ferry privado (as ilhas Hibiscus, Palm & Star, 3 bastiões de celebridades endinheiradas e algo exclusivas), no sul da Califórnia, e mais além em Acapulco, praia tradicional de residência da alta sociedade desde a época colonial, Santos e Guarujá para São Paulo, Mar de La Plata na Argentina e no Chile Viña del Mar, em relação com a clientela de Santiago, assim como nos litorais índicos da África do sul, na costa leste da Austrália, etc.

Democratização e massificação do turismo

No período pós 1950, conjugam-se: reconstrução, reestruturação e crescimento económico, desenvolvimento, generalização do direito a férias pagas, pleno emprego, mobilidade social, mudança dos modos de vida e dos valores, mais urbanos e com lugar para o consumo a crédito, permitindo a satisfação imediata das necessidades sentidas; aumento do nível de rendimento das famílias e difusão e abrangência da segurança social, em termos de apoios em caso de doença e desemprego e sobretudo na velhice; novas estradas e auto-estradas, banalização do automóvel, motorização e mobilidade individuais; desenvolvimento da aviação comercial, com aviões cada vez maiores e mais rápidos e preços mais económicos, através de voos charters e por último das low cost, que alargaram os fluxos turísticos internacionais a

novos destinos, nomeadamente regiões tropicais, regiões do hemisfério sul e ilhas distantes, tornando-os globais; aumento da esperança de vida, consciência da vulnerabilidade da vida, nova atitude perante esta, com valorização do presente e do prazer, uma nova moral do prazer, alguma obsessão pela preservação do corpo e da beleza e retardamento do envelhecimento; consumismo sem restrições como que para esquecer as lembranças das carências sentidas durante a guerra, e aparecimento de uma cultura comum de massa (Cohen, 1999; J.-P. Rioux, 1998). Como factores favoráveis a esta, o ensino obrigatório com programas iguais ou equivalentes, associado à imprensa, mesmo a de cordel, à rádio e mais ainda à televisão. Cultura de massa, como produto híbrido da civilização urbana, do fim da ruralidade e da aldeia planetária, global, uma standardização sem fronteiras. No que respeita ao turismo, o movimento foi acentuado com a edição de guias turísticos, que substituem relatos detalhados de viagens, e seleccionam o que pode ser visto no decurso de viagens de duração reduzida, e mais ainda de folhetos promocionais, muito apelativos e de distribuição gratuita. Cultura e massa também do lado dos guias e operadores de turismo, que enquadram uma maioria de turistas com pouca experiência em viagens e fraca abertura ao diferente, fonte de inseguranças e medos.

O conceito de turismo de massa é aliás um conceito novo, que surge nos anos 50 e 60. A dinâmica do mercado de turismo tende a tocar o conjunto da sociedade solvente, sem distinção de classe: passa-se assim do Grand Tour e da vilegiatura, práticas do ócio, que exclui o trabalho no sentido industrial, ao turismo, deslocação de recreio, no sentido de recreação, e também de prazer ou recreação, principalmente durante as férias. Todavia, a explosão do turismo no mundo ocidental significa democratização apenas parcial das partidas em férias: nem todos têm a mesma probabilidade de ser turistas, nem toda a gente parte em férias, mesmo nos países mais desenvolvidos e entre os que o desejariam fazer; há também os que não desejam partir, nem sequer para curtas estadas ou de fim-de-semana, por indiferença e medo do Outro, de outros lugares e outras gentes, ou seja que se recusam a aprender a ser turistas. A massificação do turismo evoca essencialmente o seu crescimento vertiginoso (F. Deprest, 1997). Comprova-o a evolução do número de turistas nas estatísticas da OMT (Turismo internacional: deslocações para fora do país de residência: mais de 800 milhões; Turismo interno: dez vezes mais?): a curva da evolução do número é exponencial. Assim, em termos estatísticos, o turismo de massa significa taxas anuais impressionantes de crescimento das deslocações turísticas, das passagens de fronteira e das receitas e despesas

correspondentes, assim como da frequência de certos lugares turísticos novos ou reservados antes apenas às elites.

O turismo ganha as dimensões e os contornos de um fenómeno de consumo de massa: «desde a sua origem, o turismo é chamado a tornar-se de massa, porque na sociedade industrial são as massas que trabalham» (F. Deprest, 1997, p. 19). A massificação prolonga a democratização das práticas turísticas: difusão socialmente descendente e difusão lateral a partir do turismo social dos anos 20 e 30. O lançamento de cada prática turística é quase sempre feito pelas elites: segue-se a sua adopção pelos outros grupos sociais, que não implica a sua total generalização, e o abandono da mesma pelas elites, a favor de outra prática nova e por isso mais distintiva e atraente. A massificação induz a passividade e a alienação do turista quanto a escolhas de destinos, modos de deslocação, ritmos e ocupações diárias, movimentos, contactos e visitas, pelo que são apreciados depreciativamente: não autonomia de comportamento, não responsabilidades no desenrolar da própria viagem, não iniciativas pessoais para além da decisão de partir, ela própria muito influenciada e condicionada pelas ofertas estandardizadas, tanto no turismo associativo como no da indústria turística. Mas o turismo é de massa porque a sociedade também o é. A designação é inadequada, já que pejorativa. Como lembra a autora que citamos, massa significa grande número, fluxos vultosos, que envolvem grande parte das sociedades, mas também indiferenciação: a massa faz um todo, não é divisível; os indivíduos apagam-se no todo; na massa há nivelamento, homogeneidade, e não lugar para sensibilidades às diferenças, distinção, reconhecimento pessoal; a massa é de gente desconhecida, sem nome nem prestígio, banal, inculta e alienada.

Massa não evoca uma simples multidão de turistas, mas turistas com os mesmos comportamentos, embora possam manter-se separados geográfica e socialmente. Em sentido lato, no turismo de massa ressalta a produção em grande escala de produtos relativamente indiferenciados cujo consumo interessa ao conjunto da população: a comunicação de massa permite criar a procura de massa, com uniformização e nivelamento dos consumos; o trabalhador alienado pelos modos de trabalho seria também manobrado e alienado no tempo livre do trabalho pela industrialização e massificação dos lazeres das férias que lhe são propostos, em resposta a necessidades criadas e manipuladas pelo mercado, traduzida na construção muito intensa nas frentes marítimas em ligação com a prática balnear. Em sentido restrito, o turismo de massa é identificado com o turismo dos circuitos de autocarros (touring) e sua combinação com voos charters, e na continuidade, concentração espacial,

grandes densidades de presença nos espaços eleitos. A gestão dos fluxos do turismo de massa é operacionalizada tendo por base princípios de uniformização, centralização e maximização, na lógica do mercado de massa, para uma sociedade de massa, quanto a práticas culturais e turísticas.

Continua a opor-se turismo de elites a turismo de massa, e mesmo viagens e turismo: neste caso, os turistas, sempre de massa, são as multidões de calções coloridos, máquina fotográfica ou de filmar e óculos de sol, chinelos e camisas havaianas, em lugares urbanos, e preferencialmente em destinos de praia soalheiros e de águas quentes. Não se valorizam as diferenças dos destinos e logicamente não se estimula a conservação das identidades dos locais visitados, sobretudo destinos patrimoniais e urbanos e do sol e praia (combinação pelo operador, do avião, hotel e destino). Em causa, as aspirações e as práticas do maior número, em contraste com as formas julgadas mais nobres da expressão cultural, logo turística; em contraste igualmente com novas modas de turismo, que poderão vir a ser clássicas e também elas de massa. O discurso dominante e desprestigiante acerca do turismo de massa parte de uma minoria de especialistas de turismo e de intelectuais que têm outros lugares à sua disposição, dos que vendem outros lugares tidos como distintos e de ideólogos e ambientalistas (F. Deprest, 1997, p. 19). Mas a massa tem os seus atractivos, mesmo turísticos: presença humana, muita gente desconhecida e diferente, anonimato, e sobretudo encontro, convívio, companhia, novas amizades, muito importantes para os mais velhos e menos experientes, sem esquecer a segurança, animação, espectáculo; a massa turística é expressão de vida, em contraste com o isolamento, a solidão, a insegurança e os vários riscos dos turismos alternativos; a massa é festa, na medida em que as pessoas estão mais soltas, querem cantar e dançar, não importa o quê, libertar os corpos.

Turismo balnear em mares de águas quentes

Nos anos 50 afirma-se uma nova relação com o corpo e o prazer do banho e do sol, no contexto da emancipação da mulher, expressa pelo uso do biquíni. A sua criação foi ao encontro da tendência da clientela de Saint Tropez que enrolava os fatos de banho para maior bronzeamento: a estreia teve lugar em Cannes ainda em 1946; a difusão foi rápida a partir de 1956, depois de Brigitte Bardot o ter usado no filme "E Deus Criou a Mulher", e Rachel Welch no "One Million Years", dez anos depois, embora o Vaticano proibisse o seu uso pelas mulheres católicas. Nos destinos são então valorizados os litorais de

águas quentes, nomeadamente os mediterrâneos, os tropicais e em particular os do hemisfério sul, convidativos nos meses do Inverno do hemisfério norte, de onde partem os principais fluxos de turismo internacional e intercontinental, e mesmo as regiões equatoriais de Verão eterno, as ilhas dos mares do sul, paraísos climáticos, paisagísticos e sociais promovidos por Gauguin, Matisse, Somerset Maugham, como Tahiti (nos anos sessenta, ensaios atómicos no Pacífico, depois invasão por equipas cinematográficas e a seguir boom turístico) ou o Havai.

A invenção turística de Waikiki resultou de uma nova relação hedonista com o mar e com o sol (Équipe MIT, 2005): um mar com temperaturas entre 22 a 27 graus e boas ondas para a prática do surf, antiga no Havai. Como destino turístico foi perturbado pela grande depressão dos anos 30, numa altura em que se começava a afirmar o bronzamento como expressão de saúde e bem-estar, mas também uma nova estética do corpo: a beleza dos corpos nus estendidos na praia, corpos com a cor da Polinésia, valorizada por artistas, escritores e pintores. Foi-o também pela guerra e a militarização do arquipélago, a Armada americana ocupando então os hotéis, sobretudo depois do ataque japonês a Pearl Harbour. Este último fez do Havai um destino patrimonial, um lugar de memória para turistas americanos. Depois, o avião assegurou nova acessibilidade, com preços domésticos: surgem grandes hotéis, como o Sheraton (1900 quartos, em 1971), os fluxos de férias aumentam e envolvem uma importante classe média (100 mil turistas entrados em 1955, 2,8 milhões em 1975 e quase 7 milhões em 2000, com muitos turistas japoneses, e também muitos investimentos japoneses, nomeadamente na hotelaria). Waikiki conta actualmente mais de centena e meia de torres e mais de 70 mil camas em hotéis ou condomínios: actual bairro turístico de Honolulu, outrora subúrbio de prestígio, com residências secundárias ostentatórias e monumentais da elite havaiana e dos principais empresários estrangeiros estabelecidos (indústria do açúcar), e suas sociabilidades mundanas, como no passado em Nice e ainda hoje em Saint Tropez.

Como atracção turística do Havai privilegiou-se primeiramente o Kilauea, junto do qual foi construído o primeiro hotel ainda em 1866, e só depois o mar e a praia. Os turistas da época instalavam-se em Honolulu, onde em 1872 foi construído o primeiro hotel de luxo: na cidade podiam desfrutar de animação nocturna; durante o dia deslocavam-se pendularmente até à praia em Waikiki. Os raros turistas estrangeiros chegavam pela Califórnia, após 7 dias de barco. A anexação do arquipélago pelos EUA, e a redução do tempo de viagem aceleraram o processo de turistificação do Havai: Waikiki é

ligada por eléctrico a Honolulu, sucedem-se urbanizações, novas avenidas e hotéis, muitos com centenas de quartos em grandes torres, e a sua afirmação como um destino da vilegiatura mundial e dum cosmopolitismo distinto.

Mas Waikiki era um paraíso longínquo: para os europeus, o grande mercado emissor de turismo internacional, e mesmo para muitos americanos. Tal estimulou a imitação dos seus símbolos pela Florida (palmeiras, palhotas, bronzeados, banhos e surf), que se tornou o espaço turístico mais frequentado do mundo: 60 milhões de turistas na conurbação Miami-Palm Beach, contra 5 milhões de habitantes, em ligação com as zonas mais ricas e povoadas do NE dos EUA. O turismo criou neste litoral, como em Waikiki, uma paisagem própria, que exemplificamos com Miami Beach, cujo cordão litoral foi ocupado por grandes hotéis em torres e grandes marinas: turismo sazonal de Inverno para as praias onde famílias antigas da Costa Leste tinham casa, como os Kennedy (Palm Beach); turismo de natureza para os parques como Everglades; turismo de negócios em Miami; turismo residencial de reformados por toda a península, desde os anos 30; turismo de passagem para os parques Disney em Orlando e o centro aeroespacial do Cabo Canaveral (Équipe MIT, 2005; M. Stock, 2003).

Na Europa mediterrânea, Benidorm pode ser tomado como exemplo do nascimento e da evolução de uma estância balnear de massa, de desenvolvimento tardio, a partir dos anos 70 do passado século, após abertura do aeroporto de Alicante (1967): a maior estância turística internacional do Mediterrâneo, uma estância gigante como Waikiki e Miami e que explora turisticamente o seu gigantismo. Um pequeno porto de pesca que desde 1870 fora alcançado por alguma procura balnear de madrilenos no quadro da nova acessibilidade assegurada pelo caminho de ferro, para além da procura da burguesia industrial regional, quando se afirmava a vilegiatura estival e se fazia sentir a crise portuária, por independência colónias, e a crise da economia local no seguimento da filoxera, tornou-se um lugar de grande diversidade populacional, social e geográfica, uma verdadeira Babel inclusiva de todas as classes sociais, a que só não afluem os turistas mais ricos, que preferem destinos exclusivos (Équipe MIT, 2005; M. Stock, 2003).

Como Waikiki, é um lugar claramente urbano, com uma urbanização em torres, cerca de 330, muitas sendo hotéis e as mais recentes contando com 30 ou mais andares (Grand Hotel Bali com 52 andares, construído em 2002 e ainda em 2005 o mais alto da Europa), uma floresta de torres, uma muralha de cimento, mas uma muralha arejada, sem ocupação total das parcelas, de modo a que muitos possam contemplar o mar dos seus terraços,

como convém num destino muito democrático, modos de urbanização que asseguram economia de electricidade para aquecimento no Inverno e apartamentos com custos de construção e manutenção partilhados e limitados. A sua capacidade hoteleira ronda as 36 mil camas, repartidas por 145 hotéis; acolhe mais de 4 milhões de turistas/ano, ou seja, num ano tantos turistas como Marrocos (no mínimo 300 mil pessoas presentes no Verão e pelo menos 110 mil no Inverno); mais de metade dos turistas são ingleses, alemães e franceses, mas também se vêem belgas, holandeses, italianos, suíços, noruegueses, finlandeses; no Inverno, destacam-se os ingleses da terceira idade, em hotéis de 2*, e no Verão muitos espanhóis e muitos turistas jovens. A população residente ultrapassa 50 mil habitantes, entre os quais se contam muitos estrangeiros com mais de 60 anos, sobretudo britânicos.

Benidorm tornou-se uma estância urbana e gigante mas que funciona, que continua a atrair muitos turistas de muitas nacionalidades, ao longo do ano inteiro, que regista taxas de ocupação da hotelaria invejáveis (superiores a 66 por cento em Dezembro), que aumenta a capacidade de acolhimento, que conta com turistas fiéis ao lugar, proprietários de residências secundárias, e que apreciam as facilidades de vida no local: transportes públicos, abastecimentos, infra-estruturas, praias limpas e com direito a bandeira azul, animação ajustada aos diferentes segmentos da clientela, dos jovens aos reformados, de diferentes nacionalidades, um ambiente de festa e de movimento permanentes. Uma estância balnear de turismo de massa com algumas fraquezas: dependência do mercado britânico e dos operadores turísticos, não qualificação integral de todo o produto turístico, baixo rendimento médio por turista, pouca diversificação da oferta, gestão artesanal de muitas das empresas, concorrência internacional agressiva (Tunísia; Croácia), insuficiências da vida cultural, que justificam esforços com vista a alargar a oferta a outros segmentos, nomeadamente o turismo de negócios e de entretenimento, com a criação de dois parques temáticos (Terra Mítica, com áreas inspiradas nas civilizações do Mediterrâneo; Terra Natura, locais exóticos de vários continentes e temática centrada nos seus animais), para além da sempre necessária requalificação do alojamento e renovação da hotelaria.

Técnica, imaginação e criatividade na produção intensiva de recursos e destinos turísticos diferenciados

A segunda metade do século XX foi também marcada pelo desenvolvimento dos conhecimentos científicos e técnicos, da informática, dos automa-

tismos, traduzidos em novas tecnologias ao nível das empresas, dos serviços públicos e da vida doméstica, em novas opções no uso do tempo livre, sem turismo, e na busca de novas experiências de férias em novos destinos tecnológicos e em destinos tradicionais onde se procedeu à introdução de recursos desta natureza, viabilizando outras práticas de jogo e descoberta. A ousadia ao nível da oferta vai das praias artificiais sazonais à beira do Sena e do Danúbio, em Paris e em Budapeste, ou das pistas de neve artificial em pleno Agosto na Praia da Rocha, para a Taça do Mundo de snowboard, à criação de florestas tropicais nas latitudes setentrionais ou em pleno deserto, com chuva automática (no Japão o Phoenix Seagaia compreende uma grande praia artificial com ondas e areia natural, cascatas e vegetação tropical, cobertura corredeira, podendo ser aberta de modo a se ver o céu e receber os raios solares), de uma onda para snowboard no Freedom of the Seas ou de uma pista de esqui num deserto quente, coberta, com cinco pistas com diferentes alturas e inclinações no Dubai. Inclui também a recriação de ambientes para turismo de aventura, como rafting, espeleologia, da vida nos castros ou nas aldeias do século XIX, de cidades incas, maias, feudais, renascentistas e de cidades de futuro, cenários onde os turistas podem experimentar condições e estilos de vida do passado ou do futuro, como os actores de cinema; noutros casos explora-se a memória do local, evocam-se eventos históricos de grande significado como no Memorial de Caen, mais raramente inventa-se uma memória, como no complexo The Lost City, na África do Sul: estátuas gigantes, falsas ruínas, floresta tropical regada, ao lado de uma piscina com ondas, hotel de luxo e muitos golfes.

Nestas estratégias de criação de recursos e de diversificação de produtos integram-se os parques de lazer e aventura e mais ainda os parques temáticos: criações do nada, com localizações banais, de lugares turísticos de frequentação de massa, como o Aquashow-Family Park, em Quarteira, com a maior montanha russa aquática da Europa; ou o Port Aventura, de Tarragona, que possibilita, através de efeitos cinematográficos, passear por um vulcão em erupção, mergulhar e explorar restos de naufrágios, enfrentar ondas gigantes, descer a uma mina, circular por ambientes mexicanos e pirâmides maias; o Dinópolis de Teruel, centrado no Museu Paleontológico local e nas suas colecções de dinossauros; ou o Futuroscope, parque de ciência e tecnologia com atracções futuristas, próximo de Poitiers, onde não falta a cozinha molecular do futuro com os seus novos sabores, texturas e cores. No caso dos Center Parc, garantem-se alojamento, restauração, comércio, entretenimento e diversão para todas as idades, em ambientes fechados e cobertos, logo

seguros e utilizáveis ao longo do ano: localizam-se preferencialmente na proximidade de uma grande cidade; respondem às necessidades de famílias da classe média sem residências secundárias; e garantem taxas de ocupação elevadas e sem sazonalidades.

Só excepcionalmente estas ofertas incluem a autenticidade de cenários naturais, patrimónios e contactos com a população de cada lugar, valorizando o "sentido do lugar": cenários naturais readaptados pela aplicação de tecnologias, reconstrução de ambientes em sistemas fechados ou semifechados, ambientes tropicais nas latitudes temperadas ou ambientes gélidos nos desertos quentes, cobertos por cúpulas, com possibilidades de clima artificial, independência face às estações do ano e ciclos da natureza; desenvolvimento de ofertas virtuais, os produtos de uma região sendo vendidos junto dos potenciais compradores de outra região, com substituição das viagens, sendo também então o produto que se desloca e não o consumidor; mesmo as ofertas que mobilizam tradições ou episódios de significado histórico, fazem-no no quadro de uma nova cultura, a cultura tecnológica. A alta tecnologia e a informação tornadas recursos turísticos estratégicos: uma das grandes novidades do período contemporâneo é, pois, a criação sistemática e total de atrações turísticas, de artefactos, produtos de alta tecnologia, inovação, criatividade e fantasia, que proporcionam lazeres criativos, de alto valor acrescentado, experiências inéditas, vivências memoráveis, intangíveis no mundo real, e que polarizam novas clientelas turísticas. De início o visitante era espectador, depois passa a protagonista, pelo uso intensivo das novas tecnologias, que se tornam banais para os turistas da época da informática; «vinculam-se as actividades ao entretenimento e ao jogo, este visto com manifestação cultural séria e normatizada, significativa e com sentido social» (Équipe MIT, 2005, p. 29). Tenhamos sempre presente que o turismo é "jogo", faz de conta, que no novo mundo turístico a experiência possível, uma experiência que tende a ser global e pode ser teatralizada e virtual, constitui um elemento chave de diferenciação da oferta.

A favorecer o desenvolvimento destas ofertas ressaltam as situações de insegurança física, emocional e de saúde: terrorismo organizado, atentados, novas doenças infecto-contagiosas, instabilidade social, na continuação de dificuldades económicas, desemprego, vagas imigratórias de difícil inclusão social. Estas forças induzem: novas formas de controlo sobre o espaço de residência ou os territórios de uso habitual, rejeição dos forasteiros, logo dos turistas, confinando o turismo a territórios bem delimitados, sem qualquer mistura entre visitantes, população residente e comunidades locais; opção por

espaços fechados ou semi-fechados, com apropriação quase total do espaço de férias pelos próprios turistas, sem mistura com populações de baixa condição social, e assim turismo entre iguais (apenas são admitidos nesse espaço os que aí trabalham, que são parte do produto turístico). Muitos turistas, nomeadamente nos EUA, preferem, com efeito, estes espaços-destinos artificiais, independentes das condições topográficas, dos ritmos climáticos e das paisagens e populações locais, um turismo de “estufa” e de “aviário”. Interessa-lhes a acção e mesmo a aventura com riscos controlados pela tecnologia, e a possibilidade de fazer turismo sem sair da cidade de residência, em megaresorts com as devidas atracções.

Estes novos lugares implicam grandes investimentos (mas com impactos ambientais controlados, já que em áreas reduzidas e sem grande valor natural), o que limita a sua difusão espacial e tende a concentrar a oferta nas regiões mais ricas, mesmo no quadro da globalização do capital; implicam também empregos especializados, e desse modo recursos humanos hiperqualificados e com múltiplas capacidades, entre os quais a inovação da oferta turística é mais possível, e com ela a competitividade. Saem favorecidas as áreas urbanas das principais cidades, que proporcionam clientelas locais, acessibilidades a clientelas turísticas regionais e continentais e trabalho muito qualificado, a par de sistemas flexíveis de contratação garantem elevadas produtividades; e excluídas as regiões periféricas menos desenvolvidas, de cada país e de outros países, valorizadas por algumas modalidades de turismo de massa e sobretudo por turismos alternativos. Os produtos típicos deste turismo (parques temáticos, ludópolis ou cidade lúdica, centros com grande especialização funcional lúdica) procuram captar a nível mundial os circuitos mais rentáveis das viagens: desenvolvem importantes volumes de negócio, em paralelo com o número de visitantes e os preços praticados, que fazem dela uma oferta mais cara que as do turismo de sol e mar.

O melhor exemplo deste turismo “industrial” é sem dúvida o Walt Disney World, que remonta a 1955, com o parque de atracções Magic Kingdom, na proximidade de Los Angeles, uma ilha no meio de laranjais: jogo, fantasia, contos de fadas, magia, aventura, mundo do cinema, reino animal, reproduções de ruas de cidades americanas, combinados com uma importante oferta hoteleira. Seguiu-se o projecto de Orlando, na Florida, um espaço destinado a lazer e turismo também privado, de acesso pago, regulado, seguro, concebido não como o equipamento de lazer duma aglomeração urbana ou duma estância turística mas como um verdadeiro destino turístico à escala nacional, até mesmo como uma cidade do futuro, ideal, numa bolha, com um

clima artificial. Este projecto foi parcialmente concretizado e centrado na vertente dos lazeres: vários parques temáticos, vários campos de golfe com uma centena de buracos, muitas salas de espectáculos, outras de congressos, hospital, spas, uma oferta hoteleira que ronda as 30 mil camas, centena e meia de restaurantes e muitas dezenas de milhões de visitantes, mais de 50 mil empregos, alguns altamente qualificados, como convém a um mundo técnico e de imaginação sempre renovada, áreas de residência das respectivas famílias, outras áreas residenciais como condomínios fechados. Ocupa cerca de 60 Km², de entre os 120 km² adquiridos inicialmente (abundância de terras mal drenadas, laranjais) e goza da proximidade das grandes cidades do Nordeste, da acessibilidade por auto-estradas a Miami e a Palm Beach e da inserção numa região de forte desenvolvimento populacional e económico, na segunda metade do século XX (indústrias de alta tecnologia, designadamente militares). Uma aglomeração urbana privada sem os problemas do quotidiano, com homogeneidade social, fortemente vigiada e policiada! Modelo de artificialização, império do falso, recusado pelas elites, e que combina alta tecnologia e réplicas imitativas de outras localidades reais ou imaginárias ou do passado! (Équipe MIT, 2005; M. Stock, 2003).

Exemplificativo é também o caso de Las Vegas, o terceiro destino turístico dos EUA, depois de Orlando e de Nova Iorque e que compete com Paris como primeira cidade hoteleira do mundo: lugar de festa permanente e de jogo, 365 dias por ano e 24 horas por dia, sem pausas e sem sazonalidades, apesar do seu isolamento no deserto e do afastamento das áreas emissoras de clientelas. Nó ferroviário secundário com apenas 10 mil habitantes no início dos anos 30, elevados a 25 mil vinte anos depois, no seguimento da atracção de militares para a nova base aérea, viu então autorizado o jogo no estado de Nevada e com ele a multiplicação de casinos e hotéis, que em 1970 já tinham transformado o lugar numa capital do jogo, numa cidade como um gigantesco casino, do hall do aeroporto às estações de serviço, e cada vez mais também numa capital do espectáculo e da animação, a todas as horas e para todos os gostos, e num destino de férias familiares. Las Vegas evoluiu do jogo para o turismo e o entretenimento, impondo-se pela imagem, inclusive vem procurando fazer do jogo um espectáculo. Conta com uma oferta hoteleira diversificada, com mais de 110 mil quartos, que todavia regista taxas de ocupação sempre muito altas. Predominam os hotéis temáticos, com diversão e entretenimento, e os hotéis-casino, muitos construídos segundo modelos arquitectónicos de imitação de outros lugares do mundo e buscando notoriedade também pela sua dimensão: Paris Casino Resort, com sistema de

canais, 9 restaurantes, reprodução da torre Eiffel e dos Campos Elísios; MGM, o maior hotel do mundo, com 5004 apartamentos, 17 restaurantes, ginásios, lojas, casinos, espectáculos variados nos auditórios, parque de atracções, etc.

Muitos novos mega complexos turístico-comerciais giram em torno do lazer das compras e das viagens turísticas por elas desencadeadas, explorando este segmento do turismo, em conjugação com parques temáticos, como no West Edmonton Mall, de Atlanta (inaugurado em 1986, com 800 boutiques, 110 restaurantes e 8 parques temáticos) ou no DestiNY, USA, a nordeste de Nova Iorque, uma verdadeira cidade nova privada com arquitectura de inspiração toscana, no meio de um complexo comercial, de lazeres e turístico; e no Dubai, o Dubai Mall, um complexo turístico-comercial, em construção em frente da maior torre, a Burj Dubai, com uma área equivalente a 50 campos de futebol, que também deverá ser o maior a nível mundial e receber 35 milhões de visitantes por ano, ou o Mall dos Emirados, um híbrido entre complexo hoteleiro e comercial, com um hotel, habitações, centro de congressos, 250 boutiques e outros equipamentos, com destaque para o complexo para esqui, na base da produção de neve artificial em pleno deserto quente.

O Dubai é um bom exemplo de um novo destino turístico resultante de uma política de turismo audaciosa e voluntária: foi construído na ausência de recursos tradicionalmente atractivos e com uma dimensão crescente e a que se não reconhecem limites. Emirato do Golfo Pérsico, enriquecido temporariamente pelo petróleo, descoberto em 1967 e com esgotamento previsto até 2020, retalho de deserto sem qualquer encanto particular, com um litoral hostil, quase sem praias, e pouco mais de um milhão de habitantes (muitos são imigrantes indianos e paquistaneses), vem buscando uma alternativa ao petróleo, primeiro o comércio, importante antes do petróleo, e depois o turismo, que deverá substituir o petróleo. Como motivação das visitas, a produção de espaço e de edifícios fora do habitual e das normas, com recurso à alta tecnologia e a grandes investimentos financeiros, sem descurar o gosto do Médio Oriente, e como limites da ousadia, apenas as dificuldades de encontrar uma clientela à escala da oferta. Entre os projectos mais ousados, a construção do hotel mais alto do mundo e um dos mais caros do mundo, a construção das mais importantes ilhas artificiais do mundo e a do Hydropolis, Underwater Resort Hotel, submarinho, que será imerso em frente da costa nos finais de 2006, as suas partes estando a ser construídas na Alemanha.

O turista do futuro, exigente, independente e individualista, espera serviço de alta qualidade e eficiência, informação precisa e imediata, sem filas de espera, sem massas, sem multidões, e deseja experiências únicas, com

mobilização do progresso tecnológico. Aspira a adaptação do quarto do hotel ao seu desejo, num quadro de segurança, com automatismos pela voz, sem chaves, cartões e combinações de cofres, serviços mecanizados, da limpeza ao serviço de quartos, em hotéis inteligentes. Aspira também a frequentar hotéis fora da superfície terrestre, flutuando no ar ou para lá das fronteiras da atmosfera terrestre. A ficção científica promete a médio prazo proporcionar ofertas originais e experiências inesquecíveis, como viagens espaciais, estadas em resorts de luxo na Lua, estadas no fundo do mar ou apenas num hotel autosuficiente que muda de localização em função da procura.

No turismo reconhece-se um papel de relevo aos inventores de práticas e destinos. No turismo espacial o destaque vai para Dennis Tito, o primeiro turista espacial, em 2001, a que se seguiram alguns outros, não obstante os preços exorbitantes destas novas aventuras, apenas acessíveis a grandes multimilionários (o 4º descolará em Setembro 2006 do cosmódromo de Baikonur, através da agência espacial Kosmos: dez dias de viagem no espaço, a bordo de uma cápsula Soiuz até à Estação Espacial Internacional, por quase 22 milhões de dólares). A Space Adventures colocou em órbita os primeiros três turistas espaciais: viajaram até à estação espacial internacional e à estação orbital russa Mir, em naves Soiuz russas, pagando muitos milhões de dólares. Em Abril de 2006, contavam-se mais de centena e meia de candidatos. Para já facilita-se a ilusão de viagem no espaço e a aproximação das estrelas através de simuladores da Atlas Aerospace (1999): entre os programas, disponibiliza voos em gravidade zero, treino de sobrevivência ou acrobacias a bordo de um avião de combate que "leva" os passageiros a 3600 km por hora e a uma altitude de 25 km. Mas a Virgin Galactic está a investir somas enormes na construção de cinco veículos espaciais, os ApaceShipTwo; a Space Tourism Society desenvolve a ideia de um iate espacial; a Planet Space pretende disponibilizar transporte até 2008, na nave espacial Silver Dart, com capacidade para 8 passageiros, e lançamento a partir de Cape Rich; a Space Adventures, pretende fazer construir uma frota de naves Explorer, com capacidade para 5 turistas, e apoio em dois portos espaciais, localizados em Singapura e nos Emirados Árabes: estes voos sub orbitais subirão a 100 km de altitude, com períodos de 5 minutos de quase ausência de gravidade, embora sem se colocarem em órbita em torno da terra, mas permitindo ver esta e a linha curva do horizonte; tendo em conta as enormes potencialidades económicas do turismo espacial, conta como investidores potenciais os príncipes dos estados do petróleo. Robert Bigelow, proprietário da cadeia Budget Suites of America promete um prémio a quem construir uma nave

espacial com capacidade de transporte para 5 passageiros, a colocar a cerca de 400 km de altitude, assegurar a realização de duas voltas à terra nessa mesma altitude e o seu regresso; e na continuidade, organizar viagens espaciais com a periodicidade de 60 dias e em seguida expandir a sua cadeia de hotéis por outros planetas, desde logo na Lua. Fazer férias na Lua pressupõe com efeito, primeiramente, o desenvolvimento de vaivéns de baixo custo.

Turismos pós-modernos: turismos alternativos?

Para S. Molina (2003), na fase do “pós-turismo”, emergente com o início dos anos 80, surge um novo modelo de turismo, ainda em processo de desenvolvimento, análise e enriquecimento conceptual, que envolve outras metodologias e técnicas, um turismo tido como mais inteligente. Por um lado, neste turismo pós moderno nem sequer é absolutamente necessária a deslocação temporal no território, estadias em outros lugares, conhecimento de outras sociedades, regiões, populações com outros costumes, gastronomias e manifestações culturais, o desfrutar de cenários encarados como naturais e neles desenvolver diversas actividades de lazer, sendo outras as experiências e os consumos. Por outro lado, afirmam-se novas modas para novas clientelas (por exemplo as chinesas, que representam um importante mercado emergente de turismo, recusam o bronzamento estival, preferem a palidez e esforçam-se por embranquecer a pele, que no seu conceito de beleza feminina deve ser «pura como o jade e transparente como o gelo») e alguns novos valores, o que permite falar de turismo justo, turismo ético, turismo sustentável e turismo solidário, que não congele o subdesenvolvimento e a pobreza de muitas áreas em que incide: com a acumulação de experiências turísticas pessoais e plurigeracionais e o nível crescente de instrução, informação e cultura, os turistas tornam-se consumidores mais exigentes mas igualmente mais conscientes e responsáveis, no geral e nas suas práticas turísticas. A procura tende então a influenciar cada vez mais a produção e a oferta, à semelhança do que ocorre com muitos outros consumos pós-modernos, muito embora as ofertas disponibilizadas continuem a orientar uma parte ainda significativa das partidas, na medida em que os destinos são menos importantes do que as práticas e desse modo facilmente permutáveis: o determinante em turismo sendo as práticas, não há qualquer determinismo quanto à natureza dos espaços, várias práticas correspondentes a diferentes motivações de partida podendo ter lugar num mesmo meio (por exemplo no meio rural, o que não significa que todos os espaços rurais podem ser turísticos), do mesmo

modo que as mesmas práticas podem desenrolar-se em diferentes lugares.

Novas realidades sócio-culturais e de turismo

Após a fase de massificação e homogeneização da procura no seguimento da democratização do turismo, nos principais mercados emissores tradicionais notam-se tendências complexas de diferenciação de comportamentos e opções de lazer e turismo, no seguimento de outras incidentes nas estruturas sociais e familiares e nos modos de vida (individualização no quadro da massa). Nestes relevam-se, a par da urbanização, do envelhecimento e da feminização, o trabalho flexível, a polivalência, os objectivos de curto prazo, os compromissos profissionais frágeis, tal como a amizade e a lealdade entre colegas de profissão; situações de isolamento na família, com a banalização do televisor, do computador com ligação à Internet e do telemóvel pessoais; forte imobilismo físico e falta de contactos pessoais directos e de hábitos de convívio presencial; valorização da liberdade pessoal, sem peias de qualquer natureza, e reafirmação do celibato como modo de vida; reafirmação também da identidade, privacidade, autonomia e liberdade pessoal, do individualismo, experiencial e emocional, como diria Gilles Lipovetsky. Mas também maior mobilidade individual, práticas profissionais múltiplas e complexas, conhecimento do mundo e da sua gente, acumulação de experiências espaciais e culturais, turísticas e não turísticas. Acrescem novas sensibilidades antropológicas, etnográficas e ambientais, novas paixões pela natureza, pelas paisagens, pelas tradições, pelos modos de vida do passado, a consciência de que «há só uma terra» e em particular dos impactos da frequentação e urbanização turísticas não controladas: o turismo como factor de degradação do ambiente natural, social e cultural dos destinos, embora também como factor potencial de preservação do mesmo. Acresce ainda a revalorização do identitário: «Hoje a identidade é menos ligada ao que possuo e mais ligada ao que sei... Somos nós que esculpimos a nossa identidade. Inclusive do ponto de vista físico... Nossa identidade depende cada vez menos da natureza, da estirpe e do facto de pertencer a uma classe, aristocrática ou proletária. A identidade depende cada vez mais daquilo que aprendemos, da nossa formação, da nossa capacidade de produzir ideias, do nosso modo de viver o tempo livre» (D. de Masi, 2000).

Em síntese, a procura turística tende a se diferenciar, a fragmentar-se cada vez mais, a tornar-se menos homogénea, menos previsível e menos provável, em paralelo com a diferenciação da sociedade emissora de turismo,

fruto de mudanças significativas ao nível dos quadros de vida, do trabalho, da vida familiar, dos lazeres quotidianos, da cultura, dos valores e das aspirações pessoais, segmenta-se não simplesmente pela idade, nível socioeconómico, escolaridade, estrutura dos agregados familiares mas também e sobretudo pelos estilos de vida. Fala-se de "balcanização" das escolhas pessoais de lazer e turismo, em «consumo descentralizado e emancipatório, condutas prováveis e não previsíveis e condutas fragmentadas, múltiplas realidades e identidades, peculiaridades e visões alternativas» (S. Molina, 2003, p.117). Para Sérgio Molina (2003, p. 114), no consumo turístico pós moderno quem comanda são os turistas, não a oferta, e o comportamento da procura é menos racional e menos previsível, mesmo errático e caótico, cada individuo apresenta muitas identidades e muitos comportamentos quanto a consumos, com seus significados simbólicos. Nos consumos há-os como experiência, com dimensões subjectivas, como manipulação em função dos objectos adquiridos e com função identitária, como classificação social e como jogo e função, as escolhas de férias fazendo-se pela interacção com consumidores de objectos similares, com proximidade de valores e pretensões; na continuidade, acentua-se a tendência para tematizar hotéis, restaurantes, lojas, eventos, parques e destinos; mesmo os novos movimentos associativos nas práticas de lazer, não reflectem laços de solidariedade e amizade, mas simples busca de prazer e valorização social.

Nas tomadas de decisão de partir em turismo confrontam-se opções cada vez mais variadas e até contraditórias, pelo jogo de valores que pesam em sentidos opostos nos quotidianos das férias, prolongando ou contrariando rotinas: reafirmação do carácter fundamental das férias através de repouso, mudança de ares e de ideias; partir só, de modo a libertar-se dos laços do quotidiano, do quotidiano profissional e não menos do doméstico, inclusive indo ao encontro de si próprio; partir a dois, num esforço de reencontro; encontrar-se em família e renovar os seus laços; partir em grupo mas não com a família, já que férias em família não são férias; partir para qualquer destino, escolhido à última hora, mais em função das promoções do que do próprio destino; férias com exigências crescentes quanto à qualidade dos serviços e ao conforto, e também quanto a equipamentos associados às novas TIC (trabalho em férias; novas formas de lazer; férias mais repartidas e mais diferenciadas, combinando as de repouso com outras de descoberta e aventura; curtas estadas, em função dos aumentos de tempo disponível, novas mobilidades, desejos de quebra de rotinas, de encontro a dois, ou de conhecimento e prática de outros lugares, de forte cariz cultural e urbano, e não menos

desportivo, com destaque para o esqui, o golfe e o mergulho; combinação destas com a multiplicação das deslocações de fim-de-semana, na base da repartição das residências secundárias, segundo raios cada vez mais largos, de centenas de quilómetros, que acabam por absorver as anteriores regiões de vilegiatura e turismo, no seguimento do alargamento do tempo livre dos fins-de-semana e das novas acessibilidades asseguradas com as modernas auto estradas e as companhias aéreas de baixo custo; desenvolvimento de fórmulas de permuta de alojamentos de férias e de propriedade a tempo parcial (time-sharing), que facilita a rendibilização dos equipamentos e a diversificação dos destinos; preferência por períodos estivais, com férias mais longas e em sítios soalheiros e com planos de água, que podem corresponder ao Inverno quando se procuram destinos tropicais ou de outro hemisfério; férias não regulares, que se não repetem, individuais, liberais, fragmentadas, subjectivas, pessoais, variáveis ao longo da vida, diferenciadas, em torno da valorização individual, que é também cada vez mais uma valorização narcisista centrada no corpo; e férias reservadas a cuidados da saúde e bem-estar mais ou menos sofisticados nos modernos spas, com lugar para as medicinas alternativas e as filosofias orientais; busca de emoções e sensações novas, "contacto" com divindades, retiros em ambiente exótico, atmosferas zen, experiências fantasiosas, como nos casamentos temáticos de Las Vegas, ou simplesmente de teatralização, dramatização e espectacularização, como nas feiras medievais de muitas vilas e cidades. No "consumo pós-moderno" a representação, o espectáculo e o simbólico ocupam um lugar importante: espectáculo visto como construção imaginativa ou simulada da realidade ou das realidades virtuais, produto de uma interpretação de signos sociais expressivos para diversos grupos.

Como sublinham C. Cluzeau e I. Patrick (2000), por um lado, tendência para férias mais complexas, como a própria vida, em que se releva, uma vida familiar com saltos, uma vida profissional com irregularidades, a necessidade de formação ao longo da vida e assim, uma disponibilidade irregular de tempo de férias e também de recursos monetários, o que equivale a um quadro de instabilidade familiar e profissional e a orçamentos de férias de geometria variável; por outro lado, férias mais simples, quanto a aspirações, motivações, férias pouco ambiciosas, básicas, realistas, sempre em busca de algum prazer, com apreciação de oportunidades gratificantes, mas não necessariamente a prática de actividades numerosas e diversas, desportivas, culturais, de descoberta, habitualmente referidas nos inquéritos e nos estudos acerca das práticas turísticas. E valorização persistente da residência

secundária, herdada ou adquirida, em ligação com as férias em família que são, cada vez mais, famílias tribais e reunindo várias gerações (sótãos como dormitórios para os jovens) (J. Viard, 1998 e 2002).

Diferenciação e dispersão espacial da oferta

Neste quadro, o que alimenta o turismo não é a uniformidade mas as singularidades locais, as identidades que o turismo produz ou pelo menos ajuda a manter, revalorizando histórias e culturas (papel do olhar do outro). Daí as estratégias ou os cuidados em manter as diferenças, em evitar as perdas de unicidade dos lugares, mais ou menos ilusória, e com elas as de atratividade, assim como a banalização provocada pela massificação do consumo do mesmo como produto-destino: não mais produtos homogêneos, porque os clientes não são um grupo homogêneo e são em si portadores de comportamentos variados, em função dos locais e dos momentos, e porque o excesso de uniformidade gera estagnação e cansaço nos consumidores; não mais disponibilização livre, com desvalorização e perdas de novidade, logo de atracção. No quadro da "globalização", que também diz respeito ao turismo, a nova palavra de ordem é, para muitos autores, diferenciar com base em "localizar", ajustar às condições locais: todas as actividades económicas territorialmente embebidas necessitariam de estratégias de localização. Assim sendo, também a competitividade no turismo, que é sempre total, no novo quadro global, assentará cada vez mais na diferenciação dos produtos e na desmassificação dos mercados, mesmo na sua grande segmentação, na personalização dos serviços, na hospitalidade tornada estratégica, no ecologismo e no desenvolvimento sustentável (M. Béni, 2004). Na continuidade, defende-se que o turismo seja difuso, diluído no espaço, para que o seu desenvolvimento possa ser participado, e sustentável.

Muitos hotéis procuram a sua diferenciação através da oferta de serviços tecnológicos (música, Internet, computador), para além do conforto e privacidade), e de detalhes como os aromas e os acessórios de toilette, que serão de marca e integrados na decoração das casas de banho das unidades de alojamento. Alguns destinos respondem à pressão da competitividade global, com o desenvolvimento de produtos originais de turismo lúdico assentes no capital humano, nas ideias, na visão do futuro, como mostramos atrás, sempre com grandes investimentos e forte agregação de valores. Outros reforçam a sua atractividade com a criação de produtos de grande prestígio, como o Museu Picasso em Málaga. Muitas empresas e destinos de turismo de

massa renovam a imagem através de políticas de modernização e diversificação dos equipamentos turísticos, ordenamento e qualificação dos espaços e dos serviços, sem descurar a promoção, como no caso de Calvià, no quadro da sua Agenda 21 Local, à imagem das cidades sustentáveis: renovação da hotelaria, redução das densidades de ocupação do espaço, das capacidades de acolhimento e dos consumos em energia e água, embelezamento, e também novos recursos emblemáticos. Muitos outros destinos continuam presos às procuras de massa, sobrevivendo simplesmente pela compressão dos preços, mas até quando? As razões para eleger um lugar foram-se tornando cada vez mais complexas, à medida que se desenvolveu a sua história turística: adição de novos elementos de atracção, que funcionam como novas razões de visita, a par de novas utilizações de recursos anteriores, da construção de outros cenários naturais e culturais, e igualmente dos seus ambientes de segurança, limpeza, animação, urbanidade, como em Bath, em Nice ou em Miami (Équipe MIT, 2002; F. Deprest, 1997).

A "localização" como base da diferenciação das ofertas não corresponde a um facto novo: no turismo têm importado ao longo da sua história as diferenças entre os lugares de partida e os de chegada, que se situam fora do quotidiano e por isso não são familiares no sentido clássico do termo, havendo sempre o confronto com outro lugar e outras pessoas, a descoberta do outro, se bem que dentro de determinados limites de conforto e de risco; também como no passado, persiste a atracção dos lugares mais ou menos exóticos, a descoberta, e o explorar de uma natureza mais ou menos inventada, com os ordenamentos turísticos tornados recursos, tal como a memória de certas frequentações. Na continuidade das preocupações por ofertas diferenciadas e localizadas, multiplicam-se as iniciativas descentralizadas de pequenas e de micro empresas, da hotelaria e restauração, da animação e igualmente do artesanato, cultura e arquitectura locais: casas tradicionais tornadas unidades de alojamento, pequenos hotéis design e boutique, restaurantes com cozinha regional ou com cozinha de autor, mas também praias privativas, spas individuais, muitas mordomias pessoais, e ofertas bem mais rústicas, etnográficas, antropológicas, ecológicas... As estratégias de diferenciação intrínseca ou de base local não deverão, no entanto, conduzir a uma ultra-segmentação da oferta, sedutora mas problemática em termos económicos, pelo aumento da complexidade operacional, que induz incertezas de ganhos e aumentos de custos, anula economias de escala e de aglomeração, dificulta a promoção e apaga as vantagens da marca, as imagens fortes dos produtos-destinos, além de excluir muitos consumidores potenciais.

Do termalismo ao turismo de saúde e bem-estar

Por toda o mundo ocidental, os avanços da farmacologia e da medicina desvalorizaram as terapias marcadamente empíricas das termas, enfraqueceram muitos mitos acerca das virtudes curativas das suas águas, apesar de algum progresso das análises químicas das mesmas, e desse modo a sua procura por razões de saúde, ao mesmo tempo que se afirmavam outras modas e outros destinos em termos recreativos, ao gosto da nova burguesia, que então alimentava os melhores fluxos. Depois de um século de grande projecção, médica e mais ainda mundana, como em Marienbad, os destinos termais da Europa e em Portugal, entram em decadência, mais precocemente ou com algum atraso, em particular nos países menos desenvolvidos e periféricos, como também sucedera com os destinos de cura na montanha, tornados cada vez mais destinos de lazer mundanos, favorecidos quando asseguram oportunidades de prática de esqui, como Saint Moritz, abandono e decadência, quando se afirmam outras modas e outros lugares de encontro e lazer e outras terapias em detrimento da hidromineral. Antes frequência de elites, depois alteração do perfil da procura a favor das classes mais desfavorecidas, aqúistas e não turistas.

A inclusão dos tratamentos termais na Segurança Social de muitos países permitiu a sobrevivência de algumas termas ao assegurar clientelas para os tratamentos oferecidos, cura e descanso (termalismo médico de massa), mas sem a elegância e o esplendor de outrora, enquanto outras procuraram reforçar a sua imagem como destinos de lazer estival, aproveitando os equipamentos de acolhimento (grandes parques, casinos, teatros, hotéis, todas as infraestruturas próprias do conforto, funcionalidade dos espaços e qualidade de vida entre iguais) e reconvertendo ou criando outros, desportivos, culturais, de negócio, bem como eventos, feiras, passagens de moda, festivais de música, exposições, a par de grandes hotéis e comércio de luxo, que exemplificamos com Vichy ou Aix-les-Bains; outras ainda, sobretudo nos últimos anos, orientam-se para um turismo de saúde e bem-estar, modernizam as instalações e os hotéis que as apoiam, ensaiam múltiplas inovações nos produtos que oferecem, indo ao encontro de clientelas aqúistas cada vez mais idosas, e também de outras clientelas bem mais jovens e saudáveis, com elevado nível económico, preocupações de aparência e beleza, sempre abertas a novas modas, exigentes e sofisticadas. Como exemplo de renovação tecnológica e arquitectónica de grande prestígio com viragem para termalismo de bem-estar citemos a Therme Vals, na Suíça, «construída na

rocha, em rocha, dentro da montanha e a partir da montanha», como um templo contra o stress, com uma atmosfera meditativa, quase mística e também sensual, numa pequena aldeia de montanha com menos de mil habitantes, e que no Inverno também proporciona acessos a pistas de esqui a mais de 3 mil metros, além de esqui de fundo e de trenó. Como exemplo de projecto de modernização das instalações de um grande complexo termal nacional, envolvendo a construção de novos edifícios e equipamentos, com vista à diversificação de produtos e de clientelas turísticas, citemos o Aquanattur, para Vidago e Pedras Salgadas (spa, golfe, congressos).

Exemplificativa é também a evolução de Bath: foi uma das cidades mais visitadas de Inglaterra, mas deixou de estar na moda: os frequentadores habituais escolheram outros centros termais do Continente e destinos marítimos mais mundanos e tornados acessíveis pela revolução dos transportes, tendo vindo a afirmarem-se outras funções urbanas e um turismo de curtas estadas, a par de muitos visitantes de um dia, com poucos benefícios para a economia local. Na segunda metade do século XX, o cepticismo do mundo médico britânico e a exclusão das participações dos custos do seu uso pelos serviços de saúde, levaram ao encerramento das instalações termais. Com o novo século, Bath procura um novo renascer, tirando partido uma vez mais das suas fontes de água quente e também do prestígio do seu passado termal, expresso pelo seu extraordinário património, desde as termas romanas, embelezadas com colunas, estátuas e terraços no século XIX, «uma atmosfera cinematográfica que continua pelos salões envolventes» (Luís Maio, Fugas, 12/11/05), às construções neoclássicas do século XVIII e bem mais tardias, da segunda metade do século XX (património classificado pela UNESCO). Fá-lo com a construção de um novo spa, o New Royal Spa, sempre baseado nas águas termais, que brotam a cerca de 40º e centrado na saúde e no bem-estar: cuidados do corpo na fronteira entre medicina, estética, desporto e lazer, em espaços intimistas, com serviços personalizados e profissionalizados, longe das multidões; mas englobando também a reconstrução de importantes edifícios do século XVIII que envolvem o núcleo termal. Na concretização e exploração deste novo spa termal interveio a Thermae Development Company, responsável pelo Thermae 2000 Spa, de Valkenburg (Limburgo, Holanda): inaugurado em 1989, num edifício futurista (pirâmide de vidro e madeira), promete bem-estar do corpo e da mente, relaxamento e saúde, harmonia e equilíbrio, prática de desporto, passeios no jardim botânico, rico de espécies tropicais, repouso nos solários e nas células de ioga, meditação, música clássica e alimentação saudável.

O Turismo de saúde e bem-estar, físico e psicológico, responde a uma preocupação nova nas sociedades pós-modernas, urbanas, sedentárias, envelhecidas, feminizadas, obesas, reumáticas, com muitas alergias, fobias, devidas a insuficiente qualidade de vida, pelas condições ambientais envolventes e pelos modos de vida e o forte imobilismo: objectivos de cura e também de prevenção da doença, nos centros do termalismo, de termoludismo, de talassoterapia, mas que alguns autores alargam a estações balneares e a todos os *spas* trabalhando com águas não termais nem marinhas; para o que se oferecem outros ambientes, dietas, exercícios físicos, tratamentos diversos e medicinas alternativas, conjugadas com ambientes e práticas de ecoturismo e até esoterismo e astrologia. Cada vez mais, se afirmam novas perspectiva mais hedonísticas da vida, a valorização de turismos alternativos, longe das multidões, e de medicinas alternativas, naturais, sem efeitos secundários, ligadas à ecologia e a produtos biológicos, até mesmo de medicinas tradicionais, sobretudo orientais, entre as classes médias urbanas, as quais jogam a favor do renascer do termalismo e da re-invenção das termas, com segmentação da oferta turística termal de acordo com diferentes tipologias de turismo de saúde e de bem-estar: renovação das instalações termais e da hotelaria e orientação para novos produtos, com destaque para o rejuvenescimento, o emagrecimento, o anti stress, tanto mais quanto mais se reduzem subsídios dos serviços de saúde, mais sentidos onde foram generalizados e fartos (tratamentos com acompanhamento médico; deslocações e estadas, com alojamento e alimentação), reduzindo-se paralelamente as suas clientelas aquistas populares e idosas.

Desenvolvimento de novos lugares de turismo balnear não massificado e exclusivo

Ao turismo densificado e de massa opõem-se os turismos alternativos, para alguns também ecológicos e verdes, nos quais tende a imperar, em termos de práticas, a descoberta de atracções naturais, das paisagens, produto cultural e não meramente natural, inventadas e desenvolvidas como recursos turísticos, através dos olhares dos próprios turistas, tal como os ambientes sociais tradicionais, os modos de vida do passado, realmente arcaicos ou puramente folclóricos: perspectivas ecológicas, ambientais, etnográficas, antropológicas, comuns entre uma elite que valoriza a sua individualidade, o distanciamento social, a privacidade, a garantia de prestação de todos os bens e serviços a que pode aspirar aquando das suas estadas no local, a exclusivi-

dade. Assim sucede em muitas ilhas privadas das Caraíbas, verdadeiros paraísos, com praias de areia branca, mar azul turquesa, recifes de corais, e com o Rania, considerado um dos melhores resorts do mundo, no atol Faafu, a uma centena de quilómetros de Malé, nas Maldivas.

As Maldivas foram um protectorado britânico dependente da colónia de Ceilão, independente em 1965, então com menos de 100 mil habitantes, e que em 1971 se constitui como uma república islâmica. Formam-na mais de mil ilhas, dispostas ao longo de 800 km, num total de 298 km², das quais apenas 200 habitadas. Actualmente, falar das Maldivas é evocar um meio micro insular, um dos últimos espaços de conquista do turismo de sol e praia e um importante destino turístico (recebe mais de 500 mil turistas por ano, chegados através do aeroporto internacional de Hulule), circunscrito às ilhas mais centrais, no máximo a centena e meia de quilómetro daquele aeroporto e organizado em torno de aldeias-resorts e ilhas-hotel (87 em 2003), modernas e com elevado nível de conforto, isoladas no meio do oceano, distantes, fechadas sobre si, num ambiente aparentemente natural e despovoado e num meio ocioso e cosmopolita, uma atmosfera que L' Équipe MIT considera mais da Montanha Mágica que de Robinson Crusoe. Para a prática turística, praia, piscinas, spas, um mar rico convidando ao mergulho submarino.

O desenvolvimento turístico começou apenas no início dos anos 70, por iniciativa italiana, quando faltavam acessos, telefones e mesmo água potável (mil turistas em 1972 e 12 mil em 1976; 140 e 450 quartos, respectivamente), um turismo muito rústico de italianos e escandinavos, atraídos pela pesca submarina e chegados através do Sri Lanka (o aeroporto de Malé data de 1960, mas não era acessível a grandes aviões) e desde 1981 pelo aeroporto de Hulule, capaz de receber os voos charters da Europa. Para alojamento, bungalows à beira da praia, construídos com materiais extraídos dos coqueiros e dos corais nos atóis inabitados, cedidos a prazo, então apenas acessíveis por barco, só depois por hidroaviões e helicópteros. Em termos de ordenamento, é de destacar: a separação dos turistas e das populações residentes, de modo a conservar costumes e valores próprios de um estado muçulmano; o recurso a trabalhadores masculinos imigrantes do Sri Lanka, Índia e Bangladesh, que permanecem sem família ao longo de todo o ano e são alojados, quase sempre no centro da ilha, onde o espaço tem menos valor. Sempre segundo a Équipe MIT, os quadros insulares têm pouco de natural, na medida em que a vegetação envolvente corresponde a uma forma de jardins botânicos com espécies introduzidas e cuidadosamente tratadas, até mesmo regadas com água do mar dessalgada, como a de consumo na hotelaria; as

próprias praias são produto de enchimentos com materiais extraídos dos recifes que envolvem as ilhas, e protegidas por pontões semi-submersos.

Turismos exclusivos num mundo não autêntico, fortemente artificial, que se repete em muitas outras ilhas turísticas do Índico, do Pacífico e mesmo do Atlântico, como nas Bahamas e nas Caraíbas. Exemplifiquemos com as Fisher Islands, muito próximas de Miami, com o seu Resort do mesmo nome, o seu clube para milionários e excêntricos de todos os continentes, o SPA, um moderno complexo de combate ao stress e às maleitas da cultura ocidental, considerado um dos 20 melhores do mundo, que convida a rejuvenescer o corpo, acalmar o espírito, recuperar a forma física, meditar e iniciar uma vida mais saudável: exercícios de ginásio, talassoterapia, saunas, massagens ao sol em suites privadas, maratonas, desportos vários, como pesca, mergulho, ténis e golfe, tratamentos de beleza com ervas exóticas, ou ervas e frutos locais, banhos de papaia, meditação transcendental, yoga... Há uma clientela potencial próxima: os EUA têm quase nove milhões de famílias milionárias, numa população de 280 milhões, cujo património excluindo a residência, ultrapassa um milhão de dólares; a fortuna de quase um quinto destas assenta na propriedade de empresas ou actividades profissionais individuais, e a grande maioria trabalha por conta de outrem auferindo salários muito elevados; 371 dispõem de um património calculado em milhares de milhões de dólares (cerca de 800 bilionários a nível mundial).

Na América do Sul, tomemos como exemplo de destinos balneares novos e afirmados pela exclusividade das suas clientelas, Búzios: antiga Armação dos Búzios, pequena vilória de pescadores, descendentes de escravos e de caçadores de baleias, numa estreita península montanhosa recortada por baías e cabos, de clima semi-árido, com muitas praias, algumas com acesso por mar; um certo ar de Riviera mediterrânea, lançada como Côte d'Azur do Brasil, por Brigitte Bardot, nos meados dos anos 60, com liberdade de usos, nudismo, atracção das classes alta e média alta do Rio de Janeiro e de turistas estrangeiros (franceses, argentinos, alemães, italianos); sociedade cosmopolita que insiste numa sofisticação despretensiosa à noite e minimalista de dia; ambiente de grande agitação nos fins-de-semana e nas férias, onde também marcam presença modelos de renome, empresários da noite carioca, cantores como Milton de Nascimento, Chico Buarque, Gilberto Gil...

Segmentos e nichos de turismo

Como vimos atrás, dentro das tendências actuais mais marcantes

figura a fragmentação das férias e as múltiplas partidas, a que podem corresponder diferentes práticas turísticas. As motivações, as fórmulas de férias escolhidas e até os modos de acesso à distribuição tendem a diversificar-se entre os turistas que partem várias vezes: recorde-se que 15% da população francesa assegura 50% das viagens e 2/3 das dormidas na hotelaria. De qualquer modo, nos comportamentos dos turistas continuam a observar-se algumas tendências de fidelidade a um tipo de destino, a uma fórmula de viagem identificada por um tipo de alojamento, fidelidade também por certos períodos de férias, por motivações temáticas das viagens, pelo envolvimento de amizades, família e amigos, sem esquecer o retorno às terras de origem. Mas os turistas de hoje sendo consumidores experientes, até pela consolidação do turismo social, do turismo de jovens e do turismo associativo, e informados, dispendo de informações sempre actualizadas e conhecendo as diferentes ofertas, sabem avaliar os custos da fidelidade e os custos da vertente intangível dos produtos, sempre difícil de descrever e de medir, já que com carácter marcadamente pessoal (percepções, atitudes e crenças).

Consumidores turísticos que envelhecem e que se preocupam com a sua saúde e bem-estar, na cidade onde residem ou seja nos quotidianos, e nas férias. Consumidores cultos, à descoberta e "conquista" turística do mundo, tornado acessível e quase familiar através da televisão e da Internet, mas também consumidores urbanos, intimidados com os novos perigos de dimensão internacional, que prezam a liberdade individual e ao mesmo tempo a segurança do grupo, a descoberta de autenticidades e tradições de certos lugares e a modernidade e tecnicidade de outros, a cidade e o campo, os destinos construídos e os mais naturais, numa diversificação de quotidianos e de práticas de turismo, de lugares de residência e de destinos de férias.

Às inovações nas práticas, mais ou menos ousadas, seguem-se difusões sociais quase sempre descendentes, já que aquelas ocorrem habitualmente, hoje como no passado, entre as elites que mais cultivam a imaginação e a criatividade (cinema, fantasia, ficção, guerra das estrelas, ET, leituras de Júlio Verne) e dispõem de meios (inova quem pode!). Elegem-se novos credos como o turismo cultural, o turismo verde, o ecoturismo, o turismo ético, que na verdade não são realmente novos nas práticas turísticas, são elitistas e são objecto de marketings agressivos. Na gama dos produtos e das experiências prometidas, experiências que deverão ser únicas, a diversidade alarga-se quase sem limites: os céus crepusculares dos mares do sul ou da Patagónia; a travessia das estepes da Mongólia no Expresso Transmongol, a da Manchúria no Trans-Manchúria, com passagem pelo Lago Baical, património

da Humanidade; visita de praias desertas, do sertão e da Amazônia brasileiras; observação de vulcões activos e eclipses totais, presenciar furacões, estar nas franjas de um tornado, visitar os campos de extermínio de Auschwitz, o lixo tóxico de uma mina de cobre abandonada, um cenário apocalíptico, com o lago de águas mortas com restos de arsénio, cobalto e cádmio, em Montana... Mas também cursos de culinária e de provas de vinhos, descoberta de modos de vida simples de bairros da periferia das cidades, como o programa *À Bientôt Belleville*, um Paris diferente, de população humilde, baixos rendimentos, em grande parte imigrante, uma antiga aldeia na porta oriental da cidade, nela integrada em 1860. Mas o turismo é jogo, faz de conta, fantasia, ousadia, risco controlado, que deixa lugar para lazeres violentos, inspirados em videojogos ou no cinema, no que não se deve fazer, nas catástrofes naturais e nos crimes, como certas ofertas muito ousadas de agências da especialidade, em que o indivíduo se ultrapassa a si próprio: experiências de destruição, com disputa de quem destrói mais e melhor (força e fúria) ou experiências aliando perigo e violência, de capacidade de sobreviver como um sem-abrigo nas ruas de Paris, de arriscar-se em teatros de guerra, testemunhar a destruição e o caos gerado por fenómenos naturais, ser objecto de sequestro, testando capacidades de fuga aos sequestradores, ou de ataques terroristas simulados, claro que sempre com riscos controlados, entrar no carro de um perseguidor de tornados, aventurar-se pelas favelas do Rio de Janeiro, bairros pobres, com elevado índice de criminalidade e tráfico de droga, ou alojar-se em alguma das suas pousadas, sempre na procura do exótico, neste como em muitos outros casos, o exótico da pobreza.

Com base nas motivações e comportamentos menos comuns, são identificados nichos de turismo, entre os quais destacamos:

Turismo de natureza. Procura por parte das classes média-alta e quadros superiores, cultos e com valores ecológicos, de sítios preservados, com natureza diversa, rica e atractiva (paisagens, fauna, flora) e pouco tocados pela revolução industrial, com suas populações arcaicas e equipamentos turísticos discretos, lugares 'autênticos'. A sua prática turística traduz-se em marcha, caminhadas, e sobretudo em observação, descoberta e contacto com outras populações e outros modos de vida: penetração na floresta amazónica, safaris fotográficos em África, mergulho, observação de baleias brancas na Argentina, tartarugas gigantes nas Galápagos, pinguins na Antártida, etc. O mergulho como prática de lazer e turismo vem conhecendo, nos últimos anos, uma forte difusão, mesmo alguma democratização, não obstante os custos do necessário equipamento, expressa pela multiplicação de agências especiali-

zadas na venda de destinos de mergulho e de escolas de mergulho: como motivação a observação de corais, cardumes de peixes coloridos, golfinhos, tubarões, baleias...Uma vez mais, a travessia de uma fronteira para um vazio, um outro mundo, um outro ecossistema, e o turismo subaquático como um segmento cada vez mais importante e fundamental para certos destinos, sobretudo tropicais, das Caraíbas ao Mar Vermelho, às Maldivas e aos mares da Indonésia. Turismo de Natureza por excelência é também o que a Naturtejo, empresa intermunicipal de turismo, pretende para o Geoparque da Beira Baixa e Alto Alentejo, reconhecido pela UNESCO em 2006: 4500 km², 16 monumentos naturais, centros interpretativos, sinalética, núcleos museológicos, percursos pedestres (Rota dos Fósseis, Rota das Minas), hotelaria, etc.

No turismo de natureza elegem-se formas de alojamento simples e a hotelaria eco e ética, como o Hotel "Ecolodge", no oásis de Siwa (Egipto), considerado luxuoso mas onde o viajante não tem electricidade nem ar condicionado: no sopé da "montanha branca", junto dos lagos salgados, mal se distingue na paisagem; a sua construção remonta a 1997 e teve por base o saber-fazer local multissecular de centena e meia de artesãos e os recursos do próprio oásis; os muros são de pedra salgada extraída dos fundos do lago e secos ao sol. A vertente ecológica reflecte-se também na minimização dos gastos energéticos pela economia do transporte dos materiais e na valorização dos recursos humanos locais. Em muitos destinos este turismo ganha matizes ecológicos em sentido lato, envolvendo ambientes naturais e populações autóctones, com seus modos de vida e suas culturas e patrimónios: ecoturismo, turismo rural...

Turismo cultural. Motivações culturais marcam a prática turística desde o Grand Tour. Referimo-nos aqui ao segmento das viagens turísticas para participação em eventos culturais, como espectáculos, festivais, exposições, predominantemente de curtas estadas, mas também ao turismo de itinerância cultural (circuitos culturais com visita a sítios de reconhecida riqueza cultural). É de notar o ecletismo cultural dos turistas de hoje, em parte em relação com a afirmação de uma clientela mais feminina e mais velha: arqueologia e pré-história (dinossauros, pinturas rupestres de Foz Côa), história (Idanha a Velha, Conimbriga, Évora, Guimarães, etc.), tradição (aldeias históricas, aldeias de xisto, aldeias brancas, aldeias palafitas), artesanato, festas e jogos populares, romarias locais, mas cada vez mais também, a arqueologia industrial e mineira, os velhos meios de transporte (comboios históricos no Douro), jardins e parques, mercados e feiras locais, as paisagens culturais protegidas, sem esquecer os complexos lúdicos mundanos. Esta

procura cruza com a do turismo industrial, como em New Lamark, dos museus científicos e tecnológicos (Pavilhão do Conhecimento), das empresas modernas, de vanguarda, e das empresas específicas regionais: Vista Alegre; minas de sal-gema; adegas das Quintas do Douro. A valorização pelo turismo estimula a conservação mais ou menos imaginativa de velhas formas de construir e habitar, que se tornam poderosos recursos turísticos, como na cidade da Santa Fé, um dos destinos mais procurados pelos turistas americanos: o sucesso assenta no isolamento, na conservação tornada obrigatória nos anos 50, das construções antigas de adobe, com suas fachadas tradicionais, acentuando os aspectos histórico e rural, a cultura dos índios, o legado mexicano. Um oásis nas paisagens desérticas do Novo México, com apenas 70 mil habitantes, mas muitos turistas, dos artistas aos americanos da classe alta e aos mexicanos, que fomentam um importante comércio local, com joalheria sofisticada e de grande valor e roupas de marca, a par do artesanato índio tradicional, e mais ainda os patrimónios de arte e cultura, as centenas de galerias e os muitos ateliers de pintores e escultores.

Turismo de curtas estadas. Como evolução do excursionismo, city-breaks mas também valorização de outros produtos originais e exóticos por pequenos grupos, com afinidades entre si, por pessoas viajando sós ou a dois. Estão na fronteira com as férias urbanas, de 1 a 2 semanas, em cidades médias, hospitaleiras, com ambientes de qualidade, equipamentos desportivos de ar livre (ténis, golfe), subúrbios atractivos, que se não confunde com o turismo de compras ou com o MICE. Curtas estadas também nos meios rurais, sobretudo quando totalmente alógenas e orientadas para práticas outras que não o repouso, o descanso, o desanuviamento, a calma... As curtas estadas podem ter motivações claramente desportivas, associadas à prática de certos desportos como golfe, caça, pesca, canoagem, mergulho, ciclomotorismo, etc. (favorecem a socialização entre os praticantes, durante o jogo ou as refeições, que se podem prolongar para além dos eventos e envolver as famílias), assim como a gastronomia local. Noutros casos estão associadas à participação em eventos desportivos, activa e passiva.

Turismo de cruzeiros. A exclusividade dos novos lugares de prática de lazeres de água do mar foi levada muito longe, com o turismo de cruzeiros, verdadeiros resorts flutuantes, isolados do resto do mundo, inacessíveis aos outros, antes procurados por clientelas idosas mas cada vez mais atraindo turistas mais jovens, e que funcionam com maior frequência nas Caraíbas, no Mediterrâneo, no Mar do Norte. Assim sucede com o Freedom of the Seas, o maior e o mais novo dos grandes navios de cruzeiro, como uma cidade flutu-

ante, onde não falta a possibilidade de surf ou bodyboard, desportos radicais, como escalada, e também patinagem no gelo. E igualmente com o Queen Mary 2, inaugurado em 2004, não o maior mas o mais carismático, símbolo de exclusividade, como se fosse um palácio, com seus salões de baile com orquestra, galerias de arte, teatro, cinema, casino, biblioteca, organização de seminários temáticos, ginásio, um spa com 24 salas...De prestígio também o Pride of America, novo, com capacidade de 2100 passageiros e obrigatoriedade de trajos de gala, ou o Costa Concórdia, renovado, e com capacidade para 3700 passageiros, conforto, beleza, elegância. Outros cruzeiros dispõem de uma capacidade muito menor, mas continuam orientados para clientela de luxo, caso do SeaDream I (uma centena de passageiros, em circuitos entre Rio de Janeiro e Buenos Aires), enquanto alguns se dirigem para clientela de menos posses, mesmo para jovens. Em Portugal, a oferta é recente e concentrada no rio Douro e na costa do Algarve-Andaluzia, com subidas do rio Guadiana, como complemento da oferta turística de sol e praia: captação de novos turistas, ao longo do ano inteiro e não apenas nos meses de Verão, predominantemente estrangeiros, europeus e americanos.

A opção por turismo de cruzeiros permite convivialidade, prestígio e reconhecimento, mesmo nos cruzeiros temáticos, de duração limitada, mais económicos e com clientela mais jovens. Cruza com a procura de turismo centrados na vida social que estimulam, tal como nas estadas em resorts de luxo, muito bem equipados, e como outrora nos grandes complexos termais, e com a de lazeres em família nos centros proporcionando compras, gastronomia e espectáculos para todos os membros; espaços amplos, com arquiteturas arrojadas, ambientes protegidos, horários de funcionamento alargados, espaços limpos e seguros, vigiados, com ar condicionado, bares e restauração temática e até shows ao vivo e exposições, produtos de marca, gestão profissional, facilidades de estacionamento, etc. Exprime uma versão mais acabada do turismo em condomínios fechados, valorizados porque garantem vigilância 24 horas por dia, segurança, tranquilidade, protagonismo e estatuto, espaços verdes, espaços de convívio, equipamento desportivo como piscinas, ténis. Constituem uma espécie de guetos ocupados pelas classes mais endinheiradas, por vezes novos-ricos com nível cultural relativamente baixo, que precisam de sinais exteriores de qualidade e moda. Aqui e além prolongam-se com a privatização das praias ou pelo menos dos seus acessos.

Perspectivas do turismo de massas

Nesta fase da evolução do turismo, intensificam-se as reacções contra o turismo de massa: turistas comodistas, com práticas passivas e que se deixam manipular pela oferta, em suma, turistas idiotas, sempre em oposição aos viajantes, cultos, inteligentes e livres; turistas responsáveis por engarrafamentos na circulação e filas de espera para visitas a monumentos, e até mesmo nos aeroportos, concentração espacial dos fluxos e saturação dos espaços, praias sobre ocupadas, quilómetros de litorais betonados e verticalizados, arribas de cimento, explosão das construções em altura ou em mancha, multiplicação de elementos da arquitectura tradicional estandardizados, industrializados, e utilizados não pela funcionalidade mas simplesmente como elemento decorativo, como as chaminés algarvias; acusa-se ainda o turismo de massa de destruição dos valores e até dos sabores tradicionais, tidos como “verdadeiros”, das paisagens, das ambiências aldeãs, piscatórias, portuárias e camponesas, das próprias comunidades, numa palavra, das autenticidades e identidades, quando não também das economias das comunidades tradicionais de acolhimento. As massas turísticas são contrárias à sustentabilidade dos processos de desenvolvimento: não respeitam a ‘capacidade de carga física e menos ainda a psicológica e a sociológica’, admitindo-se implicitamente limiares de tolerância social e limites na aceitação da presença dos outros, mesmo reconhecendo-se que não há um turista, e cada vez menos, as avaliações são muito subjectivas e podem diferir num mesmo indivíduo em diferentes momentos da sua presença no local, a que correspondem ou não distintas motivações dominantes, de natureza e de calma, de isolamento na multidão, de animação, etc.

Quais são então as perspectivas a médio prazo para o turismo de massa? Continuarão a ter lugar férias organizadas, em grupos numerosos de desconhecidos, cada um com os seus hábitos e os seus gostos? Como introdução, evoquemos por um lado, que o turismo significa deslocação prolongada no espaço e no tempo, e no seu seguimento, uma relação com outro lugar, outro tempo e não menos outro eu, o que é essencial preservar; por outro lado que, mesmo com as projecções da OMT, optimistas e abrangentes quanto ao conceito mobilizado, só uma pequena parcela da Humanidade faz e fará turismo a médio prazo, nomeadamente fora do seu país de residência. Muitos outros fazem turismo interno, e por certo, a grande massa dos fluxos turísticos internos continuará a integrar-se na rubrica visita de familiares e amigos, na velha Europa e mais ainda nos grandes mercados emergentes asiáticos,

traduzindo-se desse modo, no retorno às regiões de origem e em fluxos para as regiões valorizadas como turismo residencial. Com elas teremos a multiplicação e o avolumar de movimentos individuais e de famílias ou pequenos grupos de amigos, mais repartidos no tempo e espacialmente muito mais difusos do que no turismo de massa. As deslocações turísticas manter-se-ão largamente sincrónicas e gregárias, embora um pouco menos com a fragmentação das férias, a multiplicação das partidas e a das curtas estadas; estas deslocações, que ocorrem no tempo livre do trabalho, continuarão a ser influenciadas pelo mercado, que cria inclusivamente modas, mas nelas há lugar para alguma autonomia nos consumos materiais e mais ainda nos consumos imateriais e simbólicos. As deslocações internacionais de maior amplitude geográfica e cultural fazem-se preferencialmente em grupos fortemente organizados e enquadrados, sobretudo os grupos itinerantes viajando por espaços e culturas muito estranhas: optimização dos usos do tempo e dos custos, segurança e comodidade.

Inversamente, a acumulação pessoal de experiências turísticas, a prática de espaços alargados tanto em tempos de trabalho como em tempos de lazer, o retorno sistemático a áreas que se tornem familiares e a preferência por permanências e não itinerâncias tendem a afastar os turistas europeus fazendo férias na Europa ou nos litorais do Norte de África do turismo organizado, ou pelo menos dos pacotes muito rígidos. Para tal concorre também o encurtar das distâncias físicas, em termos de tempo e de custo, e o encurtar das distâncias culturais, com as TIC, a par das novas facilidades de compra de bilhetes, reserva e pagamento de camas de hotel, de serviços de restauração e de compras de todo o tipo, que favorecem o turismo livre. Sem esquecer igualmente as novas facilidades de levantamento de dinheiro e de comunicação com o meio receptor, também ele acumulando experiência no acolhimento de clientelas diversas, que dão segurança e também favorecem o turismo não organizado

Terão os turistas motivações decisivas para viajar em grupo, segundo percursos previamente fixados no espaço e cronometrados no tempo, e também para passar as férias em lugares novos, arquitetonicamente semelhantes a bairros suburbanos, com muita gente, engarrafamentos de trânsito, barulho, confusão, poluição? No presente destacam-se algumas mega tendências sociais nos tradicionais mercados emissores de turismo, os do mundo ocidental, que nos levam a admitir a continuação a médio e longo prazo de uma significativa procura por viagens de férias total ou fortemente programadas e organizadas em termos profissionais, para grupos de diversa dimensão e com

custos variados, umas mais económicas outras bem mais dispendiosas, sofisticadas, exóticas e mais ou menos rígidas, e que permanecerão como pequenos segmentos dos grandes mercados emissores de turismo.

São elas: maior isolamento pessoal, fragmentação e complexificação das estruturas familiares, autonomia e individualismo nos modos de vida e nos comportamentos, famílias reduzidas, pessoas vivendo sós e para quem as férias em família significam sobretudo cuidar dos netos, quando não da família toda e dos seus grupos de amigos (filhos e noras, compadres, primos, sobrinhos, outros irmãos dos netos, etc); envelhecimento e feminização das clientela turística, que arrastam menor mobilidade individual, por não condução de automóvel, sobretudo a médias e longas distâncias, maior vulnerabilidade física, mesmo algumas limitações em termos de saúde, o que nas viagens se ressentem nos cuidados com a bagagem ou nas permanências em filas e percursos longos e complexos nos aeroportos internacionais, e conduz à valorização da comodidade de ser cuidado e servido, nos mais diversos campos, pelo menos nas férias, que são também uma oportunidade de ter assegurados os serviços básicos do quotidiano, por preços comportáveis; menor poder de compra e maior sensibilidade aos custos das férias, na continuação da degradação dos valores das reformas e dos cuidados de assistência, estando em causa nas tradicionais regiões europeias ricas e emissoras de turismo internacional, novos modelos de segurança social cada vez mais moderados; maior insegurança, pela idade, pela condição de estar só, pelas novas inseguranças do mundo de hoje, e na continuidade, preferência por destinos turísticos algo urbanos e ambientes de acolhimento com algum conforto e com áreas sociais, de encontro, como sucede com os hotéis mobilizados pela oferta de massa; desenvolvimento das viagens de turismo social, tanto no caso de estadas como no de circuitos, organizados com ritmos ajustados às suas capacidades físicas e componentes culturais em sentido muito lato, incluindo componentes patrimoniais, também elas encaradas numa perspectiva bastante lata; segmentos vultosos de mercado constituído por pessoas sós em busca de companhia, de convívio, de animação e de descoberta do outro, de mais mundo e mais gente, mesmo de um pouco de aventura, ilusão, sonho e alguma felicidade, talvez mesmo uma última oportunidade de a sentirem; no fundo, expectativas de viagens e estadas proporcionando alegria, divertimento, jogo, ilusão, numa palavra animação, como Benidorm sabe proporcionar. Continuidade da massificação e muita animação também para outros destinos com outras pretensões de qualidade, como Palma de Maiorca: praias muito populosas, cosmopolitismo, hotéis modernos, lojas de luxo, marcas interna-

cionais de grande prestígio e preço, elites abastadas de muitas nacionalidades, spas, terapias com recurso a medicinas tradicionais chinesas e indianas, vida nocturna, noites longas, recuperação do glamour do passado.

Por outro lado a prática turística, com viagens e permanências fora dos lugares de residência habitual, tende a difundir-se por outras sociedades e regiões, alargando a procura nacional e internacional, à medida do desenvolvimento socioeconómico, da internacionalização das economias, do despertar para o conhecimento e a prática do mundo e desse modo, a afirmação como turistas potenciais de uma elite, cada vez mais numerosa, nos novos mercados emergentes, designadamente nos asiáticos, ávida de práticas turísticas internacionais, não meramente regionais mas intercontinentais, tanto mais que as suas regiões se integram no espaço turístico-mundo como destinos de fluxos também intercontinentais e distantes e desse modo se familiarizam com o turismo externo. A internacionalização dos mercados, multiplicação de relações culturais com países estrangeiros, globalização dos consumos, mesmo os de lazer, elevação dos níveis de vida das populações marcam os novos países emissores, através do desenvolvimento de novas elites e classes médias: no Japão, Coreia do Sul, Rússia, América Latina e mais recentemente China, Índia, Tailândia. Atenda-se nomeadamente à muito recente projecção mundial da China e da Índia, às suas dimensões populacionais, aos ritmos impressionantes do seu crescimento económico, em termos de PIB e mais ainda de valor acrescentado, à sua afirmação como as grandes fábricas do mundo, ao enriquecimento de novas elites. Os fluxos turísticos externos destas elites serão tendencialmente regionais, como aliás na Europa e na América, mas envolverão alguns movimentos mais distantes e estes serão cada vez mais volumosos. Assim, nestes fluxos, uma parcela numerosa, quando vista em números absolutos, fará deslocações intercontinentais, e não será indiferente à Europa como destino turístico, como não o é como campo de negócios, e preferirá provavelmente viagens bem organizadas e enquadradas, na medida em que serão turistas sem grande experiência turística e não familiarizados com a civilização e a cultura ocidentais. Como espaços de destinos destacar-se-ão os urbanos, as cidades de média e grande dimensão e patrimoniais e alguns lugares de valor natural excepcional, mas não as praias, porque dispõem de uma oferta abundante, de qualidade e com prestígio nacional ou regional e também porque os seus padrões de beleza feminina não valorizam o bronzamento, mas antes as peles branqueadas.

A massificação e a densificação também são induzidas pela explosão da posse de residências de férias, muitas vezes simples apartamentos em

grandes imóveis, de custos de construção e manutenção aceitáveis para a classe média e média-baixa, nacional e estrangeira, que ao mesmo tempo representam um investimento patrimonial tido como não erosionável face aos ritmos da inflação e potenciador de rendimentos suplementares através de alugueres de curta duração, como nas Rivas mediterrâneas, em Benidorm, Póvoa do Varzim ou Quarteira. Estas novas formas de propriedade urbana têm peso considerável nos espaços litorais de turismo de sol e praia e em muitas estâncias de turismo alpino e sustentam densidades reais de população tanto mais elevadas quanto mais próximas e acessíveis se encontram face aos lugares de residência permanente dos seus proprietários, não sendo raro a sua passagem de residência de férias a residência secundária, com ocupação mais regular, à medida que as deslocações se tornam mais rápidas e mais económicas, nomeadamente através de novas auto-estradas e de companhias aéreas de custo reduzido. Inversamente, as classes altas proprietárias de residências de férias nestas mesmas regiões tendem a optar por habitações individuais, isoladas ou em banda, mais raramente por apartamentos, em espaços abertos, de baixa densidade de edificação, com muitos equipamentos colectivos, áreas verdes, serviços de conservação e vigilância, sempre dispendiosos, como nos aldeamentos de férias e mais ainda nos modernos condomínios, como Vilamoura, Vale do Lobo ou Quinta do Lago. As deslocações turísticas, mesmo as de massa, podem induzir o turismo residencial nas áreas visitadas: migração de turismo temporária e depois migração definitiva das residências para alguns destes lugares (passagem de residências de férias a residências secundárias e depois a residências principais), por exemplo num movimento de heliotropismo ou simplesmente de valorização da agradabilidade dos lugares turísticos, na continuação da prática turística desses outros lugares, segundo lógicas que escapam ao turismo de massa no sentido de organizado com alguma rigidez mas não em termos de ocupação densa do espaço e suas disfuncionalidades, pelo menos sazonais e de fim-de-semana.

O discurso dominante que rejeita o turismo de massa deve-se a uma minoria de especialistas de turismo e de intelectuais que tem outros lugares à sua disposição, dos que vendem outros lugares tidos como distintos e de ideólogos e ambientalistas, mas lembra Florence Deprest (1997, p. 19) que acrescenta: «as elites, por muito culturais que elas sejam, não escapam às malhas do consumo», mesmo se se defendem no discurso, aliás, as suas práticas culturais são integradas pelo mercado turístico, retomadas pela publicidade e a dinâmica do mercado tende a tocar o conjunto da sociedade solvente sem distinção de classe. Dificilmente será possível fixar densidade e volumes de flux-

os ideais, salvo nos casos de espaços físicos limitados e sensíveis, naturais e patrimoniais, nos outros casos não tendo sentido certos princípios, como que não modifique (?) irremediavelmente (?) o sistema socioeconómico regional, que não recorra fortemente às estruturas económicas regionais e estrangeiras (autodesenvolvimento pelas sociedades locais, sem dependências excessivas do exterior, um processo autárcico num contexto e num mercado global (?), que não modifique radicalmente (?) os equilíbrios (?) sociais anteriores (idealização das áreas pré turismo!), que não modifique profundamente os sistemas de valores que prevalecem (?), que não modifique as grandes características ecológicas iniciais (mas estas são fruto da História dos homens e mais ou menos recentes. Na perspectiva da OMT, sem ruptura (?) do meio humano, sem dano (?) social e económico (possibilidade de voltar à situação de partida se os fluxos parassem) para a comunidade e a cultura local do destino, sem modificações irremediáveis (?), que deformam sem retorno, irreversivelmente (?), objectivos que parecem contrários às mudanças desejadas em termos de desenvolvimento económico e social das comunidades tradicionais de muitos dos novos destinos turísticos, como o foi no passado, na certeza de que estes objectivos agradarão a certos autóctones que tiram proveito do próprio subdesenvolvimento local e do mesmo modo aos primeiros turistas, para quem a vinda de outros turistas novos lhes altera ambiência, estatuto e apropriação simbólica.

Referências Bibliográficas

- AMIROU, Richard; BACHINON, Philippe (dir.) (2000), *Le tourisme local. Une culture de l'exotisme*, L'Harmattan, Paris.
- ARRIBA, Carmen Gil de (1992), *Casas para baños de ola y balnearios marítimos en el litoral montaños, 1868-1936*, Universidade de Cantábria, Fundación Marcelino Botín.
- AZEVEDO, Clara e Vasconcelos, Lúcia, (1995), *Termas Portuguesas*, Edições Inapa, S. A, Lisboa.
- CAVACO, Carminda (1974), *Aspetti geografici del turismo nella Riviera di Ponente*, Università di Genova, Génova.
- (1980), O turismo em Portugal. Aspectos evolutivos e espaciais, in *Estudos Italianos em Portugal*, 40-41-42, p.191-280.
 - (1980), *Turismo e demografia no Algarve*, EPSD, Lisboa.
 - (1983), *A Costa do Estoril. Esboço geográfico*, EPSD, Lisboa.
 - (1996), Turismos de ontem e de amanhã, in *Turismo. Uma actividade económica*, Economia e Prospectiva, 1-4, p. 61-78.
 - (1996), Turismo rural e desenvolvimento local, in *Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais*, Hucitec, São Paulo, p. 94- 121.
 - (1997), *Monte Gordo. Aglomerado piscatório e de veraneio*, Câmara Municipal de Vila Real de santo António, VRSA.
 - (2000), Turismo, comércio e desenvolvimento rural, in *Ecologia, lazer e desenvolvimento*, EDUSC, Santa Maria, p. 69-94.
 - (2003), Habitares dos espaços rurais, *Revista da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto, p. 47-64.
 - (2004), Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos in *TERN, Turismo em espaços rurais e naturais*, Edições IPC, Coimbra, p. 25-40.
 - (2006), Regionalização do turismo em áreas rurais a partir da oferta, in *Turismo Rural. Património, cultura e legislação*, edições FACOS; UFSM, p. 63-106.
 - (2006), O turismo e as novas dinâmicas territoriais in *Geografia de Portugal*, vol III, Círculo de Leitores, Lisboa, p. 367-427.
- CLUZEAU, Claude; ICÉRIAT, Patrick (2000), *Le tourisme des années 2010. "La mise en futur de l'offre"*, La Documentation Française, Paris.
- COHEN, Daniel (1999), *Nos temps modernes*, Flammarion, Paris.
- CORBIN, Alain (1989), *O Território do vazio. A praia e o imaginário ocidental*, Cª. das Letras, São Paulo.

- CORBIN, Alain (2005), *Le ciel et la mer*, Bayard, Paris.
- CUNHA BARROS, José da (2002), *Realidade e ilusão no turismo português. Das práticas do termalismo à invenção do turismo de saúde*, Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP.
- DEPREST, Florence (1997), *Enquête sur le tourisme de masse. L'écologie face au territoire*, Belin, Paris.
- ÉQUIPE MIT (2002), *Tourismes 1. Lieux communs*, Belin, Paris.
- ÉQUIPE MIT (2005), *Tourismes 2. Moments de lieux*, Belin, Paris.
- FERREIRA, Claudino (1994), *Os usos sociais do termalismo. Práticas, representações e identidades sociais dos frequentadores das termas da Curia*, provas de aptidão pedagógica, relatório de síntese, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- FUSTER, L. F. (1978, 1975), *Teoría y técnica del turismo*, Tomo I e II, Editora Nacional, Madrid.
- GAUCHER, J.F.- (2002), *L'évolution des résidences secondaires en Bretagne*, in *La France des temps libres et des vacances*, L'Aube, Datar, p. 139-148.
- MASI, Doménico de (2000), *O Ócio Criativo*, Sextante, Rio de Janeiro.
- MESPELIER, A. e BLOC-DURAFFOUR, P. (2005), *Le tourisme dans le monde*, Bréal, Paris.
- ORTIGÃO, Ramalho (1876), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Livraria Clássica Editora (1944), Lisboa.
- ORTIGÃO, Ramalho (1876), *As Praias de Portugal*, Livraria Clássica Editora (1949), Lisboa.
- RIOUX, J.-Pierre (2005), *Les temps de masses*, Éditions du Seuil, Paris.
- SPINDLER, J. (2003), *Le tourisme au XXIe siècle*, L' Harmattan, Paris.
- STOCK, M. et alii (2003), *Le tourisme. Acteurs, lieux et enjeux*, Belinsup, Paris.
- VIARD, Jean, "Temps libres, loisirs, vacances et art de vivre: le triangle des Bermudes des sociétés modernes", in *La France des temps libres et des vacances*, L'Aube, Datar, SECPB, 2002, pp. 5-22.
- VIARD, Jean, "Le temps libre ré-aménageur du territoire" in *La France des temps libres et des vacances*, L'Aube, Datar, SECPB, 2002, pp. 209-227.
- VIAUD, J. (pres. Groupe de Prospective) (1998), *Réinventer les vacances. La nouvelle galaxie du tourisme*, La Documentation Française, Paris.
- VIAUD, J. (directeur d'ouvrage) (2002), *La France des temps libres et des vacances*, L'Aube, Datar, Paris.

Foram igualmente consultadas muitas dezenas de volumes de livros e revistas de *Viagens e Turismo* e um grande número de sítios da *internet*.



Carminda Maria Mariano Cavaco

Professora Catedrática aposentada do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), mantém-se como investigadora do Centro de Estudos Geográficos da mesma universidade (CEG), onde coordena a Área de Investigação de Geografia Humana.

Ao longo da sua vida profissional leccionou na FLUL (licenciaturas em Geografia e em Estudos Europeus, além de cursos pós-graduados), na Universidade Católica Portuguesa, como Professora Convidada, bem como pequenos cursos e conferências (livres e de pós-graduação) em universidades nacionais e estrangeiras. Orientou dezenas de teses de mestrado e de doutoramento, concluídas com êxito, e integrou numerosos júris de provas académicas, em Portugal e no estrangeiro. Foi investigadora principal convidada do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian.

Participou em centenas de eventos de índole científica e técnica, na maioria como convidada, tendo sido também coordenadora de numerosos projectos de investigação e organizadora de várias conferências e seminários nacionais e internacionais. Tem integrado e coordenado diversas equipas encarregadas da elaboração de planos de ordenamento do território, avaliação de políticas públicas, estudos e projectos de desenvolvimento – incidentes em diferentes regiões do país (Planos Regionais, Programas Operacionais, PDM, Agendas 21 Local), além de planeamento no sector do Turismo.

A sua bibliografia compreende cerca de centena e meia de títulos (entre livros, capítulos, relatórios e artigos), em publicações editadas no país e no estrangeiro que versam sobretudo temas que tanto se inserem no âmbito da geografia humana e regional como em domínios transdisciplinares: desenvolvimento regional e local, questões do mundo rural, água e ambiente, turismo, planeamento e ordenamento do território, população, a Europa, o Ensino, entre outros.